UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA
E LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS FONSECA

RECUPERAÇÃO DO PASSADO NO DISCURSO DE HUGO CHÁVEZ – UM RECORTE DE *ALÓ, PRESIDENTE* (2006-2012)

Versão corrigida

São Paulo
2019

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS FONSECA

RECUPERAÇÃO DO PASSADO NO DISCURSO DE HUGO CHÁVEZ – UM RECORTE DE *ALÓ, PRESIDENTE* (2006-2012)

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Dra. María Teresa Celada

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F676r

Fonseca, Carlos Augusto dos Santos
Recuperação do passado no discurso de Hugo Chávez – Um recorte de Aló, presidente (2006-2012) / Carlos Augusto dos Santos Fonseca ; orientadora Maria Teresa Celada. - São Paulo, 2019.
171 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana.

1. Venezuela. 2. Hugo Chávez. 3. Discurso político. 4. Análise do discurso. 5. Passado. I. Celada, Maria Teresa, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): **Carlos Augusto dos Santos Fonseca**

Data da defesa: **19 de março de 2019.**

Nome do Prof. (a) orientador (a): **María Teresa Celada**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19 de maio de 2019.

M T Celada

Professora Dra. María Teresa Celada
Orientadora

FONSECA, Carlos Augusto dos Santos. *Recuperação do passado no discurso de Hugo Chávez – Um recorte de Aló, presidente (2006-2012).* Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

_____

Professora Dra. Maria Onice Payer
Universidade do Vale do Sapucaí

_____

Professora Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski
Universidade de São Paulo

_____

Professor Dr. Mariano J. Dagatti
Universidad Nacional de Quilmes / Universidad de Buenos Aires, Argentina

Suplentes:

Professor Dr. Adrián Pablo Fajul
Universidade de São Paulo

Professora Dra. Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos

Professora Dra. Suzy Maria Lagazzi
Universidade Estadual de Campinas

Aos meus mais admiráveis doutores: minha Vó "Dita", minha mãe, Zélia, e meu pai, Edno, por me permitirem viver as minhas mais doces memórias.

A minha América.

AGRADECIMENTOS

A produção de sentidos de qualquer texto depende necessariamente de elementos a ele externos, e esses, por sua vez, não são o alheio, mas sim parte constitutiva de seu processo de significação. De maneira que, neste momento, devo recorrer a algumas figuras que, entendidas como exterioridades, se inscrevem de maneira significativa em meu texto, despertando nele diferentes sentidos.

Agradeço, em primeiro lugar, a minha mãe e a meu pai, de quem o orgulho pela carreira escolhida por mim ultrapassa todo sentimento que eu mesmo possa ter pela minha trajetória. Seu apoio, em momentos alegres e tristes, foi essencial para o desenvolvimento e para a conclusão deste trabalho. Obrigado, sempre, por toda cobrança e pela dedicação posta em minha vida escolar: cada enciclopédia adquirida, cada livro e cadernos encapados naquelas noites familiares, cada reunião e intervalo escolar assistidos são aspectos que, sem dúvida, aparecem atravessando este trabalho. Obrigado pelo esforço, pelos desafios e batalhas vividas ao tratarem de me propiciar o "desvio de curva" que representa minha vida acadêmica diante da realidade deste país. Este trabalho também é feito por vocês.

A Maite, le debo agradecer, en un primer momento, por haber sido la docente que me permitió ser un mejor profesor y, luego, por haberme presentado el Análisis del Discurso, línea teórica que me despierta la sensibilidad de comprensión del mundo al posibilitar reunir los estudios lingüísticos y sociales. Muchas gracias por la confianza y, sobre todo, por la conducción a lo largo de todos estos años compartidos en el mundo de las Letras.

Devo agradecer, ainda, às pessoas que, espalhadas pela imensidão de *Nuestra América*, fazem cair por terra qualquer teoria estúpida de separação por fronteiras (sejam elas quais forem) pelo seu apoio direto ou indireto na elaboração desta dissertação:

No *Brasil*, espaço em que me reconheci como sujeito,

Agradeço aos professores de diferentes departamentos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sobretudo àqueles que compõem o programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana, por terem contribuído, de diferentes maneiras, com a minha inscrição nesse mundo tão diverso da cultura *hispanohablante. ¡Gracias!*

A minhas colegas de estudos discursivos e de viagens vespertinas à Unicamp, Andréa Alves e Gisele Oliveira. Obrigado por compartilharem comigo suas frustrações e, também, pelos risos motorizados e, por vezes, sonolentos, ao longo de extensas rodovias naquelas memoráveis tardes (quentes) de terça-feira.

Agradeço, também, a Poliana Santos, pelos anos amizade, pelos cafés – nunca tomados por mim – e por compartilhar comigo seu "jeito de ser", seus risos e seus (nossos) "desgostos" com o mundo.

A Jorgelina Ocaranza, mi cordobesa preferida, le agradezco por su cariño y por siempre permitirme actualizar el *amor celeste y blanco* que llevo en mi corazón. ¡Gracias, Jujita!

Le agradezco a Pablo, por su compañía y por haberme presentado lo mejor del norte de nuestro Sur amado. Gracias por compartir los días, las alegrías, las tristezas, las desesperaciones, las risas, las teorías y, sobre todas las cosas, por soportar las "arrecheras" de estos últimos meses. ¡Gracias por estar!

En *Venezuela*, espacio del reconocimiento del otro,

Gracias a Neudy Nava y a Amarú Martínez, por su hospitalidad y por su cariño genuino en aquellos extrañables días compartidos bajo los cielos de la histórica tierra de Carabobo, en las frías montañas andinas de Mérida y en medio al calor caribeño. Mil gracias. Debo agradecerles, asimismo, a todos los venezolanos y venezolanas, amigos y compañeros, gente muy "chévere" a la que tuve la oportunidad de conocer en su propio hogar. Gracias por haberme permitido descubrir a un país increíble, al cual aprendí a querer y a respetar muchísimo. ¡Gracias, hermanes! ¡Gracias, *bravo pueblo*! Siempre estaremos "unidos con lazos".

En la muy querida *Argentina*, espacio de la identificación (SUR)americana,

Les agradezco a diferentes personas que contribuyeron, de manera directa o indirecta, para el desarrollo de mis estudios acerca del funcionamiento del discurso político. Y, por su aporte en la producción de este trabajo, gracias al profesor Mariano Dagatti y a Paula Salerno, de la Universidad de Buenos Aires; y a la profesora Susana Nothstein, de la Universidad Nacional de General Sarmiento.

El momento presente no tiene más fundamento que su parentesco con el pasado.

Juan José Saer, *El entenado* (2002 [1983])

A veces pienso que todo el pueblo
Es un muchacho que va corriendo
Tras la esperanza que se le va

La sangre joven y al sueño viejo
Pero dejando de ser pendejo
Esa esperanza será verdad

Vuelve a tu canto de turpial
Llena de gritos el cardonal
Que hay semerucos allá en el cerro
Y un canto hermoso para cantar
Que hay semerucos allá en el cerro
Y ya la gente empezó a sembrar

Alí Primera, *Canción mansa para un pueblo bravo* (1976)

RESUMO

FONSECA, Carlos Augusto dos Santos. *Recuperação do passado no discurso de Hugo Chávez – Um recorte de Aló, presidente (2006-2012).* Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho tem como objetivo principal observar o funcionamento das referências a acontecimentos e a sujeitos da história política da Venezuela em recortes do discurso pronunciado pelo ex-presidente desse país, Hugo Chávez. Pretendemos, com isso, compreender de que modo tais referências, que entendemos como parte de um gesto de recuperação e de ressignificação do passado, são altamente produtivas nos modos de projetar o próprio projeto governamental, que nesse discurso é apresentado como uma das instâncias do processo revolucionário – a "Revolução Bolivariana" –, e de interpelar um "coletivo de identificação" (Zoppi-Fontana, 2014), bem como na forma de antecipar os grupos apresentados como opositores a esse mesmo movimento. A análise se concentra, fundamentalmente, em sequências discursivas pinçadas de edições de *Aló, presidente* – espaço midiático através do qual o mandatário podia estabelecer uma singular relação semanal com sua audiência – transmitidas entre 2006 e 2012, anos que correspondem aproximadamente ao período em que Chávez desempenhou seu último mandato como presidente da Venezuela. A perspectiva teórica é a da Análise do Discurso de linha materialista que, pressupondo a interlocução com reflexões produzidas no campo das Ciências Humanas e Sociais, possibilita abordar tanto o funcionamento do discurso político como as condições de sua produção.

Palavras-chave: Venezuela. Hugo Chávez. Recuperação do passado. Discurso político. Análise do discurso.

RESUMEN

FONSECA, Carlos Augusto dos Santos. *La recuperación del pasado en el discurso de Hugo Chávez – Un recorte de Aló, presidente (2006-2012).* Tesis (Maestría). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

El presente trabajo tiene como objetivo principal observar el funcionamiento de las referencias a acontecimientos y a sujetos de la historia política de Venezuela en recortes del discurso pronunciado por el expresidente de ese país, Hugo Chávez. En este sentido, pretendemos comprender de qué manera tales referencias, que entendemos como parte de un gesto de recuperación y de re-significación del pasado, son altamente productivas en los modos de proyectar el propio proyecto gubernamental, que en ese discurso se presenta como una de las instancias del proceso revolucionario – la "Revolución Bolivariana"–, y de interpelar a un "colectivo de identificación" (Zoppi-Fontana, 2014), así como en la forma de anticipar a los grupos presentados como opositores a ese mismo movimiento. El análisis se concentra, fundamentalmente, en secuencias discursivas retiradas de ediciones de *Aló, presidente* – espacio mediático a través del cual el mandatario podía establecer una singular relación semanal con su audiencia – emitidas entre 2006 y 2012, años que corresponden aproximadamente al período en el que Chávez desempeñó su último mandato como presidente de Venezuela. La perspectiva teórica adoptada es la del Análisis del Discurso de línea materialista que, presuponiendo el diálogo con reflexiones producidas en el campo de las Ciencias Humanas y Sociales, posibilita abordar tanto el funcionamiento del discurso político como las condiciones de su producción.

Palabras clave: Venezuela. Hugo Chávez. Recuperación del pasado. Discurso político. Análisis del discurso.

ABSTRACT

FONSECA, Carlos Augusto dos Santos. *Recovery of the past in the discourse of Hugo Chávez – A clipping from Aló, presidente (2006-2012).* Dissertation (Master). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The aim of this work is to remark the functioning of the references to events and subjects of the Venezuelan political history, in clippings of the discourse given by the former president, Hugo Chávez. Thus, we intend to understand how these references, which are understood as part of a work of recovery and re-signification of the past, are highly productive for the government in the ways of projecting its project itself, which in that discourse is presented as one of the instances of the revolutionary process – the "Bolivarian Revolution" – and to summon an "identification union" (Zoppi-Fontana, 2014), as well as the ways to represent the groups presented as opponents against this movement. The analysis focuses mainly on discursive sequences drawn from editions of *Aló, presidente* – media space through which the president was able to establish a singular weekly relation with his audience – transmitted between 2006 and 2012, years that correspond to the last period of Chávez as president of Venezuela. The materialist approach of the Discourse Analysis is the theoretical perspective which, presupposing the dialogue with reflections produced in the field of Human and Social Sciences, makes it possible to address both, the functioning of political discourse and the conditions of its production.

Keywords: Venezuela. Hugo Chávez. Recovery of the past. Political discourse. Discourse analysis.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa do jornal *El Universal* de 04 de fevereiro de 1992. 28

Imagem 2 – Capa do jornal *El Mundo* de 04 de fevereiro de 1992. 29

Imagem 3 – Capa do jornal *El Universal* de 05 de fevereiro de 1992. 32

Imagem 4 – Capa do jornal El Nacional de 28 de fevereiro de 1989. 57

Imagem 5 – Revolta popular. 58

Imagem 6 – Conflito entre civis e militares. 58

Imagem 7 – Conflito entre civis e militares. 58

Imagem 8 – *Aló, presidente*, nº. 351, Plaza Bolívar, Caracas. 122

Imagem 9 – Fotografia do monumento a Bolívar. 128

SUMÁRIO

Introdução 12

CAPÍTULO 1 19
O espaço de Hugo Chávez na política venezuelana na virada do século: acontecimentos e discurso de mudança

1. A ascensão de Chávez no cenário político venezuelano 20

4 de fevereiro
27 de novembro

2. De golpista a governista: o movimento revolucionário e as origens de sua (o)posição política 46

Oleum benedictus
A transição de século

CAPÍTULO 2 68
A ressonância do discurso político e a (re)significação de sentidos – Política, passado e memória.

1. O discurso político 69

2. Midiatização e política 78

3. "Aló, presidente", o *balcón* de Chávez 84

4. Recuperando o passado / (re)construindo sentidos 94

CAPÍTULO 3 102
Os sentidos relacionados às referências ao passado em *Aló, presidente* (2006-2012)

1. *Abajo cadenas* 105

2. *El despotismo levanta la voz* 118

3. *Seguid el ejemplo que Caracas dio* 134

Considerações finais 153

Referências 160

Anexos 168

INTRODUÇÃO

Hugo Chávez. Talvez esse tenha sido o nome mais escutado entre o fim do século XX e o início do XXI na Venezuela e em boa parte do continente americano. Nascido na cidade de Sabaneta (estado de Barinas), em 1954, Chávez, aos seus 43 anos, em 1999, assumiu pela primeira vez o cargo político de maior importância do país, tendo sido eleito presidente nas eleições de 1998, 2000, 2006 e 2012 e, com isso, cumprido três mandatos presidenciais consecutivos[1].

Hoje, após duas décadas, a chegada de Hugo Chávez à presidência da República na Venezuela ainda pode ser pensada como um acontecimento que teria reorientado o modo de se pensar a política nesse país, sobretudo quando consideramos que a concepção do papel do Estado e de sua relação com a sociedade teria passado por algumas mudanças significativas a partir da promulgação da Constituição de 1999 que previa a organização de um governo com participação popular. Nesse contexto, é preciso observar que a figura de Chávez no cenário político latino-americano esteve especialmente marcada pelas diferentes situações em que, diante dos cidadãos, de membros do governo e da própria oposição política, ou, ainda, de chefes de Estado e de jornalistas, o hoje ex-presidente fazia uso da palavra para, entre outras coisas, poder divulgar as realizações de seu governo, defender seu projeto político, debater com seus adversários ou, inclusive, instar os membros da sociedade venezuelana à efetiva participação política, econômica e social do país.

A vista disso, acreditamos que tratar de aspectos do fazer político desse ex-presidente requer necessariamente refletir sobre o próprio "uso da palavra", tendo em conta que, em muitos momentos adquiriu ressonâncias significativas, impactando diversas instâncias sociais de seu país e do cenário internacional. De fato, reconhecemos que o primeiro contato do autor deste trabalho com a figura de Chávez como um político latino-americano – e, mais especificamente, como presidente de um país – ocorreu a partir de três situações distintas. A primeira diz respeito ao discurso pronunciado pelo ex-presidente, em 2006, durante a 61ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, ocasião em que Chávez se referiu ao então presidente dos Estados Unidos como "El Diablo". A reverberação do dizer daquele chefe de Estado na mídia brasileira pode ser considerada como um importante aspecto que

[1] Embora tenha sido eleito para um quarto mandato presidencial, Chávez faleceu antes de assumir o cargo.

possibilitou o primeiro contato deste autor com essa figura política[2]. O acontecimento fez com que esse político fosse visto, num primeiro momento, como uma pessoa "hostil", percepção essa que, um ano depois, foi reiterada devido a uma segunda situação que permitiu a este autor reconhecer Chávez em seu lugar de presidente, e, nesse caso, tal reconhecimento se deu devido à repercussão de uma incisiva interpelação: *¿Por qué no te callas?*. É sabido que esse enunciado foi proferido pelo então rei espanhol, Juan Carlos, e dirigido desafiadoramente a Chávez durante a XVII Conferência Ibero-Americana, realizada em Santiago do Chile[3].

Embora o marcante enunciado tenha chocado e repercutido de diferentes modos nas redes sociais, nos meios de comunicação, nos diferentes círculos políticos e, inclusive, no comércio de roupas[4] – adquirindo um tom "anedótico"–, não seria necessário muito tempo para que aquela exortação "real" fosse percebida apenas como um desatino, já que desde os acontecimentos que identificamos como lugares de reconhecimento do lugar político de Chávez até a sua morte, em 2013, a figura do ex-presidente venezuelano não pôde ser, em nenhum momento, relacionada à imagem de uma pessoa "calada" ou "introvertida". Pelo contrário, a ressonância dos discursos de Chávez pronunciados em diferentes situações e o seu próprio "poder mobilizador em outros países" além da Venezuela (ARNOUX, 2008) se configuraram como aspectos que permitiram a este autor reconhecer sua contundente eloquência, na qual alternam desde um estilo coloquial e informal até referências a grandes pensadores e intelectuais da cultura e da política. Com o passar dos anos, graças ao desenvolvimento de um interesse cada vez mais intenso por parte deste autor por questões concernentes à América Latina, a "hostilidade" que – tomado, em parte, pelo próprio discurso de certos setores da mídia – ele compartilhara como um traço da figura de Chávez foi se transformando e, assim, esse ator político passou a ser visto como alguém que procurava o debate e que não parecia se subjugar diante daquele que significava como o seu "contrário".

Passamos, agora, à terceira situação que cobra bastante importância nesse processo de reconhecimento e pode ser observada como uma produtiva oportunidade para refletir sobre Chávez e sua prática política. Em agosto de 2003, durante uma entrevista concedida a um

---

[2] Refirimo-nos essencialmente à ressonância, nos meios de comunicação brasileiros, do seguinte fragmento do referido discurso: "Ayer vino el Diablo aquí, ayer estuvo el Diablo aquí, en este mismo lugar. ¡Huele a azufre todavía esta mesa donde me ha tocado hablar!" (VENEZUELA, 2013, p. 95).

[3] Na oportunidade, o então presidente venezuelano teria tecido algumas críticas ao ex-presidente espanhol, José María Aznar, o que teria irritado o já mencionado rei e ocasionado um momento incômodo durante a reunião.

[4] No período, o impacto gerado por esse acontecimento fez o comércio vender camisetas que estampavam a frase proferida pelo rei espanhol e dirigida a Chávez.

programa televisivo da Argentina[5], Hugo Chávez protagonizou um interessante "debate" com o então candidato a chefe de governo da cidade de Buenos Aires, Mauricio Macri, que também era um dos convidados do programa. A seguir, reproduzimos um recorte dessa entrevista[6]:

> **Macri** – En su país, ¿le gusta a la gente siempre hablar del pasado? Nosotros dimos vuelta a la página, ¿no? Elegimos nuevo presidente, estamos todos con la idea de salir… sacar la Argentina adelante. Estamos todos pensando en futuro y cuando llegó la campaña todo el mundo empieza a querer volver atrás, como distraer la atención…[7]
>
> **Chávez** – El pasado es parte del presente. No se puede manejar en el presente sin entender el pasado. Y, sobre todo hoy, en América Latina, ¿no? Porque el pasado es terrible. Todo ese plan neoliberal que aquí nos vendieron, y vendían a Argentina como el modelo, y ahí está el resultado. Eso hay que mirarlo, no podemos hacer abstracción de un pasado tan nefasto, para, entonces, poder mirar con mayor firmeza hacia un futuro. Eso, sí, lo creo.

De fato, a interpretação da relação com o passado feita por Chávez é fundamental para a concepção deste trabalho que, como veremos, se debruçará sobre alguns aspectos do funcionamento do discurso político pronunciado por esse mandatário. Nesse sentido, a referência feita pelo ex-presidente venezuelano ao "passado" já nos permite ir diretamente ao objeto de nossa pesquisa, na qual observaremos essa "instância do tempo" como uma categoria discursiva (PAYER, 2006) essencial para pensar o funcionamento do discurso chavista que insiste em marcar uma determinada "ruptura" entre o momento presente – que diria respeito ao próprio governo de Chávez – e a instância do tempo que aí mesmo é caracterizada como um "passado nefasto". Ruptura essa que, ao ser associada à necessidade de se "mirar con mayor firmeza hacia un futuro" pode ser entendida como elementar para que, a partir do presente, se pudesse projetar um futuro diferente para a Venezuela.

E é considerando a relevância que tem, no campo das representações, o trabalho com o "passado" para o projeto político de Chávez que, na reflexão a que procederemos nesta dissertação, propomos um estudo a respeito de como as referências a acontecimentos e a atores do passado venezuelano funcionam produtivamente no discurso do ex-presidente. Tais

---

[5] A entrevista em questão foi concedida no programa de Mirtha Legrand, transmitido, naquela ocasião, pelo canal América TV.

[6] A transcrição da entrevista foi feita a partir do material disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XPYquyobWKU>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

[7] Cabe lembrar que a edição do programa acontecia dois anos após a tão conhecida "crise de 2001"da Argentina, quando a reivindicação da revolta popular foi: "¡Que se vayan todos!".

referências, a nosso ver, permitem a projeção de imagens sobre o governo, entendido aqui como uma das instâncias do processo político autodeterminado como a Revolução Bolivariana e, também, a atribuição de imagens sobre agentes ou grupos interpretados como contrários à proposta revolucionária.

Acreditamos que essas referências se orientam a partir de um trabalho de "recuperação do passado" no discurso que se expressa justamente mediante um trabalho sobre o campo das representações, possibilitando "intervenções" por parte do sujeito sobre alguns sentidos regularizados na memória discursiva em torno de acontecimentos e "figuras". Consideramos, portanto, tal trabalho de "recuperação do passado" como um gesto constitutivo do próprio discurso político de Chávez que, com base nas reflexões de Zoppi-Fontana (2014) funciona, fundamentalmente, sobre os mecanismos imaginários orientado na direção de formar – via interpelação – um coletivo de identificação capaz de apoiar a causa "revolucionária".

A fim de realizarmos a tarefa a que nos propomos, escolhemos analisar recortes do discurso do ex-presidente venezuelano pronunciado através de seu programa semanal, *Aló, presidente*. Tal programa foi exibido entre 1999 e 2012, contudo, nossa análise se concentrará especialmente em sequências discursivas recortadas de algumas edições exibidas entre 2006 e 2012, período que corresponde aproximadamente ao último mandato de Chávez como presidente da Venezuela. Essa delimitação tem como fundamento a hipótese de que abordar o discurso referido a esse período implicaria considerar que o "presente" projetado nessa enunciação já teria sofrido o impacto das mudanças acontecidas na Venezuela durante os dois mandatos anteriores, o que poderia fazer com que o estabelecimento de uma oposição entre o governo revolucionário e os governos a ele antecessores fosse mais produtivo no discurso.

O trabalho de Análise se filia fundamentalmente à Análise do Discurso (AD) de linha materialista que, segundo Orlandi (2015 [1999]), entende a construção de sentidos no interior de uma textualidade a partir de sua relação com a exterioridade, razão pela qual pressupõe um diálogo interdisciplinar. Nesse sentido, desde o primeiro capítulo deste trabalho, recorremos aos conceitos desenvolvidos em torno desse dispositivo teórico, colocando-os em relação com noções e reflexões formuladas na esfera das Ciências Humanas e Sociais. Devemos observar que, devido ao nosso movimento analítico, escolhemos não produzir um capítulo puramente teórico para tratar dos conceitos discursivos por nós mobilizados, preferindo recorrer a eles de maneira pontual, de acordo com as necessidades surgidas a partir das reflexões que proporemos em torno de nosso objeto de análise. Frisamos, entretanto, que há duas noções fundamentais atravessando todo o percurso deste trabalho, uma subordinada à outra:

condições de produção e *formações imaginárias*, pois essa última é entendida como um aspecto constitutivo da primeira. Além, de ambas, outro conceito importante será o de *memória discursiva.*

No que diz respeito à estruturação desta dissertação, diremos que os dois primeiros capítulos se orientam a partir da noção que, de acordo com Orlandi (2015 [1999], p. 28) compreende fundamentalmente "os sujeitos e a situação", isto é, as condições de produção (CP) a partir das quais, segundo Pêcheux (2014 [1969], p. 76), "um discurso é sempre pronunciado". Nesse sentido, no primeiro capítulo, apresentaremos alguns acontecimentos da ordem da história que se relacionam, a nosso ver, com a chegada de Chávez à presidência da República e, inclusive, se inscrevem na própria prática política desenvolvida por seu governo, a qual se destacava por apresentar o governo como o responsável por construir um "novo país". Para tanto, o dividiremos em duas partes, sendo que na primeira delas propomos uma reflexão em torno da ascensão de Chávez no cenário político relacionando-a a dois acontecimentos que interpretamos como relevantes nesse sentido: as tentativas de golpe de Estado de fevereiro e de novembro de 1992 por parte de um grupo reconhecido como *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200.* Já na segunda parte, observaremos como a promessa – presente no juramento que abordaremos no início do capítulo – de "refundar a pátria" a partir da chegada de "novos tempos" aparece relacionada a outros acontecimentos históricos associados, nesse caso, fundamentalmente, com o modo como se configurou a economia ao redor do "rentismo petroleiro". Nesse sentido ainda veremos como os acontecimentos políticos em torno da realidade petroleira do país, se relacionam com a formação de um movimento "insurgente" autoproclamado revolucionário que, anos depois, se converteria no partido político que levaria Chávez à presidência do país.

Em nosso segundo capítulo, refletiremos sobre a relação entre discurso político e televisão, destacando o espaço de *Aló, presidente* na construção do projeto político de Chávez. Na primeira parte, apresentaremos algumas considerações a respeito do discurso político, refletindo sobre aspectos que dizem respeito ao seu próprio funcionamento a partir das produtivas observações desenvolvidas por Verón (1987). Na segunda, abordaremos questões concernentes aos fenômenos midiáticos e sua incidência sobre a prática política, considerando também reflexões de Verón (2002; 2008; 2014) que nos permitirão tratar, em seguida, do fenômeno da *videopolítica* (RINESI, 1993; SARLO, 1997), responsável por intensificar a "espetacularização" do discurso político e por aumentar consideravelmente a sua capacidade de alcance. Na terceira parte, trataremos do impacto do programa *Aló, presidente* – de onde,

como antecipamos, recortamos o nosso *corpus* de análise – na ressonância do discurso político de Chávez e, sobretudo para a própria construção de uma "nova" relação entre o locutor (o ator político, tido como líder) e a sua audiência (o povo, as massas); processo esse que entendemos como essencial para se pensar a prática política de Chávez e, também, para a própria conformação de um "coletivo de identificação" (ZOPPI-FONTANA, 2014) capaz de apoiar essa mesma prática. Por fim, na quarta parte do segundo capítulo, teceremos algumas observações a respeito do trabalho que chamamos de "recuperação do passado" que interpretamos como recorrente no discurso político de Chávez. Nesse momento, apresentaremos as reflexões de Guimarães (2002) a respeito do conceito de "temporalidade", que nos permitirá introduzir distinções necessárias, para também abordar considerações a respeito da memória e seu funcionamento, algo que faremos fundamentalmente a partir de uma perspectiva discursiva (INDURSKY, 2003; PÊCHEUX, 2007), não sem colocá-las em relação também com formulações produzidas sob o viés filosófico (HUYSSEN, 2000). Essa série de movimentos nos permitirá tratar o discurso de Chávez como um "texto de memória" (PAYER, 2006) em que funciona, no plano das formações imaginárias, uma "(re)organização" e ressignificação de acontecimentos e "figuras" do que aí se apresenta como "passado venezuelano".

Por fim, o capítulo 3 se orienta em torno da noção discursiva de formação imaginária que, conforme Pêcheux (2014 [1969], p. 82), é o que está suposto por todo processo discursivo, e diz respeito aos lugares que aquele que fala projeta tanto para si mesmo como para aquele que é o objeto de seu dizer. De acordo com Orlandi (2015 [1999], p. 38), são as imagens que resultam dessas projeções que funcionam no discurso, atribuindo aos sujeitos uma "posição" que se significa "em relação ao contexto sócio-histórico e a memória". De modo que, nesse terceiro capítulo, trataremos do mecanismo imaginário que funciona no discurso de Chávez presente em *Aló, presidente* como forma de (re)organizar alguns sentidos regularizados na memória discursiva (PÊCHEUX, 2007). Na primeira das três partes desse capítulo, nos concentraremos em elementos da materialidade que nos permitem observar como o sujeito do discurso projeta o governo "revolucionário bolivariano" como continuador do processo independentista iniciado no século XIX, recuperando alguns sentidos relacionados a esse "passado heroico" e atualizando-os de modo a significar a práxis política do "presente" – que corresponde ao próprio governo de Chávez, projetado como responsável por conquistar a independência definitiva para a Venezuela. Na segunda parte, nos debruçaremos sobre as imagens que o sujeito do discurso projeta sobre as representações que

ele acredita serem construídas em torno de Bolívar por grupos apresentados como opositores aos ideais dessa importante figura histórica da Venezuela. Observaremos, ainda, de que modo o sujeito retoma a figura de Bolívar, projetando sobre ela algumas imagens que se relacionam ao projeto político desenvolvido pela Revolução Bolivariana e estabelecendo um choque entre essas diferentes representações; algo que, a nosso ver, aponta para uma disputa pelos sentidos relacionados a um dos mais importantes líderes políticos do processo independentista venezuelano. Por fim, na terceira e última parte desse capítulo, nos debruçaremos sobre aspectos presentes nas sequências discursivas que nos permitirão observar um conflito entre um "antes" e um "agora". Nessa perspectiva, trataremos de compreender a quais sentidos se relaciona o modo como o sujeito do discurso representa o projeto político "revolucionário", associando-o com as imagens projetadas sobre alas da política venezuelanas que são apresentadas em clara oposição com relação a esse projeto.

Comporão esta dissertação, também, quatro anexos a cujos conteúdos faremos referência, oportunamente, em cada capítulo.

Finalmente, em nossas considerações finais, retomaremos de modo breve o fio dos dois primeiros capítulos para concentrar-nos especialmente em algumas reflexões possíveis a partir da análise realizada no capítulo 3.

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO DE HUGO CHÁVEZ NA POLÍTICA VENEZUELANA NA VIRADA DO SÉCULO: ACONTECIMENTOS E DISCURSO DE MUDANÇA

> *Juro delante de Dios, juro delante de la patria, juro delante de mi pueblo que, sobre esta moribunda Constitución, impulsaré las transformaciones democráticas necesarias para que la República nueva tenga una Carta Magna más adecuada a los nuevos tiempos. Lo juro.*
>
> Hugo Rafael Chávez Frías, 1999.

Pensar em Hugo Chávez como presidente da Venezuela significa considerar o processo histórico em que se inscreve o aparecimento dessa figura no cenário político do país. Por essa razão, neste primeiro capítulo, apresentaremos diferentes acontecimentos políticos que, a nosso ver, se associam à eleição presidencial de Chávez em 1998 e, também, ao início de seu projeto político. A fim de realizar essa abordagem, dividiremos este capítulo em duas partes.

Na primeira, teceremos algumas observações a respeito da chegada de Hugo Chávez ao cargo de presidente da República, em fevereiro de 1999, e dos possíveis sentidos despertados pela sua assunção presidencial, debruçando-nos sobre o juramento pronunciado no dia da cerimônia de posse. No primeiro subitem dessa parte, colocaremos esse acontecimento em relação com outro: a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 04 de fevereiro de 1992, destacando o discurso proferido no momento da rendição daquele que foi tido como o líder do movimento insurgente; esse discurso será abordado, inclusive, a partir da leitura de um poema escrito naquele contexto. Isso, a fim de compreendermos os processos que incidem sobre a emergência de Chávez como uma figura pública e como um ator político na Venezuela. Em seguida, no segundo subitem, abordaremos outra tentativa de golpe de Estado, ocorrida em 27 de novembro de 1992, a partir da análise do discurso proferido via TV pelo então tenente-coronel Hugo Chávez enquanto se encontrava encarcerado. A consideração de tais acontecimentos nos permitirá tratar do período de formação do processo autodeterminado revolucionário que se efetivaria na Venezuela alguns anos depois e que seria projetado como o “trampolim” para a construção de um “novo tempo” para o país.

Na segunda parte deste capítulo, nos interessará compreender como alguns acontecimentos históricos da Venezuela se relacionam com a formação do movimento autodeterminado como “revolucionário” do qual Chávez se projeta como porta-voz e com a

própria concepção de um partido político organizado para a disputa das eleições presidenciais de 1998. Nesse momento, abordaremos como a forte relação entre as atividades políticas e uma economia fundamentada na exploração do petróleo aparece associada aos altibaixos da política venezuelana, sendo, inclusive, responsável pela legitimação ou deslegitimação de atores políticos a partir da segunda metade do século XX.

Tanto na primeira quanto na segunda parte deste capítulo, abordaremos fragmentos dos discursos proferidos pelo ex-presidente venezuelano em diferentes situações, colocando-os em relação com o discurso produzido na esfera do jornalismo e, também, com o das ciências sociais.

1. A ascensão de Chávez no cenário político venezuelano

Retomaremos o discurso que escolhemos como epígrafe que dá início a este capítulo, como um movimento que nos permite esclarecer o fato de que foi com essas palavras que, em 02 de fevereiro de 1999, Hugo Rafael Chávez Frías assumia oficialmente a presidência da então República da Venezuela[8] em cerimônia oficial diante do antigo Congresso Nacional[9] na cidade-capital de Caracas:

> Juro delante de Dios, juro delante de la patria, juro delante de mi pueblo que, sobre esta moribunda Constitución, impulsaré las transformaciones democráticas necesarias para que la República nueva tenga una Carta Magna más adecuada a los nuevos tiempos. Lo juro. (CHÁVEZ, 02 de fevereiro de 1999).

Consideramos necessário aclarar, ainda, que o fragmento a que nos referimos não compõe parte do discurso de posse de Chávez como presidente – que acontece como primeiro pronunciamento do presidente da República após assumir esse cargo –, mas sim diz respeito ao juramento que, como cidadão, deveria fazer sobre a Constituição a fim de ocupar aquele lugar político-institucional de máxima representatividade do país. Em nossa perspectiva, diremos que esse acontecimento não representaria apenas outra mera transferência de

[8] Devemos esclarecer que até a aprovação da Constituição de 1999, atualmente vigente, a República Bolivariana da Venezuela era oficialmente reconhecida como República da Venezuela, segundo determinava a antiga Constituição de 1961 (VENEZUELA, 1961), sobre a qual Chávez fez seu juramento em 02 de fevereiro de 1999.

[9] Antes da reforma política ocorrida na Venezuela a partir da aprovação da Constituição de 1999 – reconhecida, conforme Garay e Garay (2006, p. 11) como *Constitutición Bolivariana* –, o país dispunha de um poder legislativo bicameral, isto é, dividido em um Senado e uma Câmara de Deputados. Após 1999, no entanto, o país passou a dispor de um legislativo unicameral, compreendido apenas pela Assembleia Nacional.

liderança no poder executivo da Venezuela, mas também o anúncio de uma mudança na estrutura política do país vizinho, principalmente no que diz respeito ao fazer político e sua relação com a sociedade venezuelana.

Essa consideração pode ser compreendida apenas se levarmos em conta que as próprias palavras enunciadas em fevereiro de 1999 se mostram como uma novidade nesse contexto específico de posse presidencial, uma vez que, em sua primeira locução diante da sociedade venezuelana e de diferentes setores sociais e políticos do país, Chávez tomara uma decisão que rompia com o protocolo tradicional daquela cerimônia formal. Uma consulta a juramentos de ex-presidentes venezuelanos, em diferentes períodos do século XX, nos permitiu identificar o que parecia ser regular naquela ocasião cerimonial, já que, em diferentes atos de juramento, um representante do poder legislativo nacional, mais especificamente o presidente da câmara de deputados, solicitava que o cidadão jurasse lealdade ao país sobre a carta constitucional com um pergunta específica como esta: "Ciudadano [nome do cidadão], ¿jura ante Dios y ante la Patria cumplir fiel y lealmente la Constitución y las leyes de la República y los deberes inherentes al destino de encargado de la presidencia de la República?". A esse questionamento – que poderia, certamente, sofrer alguma alteração textual dependendo de seu período de produção –, o presidente venezuelano eleito costumeiramente respondia: "Prometo", como o fez Rómulo Gallegos em 1948, ou "sí, juro", resposta dada por Carlos Andrés Pérez, ao assumir pela segunda vez a presidência em 1989, ou, ainda, "lo juro", de acordo com a resposta dada, em 1993, por Lepage, ao assumir interinamente o cargo de presidente[10].

Seguindo o protocolo, embora com algumas diferenças textuais, aquela mesma pergunta foi feita a Hugo Chávez naquele 02 de fevereiro de 1999. Contudo, conforme o que nos permite observar o próprio juramento que apresentamos no início de nossa reflexão, contrariando as expectativas de que o presidente eleito desse uma resposta formal e curta, não foi esse o caso do juramento de Hugo Chávez, quem, em nosso modo de ver, ao retomar partes do texto de juramento pronunciado de modo solene pelo presidente da câmara e, assim, adicionar àquele texto termos e expressões de certa maneira inesperadas para a situação, além de quebrar com o código formal e institucional que regia a cerimônia, apresenta, em seu dizer, uma ruptura.

No juramento, essa ruptura se materializa através da polemização que se constrói em relação ao modelo político até então em vigor na Venezuela. Assim, em meio àquele ritual,

[10] As referências dizem respeito às respostas de juramento dadas pelos ex-presidentes venezuelanos Rómulo Gallegos (1948), Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Octavio Lepage (1993).

dava-se início a certo movimento de confronto entre o projeto recém-eleito e aquele sustentado até 1998: instituía-se uma disputa entre o *velho* e o *novo*. Tal movimento pode ser compreendido como o ápice de um processo de desmoralização de um projeto político anterior. Aquela era, portanto, uma oportunidade crucial e irrefutável para que o sujeito do discurso se posicionasse, um gesto para indicar a vontade de mudança não apenas de um governo, mas sim de todo um projeto político e, com isso, de uma concepção de país e, consequentemente, a própria ideia de sociedade. Nesse sentido, Arnoux (2008, p. 126), ao se debruçar sobre esse mesmo juramento, considera que o cumprimento do ato institucional apresenta uma "concidición de sinceridad" que no discurso se apresenta como a necessidade de "decir lo que se tiene la intención de cumplir"; o que, para a autora (ibid.), justifica as mudanças que aparecem propostas no discurso

Antes de observar como isso se manifesta na própria textualidade, nos parece conveniente colocá-la em relação com outros discursos. Nesse sentindo, ao tratar de possíveis mudanças ocorridas na esfera política da Venezuela a partir de 1999, a historiadora venezuelana López Maya (2008, p. 55) considera que a chegada de Chávez ao governo da República constitui um dos "casos emblemáticos do giro à esquerda que se produziu na América Latina"; por sua vez, o também historiador Giussepe Ávalo (2014) defende que aquela data de posse presidencial representou uma "profunda transformação na Venezuela", uma vez que, desde sua assunção presidencial, Chávez teria impulsionado mudanças fundamentais na Constituição do país que permitiriam o desenvolvimento de um novo modelo político, econômico e social (ibid.).

Tratando mais especificamente do juramento sobre o qual vimos nos concentrando, diremos que através da própria materialidade que dispara nossas discussões, percebemos que o próprio texto nos permite visualizar certa antecipação daquilo que se apresentava como as mudanças que ocorreriam na Venezuela, o que, em nossa perspectiva, se dá por meio de um duplo movimento. Cabe salientar, num primeiro momento, que costuma ser uma prática comum nesse contexto específico de posse presidencial que aquele que fala, ao fazer seu juramento, se subordine perante alguns entes institucionais[11;] neste caso específico, observamos que o indivíduo se submete diante da figura divina, colocando-se também à mercê da pátria, uma vez que estará a serviço dela, o que aparece no momento em que se diz

[11] Tal afirmação parte de nossas verificações junto aos juramentos prestados por Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner para assumir a função de presidente e presidenta da República Argentina nos anos de 2003 e 2007, respectivamente. O mesmo pode ser conferido no juramento feito por Pedro Pablo Kuczynski ao assumir a presidência da República do Peru, em 2016. Em todos os três casos, os juramentos se fazem diante de Deus e do povo.

“juro delante de Dios, juro delante de la patria”, que atua como uma retomada do texto proferido pelo presidente da câmara.

A nosso ver, essa mesma retomada antecipa o que viria a seguir, momento em que, além de se referir a Deus e à Pátria, refere-se, também, a outra figura – que cobraria um importante espaço no projeto político representado por Chávez –, o “povo”. Esse ponto nos chama especialmente a atenção no juramento, visto que se revela como uma novidade nesse tipo de cerimônia; trata-se do momento em que observamos certa aproximação do locutor com o seu destinatário, aqui não entendido apenas como os representantes públicos presentes na câmara nacional. Destinatário diante do qual se submete por meio de um determinante possessivo – ***mi*** *pueblo* –, fato que nos permite relacionar a afirmação a um sentido de pertencimento; em outras palavras, percebemos um sujeito que, submetido ao “povo”, grupo do qual ele próprio faz parte, é apresentado como alguém a serviço daquela comunidade, indicando de certa forma que, ao ocupar o cargo máximo de representação do “*coletivo social* construído como *povo”* (cf. BERMÚDEZ, 2011, p. 5), o sujeito falante se coloca à sua disposição, fazendo, talvez, o que aqui definiremos como a primeira promessa desse cidadão que passava a ocupar o lugar de presidente da República: a de trabalhar de modo a atender as necessidades dos cidadãos que conformam a sociedade venezuelana. Havia ali o anúncio, desde o início, de certo protagonismo popular naquele projeto de país que se apresentava oficialmente.

Se, por um lado, há certa aproximação do locutor com o seu interlocutor – o “povo” –, por outro, parece haver um movimento inverso com relação à ordem política até então estabelecida na Venezuela, e esse é outro aspecto que faz do juramento em questão uma enunciação singular. O dizer de Chávez nos permite visualizar certo afastamento do sujeito do discurso com relação ao cenário político venezuelano vigente até 1998. Esse afastamento pode ser percebido através da mobilização do termo “moribunda” para adjetivar a Constituição venezuelana de 1961, sobre a qual o juramento é feito[12]. Relacionando o termo utilizado a um sentido de definhamento, percebemos uma posição negativa em relação ao texto constitucional vigente naquele período. Arnoux (2008, p. 126), por sua vez, considera que o uso dessa forma promove a “anulação” da Constituição vigente até então como um “objeto de valor”. Entendemos que, a partir movimento de “desvalorização” desse objeto,

[12] A Constituição da República da Venezuela de 1961 foi a primeira carta magna do país após a reinstituição da democracia que se deu com a derrubada do governo do general Marcos Pérez Jiménez, quem ocupou a presidência durante o período ditatorial compreendido entre 1952 e 1958 (cf. GARAY; GARAY, 2006; SEABRA, 2014, p.52). Mais informações sobre esse acontecimento serão fornecidas ainda neste capítulo.

anunciava-se o fim daquilo que se determinava como o regimento do Estado da Venezuela, considerado ultrapassado, e, ao mesmo tempo, antecipava-se o surgimento do *novo*. De modo que o próprio acontecimento que marca a chegada de Chávez ao governo da República é projetado, através do juramento, como uma novidade que corresponderia à reformulação da própria concepção de Estado.

A ideia do *novo* é percebida, então, como o mote do juramento diante da sociedade venezuelana, configurando-se, conforme o que já defendemos, como uma promessa que é reiterada por meio da mobilização de outras formas na língua. Assim, observamos a defesa de "transformações democráticas" apresentadas como uma necessidade que vai diretamente ao encontro do nascimento de uma "nova República" – em oposição a uma *velha/antiga* –, numa referência ao surgimento de "novos tempos" para o país no que concerne à política e aos cidadãos. Novos tempos esses que se inaugurariam junto com a chegada de Chávez à presidência da Venezuela e com a consequente mudança na Constituição daquele país, o que ocorreria meses mais tarde, naquele mesmo ano. De modo que a proposta de renovação da República se relaciona à remodelação do *modus operandis* político e à renovação da própria relação estabelecida entre a esfera política e a sociedade.

Isso exposto, cabe destacar que, sob uma perspectiva simplista, dir-se-ia que a partir daquele momento de posse presidencial se iniciava a fase da política venezuelana que é, inclusive hoje em dia, amplamente conhecida como sendo a *Revolución Bolivariana*. Seria possível, no entanto, afirmar que aquilo que se entende, nos discursos de Chávez, como processo revolucionário teve início exatamente com a sua chegada ao governo? Em nossa perspectiva, esse modo de enxergar os acontecimentos tende a ser superficial, uma vez que desconsidera todo o processo histórico que atravessa a eleição de Hugo Chávez para a presidência da República em dezembro de 1998. De acordo com as considerações de Romero (2001), o "fenômeno chavista" representaria, naquele momento, uma ruptura com o passado imediato, isto é, com o período que antecede sua chegada ao poder, e isso se dá de modo a "reconfigurar a natureza e o conteúdo do discurso político como discurso de poder" (ibid., p. 233). Ainda conforme o historiador (ibid., p. 237), um dos principais desafios políticos para o recém-eleito mandatário era o de marcar uma ruptura com o sistema político que o antecedera num intenso processo entendido como uma "dinâmica de modificação das formas de socialização política".

Todo esse processo de transformação atrelado ao anúncio de "novos tempos" para a Venezuela e à ruptura com a ordem política tradicional do país estaria intimamente

relacionado a certa "necessidade histórica do processo de mudança" que, segundo o próprio Romero (ibid.), era insistentemente defendido por Chávez em seus discursos. Com o fim de entender a que sentidos se relacionam as transformações a que se refere Chávez em seu juramento, como também em outros discursos, e com o que realmente se pretende romper no cenário político venezuelano, devemos recuperar alguns acontecimentos históricos que marcaram a política daquele país no século XX, o que nos permitirá abordar o processo que abriu os caminhos para que um militar e ex-comandante de paraquedistas[13] se tornasse a figura central de um movimento revolucionário que ocuparia oficial e democraticamente a presidência da República na virada do século.

Como já observamos, os próprios discursos de Hugo Chávez nos permitem compreender que o processo político empreendido na Venezuela, projetado e autodeterminado como *revolucionário*, não poderia encontrar seu início justamente na eleição de 1998 ou, então, na consequente posse presidencial ocorrida em 02 de fevereiro de 1999; algo que pode ser observado no seguinte fragmento:

> Este año es clave, este año es clave, el año 2008 es clave. Hemos entrado al año número diez de la Revolución o más bien del gobierno revolucionario, porque siempre aclaro que la Revolución tiene varias etapas, hace nueve años que llegamos al gobierno… la Revolución llegó al gobierno. Ahora, la Revolución es antes del gobierno y después del gobierno, más allá del gobierno o de gobiernos está una Revolución, un pueblo, una resolución, nueve años, hemos entrado al año décimo, este año será clave, vamos a redondear una primera década el próximo 2 de febrero, vamos a ver quién estará si Bush allá, o el pueblo aquí. Vamos a ver quién puede más este año, estamos en un pulseo, pulseo. Yo invito a todos a que me acompañen en esta mano, bueno en esta que es la zurda, para que le hagamos así al imperio, le doblemos el brazo al imperio (CHÁVEZ, *Aló, presidente*, nº 303, 10 de fevereiro de 2008.).

O recorte precedente é parte de um discurso proferido diretamente do estado de Barinas, no sudoeste do país, no ano em que se completariam dez anos da eleição de Chávez como presidente da República[14], e, a partir dele, podemos observar afirmações que dizem respeito à própria concepção do processo revolucionário. Em uma dessas referências, observamos que se associa a abertura do processo revolucionário a 1998, isto é, aos dez anos

[13] Giussepe Ávalo (2014, p. 33-37) apresenta uma breve biografia política de Hugo Chávez, pontuado, inicialmente, a formação do ex-presidente como militar, logo após ter-se formado nos estudos básicos. Segundo o autor, Chávez se formou na Academia Militar da Venezuela em 1975, e, em 1991, foi nomeado Comandante do Batalhão de Paraquedistas Coronel Antonio Nicolás Briceño, localizado na cidade de Maracay, capital do estado de Aragua, na região central da Venezuela.

[14] De acordo com Giussepe Ávalo (ibid., p. 34), Hugo Chávez foi eleito de modo democrático como presidente, conforme determinava a Constituição da República, no dia 06 de dezembro de 1998, com 58% dos votos válidos.

que completaria sua primeira eleição presidencial em 06 de dezembro 2008, entretanto, logo em seguida, notamos um movimento de retomada que aponta para um deslocamento de sentido: a revolução não teria se iniciado com a eleição de Chávez, mas sim numa etapa anterior a esse evento. O ano de 1998 representaria, portanto, o momento em que o movimento revolucionário já existente, por meio de eleições democráticas, teria chegado ao governo da República, fato este que completaria oficialmente dez anos apenas em fevereiro de 2009, quando Chávez celebraria uma década como presidente venezuelano.

Diremos, então, que a revolução não se projeta a partir das campanhas eleitorais que culminariam na vitória de Chávez em 1998, ou mesmo de sua posse presidencial, configurando-se como um processo que, de certo modo, no fragmento do discurso que apresentamos, é significado como algo superior a uma data ou a outro ponto cronologicamente determinável, sendo, pois, de algum modo "anterior e posterior" ao governo que, por sua vez, se significa apenas como uma das diferentes etapas do ímpeto revolucionário em marcha. Entendemos, ainda, que existe uma tendência em relacionar tal revolução ao *povo*, que, ao contrário dos governos, permanece promovendo as mudanças necessárias para o país; *povo* esse que, no enunciado apresentado acima, é diretamente oposto a Bush, então presidente dos Estados Unidos, o que associa esse referente – o *povo* – a um grupo que caminharia em direção oposta aos interesses internacionais sobre a Venezuela.

Toda essa discussão nos leva a indagar sobre o processo que teria permitido ao movimento revolucionário alcançar um lugar de preponderância no cenário político venezuelano, e é sobre isso que nos concentramos a seguir. Para tanto, apoiaremo-nos nas reflexões de López (2010, p. 35), para quem alguns acontecimentos históricos e políticos próprios da segunda metade do século XX "pesaron de forma significativa en la reconfiguración política de los imaginarios colectivos venezolanos".

Devemos esclarecer, neste ponto, que esses tais acontecimentos serão colocados em relação não apenas com discursos produzidos nos campos das ciências sociais ou da história, mas também com fragmentos de discursos proferidos pelo próprio Hugo Chávez. Faz-se pertinente destacar, ainda, que nossas reflexões não seguirão um padrão ortodoxo, uma vez que partirão de um objeto específico – e de sua produção de sentidos –, um poema, que será colocado em relação com outros discursos para, a partir desse movimento, possibilitar a articulação de algumas considerações que julgamos oportunas para se compreender a ascensão de Chávez na política venezuelana.

O 4 de fevereiro

Gostaríamos de dar início a este ponto de nossa discussão resgatando um poema que será utilizado aqui como um impulso para a construção de nossas próximas reflexões. Em nosso modo de ver e tomando emprestadas as considerações de Orlandi (2015, [1999], p. 24), ao colocarmos nosso objeto em relação com outros textos, diremos que a nossa compreensão do referido poema nos possibilitará observar alguns processos de significação aí presentes e, também, nos levará a "escutar" outros sentidos (ibid.). A respeito mais especificamente do poema em questão, devemos destacar o fato de que foi escrito por Chávez enquanto ainda desempenhava a função de comandante militar no ano de 1992[15]. A seguir, reproduzimos os versos do dito poema.

Rendición

Aviones rasantes, centellas ¿enemigas?
miles de ojos miran inocentes
niños enjaulados en latas y cartones
a las faldas de la colina.
Me escudriñan los ojos amanecidos
de mi tropa rebelde.
Rojos de boinas, tricolor de brazaletes.
Mi Comandante: ¿peligra la Patria?
Volveremos de nuevo, como águilas
¡¡Paracaidistas por Venezuela!!
Incertidumbre terrible,
¿suicidio sin sentido?
¿genocidio? ¿fratricidio?
¡¡No!! ¡¡Abajo los fusiles, arreen pabellones!!
silencio en los cañones
y frío profundo
en el corazón como de
muerte. Rendición
muchachos.
¡¡¡Por ahora!!!

Sótanos DIM, 6 Feb. 92. (Transcrito en Yare. Agosto 1992)

Como se registra no fim do próprio texto, o poema foi composto no dia 06 de fevereiro de 1992, depois de apenas dois dias do episódio que logo se tornaria conhecido, segundo Soto

[15] Devemos esclarecer que o poema que reproduzimos segue a forma original com a qual se apresenta na página *Todo Chávez*, que pertence ao governo venezuelano e está disponível na Internet. O texto foi composto por Hugo Chávez em 06 de fevereiro de 1992 e transcrito em agosto daquele ano enquanto ocupava uma das celas do presídio de Yare, no estado de Miranda, após sua detenção provocada pela tentativa de golpe de Estado em 04 de fevereiro daquele mesmo ano.

Rojas (2014) como o “4F”, em referência à rebelião militar acontecida em 04 de fevereiro, acontecimento esse que marcaria os próximos eventos políticos na Venezuela.

A leitura do poema nos permite observar, num primeiro momento, referências a aviões que, naquela data, realizavam seus voos de modo raso e veloz sobre a cidade de Caracas. Logo a seguir, nos deparamos com a referência a crianças inocentes que, de suas casas, nas colinas, observavam aqueles velozes movimentos, certamente assustadas. Podemos compreender essas referências ao colocá-las em relação com as considerações de Mendes (2012), segundo quem, naquele ano – em 1992 –, entre os dias 3 e 4 de fevereiro, ocorria uma tentativa de golpe de Estado que visava derrubar o governo do então presidente Carlos Andrés Pérez, em seu segundo mandato presidencial (1989-1993). De acordo com o próprio cientista social (ibid.), a insurreição foi organizada pelo grupo de militares que se autonomeava *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*, mais conhecido por sua sigla MBR-200.

O movimento, segundo as considerações de Mendes (2012) e de Seabra (2014), contava com a participação do então tenente-coronel Hugo Chávez e era composto por um conjunto de diferentes militares de baixos e médios postos do exército nacional que tinham como intenção medular, além da destituição do então presidente, dominar as principais vias de acesso da cidade de Caracas, bem como algumas instituições, entre outros pontos estratégicos, de modo a impossibilitar uma contraofensiva do governo oficial (MENDES, 2012; SEABRA, 2014).

Algumas capas de jornais venezuelanos publicados naquela mesma terça-feira significam assim esses acontecimentos:

96 PAGINAS Cuatro Cuerpos

EL UNIVERSAL

Nada convence más que la verdad

CARACAS, MARTES 4 DE FEBRERO DE 1992 – AÑO LXXXIII – Nº 29.658

A las 3:15 am se anunció que el gobierno había controlado la situación

Alzamiento militar

EL UNIVERSAL

Imagem 1: Capa do jornal *El Universal*, 04 de fevereiro de 1992.

En las próximas horas se espera acción

A SANGRE Y FUEGO LAS FAN RETOMARAN LA CARLOTA Y CUARTEL PAEZ

El Mundo

El único vespertino de Venezuela

CARACAS MARTES 4 DE FEBRERO DE 1992

Año 35 Nº 9.531

33,5% En ahorros Cualquiera sea el monto

Bancentro

El Madrugonazo de Carapintadas

POR 5 HORAS MIRAFLORES ESTUVO EN MANOS DE GOLPISTAS

Un alerta al llegar de Suiza salvó al Presidente

• Metieron tanque hasta la puerta del Despacho Presidencial.

CARAPINTADAS, TIROS, TANQUETAS Y F-16

Suspendidas las Garantías

DETENIDOS PRIMEROS MILITARES GOLPISTAS

Imagem 2: Capa do jornal *El Mundo*, 04 de fevereiro de 1992.

Muito embora a investida militar tenha se efetivado, ao contrário do que planejava o MBR-200, a revolta não obteve, de fato, um sucesso de fato. Para López Maya (2008, p. 55), a rebelião representou, na verdade, um "golpe de Estado falido", tese também defendida pela edição de 4 de fevereiro de 1992 do jornal venezuelano *El Nacional*. Mendes (2012, p. 118), por sua vez, chega à conclusão de que a manobra militar do movimento foi um verdadeiro "fracasso". Devemos salientar que existem algumas razões para que esses autores cheguem a defender a ideia de frustração do golpe de Estado, e a principal delas está já na tentativa inicial de tomada do poder, que supunha o aprisionamento do presidente Pérez.

Conforme aponta García Márquez (1999) em sua crônica "El enigma de los dos Chávez"[16] – escrita a partir de uma entrevista que o próprio escritor e jornalista realizou a

[16] Essa crônica foi publicada originalmente em 1999 na revista colombiana *Cambio Colombia*, porém, aqui, nós a citamos pelo registro presente na página da *Revista Anfibia*, da *Universidad Nacional de San Martín* (Argentina). Seu título remete a que García Márquez, em seu próprio texto, reconhece ter presenciado uma outra faceta de Hugo Chávez, diferente daquela apresentada pelos meios de comunicação, que o associavam a uma figura séria e rígida. Após a entrevista, o autor afirma ter viajado e conversado com dois homens opostos: "Uno a quien la suerte empedernida le ofrecía la oportunidade de salvar a su país. Y el otro, un ilusionista, que podía passa a la historia como un déspota más" (GARCÍA MÁRQUEZ, 1999, p. 6).

Hugo Chávez em um voo que se dirigia de Havana a Caracas –, o presidente Carlos Andrés Pérez, em 3 fevereiro de 1992, chegava de uma viagem realizada à Suíça e, ainda no aeroporto, teria se surpreendido com a recepção de seu ministro da defesa que o tranquilizou e o conduziu à residência presidencial oficial de *La Casona* (ibid.). Naquela mesma madrugada, contudo, o mesmo ministro telefonaria ao então presidente informando sobre um levantamento militar. Essa série de providências colocaria em xeque a tentativa de golpe, já que Pérez se retiraria de sua residência oficial e se dirigiria ao Palácio de Miraflores, sede do governo da República. Para Mendes (2012), o primeiro passo a ser dado pelo movimento era, de fato, a retenção do presidente em *La Casona*, contudo, os militares não o encontraram ali e, naquela mesma madrugada, o então presidente conseguiu denunciar a tentativa de golpe via televisão, solicitando o apoio popular e, assim, desarticulando totalmente o plano do movimento "rebelde" de ocupar o canal de televisão do Estado a fim de transmitir a mensagem dos militares e, com isso, informar a população sobre os acontecimentos que teriam lugar em Caracas e em outras cidades venezuelanas nos próximos dias (ibid.).

Neste ponto, estabelecemos uma relação entre essa tentativa malsucedida de comunicação televisionada por parte dos militares insurgentes com o fragmento do poema que refere aos "olhos que olham inocentes" e das "crianças presas em latas e papelões nas colinas", que, em nosso modo de ver, fazem uma referência aos pobres, isto é, aos cidadãos marginalizados que ocupam as comunidades carentes da cidade de Caracas. Conformadas por um conjunto de construções irregulares, muitas vezes levantadas a partir de latas e papelões[17], essas comunidades são conhecidas na Venezuela como *barrios* e se espalham pelos morros que fazem parte do relevo caraquenho, compondo a paisagem da capital venezuelana e retratando a realidade da desigualdade social no país. Nesse sentindo, retomando a questão do insucesso da comunicação televisiva por parte dos militares, compreendemos que o MBR-200 não teve a oportunidade de se comunicar com os cidadãos que integravam a parcela da sociedade empobrecida nos níveis sociais e econômicos, não sendo possível, pois, que se apresentassem como defensores da população marginalizada, dos 'olhos inocentes' que não eram, absolutamente, o alvo dos ataques, mas aqueles que deveriam ser defendidos.

[17] Parece-nos pertinente a referência ao conceito de *cotexto*, definido por Léon e Pêcheux (2014 [1982]), segundo o qual "o 'sentido' de um texto, de uma frase e, no limite de uma palavra, só existe em referência a outros textos, frases ou palavras" (ibid., p.165). Dessa maneira, sugerimos a leitura da letra da canção *Techos de cartón*, de 1974, do cantor e compositor venezuelano Alí Primera, conhecido como 'el cantor del pueblo'. Fazendo referência à realidade de comunidades carentes, o compositor destaca a tristeza que envolve as pessoas que nelas vivem em suas *casas de cartón* – casas de papelão, em português. Ao destacar a relação social e econômica da cidade com as pessoas que habitam os morros, muitas vezes pautada na exploração, a música chama a atenção para as crianças que, à espera de alguma esperança, famintas e enfermas, vivem tristes em suas casas de papelão. A letra da canção a que fazemos referência se encontra no item "Anexos" deste trabalho (Anexo 1).

A nosso ver, a associação entre a referência aos “miles de ojos tristres e inocentes” e o desejo de comunicação televisionada, nos permite pensar esse gesto como um modo para se estabelecer uma primeira aproximação entre o MBR-200 e a população desfavorecida; um movimento que, de alguma forma, permitiria atrair a atenção dessa parcela da população e, com isso, conquistar algum apoio social para a rebelião. Contudo, o fato de os militares não terem conseguido estabelecer contato com a população, pode ter contribuído para que os membros do movimento que haviam orquestrado o golpe rapidamente passassem a ser determinados como “inimigos” do Estado e como “golpistas que planejavam assassinar o presidente” (EL NACIONAL, 04 de fevereiro de 1992), o que teria certamente se intensificado não só pelas manchetes dos jornais impressos, mas também pelo próprio pronunciamento do presidente da República em rede nacional.

Concentrando-nos, agora, no trecho do poema em que o *eu* se refere aos eventos ocorridos em 4F, podemos observar dois movimentos. Em primeiro lugar, nesse momento do texto, o *eu* se posiciona como figura central do agrupamento responsável pela sublevação, algo que é considerado por Méndez (2004, p. 123), segundo quem a “insurrección militar fue encabezada por Hugo Chávez Frías”, e também por Baiz Quevedo (2002, p. 345), quem considera que Chávez era o “líder de la rebelión”. Retomando o poema, percebemos essa projeção do *eu* como chefe do movimento no instante em que se afirma que os olhos da ‘tropa rebelde’ o observam atentamente. Podemos associar a expressão ‘ojos amanecidos’ aos membros do MBR-200 que aparecem determinados como *homens a serviço da pátria* no momento em que se mobilizam marcas linguísticas que fazem referência à vestimenta: por um lado, “rojos de boina”, o que alude ao uniforme militar e à cor de luta, o vermelho; e, por outro, “tricolores de brazaletes”, numa referência à bandeira venezuelana – símbolo nacional composto das cores amarela, azul e vermelha – que se mostrava nos braços dos agentes da tropa; homens que, por terem lutado durante toda a madrugada – entre 03/02 e 04/02 –, passaram a noite em claro e, esperavam as ordens de seu comandante após as falhas cometidas no intento de golpe.

Já no segundo movimento, observamos a atitude dessa figura diante dos acontecimentos e da incerteza dos militares; é neste ponto do texto em que se faz uma referência à derrota e, ao mesmo tempo, uma exortação. Reconhece-se, inicialmente, o desbaratamento sofrido pelo agrupamento através da série de imperativos que marcam que era chegada a hora de ‘abaixar as armas’, silenciá-las, ‘recolher a bandeira’, isto é, retirar-se da batalha. Conforme aponta Mendes (2012), havia uma associação de fatores que culminou no

isolamento do movimento insurgente e, por sua vez, Chávez, a partir de seu lugar de comandante, passou a negociar a rendição do grupo com o fim de evitar uma intensificação de ações violentas (ibid.).

É interessante notar, contudo, que ao mesmo tempo em que se faz a declaração de rendição, há um movimento de incentivo e perseverança quando se anuncia que toda aquela luta não havia sido em vão, que não era uma batalha sem sentido e que, sobretudo, não se tratava de um conflito ‘genocida’ ou ‘fratricida’; em outras palavras, a batalha não tinha a intenção de levar a um aniquilamento geral e nem estava pensada contra os cidadãos venezuelanos, determinados, nesse caso, como irmãos dos próprios militares revoltosos. Aquele era, na verdade, o momento de se render com a consciência de que aquilo não representaria o fim.

Neste ponto, podemos tratar do momento em que, no poema, se faz o registro de uma “rendição” que se antecipa como apenas momentânea mediante a mobilização do marcador *por ahora*, passível de ser traduzido para a língua portuguesa como “por enquanto” e que está diretamente relacionado ao discurso proferido pelo então comandante Chávez após ter-se entregado às forças militares aliadas ao governo de Carlos Andrés Pérez. Naquele momento, ocorria a mobilização da forma linguística em questão diante da imprensa, tornando-se destaque, inclusive na capa do jornal *El Universal* em sua edição de 05 de fevereiro, um dia após a tentativa de golpe de Estado:

Sofocada la rebelión en todo el país y detenidos sus cabecillas

Todos los servicios de transporte funcionarán hoy

Por ahora no hemos logrado controlar el poder

Esperan normalidad en el sector educativo

Fujimori en Maiquetía

LA NOTICIA

Centauro de los Llanos llamaban al jefe de la rebelión

Si Pérez se cambia de traje hubiese sido atrapado

Caldera duda versión sobre intento de asesinato a Pérez

Salí como pude de La Casona

EL UNIVERSAL

Imagem 3. Capa do jornal *El Universal*, 05 de fevereiro de 1992. Destaque nosso.

Baiz Quevedo (2002) chama a atenção para esse acontecimento destacando que, após a tentativa de golpe ter sido "sufocada", Hugo Chávez apareceu diante das câmeras de televisão, trajando seu uniforme de campanha militar e, por meio de uma breve declaração, assumia as responsabilidades do movimento e solicitava que seus companheiros cessassem fogo. Algo que aparece significado no seguinte pronunciamento que se relaciona com o poema *Rendición:*

> Buenos días a todo el pueblo de Venezuela. Y este mensaje bolivariano va dirigido a los valientes soldados que se encuentran en el regimiento de paracaidistas de Aragua y en la brigada blindada de Valencia. Compañeros, lamentablemente, *por ahora*, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital, es decir, nosotros, acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de evitar más derramamiento de sangre, ya es tiempo de reflexionar, y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que rumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que, oigan mi palabra, oigan al comandante Chávez que les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas, porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado en nivel nacional es imposible que los logremos. […] Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento y yo, ante el país y ante ustedes asumo la responsabilidad de este movimiento militar bolivariano. Muchas gracias (CHÁVEZ, 1992, grifo nosso.)[18].

Ainda conforme Baiz Quevedo (2002, p. 346), a expressão *por ahora* arremata o discurso de Chávez, materializando a bandeira de "una rebelión latente". De modo que o evento não é significado como uma derrota, mas como um anúncio de continuidade de uma batalha que apenas começava, uma rebelião que se ocultaria provisoriamente, mas que ressurgiria a qualquer momento.

Mendes (2012), através de um minucioso estudo acerca do movimento bolivariano e da política na Venezuela, discorre sobre o episódio de capitulação de Chávez destacando que o pronunciamento em questão foi fruto de uma "negociação" empreendida pelo então tenente-coronel. Segundo o autor (ibid.), o mesmo ministro da defesa que havia salvaguardado a liberdade do presidente Pérez, teria entrado em contato com Chávez a fim de reivindicar que ele se entregasse, e afirma que o comandante da rebelião militar teria aceitado se render com a condição de que o governo o autorizasse a realizar o pronunciamento que reproduzimos anteriormente diante de diferentes meios de comunicação e em rede nacional. A partir disso, Chávez pretendia se comunicar com os demais militares apoiadores do golpe de Estado em

[18] A transcrição do discurso de Chávez é de elaboração própria a partir de um vídeo disponível na Internet, mais especificamente, na página *Youtube*. O vídeo se encontra no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=hhwhPufEdGc>, e o acesso foi feito no dia 11 de fevereiro de 2018.

diferentes cidades do país para informar do fracasso acontecido em Caracas. O próprio Mendes (ibid.) observa que, no entanto, a breve mensagem não se dirigia apenas aos militares, com base na saudação inicial "buenos días a todo el pueblo de Venezuela". Nesse sentido, o marcador *por ahora* se associaria a certa expectativa, que, segundo o autor (ibid., p. 120), se estenderia a outros setores da sociedade venezuelana, de que o movimento liderado por Chávez, embora tivesse sido derrotado naquele momento, "não esgotaria ali seu projeto de conquista pelo poder".

Conforme o exposto por García Márquez (1999) e de acordo com os relatos do próprio Chávez registrados pelo jornalista, a condição posta pelo líder do movimento para negociar sua rendição partia do mesmo princípio que teria levado o presidente Pérez aos estúdios de uma das maiores redes de televisão venezuelanas para falar ao país ao denunciar a tentativa de golpe: *recorrer ao apoio popular*. Como parte dessa negociação, o então comandante e líder do MBR-200 pôde realizar seu pronunciamento, sendo encarcerado imediatamente e liberado apenas dois anos depois, em 1994, por meio de uma absolvição conferida pelo então presidente Rafael Caldera. A respeito da sublevação de 1992, García Márquez (ibid., p. 2) pondera, ainda, que "el golpe de febrero parece ser lo único que le ha salido mal al coronel Hugo Chávez Frías", mas logo acrescenta que "Chávez lo ha visto por el lado positivo, como un revés providencial".

Já no que concerne ao pronunciamento de rendição, García Márquez (ibid.), em sua mesma crônica, agrega que a alocução de Chávez "fue un triunfo político". Para Méndez (2004), pesquisadora venezuelana, esse clima apoteótico contido no discurso do então líder do agrupamento militar estaria associado ao fato de que foi através do desenvolvimento da insurreição de 04/02/1992 que a opinião pública venezuelana passou a conhecer a existência do *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200). Nesse mesmo sentido, o pesquisador brasileiro, Mendes (2012), propõe que essa tentativa de golpe foi fundamental para a imagem pública do movimento bolivariano. Silva (1999), por sua vez, assinala que, segundo um depoimento do próprio Chávez, a experiência de ter vivido a rebelião de 4F fez com que o comandante conseguisse alcançar certo grau de confiança que, inclusive, o teria permitido presidir o país posteriormente[19]. Essa relação entre o 4F e a chegada de Chávez à presidência da república é algo que se pode perceber em alguns discursos proferidos pelo ex-presidente, algo que se significa da seguinte maneira neste trecho de discurso, retirado da

[19] Para fazer essa afirmação, Silva (1999) se baseia na citação de um discurso de Hugo Chávez feita por Lugo (1997): Lugo, L. "Domingo con Hugo Chavez Frias". *El Nacional, 2/02/97,* D-l.

edição 246 de *Aló, presidente*, no momento em que Chávez se refere à "rebelión del 4 de febrero de 1992":

> El 4 de febrero, Venezuela entró en una nueva etapa. Yo no hubiese llegado a ser presidente de Venezuela nunca, jamás, si no hubiese ocurrido la rebelión militar bolivariana del 4 de febrero de 1992 (HC 246 2C – 05/02/2006[20]).

Percebemos que, enquanto para alguns, o 4F representa apenas uma tentativa de golpe desalentada, para outros, como para o próprio Chávez, aquela data, longe de representar um malogro, é projetada como um episódio vitorioso, e isso é confirmado uma vez mais por García Márquez (1999) quem revela que muitos partidários de Chávez, assim como vários opositores, costumavam acreditar que aquele famoso pronunciamento de derrota havia sido também o primeiro discurso de campanha eleitoral que o teria levado a ganhar as eleições para a presidência da República venezuelana apenas seis anos depois (ibid.).

É nesse sentido que, voltando a nos concentrar sobre o poema *Rendición*, visto aqui como o objeto discursivo que impulsiona nossa discussão a respeito dos sentidos construídos ao redor do acontecimento conhecido como 4F, diremos que ele se apresenta, em nossa perspectiva, como uma espécie de poesia épica[21], uma vez que se refere ao episódio em questão focalizando a heroicidade associada ao agrupamento e a seus militares em meio ao conflito, anunciando suas dificuldades e o caráter desses indivíduos em prol da pátria. Essa tendência épica tende a ser perceptível, ainda, quando consideramos que ao mesmo tempo em que é interpretado como fato inviável – dado o insucesso de seu objetivo central, a tomada do poder –, o acontecimento é visto como plausível e é significado como um ato bem-sucedido da revolução que, por sua vez, viria a conquistar a primeira de suas "glórias" com as eleições de 1998.

Com base nas reflexões de Brandão (2012) e considerando o princípio de que todo processo discursivo é, na verdade, parte constituinte da produção de sentidos e que os discursos são o espaço em que emergem as significações, diremos que as considerações que propusemos até o momento nos levam a refletir sobre as ponderações de Baiz Quevedo

---

[20] As informações apresentadas entre parênteses correspondem à localização do fragmento de discurso em nosso *corpus*. Voltaremos a nos referir a isso no início do terceiro capítulo desta dissertação.

[21] Para essa consideração, colocamos em relação o poema *Rendición* com as clássicas observações de Aristóteles sobre a poesia épica que se encontram em sua *Poética*. Segundo o próprio filósofo grego, a epopeia deve apresentar peripécias, reconhecimentos e cenas de sofrimento, além de beleza e de elocução, sendo próprio do texto épico a defesa daquilo que é impossível, mas que, ao mesmo tempo, é verossímil (cf. ARISTÓTELES, 2008).

(2002), segundo quem a revisão da trajetória política de Hugo Chávez passa pela revisão da trajetória de um discurso. Ampliaríamos essa colocação, propondo que as referências ao percurso político de Chávez requerem uma *necessária* consideração não de *um discurso*, mas de algo mais amplo (cf. ORLANDI, 2015 [1999]), isto é, de um processo discursivo que cobra forças e se estende no cenário político venezuelano a partir do final do século XX e que inscreve os acontecimentos na história como um processo que se significa como uma "Revolução".

Assim, quando associamos *Rendición* ao pronunciamento de rendimento proferido por Chávez via televisão em 4F, podemos considerar que estamos diante do início de uma nova fase do discurso político na Venezuela que, apoiando-nos nas reflexões de Zoppi-Fontana (2014, p. 21)[22], diremos que passava a assumir propriamente o "tom épico de grandes epopeias nacionais", pois começava a se autorrepresentar como um "gesto definitivamente fundador de um novo tempo" (ibid.).

Não seria equivocado, portanto, considerar que a fala de Chávez no momento de sua rendição se constitui como o primeiro pronunciamento público dessa figura como político, um acontecimento marcado pelo deslocamento do lugar ocupado pelo sujeito naquela formação social. Com isso, estamos dizendo que, naquele momento, diante das câmeras, se deixava de falar a partir de um espaço militar para passar a ocupar um lugar na esfera político-institucional da Venezuela, delimitando, assim, o lugar de um líder; fator esse decisivo para a transformação não apenas do tom dos discursos e do alcance da ressonância do dizer, mas dos próprios sentidos possíveis do dizer, uma vez que, de acordo com Orlandi (2015 [1999], p. 37), "o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz". De modo que é bastante conveniente estabelecer uma relação entre o discurso de rendição que aqui mobilizamos e o juramento de posse presidencial que deu início a nossas reflexões, posto que enquanto aquele primeiro dá espaço a certo grau de esperança e de luta pela transformação da ordem das coisas, o segundo, proferido já a partir de outro lugar, se relaciona, como vimos discutindo, à proposta do *novo*, isto é, à chegada de um tempo que se antecipa como "novo" ao ser visto como capaz trazer consigo as ações que permitiriam realizar as mudanças necessárias para a política e para a construção de uma nova relação com a sociedade.

[22] Esclarecemos que Zoppi-Fontana (2014) se refere ao discurso político iniciado na Argentina com os primeiros governos democráticos surgidos naquele país após o último período ditatorial. A referência ao "novo", nesse caso, está associada ao distanciamento do poder repressor da ditadura cívico-militar e à aproximação do discurso de modernização.

Interessa-nos, agora, compreender a partir de que situações o golpe de 4F foi concebido e, sobretudo, entender as razões que levavam Chávez a propor uma nova fase para a política venezuelana; em outras palavras, devemos considerar quais foram os acontecimentos relacionados à explosão de uma revolta militar e, também, qual foi o caminho percorrido para que Chávez deixasse de ser relacionado à imagem de golpista para assumir democraticamente o cargo de representação máxima da política da Venezuela, propondo a reforma política do país e, consequentemente, opondo-se àquilo que se considerava o *velho* ou o *antigo*, isto é, ao antigo sistema democrático e aos gestos governamentais que o haviam antecedido.

O 27 de novembro

A partir de uma série de leituras feitas e das relações que elas nos permitem estabelecer[23], podemos dizer que o ano de 1992 pode ser definido como o epicentro de um período de mudanças no cenário político da Venezuela e, para fazer essa afirmação, não estamos considerando por si só o ato de insurreição ocorrido em 04 de fevereiro daquele ano, mas sim outros acontecimentos que se inscrevem na história política desse país e que consideramos que se vinculam ao 4F; e é justamente sobre alguns desses acontecimentos que pretendemos nos debruçar a partir de agora.

Assim, faz-se pertinente salientar que, como já observamos, embora o movimento empreendido em 4 de fevereiro tenha sido desmantelado por forças aliadas ao governo de Pérez e que os líderes do movimento insurgente, entre os quais se encontrava o coronel Chávez, tenham sido detidos, concordamos com as considerações de Tinker Salas (2013) quando esse autor observa não ser possível negar que a ação por trás do acontecimento conhecido como 4F tenha atraído as atenções de diferentes setores nos níveis nacional e internacional sobre a situação vivida na Venezuela, o que, conforme aquele mesmo autor (ibid., p. 335), revelava os "fracasos del sistema político" no país entre as décadas de 1980 e 1990. Mais adiante, nos concentraremos sobre os possíveis sentidos relacionados a esses "fracassos" a que se refere o historiador venezuelano; por ora, nos parece conveniente precisar que o ano de 1992 se destaca, ainda, por haver testemunhado outro levante militar que ocorreu aproximadamente nove meses depois daquele primeiro e que, embora pareça ser um acontecimento quase sempre visto em segundo plano, de nossa parte, tende a se significar

[23] Méndez (2004), López Maya (2008), Mendes (2012) e Seabra (2014).

como um fato fortemente relacionado ao 4F e, além disso, como um acontecimento que de certa maneira teria contribuído para a construção daquilo que se apresenta como sendo uma nova fase para a política venezuelana a partir de meados da década de 1990.

O episódio em questão ficou conhecido como 27N em alusão ao dia 27 de novembro de 1992, quando – como registra Mendes (2012) – grupos militares apoiados por civis saíram pelas ruas da cidade de Caracas mais uma vez com a intenção de derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez. Naquela oportunidade, contudo, à diferença da primeira tentativa de golpe – afirma o estudioso (ibid.) – membros filiados ao movimento, o MBR-200, puderam tomar o canal de televisão estatal e, desse modo, foi possível a exibição, para todo o país, de uma mensagem gravada por Chávez, quem, mesmo preso desde fevereiro daquele ano, convocava a população à rebelião. A seguir, apresentamos um fragmento da mensagem transmitida via TV naquela data:

> *Por ahora y para siempre*, el Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 vuelve a lucha con las banderas populares en alto al encuentro con la victoria definitiva. (CHÁVEZ, 27 de novembro de 1992, grifos nossos)[24.]

Se, como já discutimos, no discurso proferido em 4 de fevereiro, a forma *por ahora* apresentava um importante papel no processo de significação da mensagem televisionada após a tentativa de golpe, sendo associada a uma paralisação momentânea da batalha contra a ordem política em vigência, agora, nos chama especialmente a atenção o fato de se retomar esse mesmo marcador colocando-o em relação, nessa oportunidade, a outro – *para siempre* –, que, por sua vez, a partir de um movimento oposto, relaciona-se a uma ideia de continuidade e que, posposta à forma *por ahora*, nos permite relacioná-lo à permanência do movimento e, por conseguinte, da batalha por esse empreendida na política venezuelana a partir da data que marca essa segunda tentativa de golpe em 1992. Nessa ocasião, enfatiza-se, ademais, o tom popular dos atos sublevantes no momento em que se afirma que o MBR-200 retoma suas atividades carregando consigo as *banderas populares*, o que nos permite perceber certa associação das ações do movimento a uma "luta em nome do povo", pois podemos considerar a *bandera* não apenas como um objeto simbólico que representa um grupo específico, mas também como um objeto diante do qual se submetem aqueles que batalham ou se revoltam: assim, aqueles que se submetem à bandeira estariam, na verdade, submetendo-se ao grupo social por ela representado. Devemos ainda observar a existência de certa relação entre a

[24] A transcrição da mensagem total é nossa e foi construída a partir do material disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=upWYAHrrnVg>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

importância atribuída ao setor popular e a chegada do que se denomina como *victoria definitiva*, o que parece se dar a partir de movimentos paralelos: por um lado, temos que a luta se dava em nome dos setores populares, por outro, esses mesmos setores eram convocados a apoiar e a participar daquela batalha. De modo que o elemento "popular" pode ser percebido a partir de sua dupla determinação como meio e fim da luta ou, em outras palavras, como agente e paciente da batalha que se empreenderia.

Dito isso, tomamos, agora, outro fragmento que completa o total da mensagem proferida naquele 27 de novembro:

> […] después de la jornada gloriosa del 4 de febrero, l*os hombres y mujeres de Venezuela* agotaron todos los medios pacíficos para lograr los cambios improrrogables en la organización y conducción del Estado venezolano. El mundo entero fue testigo de *las jornadas creativas y esperanzadas de una población que despertó y tomó conciencia de su fuerza liberadora*. Sin embargo, una diligencia ciega y sorda ante el clamor popular continuó de espaldas a la nación y pretendió una vez más engañar la opinión pública valiéndose de pactos secretos y contrarios al interés nacional. Ya basta de tanta ignominia, basta de tanta traición. *Los hombres y mujeres concientes, comprometidos con el futuro del país*, hemos salido ahora mismo para combatir en las calles y cabildos de Venezuela para recuperar con nuestros propios brazos el honor mancillado de la patria, para comenzar a construir un sistema de gobierno que nos proporcione la mayor suma de felicidad posible, la mayor suma de seguridad social, la mayor suma de estabilidad política, como decía nuestro máximo líder, el general Simón Bolívar, el Libertador. Este sistema de gobierno es y será para siempre la democracia bolivariana. (CHÁVEZ, 27 de novembro de 1992, grifos nossos).

Queremos chamar a atenção para a referência que se faz ao 4F, uma vez que esse, no fragmento de discurso apresentado acima, é retomado como uma *jornada gloriosa*. Essa antecipação permite significação desse acontecimento como vitorioso ou com um "episódio" que obteve, de alguma forma, uma conquista. A nosso ver, esse sentido relacionado ao 4F tende a corroborar nossa proposta de um tom épico que, no subitem anterior deste primeiro capítulo, interpretamos como regular no discurso de Chávez, sobretudo no que diz respeito ao processo de construção de imagens sobre os "novos tempos" que nasceriam para a política na Venezuela na virada de século.

Esses "novos tempos" apenas chegariam a partir de mudanças necessárias na estrutura política do país, que, no fragmento que apresentamos são significadas como *cambios improrrogables*, mudanças essas que apenas se dariam com a instalação da *democracia bolivariana*, projetada como a única capaz de garantir estabilidade, felicidade e segurança social. E é nesse sentido que o 4F, pensado não como uma tentativa de golpe falida, mas

como um acontecimento efetivado, aparece inscrito na proposta de “transformação” e pode ser associado, no discurso de Chávez, a um evento “glorioso”. Para nós, o alinhamento estabelecido entre os acontecimentos de 4 de fevereiro e de 27 de novembro permite ao sujeito do discurso inscrever tais fatos na história; algo que pode ser entendido como um movimento capaz de “produzir memória”.

Isso exposto, devemos esclarecer que a intenção de ocupar o palácio de Miraflores e, com isso, desarticular o governo oficial, assim como na vez anterior, também não obteve um sucesso pragmático em 27N, pois o objetivo central – que consistia na tomada do poder – não fora alcançado. Contudo, parece-nos conveniente frisar o que, para nós, seriam alguns êxitos logrados por meio desse segundo movimento insurgente, dado que um deles está diretamente relacionado aos cidadãos venezuelanos, isto é, os destinatários do discurso pronunciado.

Interessa-nos destacar, neste momento, que o mesmo recorte do discurso proferido em 27 de novembro possibilita observar uma convocação ao apoio popular nessa segunda tentativa de golpe. Percebemos um interessante movimento através do qual os cidadãos, isto é, aqueles que a partir de suas casas assistiam via TV as declarações do então comandante encarcerado, se constituem simultaneamente como os destinatários da mensagem proferida e como aqueles capazes de se rebelar. Entendemos que esse movimento de convocação mobilizado mediante *los hombres y mujeres de Venezuela*, ao ser associado ao poema *Rendición* – apresentado no primeiro subitem deste capítulo –, permite observarmos a transformação dos próprios agentes do acontecimento insurgente. Isso, porque enquanto no poema esses agentes eram significados como “los ojos amanecidos de mi tropa rebelde”, em referência aos militares, membros do MBR-200 que se rebelaram naquele 4 de fevereiro; agora, em 27N, esses agentes passam a ser um outro referente que também aparece nos versos do poema: os “miles de ojos [que] miran inocentes”, que, a nosso ver, corresponde precisamente à população civil e, portanto, àqueles mesmos “hombres y mujeres de Venezuela” que aparecem referidos no pronunciamento de 27 de novembro. Essa movimentação faz com que aquele que fala reforce sua identificação, agora, com os membros da sociedade, com as pessoas comuns espalhadas pelo país, elevando-as como protagonistas do movimento “revolucionário”.

Em vista disso, consideramos que Chávez, a frente desse movimento, passava a ocupar naquela ocasião uma posição de preponderância entre aqueles que se opunham à ordem política venezuelana, isso, porque, conforme Mendes (2012), o então militar passava a ocupar o “lugar de porta-voz” da oposição política na Venezuela. Em nossa perspectiva, esse lugar

corresponde, na verdade, a uma posição de *porta-voz* que, conforme as reflexões de Zoppi-Fontana (2014, p. 83), se apresenta, no discurso, como uma "forma histórica de representação do sujeito da enunciação política". Essa posição desperta, a nosso ver, sentidos muito relevantes para a compreensão do papel de Chávez no desenvolvimento da política venezuelana a partir dos anos finais do século XX e no primeiro decênio do século seguinte.

A fim de compreender a função da figura do porta-voz no discurso, primeiro, partiremos de algumas considerações de Pêcheux (1990, p. 9) segundo quem todo espaço revolucionário "implica a passagem de um mundo a outro" e, nesse sentido, a proposta de passagem de um *velho* para um *novo* modelo político, no discurso de Chávez, aparece na representação da transformação do estado das coisas, o que leva o sujeito do discurso a mobilizar *abstrações* – como "los hombres y mujeres de Venezuela", "conscientes y comprometidos con el futuro del país", ou "una población que despertó" ou, ainda, "nación" – que lhe permitem traçar algumas delimitações.

Assim, entendemos que, naquele momento, era importante dar espaço às abstrações, uma vez que essas se relacionariam com algo mais profundo no interior do discurso: o próprio estabelecimento de *delimitações*. Retomando o recorte de discurso que dá início a esta nossa discussão, percebemos que, a referência aos *hombres y mujeres de Venezuela* que *agotaron todos los medios pacíficos para lograr los cambios improrrogables en la organización y conducción del Estado venezolano* logo é retomada como *hombres y mujeres conscientes, comprometidos con el futuro del país*, e, a isso, podemos associar também a referência a uma *población que despertó y tomó conciencia de su fuerza liberadora*. Diremos, então, que essas formas podem estar relacionadas à construção da imagem de um grupo que se opõe diretamente a outro, estando esse último vinculado a uma ala política que *continuó de espaldas a la nación y pretendió una vez más engañar la opinión pública valiéndose de pactos secretos y contrarios al interés nacional*.

Deparamo-nos, portanto, com a antecipação de dois lugares em disputa em um cenário político polarizado: por um lado, estariam aqueles que lutam em defesa do futuro nacional e que estão conscientes de sua força, por outro, estariam os indivíduos traidores, contrários aos "interesses nacionais", grupo este que é associado a certo hábito recorrente: dar as costas ao povo e enganá-lo, algo que pode ser percebido a partir da mobilização de ***continuó*** *de espaldas a la nación* e de *pretendió* ***una vez más*** *engañar la opinión pública valiéndose de pactos secretos* – considerando que o verbo e a expressão negritadas expressam a continuidade ou a repetição de ações que se apresentam em sentido disfórico; ações negativas

já realizadas no passado. Podemos dizer que essas relações implicam certo distanciamento deste grupo "traidor" em relação àqueles "hombres y mujeres venezolanas" que se comprometem com o país e que, não por acaso, se relacionam com aqueles mesmos setores sociais convocados a apoiar a insurreição. De maneira que, nesse cenário político cindido, temos a representação de uma *força X*, os setores populares que, por sua vez, não são atendidos pela *força Y*, os políticos governistas, a quem aquele primeiro grupo se opõe diretamente.

Considerando, uma vez mais, as reflexões de Pêcheux (1990), entendemos que essa delimitação é responsável pela redução da possibilidade de formação de novos sentidos para as palavras ou para as frases[25] e, em vista disso, todas as formas que destacamos no recorte de discurso proferido por Chávez cobram sentidos específicos no interior dessa enunciação por uma razão: era preciso buscar o apoio popular, formar um grupo aliado ao projeto bolivariano e, ao mesmo tempo, detratar o outro, aquele que é apresentado como oposição e que passa a ser determinado como inimigo não apenas do movimento revolucionário – o MBR-200 –, mas também de todos *los hombres y mujeres concientes, comprometidos con el futuro del país*, assim, somente com a construção dessas imagens de dois grupos diretamente opostos entre si e a consequente deslegitimação do governo oficial diante dos cidadãos, agora vistos como partícipes dos atos revolucionários, poderia se concretizar a tomada do governo e, com isso, dar início às mudanças políticas aspiradas.

Nessa perspectiva, diremos que a delimitação que destacamos no discurso de Chávez se materializa no espaço de tensão entre as forças *X* e *Y* já definidas; espaço de tensão esse que, em nosso modo de ver, atravessaria todo o período de atuação política de Chávez na Venezuela, já que pode ser relacionado ao que Tinker Salas (2013, p. 299) considera "una disputa simbólica por la identidad de la nación, su modelo de ciudadanía, y una definición de modernidad y progreso antes definido por intereses de la élite [política y petrolera] y de la clase media alta", algo aparentemente regular no modo de fazer política de Chávez. Nesse sentido, partindo das observações de Zoppi-Fontana (2014, p. 23), diremos que o sujeito do discurso, ocupando a posição de *porta-voz*, é apresentado como aquele que expressa uma demanda não é mais de seu movimento político, mas da própria cidadania "contra o inimigo comum": os representantes do governo oficial.

---

[25] Segundo Pêcheux (1990, p. 15), "de um lado e de outro desta fronteira, a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, 'o mesmo sentido'". Assim, teríamos que, nos discursos provenientes do governo venezuelano daquele período, as abstrações como "nação", "homens e mulheres conscientes", dentre outras, apresentariam significados diferentes daqueles que emergem no discurso de Chávez.

Ao determinar um lado dessa zona de delimitação como sendo aquele que corresponde aos que lutam pelo país, faz-se, então, referência à força mais fraca que teria tomado consciência de seu poder após vários anos marcados pelos sofrimentos e pelas perdas provenientes dos interesses da força mais poderosa, a base o governista. Isso exposto, parece-nos conveniente considerar um movimento no interior do discurso que possibilita a aproximação do locutor da enunciação política com aquele grupo determinado como mais consciente e capaz de lutar pelo futuro do país, e essa representação se dá mediante a mobilização de um *nós*, conforme o que pode ser observado neste fragmento:

> Los hombres y mujeres conscientes, comprometidos con el futuro del país, *hemos salido* ahora mismo para combatir en las calles y cabildos de Venezuela para recuperar con *nuestros* propios brazos el honor mancillado de la patria, para comenzar a construir un sistema de gobierno que *nos* proporcione la mayor suma de felicidad posible. (CHÁVEZ, 27 de novembro de 1992, grifos nossos).

O fragmento que retomamos acima nos permite observar que ao mesmo tempo em que se constrói a imagem de um grupo fortalecido capaz de se impor sobre o outro, se estabelece uma relação de proximidade entre aquele que fala e o seu referente, o *povo venezuelano*. Essa aproximação é materializada no discurso por meio de diferentes formas na língua: um verbo, como em *hemos salido*; um pronome possessivo, como *nuestros*; e um pronome de complemento indireto, como em *nos*. Concentrando-nos mais especificamente sobre a forma verbal destacada, devemos considerar o sujeito gramatical que acompanha a ação por ela referida: "Los hombres y mujeres conscientes"; ora, ao se fazer essa construção, o verbo aparece conjugado na primeira pessoa do plural – *hemos salido* –, o que sugere a inclusão daquele que fala no mesmo grupo daqueles que são os destinatários da mensagem proferida, os cidadãos que compartilham os ideais do MBR-200, os homens e mulheres que estão conscientes e comprometidos com o futuro do país e que, portanto, fazem parte daquele movimento autodeterminado como revolucionário.

Conforme Indursky (2013), o *nós* é o espaço de representação do *mais de um* no político, sendo também o lugar legítimo de constituição da função enunciativa do *porta-voz* assumida pelo sujeito do discurso. Não se trata, portanto, de um plural de "eu", mas sim se definine como um "eu ampliado" que permite com que o sujeito falante integre outros enunciadores ao seu dizer, sendo o meio através do qual podemos observar como o "sujeito falante se converte em sujeito político" (BENVENISTE, 1966; GEFFROY, 1985 *apud*

INDURSKY, 2013 p.82)[26]. Nessa perspectiva, considerado o discurso sobre o qual vimos nos debruçando, entendemos que o sujeito assume a função de porta-voz no momento em que se associa a seu referente – *los hombres y mujeres conscientes*– e fala em nome dele. Temos, então, a representação de um sujeito que enuncia a partir de um espaço público institucional – o agrupamento militar, o MBR-200 – e, nesse mesmo espaço, se associa com um segmento social ou uma ala mais ampla da sociedade, do qual se projeta como porta-voz. Essa relação nos permite considerar que estamos diante de um caso de "construção discursiva de um *nós dialógico maximamente inclusivo"*, definido por Zoppi-Fontana (2014, p. 103) da seguinte maneira:

> Se lembrarmos aqui que um dos principais efeitos do discurso político, como prática simbólica, é trabalhar sobre os mecanismos imaginários de constituição da(s) identidade(s) para produzir a representação de um coletivo de identificação, aparece claramente manifesta a eficácia discursiva do funcionamento do porta-voz: o *NÓS dialógico maximamente inclusivo* que ela produz subsome num mesmo espaço referencial posições de sujeito eventualmente diferentes, impedindo divisões internas ou separações do todo indistinto que se soma, como não pessoa discursiva, ao "eu" do locutor para construir o *NÓS* político". (Grifos do original).

Teríamos, portanto, que a relação entre o líder do movimento com setores da sociedade aos quais se atribuem imagens de conscientização e de responsabilidade com o país permite que o sujeito do discurso seja representado como porta-voz de um grupo muito mais amplo do que o próprio MBR-200: de uma parte da sociedade venezuelana que visa à transformação da situação política do país. Assim, o "nós político" funcionaria diluindo possíveis efeitos de protagonismo ou de liderança, e, caso a "liderança" do movimento insurgente fosse referida ou pensada, essa estaria associada não mais ao MBR-200, mas aos cidadãos do país, dentre os quais estariam também incluídos os membros de dito movimento. Ainda conforme Zoppi-Fontana (ibid.), essa forma de representação do sujeito do discurso como pertencente ao mesmo grupo ao qual ele faz referência "se caracteriza por não suportar a existência de um outro não dialógico", aquele que não compartilha os ideais e é significado como um adversário, comportando-se com um "terceiro" excluído do conjunto delimitado como *nós*, os "hombres y mujeres de Venezuela".

Cabe enfatizar uma vez mais que essa imagem projetada sobre um segmento da sociedade venezuelana é delimitada no interior do próprio discurso e faz parte do processo de

---

[26] BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale,* vol. 1. Paris: Gallimard, 1966; GEFFROY, Annie. "Les nous indistincts". *Mots* (10). Paris, mars 1985.

formação de um coletivo capaz de se identificar com aquilo que se defende nos discursos proferidos para todo o país (em 4F e 27N, por exemplo), reunindo, assim, o apoio de uma massa que permita a chegada do movimento ao governo; daí, a importância da construção de um "nós político" capaz de incluir aqueles a quem se quer, de alguma maneira, atingir. Neste ponto, concordamos com Conein (2016, p. 89) no momento em que defende a existência de uma relação entre "o fato de designar uma população como povo, de atribuir uma ação ao povo, de relatar os acontecimentos dos quais ele é o suposto agente" e o fato de "falar *por* e *em nome*"[27] do próprio povo. Temos, portanto, o sujeito do discurso ocupando a posição de porta-voz de um grupo e, ao mesmo tempo, a formação de um "agente coletivo em movimento" (ibid., p. 87).

Até o momento, as considerações apresentadas a partir da abordagem de diferentes discursos proferidos por Chávez nos permitem observar como se teria produzido uma delimitação na qual o MBR-200 aparece aproximando-se do "povo" e, ao mesmo tempo, afastando-se dos atores políticos "tradicionais" e de seu modo de fazer política. Nesse sentido, a antecipação dos lugares atribuídos a diferentes grupos ou movimento políticos no discurso de Chávez e as consequentes imagens sobre eles projetadas – que, a nosso ver, apontam para um espaço de tensão no cenário político venezuelano – encontram seu sentido apenas se recorremos às condições históricas de produção do discurso, observando os acontecimentos que marcaram a política venezuelana do século XX.

Entendemos esses acontecimentos como fundamentais para tratarmos dos possíveis sentidos atribuíveis aos discursos de Hugo Chávez, tenham sido eles proferidos no início ou no final de sua atividade como ator político. Para tanto, devemos colocar os recortes discursivos que apresentamos até o momento em relação com alguns processos históricos que se inscrevem no processo discursivo, o que nos leva a nos apoiar no conceito que na Análise do Discurso se conhece como *condições de produção*, das quais as formações imaginárias fazem parte como elementos estruturais (cf. PÊCHEUX, 2014 [1969]).

De modo que os discursos proferidos por Chávez em 1992, sobre os quais vimos refletindo até o momento – assim como qualquer outro discurso – só fazem sentido quando tomamos em conta as condições de produção que os constituem. Uma vez que nos interessa, neste momento, tratar dos fatos que se relacionam à criação do MBR-200 e à formação de um levante militar e civil com o fim de derrubar o governo naquele ano, nos parece conveniente recorrer ao discurso das ciências sociais, sobretudo àqueles que dizem respeito à política

[27] Grifos do original.

venezuelana do século XX, o que nos permitirá abordar com mais precisão os sentidos em torno do percurso que culminou na ascensão de Hugo Chávez como político na Venezuela, além de compreender as razões que levaram o movimento revolucionário a se afastar da posição de golpista para assumir, no fim do século passado, o lugar de maior preponderância do governo venezuelano, a presidência da República.

2. De golpista a governista: o movimento revolucionário e a sua (o)posição política

Compreender os acontecimentos históricos que se inscrevem nos discursos pronunciados por Chávez, apoiando-nos nas reflexões de Romero Jiménez (2006, p. 203), significa "desentrañar las claves que han sido reestructuradas en el discurso del poder a través de la irrupción de actores políticos no tradicionales" numa Venezuela que, na transição do século, passava a viver, conforme o mesmo autor (ibid.), certo processo de mudança nas "sociabilidades políticas e históricas" com as quais os venezuelanos haviam se identificado durante o século XX. Interessa-nos, sobretudo, remeter-nos aos acontecimentos e fatos históricos que, a nosso ver, apresentam maior relevância para compreender os eventos que se associam à formação do MBR-200 e, também, à chegada de Hugo Chávez à presidência da República em fevereiro de 1999.

Oleum benedictus

Abordar parte da história da Venezuela é, de certo modo, tratar da história de um país cuja economia está fortemente atrelada à renda petroleira, fato que atravessou, e continua atravessando, o fazer político naquele país; isso, porque, de acordo com Mendes (2012, p. 37), o chamado "ouro negro" não pode ser entendido apenas como um produto abundante que gera a maior parcela das riquezas estatais, tratando-se, na verdade, de um importante elemento que, no início do século passado, promoveu a "consolidação do projeto nacional impulsionado por um Estado forte" (ibid.). Conforme Seabra (2014), a relação entre a política venezuelana e o hidrocarboneto se inicia ainda no início do século XX, momento em que o país começava a deixar para trás sua condição de fornecedor de produtos agropecuários para passar a se concentrar na extração e exportação de petróleo. De acordo com o mesmo autor (ibid.), o aumento da exploração desse recurso fez com que, em um período de aproximadamente vinte anos, os parâmetros produtivos venezuelanos fossem completamente modificados, levando a

agricultura à decadência. Nesse sentido, o estudioso (ibid.) faz questão de afirmar que o Estado venezuelano, desde o início das explorações daquele recurso natural, sempre se autodeterminou como seu legítimo proprietário, o que o levava a consolidar seu poder político e, além disso, o tornava o principal agente econômico do país e o maior responsável pela distribuição da riqueza nacional que, como observa Mendes (2012), cada vez mais, se concentrava na renda oriunda da exportação petroleira[28]. Esse último aspecto, como veremos mais adiante, é uma peça fundamental para compreender a relação estabelecida entre o Estado, com seus diferentes governos, e a sociedade venezuelana nos períodos que antecedem a chegada de Hugo Chávez à presidência, uma relação quase sempre atravessada pela riqueza petroleira.

O fenômeno petroleiro desempenhou, pois, um papel crucial na economia e, consequentemente, na política e na sociedade venezuelana como um todo, isso porque, conforme Seabra (2014), a crise da atividade agropecuária, por um lado, e a ascensão da exploração petroleira, por outro, desarticularam as antigas relações de poder no espaço econômico e político venezuelano, gerando outras novas relações. Com uma economia baseada, já na primeira metade do século XX, na renda proveniente da receita petroleira, fato que, conforme as reflexões de Lander (2013), nos permite caracterizar o país como um "petro-Estado rentista", a Venezuela viu crescer os níveis de consumo do mercado interno. Entretanto, como Mendes (2012) destaca, quase tudo o que se consumia internamente era importado e pago com a moeda nacional que se fortalecia com a venda do petróleo no exterior. Assim, o país usufruía de uma riqueza proveniente da renda obtida pela indústria petroleira, dependendo basicamente do dinheiro pago pela exportação do hidrocarboneto[29], fato esse que não incentivava o investimento em outros setores, como na diversificação do campo industrial, por exemplo, o que não levou ao fortalecimento de uma burguesia industrial que se opusesse à antiga oligarquia proprietária de terra (ibid.). De modo que essa última, aos poucos, ia se convertendo numa burguesia ascendente na Venezuela daquele período, a qual é apresentada por Tinker Salas (2013) como uma burguesia urbana, ou uma classe média

[28] Seabra (2014) esclarece, que devido à incapacidade financeira do Estado venezuelano, em seus inícios, as explorações de petróleo eram possíveis apenas a partir de capitais estrangeiros, fato que fazia com que os governos da época aceitassem as condições impostas pelo exterior.

[29] A abundância petroleira não deve ser entendida apenas como um elemento que conforma a economia da Venezuela, mas que orienta a concepção de Estado no país e, neste ponto, nos parece pertinente a reflexão do escritor e dramaturgo José Ignacio Cabrujas quando, conforme Lander (2013, p.13), formula uma imagem sobre o Estado na Venezuela, segundo a qual o aparecimento do petróleo no país cria uma espécie de "cosmogonia", já que a riqueza petroleira se aproximou à "força de um mito": "gracias al petróleo era posible pasar rápidamente del retraso a un desarrollo espectacular", o que conferia ao Estado um lugar mágico que o caracterizava como um agente capaz de providenciar o milagre do progresso.

emergente que apresentava uma elevação nos níveis de consumo[30] e que havia se beneficiado, de alguma forma, com a exploração de petróleo em suas terras[31]. Esse grupo, por sua vez, afirma Mendes (2012), passava a se concentrar no desenvolvimento de atividades comerciais e financeiras formando parte da sociedade que Seabra (2014, p. 52) denomina de "fração hegemônica no interior do bloco de poder".

A exploração do petróleo pode ser entendida, então, como um divisor de águas no que diz respeito à economia e à política venezuelana e suas ações sobre a sociedade. Ainda na primeira metade do século XX, havia surgido a tese de que, antes do petróleo, a Venezuela era um país atrasado, ancorado em sua antiga condição colonial, de modo que a exploração do recurso natural abundante e a consequente renda gerarada poderiam levar o país ao caminho da modernidade, relação esta que surge com a disseminação da ideia do "sembrar el petróleo". Ao retomar Uslar Pietri (1990)[32], Tinker Salas (2013) considera que, inicialmente, essa concepção de *semear o petróleo* consistia em investir a riqueza gerada pela exploração do hidrocarboneto na criação de novas fontes de renda, como a agrícola, por exemplo.

Para o autor (ibid.), o princípio de que se poderia "semear" e "colher" o petróleo a fim de diversificar a economia e promover uma política social rapidamente foi cobrando força politicamente e alcançou até mesmo as companhias petroleiras que, no período, não eram estatais. Essas companhias, contudo, apoiaram-se nessa concepção manipulando-a e usando-a a seu favor, associando-a a um princípio nacionalista de que o petróleo era a única solução para que a Venezuela se tornasse um país verdadeiramente moderno[33]. Temos, então, segundo o mesmo autor, uma ressignificação da ideia inicial da proposta de "sembrar el petróleo", uma vez que, ao se designarem como o meio através do qual o país se modernizaria, as companhias petroleiras se aproximaram ainda mais do governo e a projeção do petróleo como a "garantia do progresso" foi disseminada por meio de grandes propagandas diante da sociedade (ibid.)[34], fortalecendo, assim, as relações entre as petroleiras estrangeiras, a elite

---

[30] Tinker Salas (2013, p. 276) chama atenção para o fato de que essa elevação dos níveis de consumo era, na verdade, uma mudança nos padrões de consumo da classe média urbana emergente na Venezuela, que passava a se alinear com aquele padrão preponderante nos Estado Unidos.

[31] Uma vez que o Estado venezuelano sempre se autodeterminou como proprietário do petróleo, entendemos que esses benefícios correspondiam, na verdade, às indenizações pagas pelo Estado aos proprietários de terra que encontravam petróleo em suas propriedades e que deveriam entregar parte dessas propriedades ao Estado.

[32] USLAR PIETRI, Arturo. *Los venezolanos y el petróleo*. Caracas: Banco Central, 1990.

[33] De acordo com esse argumento, amplamente difundido pelas companhias petroleiras, diz Tinker Salas (2013, p. 277) que "el petróleo le ofreció al país la oportunidad de asociarse a las naciones avanzadas del mundo".

[34] Assim, conforme Tinker Salas (2013), as companhias estrangeiras de petróleo passavam a ser vistas como as grandes responsáveis pelo progresso do país e toda crítica a essa perspectiva era entendida como "retrógrada" e maléfica para o desenvolvimento venezuelano. Aos poucos, passava-se a aceitar que a modernização do país estava atrelada ao petróleo e às petroleiras estrangeiras.

venezuelana e membros da política nacional, deixando, pois, em segundo plano a proposta de investimento na diversificação da produção do país.

Essa proposta de modernização da Venezuela prosseguiu ao longo dos anos e, depois de duas décadas já com uma economia basicamente rentista, e após um intenso processo de golpe militar conhecido como o "golpecito" (cf. MENDES, 2012), o general Marcos Pérez Jiménez desponta como a principal figura política no início da segunda metade do século XX, assumindo a presidência da República em 1952 e instaurando uma fase de ditadura militar no país. A relevância desse período reside no fato de que o governo de Pérez Jiménez (1952-1958) foi, conforme as reflexões de Carrizalez Nava (2015), marcado por um importante processo de modernização do país a partir das ações do próprio Estado que, por ter o controle da renda proveniente da exploração do petróleo, destinava grande parte dessa mesma renda ao gasto público, sendo, pois, o responsável pelas grandes obras desenvolvidas em diferentes regiões venezuelanas, o que fortaleceu e intensificou as estruturas capitalistas modernas no país.

Ainda de acordo com o autor (ibid.), o controle do Estado sobre a renda petroleira o levou a investir na criação das primeiras grandes empresas públicas e estatais. Essa tendência empresarial, contudo, causou certo incômodo em setores da classe média burguesa local, já que, em vez de promover a privatização da renda petroleira, o Estado decidira investi-la na criação de empresas que ele mesmo administraria. De modo que algumas alas do setor burguês passaram a associar a iniciativa empresarial do Estado à tirania de um governo ditatorial, ao passo que identificava a empresa privada com a democracia. Esse grupo, pondera Mendes (2012), passou a se aproximar cada vez mais de partidos políticos opositores ao regime de Pérez Jiménez, formando uma aliança capaz de deslegitimar o governo. A unidade dos partidos opositores e o apoio da classe burguesa foram dois elementos essenciais para a formação de uma pressão interna forte o suficiente para atingir a opinião pública, estimulando, assim, a insatisfação popular. Nesse sentido, acrescenta o autor (ibid.), setores do exército e da Igreja se somaram à campanha contra o governo e, também, passaram a se opor à permanência de Pérez Jiménez. Assim, em 23 de janeiro de 1958, o presidente foi afastado do seu cargo.

A queda do regime ditatorial abriu espaços para que os partidos que a ele se opunham se tornassem os principais responsáveis pelo reestabelecimento da democracia no país. Para López (2010), graças ao apoio de diferentes setores da sociedade, entre as quais estava a burguesia venezuelana, esses mesmos partidos se tornaram, na época, grandes forças políticas

capazes de reunir e influenciar as massas populacionais do século XX. Nesse sentido, Mendes (2012) acrescenta que dois partidos despontavam como as principais lideranças do movimento democrático venezuelano: o social-democrata *Acción Democrática* (AD) e o social-cristão *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI); juntos, haviam participado do esquema de derrubada de Pérez Jiménez com o apoio de outro, *o Unión Republicana Democrática* (URD). Com a conquista de seu plano, Mendes (ibid., p. 66) considera que era chegado o momento de recompor a democracia na Venezuela, entretanto, ainda que convencidos da necessidade de convocar eleições presidenciais, os três partidos acima mencionados acreditavam que "a disputa partidária era nociva naquele momento", o que os levou a desenvolver um pacto político que definisse os princípios básicos capazes de colocar fim ao ciclo "perezjimenista" e, com isso, garantir a estabilidade democrática no país.

O pacto firmado entre as lideranças partidárias do AD, Copei e URD, em 31 de outubro de 1958, é conhecido como o *Pacto de Punto Fijo*[35]. Com base nas leituras realizadas, interpretamos que para se compreender alguns aspectos do fazer político de Chávez, faz-se necessário dar atenção à assinatura desse *pacto*, uma vez que esse permaneceu como força política durante aproximadamente quarenta anos na Venezuela; isso, porque, conforme López (2010), entre os anos de 1959 e 1998, AD e Copei atuaram como partidos hegemônicos no cenário político venezuelano, sendo as duas únicas vozes políticas a chegarem à presidência da República naquele extenso período. Assim, entendemos que esse sistema de rotatividade assegurado pelo próprio pacto somente teria se dissolvido com a vitória de Hugo Chávez em 1998 e sua consequente posse como presidente em 1999. De fato, costuma-se considerar que – conforme observa Romero (2001) – a política desenvolvida durante a primazia do *puntofijismo* na Venezuela era exatamente aquilo de que o "fenômeno chavista" queria se distanciar e, sobretudo, com o que queria romper. Aquele período era, como observa o autor (ibid., p. 233), o "passado imediato" tido como negativo, momento anterior a Chávez que só seria superado a partir da proposta de reconfiguração do sistema político na Venezuela.

Concentremo-nos, por ora, nos aspectos-chave do funcionamento do período político venezuelano pautado pela assinatura do *Pacto de Punto Fijo*, destacando o modelo de democracia que se defendia por meio do pacto partidário. Conforme Soto Rojas (2014, p. 13), o *puntofijismo* pode ser assim definido:

---

[35] A designação *Punto Fijo* diz respeito ao nome atribuído à propriedade em que os membros do partido assinaram o referido pacto.

> Tras la caída de la dictadura de Pérez Jiménez, en la sociedad venezolana se recompuso el bloque en el poder sobre los fundamentos del Pacto de Punto Fijo (1958) y un conjunto de acuerdos que expresaban el consenso de la clase dominante en torno a la definición del sistema político como democracia representativa con dosis de populismo y un sistema económico capitalista, doctrinalmente fundado en el liberalismo y la libre competencia de mercado. En la práctica, sin embargo, funcionó un capitalismo de Estado que distribuía la renta petrolera e impulsaba la formación de una burguesía dependiente y parasitaria.

Diremos, então, que o *Pacto de Punto Fijo* teria colocado fim ao modelo governamental ditatorial; contudo, havia algo do qual não conseguia abrir mão, uma velha conhecida e muito influente nas tomadas de decisões políticas: a renda proveniente da exploração do petróleo. De acordo com Guerón e Njaim (1978 *apud* MÉNDEZ, 2004, p. 116)[36], o hidrocarboneto continuava sendo um fator importante, uma vez que definia a democracia *puntofijista* e lhe dava sustento. De modo que ainda estamos falando de um país em que a lógica rentista fazia parte do dia-a-dia do fazer político local[37].

Para Méndez (2004), o pacto de *Punto Fijo* se caracterizava, ainda, por defender um governo democrático com características antiparticipativas, uma vez que os dois principais partidos, AD e Copei, se destacavam como os principais canais de decisão no país, impedindo, assim, a formação de uma sociedade civil organizada e, como consequência, menor participação popular no governo nacional. A existência de outras vozes políticas, não vinculadas ao pacto em si, era, de certa forma, apagada; assim como observa Mendes (2012), grupos políticos tidos como "comunistas" eram perseguidos, já que confrontavam a agenda liberal adotada pelo *puntofijismo* e se opunham aos pricípios democráticos defendidos pelos partidos políticos hegemônicos.

Todos esses aspectos eram, de algum modo, assegurados pela carta magna adotada para a Venezuela naquele período. A Constituição de 1961 determinava o modelo democrático tangenciado por ideias sociais, garantindo a paz e a estabilidade, ao mesmo tempo em que promovia o bem-estar geral e a segurança social. Defendia, ainda, a distribuição da riqueza nacional, a justiça social e o desenvolvimento da economia a serviço da sociedade (VENEZUELA, 1961).

---

[36] GUERÓN, Carlos; NJAIM, Humberto. "Análisis de la venedemocracia". In FREILICH DE SEGAL, A. *La venedemocracia*. Caracas: Monte Ávila, 1978. p. 225-255.

[37] Villa (2000, p. 36) defende que "não se pode compreender a vida política venezuelana dos anos da democracia que se inicia em 1958, sem compreender o papel desenvolvido pelo recurso petrolífero, e não se pode compreender a vida econômica do país sem entender o papel protagonista do Estado. No final das contas, é o Estado o único proprietário do petróleo".

Entendemos que a justiça social, a distribuição de riqueza e o desenvolvimento social-econômico, princípios assegurados pela constituição de 1961, só poderiam ser aplicados se diretamente relacionados à redistribuição da renda petroleira. Todos esses fatores estão associados à fase de consolidação da democracia no país, que trazia consigo um projeto de sociedade uma vez mais vinculado à modernização do país[38]. Contudo, para que esse ideal fosse, de fato, concretizado, Mendes (2012, p. 78) aponta para a necessidade de o Estado venezuelano novamente se apoiar na ideia de "sembrar el petróleo", agora, com o fim de investir na indústria e, também, na agricultura, promovendo a reforma agrária e desmantelando a oligarquia proprietária de terra, de modo que "o petróleo continuaria sendo o elemento-chave de sustentação da democracia representativa" (ibid.).

No que diz respeito mais especificamente ao bem-estar da sociedade venezuelana, Mendes (ibid., p. 81) observa, ainda, que esse era assegurado pelo Estado, em meados da década de 1970, devido à abundância do petróleo no país que "tornava vantajoso aplicar a renda petroleira na importação de produtos manufaturados, prontos para o consumo"[39]. O autor (ibid.) , destaca também que essa época ficou conhecida pelo *slogan* presidencial do primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (AD), entre 1974 e 1979, que defendia que aquela era a época de construção da *Gran Venezuela*[40], uma fase gloriosa para o país que passou a ser reconhecida, também, como a era da *Venezuela Saudita* (cf. SANÍN, 1978), e que se caracterizava pela elevação do índices econômicos oriundos da exploração petroleira, os quais beneficiavam não apenas as classes altas venezuelanas, mas também a classe média, entre outros setores da sociedade, segundo o que apresenta Mendes (2012, p. 83) em:

> As compras em Miami eram um sonho realizável graças a uma moeda valorizada frente ao dólar. As classes populares, embora permanecessem distantes desse padrão de vida, usufruíam de serviços públicos com certa abrangência e tinham motivos para acreditar na possibilidade de ascensão social. Os empresários desfrutavam de crédito e incentivo para produzir, ainda sob a meta da substituição de importações.

---

[38] Como já observamos neste mesmo capítulo, a ideia de modernização da Venezuela sempre esteve atrelada ao desejo, por parte dos governantes e de diferentes setores da sociedade, de "eliminar os resquícios coloniais que criavam obstáculos ao desenvolvimento econômico, social e político" (MENDES, 2012, p. 74).

[39] O próprio Mendes (2012) aponta para o fato de que, naquele período, se acreditava que a Venezuela viveria, graças ao petróleo, sua segunda independência, pois a abundância o recurso natural no país permitia a projeção de que o futuro venezuelano estava sob controle.

[40] Sobre o projeto de Carlos Andrés Pérez de construir a *Gran Venezuela*, recomendamos a leitura de Seabra (2014).

Ora, nesse contexto, não há como negar que a década de 1970, representou o apogeu do *puntofijismo*, principalmente durante o primeiro mandato do presidente Pérez, cujo governo tinha garantido, sobre todas as coisas, o grande apoio popular graças à conjuntura dada[41]. Naquele período, observa Mendes (ibid.), a sociedade venezuelana começava a se significar por meio do consumo que, por sua vez, era caracterizado como a plena realização da cidadania e a garantia da democracia. Igualmente, naquela fase, intensificava-se, entre os cidadãos de diferentes classes sociais, a ideia de que viviam num país em que reinava uma abundância sem limites, o que, segundo Lander (2013, p. 15), faz parte da construção de um imaginário de um "Estado mágico", isto é, "del Estado capaz de solucionar todos los problemas y de garantizar el progreso y la abundancia para todos". Cabe reiterar, no entanto, que, como já observamos, esse "bem-estar social" fruto do aumento do nível de consumo só era possível graças à distribuição da renda petroleira promovida pelo próprio Estado, algo não muito louvável, dado que havia uma relação *sine qua non* entre esse novo estilo de vida que beneficiava alguns setores da sociedade venezuelana e a dependência quase que exclusiva do capital estrangeiro; isso, porque grande parte da riqueza nacional capaz de sustentar os novos padrões de consumo provinha basicamente da exportação do hidrocarboneto.

Esse novo estilo de vida, contudo, logo se veria abalado, já que, de acordo com Tinker Salas (2013, p. 334), a relação de dependência do Estado com a exploração do petróleo seria afetada pela diminuição do preço do recurso natural no mercado internacional, o que ocorreu, mais precisamente, a partir da primeira metade da década de 1980, momento em que o "milagro venezolano comenzó a desmoronarse". Nesse mesmo sentido, explica Mendes (2012) que a oscilação negativa do preço do petróleo no mercado internacional fez com que aquilo que era visto como "inabalável" começasse a se corroer exatamente no momento em que o Estado começou a demonstrar que já não podia manter assegurado o padrão de vida com o qual diferentes alas da sociedade venezuelana haviam se acostumado a viver na década anterior, o que levou à "ruína da imagem que o venezuelano construíra do país" (ibid., p. 84). Foi nesse momento que a democracia *puntofijista* presenciou o fenecimento de sua glória e o início de uma grande crise de seu sistema político.

De maneira que parece haver uma relação entre o declínio internacional do preço do petróleo e a acentuação de uma crise econômica interna na Venezuela. López Maya (2006, p.

---

[41] Interessante destacar que o fenômeno venezuelano em questão era bastante ímpar, principalmente quando consideramos que, no mesmo período, diversos países da região da América Latina viviam conflitos guerrilheiros ou ainda ditaduras militares, o que ajudava a reforçar a imagem eufórica sobre o sistema político na Venezuela, marcado por um modelo de paz e de estabilidade econômica (TINKER SALAS, 2013).

21) observa que, em um período de aproximadamente dez anos, o país viu seu padrão de vida ir se aproximando cada vez mais dos números que indicavam maiores níveis de pobreza, o que acentua a crise da hegemonia do *puntofijismo,* conforme o que apresenta a autora (ibid.) em:

> A fines de los años 70 se inició para la sociedad venezolana un proceso sostenido de deterioro económico, que significaría una involución en la calidad de vida de vastos sectores de la población así como el paulatino cierre de las expectativas de progreso para quienes aún no habían visto cumplidas las promesas de mejora en su calidad de vida ofrecida por la democracia de "Punto Fijo". La recesión económica va a producir retrocesos en importantes logros sociales obtenidos durante el desenvolvimiento del modelo de sustitución de importaciones, creando las condiciones para el malestar de diversos actores sociales y políticos, que protagonizarán las intensas y confrontacionales movilizaciones de fin de siglo.

De acordo com Mendes (2012, p. 87), Luis Herrera Campíns (Copei) assume a presidência da Venezuela no ano de 1979, após o mandato de Pérez, e, nesse período a grave crise já não era apenas um anúncio. No mundo, a grande recessão causava uma desaceleração no crescimento das economias internacionais, o que levava à crise interna na Venezuela, já que parecia "cada vez mais difícil sustentar os compromissos sociais do Estado" (ibid.). Seabra (2014), por sua vez, ao retomar Ewell (2002)[42], observa que, dadas as consequências da baixa do preço do petróleo no mercado internacional, o governo de Herrera Campíns resolveu tomar medidas que promovessem a reestruturação econômica do país, as quais pareciam ser bastante impopulares, já que algumas delas eliminavam parte do subsídio dado pelo governo nacional sobre alguns produtos de consumo básico.

Mais tarde, ainda segundo o autor (ibid.), outras medidas foram necessárias a fim de conter o avanço da crise, entre as quais estava a desvalorização do bolívar, moeda nacional, o aumento do preço interno da gasolina, redução dos investimentos sociais, além do atraso do pagamento da dívida externa. Como registra Mendes (2012, p. 88), esse pacote de medidas que afetava diferentes parcelas da sociedade venezuelana foi oficializado pelo presidente no dia 18 de fevereiro de 1983, data que ficaria conhecida na Venezuela como *El Viernes Negro.* Explica López Maya (2006, p. 23) que esse acontecimento representa o "primeiro sinal de alerta para sociedade, o qual apontava para uma crise econômica que se estenderia até o século XXI".

---

[42] EWELL, Judith. "Venezuela, 1930-1990". In BETHELL, Leslie (comp.). *História de América Latina. Tomo XVI: Los países andinos desde 1930*. Barcelona: Crítica, 2002.

Em meio a uma crise generalizada, a posse de Jaime Lusinchi (AD) como presidente da República em 1984 era vista como uma esperança para contornar os problemas econômicos e sociais vividos no país. Contudo, as esperanças duraram pouco, já que, a fim de frear a crise, o governo tomou algumas medidas que López Maya (ibid.) define como sendo de "cunho neoliberal". Medidas essas que, de acordo com o que interpretamos a partir de nossas leituras, não apresentavam muitas diferenças daquelas adotadas no governo de Herrera Campíns, destacando-se, nessa oportunidade, além de uma nova desvalorização da moeda nacional, o congelamento dos salários e a redução dos gastos relacionados ao funcionamento do Estado. Mais uma vez, as medidas eram vistas como impopulares, ou, segundo as observações de Seabra (2014, p. 72), como "um novo acordo político entre as classes dominantes"[43] que não beneficiava os setores menos privilegiados da sociedade venezuelana, fatores estes que intensificavam o processo de deslegitimação do *puntofijismo*. Tal deslegitimação nasce, segundo as reflexões de Mendes (2012) e de Soto Rojas (2014), de um sentimento de inconformidade ou descontentamento de diferentes classes sociais, desde os usuários dos programas sociais promovidos pelo governo até a elite política, que já não tinha todas as suas necessidades atendidas, tudo isso devido à crise econômica que reduzia o poder de consumo dos setores altos e médios.

Para esses autores, o descontentamento popular era perceptível, o que fazia com que questionamentos e acusações contra o Estado começassem a se reproduzir e a se intensificar em diferentes setores sociais. De acordo com Mendes (2012), alguns grupos acreditavam que a razão da crise estava na realidade corrupta que pairava sobre o governo nacional e que, como observa o autor (ibid., p. 83) era entendida pelos políticos como "uma prática cotidiana, aberta e geralmente aceita". Esse teria sido um dos fatores que levaram ao crescente sentimento de incredulidade diante das funções do Estado e das instituições políticas, o que, como veremos, se intensificaria alguns anos mais tarde com o segundo governo de Carlos Andrés Pérez (AD), entre 1989 e 1993, quem já havia governado o país durante sua época gloriosa, havendo possibilitado, de alguma maneira, o sonho da *Gran Venezuela* a diferentes setores da sociedade na década de 1970. Isso, no entanto, não voltaria a se repetir em seu segundo governo. Mais do que um descontentamento e desconforto popular – como o ocorrido no caso dos dois governos que o antecederam –, interpretamos que o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez foi marcado pela decepção, já que o presidente demonstrara

[43] Tal acordo tinha como nome oficial "Pacto Social" e foi fixado por membros de sindicatos, câmaras de comércio e partidos políticos e centrava suas discussões em torno do refinanciamento da dívida externa venezuelana. (SOTO ROJAS, 2014; SEABRA, 2014).

que não poderia cumprir com o anseio social: a recuperação do caminho do progresso para o seu país.

Poucos dias após assumir a presidência da República[44], Pérez apresentou o conjunto de medidas de seu governo que prometia, segundo o seu próprio nome, uma "grande virada" na situação econômica do país. Diferentes autores[45] consideram que, no período, *El Gran Viraje* se destacou por ser um ajuste econômico de corte neoliberal e ortodoxo, já que as regras estabelecidas eram determinadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que havia firmado um acordo com o governo para a liberação de empréstimos ao país. Entre as medidas, destacavam-se a imediata liberalização de tarifas sobre produtos de primeiras necessidades ou de cesta básica, algo que afetou diretamente o consumo dos cidadãos, sobretudo os das classes menos favorecidas, além do reajuste de 100% do preço da gasolina, afetando, segundo Mendes (2012), o preço do transporte público. A esse conjunto de medidas, somavam-se a diminuição dos serviços públicos e a política de privatização que seria iniciada nos anos seguintes em diferentes setores do país, como os bancos, linhas aéreas, portos e telecomunicações (ibid.).

A revolta popular diante das medidas anunciadas era crescente e, no dia 27 de fevereiro de 1989, ocorre um evento que Lacabana (2006, *apud* SEABRA, 2014, p. 75)[46] denominará de "rebelião popular espontânea" que, pouco tempo depois, seria conhecido como o *Caracazo* ou *Sacudón*. Mendes (2012) observa que devido ao aumento no preço da passagem, anunciado um dia antes, as primeiras demonstrações de insatisfação tiveram lugar em alguns terminais de transporte coletivo e, em seguida, os principais alvos de protesto foram as zonas comerciais, onde aconteciam alguns saques. As principais avenidas da cidade de Caracas foram os epicentros da revolta popular e cenários de demonstrações violentas de descontentamento e, a fim de conter e reprimir a mobilização popular, o governo de Pérez acionara o exército. Segundo Tinker Salas (2013), conflito entre os civis e os militares resultou em cifras significativas de vítimas fatais, desaparecidas ou feridas. A capa de jornal e as fotografias que apresentamos a seguir nos permitem visualizar a dimensão violenta e conflituosa dos acontecimentos revoltosos iniciados naquele 27 de fevereiro de 1989 e que se estenderam por uma semana em diversas regiões do país, sobretudo na capital, Caracas.

---

[44] Segundo Mendes (2012), o presidente assumiu o cargo em 02 de fevereiro de 1989 – exatamente dez anos antes da posse presidencial de Hugo Chávez, em 02 de fevereiro de 1999 – e apresentou seu pacote econômico duas semanas depois, em 16 de fevereiro.

[45] López Maya (2006), Mendes (2012) e Seabra (2014).

[46] LACABANA, Miguel. "Petróleo y hegemonía en Venezuela. La construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI". In BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.* Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ALM — ¡La Mejor Línea Aérea del Caribe! — ANTILLANA DE AVIACION — Telfs: 31.05.22-31.06.73

EL NACIONAL

Caracas, martes 28 de febrero de 1989

AREA METROPOLITANA: lunes a viernes, Bs. 5; sábado y domingo, Bs. 6 / RESTO DEL PAIS: lunes a sábado, Bs. 5; domingo, Bs. 6 / Transporte [illegible]
Depósito legal pp 76-0536 / No. 16.343 / Año XLVI

mita — COPIAS DE CALIDAD — DiaZa — Telfs.: 34.60.42 34.71.6P

CORTESIA

Saqueos y disturbios en el país en contra de medidas económicas

Una ola de violencia y agitación sacudió ayer el país, en protesta por el alza de las tarifas de pasajes, gasolina y alimentos. Los focos de mayor perturbación fueron Caracas, Guarenas y Los Teques, donde se registraron saqueos de comercios, vehículos incendiados, varios muertos, más de un centenar de heridos, detenidos y pérdidas multimillonarias. En Mérida, San Cristóbal, Maracaibo, Puerto La Cruz, Ciudad Guayana, Ciudad Bolívar, Cumaná, Barquisimeto, Valencia y Barinas, se repitieron los hechos de violencia con saqueos a supermercados y transportes de alimentos. En la Región Capital, la fuerza metropolitana de policía no pudo controlar a millares de personas que se lanzaron a la calle y asaltaron negocios en El Silencio, Parque Central, avenidas Lecuna, Baralt, Libertador, Catia, Petare, y otros sectores. Los disturbios se mantuvieron hasta entrada la noche y en varias ciudades fue necesario sacar a la calle a la Guardia Nacional. La gráfica revela la intensidad de los saqueos por parte del pueblo en Guarenas. (Foto/OSWALDO TEJADA).
C/1, C/2, D/1, D/2, D/6 y D/Ultima

CAP: No se justifica estado de efervescencia

BARQUISIMETO (Especial). - El país tiene que tener confianza ante las medidas económicas que se han tomado, "que reconozco son duras, pero necesarias para salir de la crisis", dijo esta noche aquí el Presidente de la República, Carlos Andrés Pérez, antes de inaugurar el Congreso de Gerencia Nacional, que se desarrolla en esta ciudad. Cuando fue consultado sobre la ola de manifestaciones violentas en todo el país, el Presidente señaló: "No me sorprende, pero sí me preocupan. No debe olvidarse que lo que está pasando en Venezuela es muy propio de todos los países democráticos". Hizo un llamado el Presidente para que el país tenga confianza y dijo que no se justifica el estado de efervescencia que ocurre en el país. "El pueblo debe tener confianza en que todo se resolverá satisfactoriamente", dijo.

—No deben olvidar que tengo apenas veinte días en el gobierno, un gobierno que nació del pueblo y se hará para el pueblo—, afirmó.

Izaguirre: El gobierno está abierto al diálogo pero no permite violencia

El ministro de Relaciones Interiores, Alejandro Izaguirre, en un discurso televisado en cadena nacional anoche, dijo que el gobierno está abierto al diálogo, pero que no permitirá que continúen produciéndose hechos de violencia.

Izaguirre dijo que el gobierno nacional desea ratificar que en ningún momento ha pretendido ocultar la gravedad de la crisis, sin precedentes en la historia democrática de Venezuela.

Comprendemos que muchas de las decisiones tomadas tienen, a corto plazo, efectos dolorosos. De ahí que el gobierno nacional haya asumido la responsabilidad de emprender este nuevo rumbo, dentro de un marco de la más amplia concertación de todos los intereses políticos, económicos y sociales, que constituyen la estructura de nuestro Estado democrático.

Convocamos a todos los venezolanos a la reflexión. Ese es un deber que nos corresponde a todos. El país nos exige firmeza en la conducción del Estado. Quiero, pues, brindarle al país todas las garantías del gobierno para el normal desenvolvimiento de la vida ciudadana y quiero convocar en nombre del gobierno nacional a todos los sectores a unir sus esfuerzos para enrumbar a Venezuela hacia un gran destino.

Como ha dicho y repetido el ciudadano presidente de la República, con el concurso de todos los venezolanos venceremos estas y todas las dificultades. D/1

Suspenden las clases en el Estado Miranda

El gobernador del Estado Miranda, Angel Zambrano, decidió suspender las clases en todos los planteles públicos y privados de esa entidad. La medida obedece a los hechos de violencia que estremecieron ayer diversas ciudades mirandinas.

Muerta estudiante de UCV durante los disturbios

La estudiante de sexto semestre de Letras en la UCV, Yulimar Reyes, resultó muerta ayer de un tiro en el pecho en las inmediaciones del Parque Central durante los disturbios ocurridos en el casco central de la ciudad.

Voceros de la Federación de Centros Universitarios confirmaron el fallecimiento de la joven y añadieron que además presentó varias heridas de perdigones en el cuerpo.

Yulimar Reyes se había desempeñado como acomodadora en la sala del cine Margot Benacerraf y salía para la UCV cuando el tiro, proveniente de un arma de fuego -según afirmaron las fuentes- la interceptó en el pecho, matándola instantáneamente.

Su cadáver se encuentra en el Hospital Clínico de la Ciudad Universitaria. La Federación de Centros Universitarios repudió el hecho.

El nuevo Papel Literario

Búsquelo en las páginas centrales del Cuerp C. Los textos malditos de Salman Rushdie y el comentario de toda la novela; un cuento desconocido de Rómulo Betancourt; un dossier sobre el amor del hombre por el hombre convertido en arte literario y una reflexión sobre las obras aspirantes al premio de novela Rómulo Gallegos, que inicia Luis Rafael Sánchez con **La Importancia de llamarse Daniel Santos.** *Notas críticas, atualidad internacional y una nota editorial sobre los peligros de los consejos regionales de la cultura, olvidados por la Concertación.*

SALMAN RUSHDIE

Suspenden aumentos de pasajes aéreos

MAIQUETIA. - Las líneas aéreas nacionales decidieron a última hora programado, debía comenzar desde ayer para los vuelos a todo el país. Como se anunció, los vicepresidentes de Avensa y LAV participaron con anticipación a las oficinas de Maiquetía que desde ayer lunes comenzaba el aumento en los pasajes, pero en las primeras horas de la mañana de ayer mismo llegó un télex de la Dirección de Tránsito que indicaba que debían mantenerse los precios anteriores hasta nuevo aviso y que el MTC se encargaría de dar oficialmente la fecha de los aumentos.

Motorizados amenazaron con quemar Fedecámaras

El Consejo Extraordinario de Fedecámaras, que analizaba ayer en la tarde lo referente a los aumentos salariales, fue suspendido en vista de la situación de violencia que se presentó alrededor de la sede empresarial ubicada en El Bosque.

Según se pudo conocer, alrededor de las 5 y media de la tarde, fue quemado un autobús frente a Fedecámaras. Anteriormente, un grupo de motorizados enardecidos rodeó el edificio y amenazó con quemarlo, armados con botellas de kerosene.

Transportistas subieron pasajes en más de 100%

(CORRESPONSALIAS). - El servicio de transporte colectivo fue aumentado hasta un cien por ciento en casi todo el país, por decisión unilateral de los sindicatos que agrupan a los conductores, hasta casi tres veces más de lo autorizado por el gobierno nacional. La medida fue ejecutada ayer provocó reacciones violentas. Decenas de unidades autobuseras fueron incendiadas por manifestantes, en tanto que el gobierno ordenaba severas acciones para contener las protestas. Las comisiones de transporte de diversos concejos municipales del país emitieron resoluciones en las que se desautorizan incrementos inconsultos en el precio de este servicio, pero pese a ello, la decisión de los sindicatos se mantuvo, en algunos casos con serias consecuencias.

Venezuela firma hoy Carta de Intención

WASHINGTON (Venpres). - Venezuela presentará hoy al FMI la Carta de Intención que formalizará el paquete de solicitud de préstamo que espera obtener el país de la institución. La Carta de Intención es un documento sobre política económica del país, con cifras y metas que la nueva administración desea alcanzar. El documento que se firma hoy será estudiado por la gerencia del Fondo, para decidir si acepta o no la solicitud de Venezuela. La sentencia se expresará cuatro semanas después de la presentación. El equipo negociador está integrado por el presidente del BCV, Pedro Tinoco, la ministra de Hacienda, Eglée Iturbe de Blanco y el ministro de Cordiplán, Miguel Rodríguez. D/7

Celli: Hay sectores que no han renunciado a la insurrección

El secretario general de Acción Democrática, Humberto Celli, afirmó ayer que algunos brotes de violencia pueden estar justificados porque la gente "todavía no entiende las medidas en su cabalidad, porque además hay mucho de acaparamiento y especulación por parte de algunos comerciantes, pero también hay una parte, que estamos investigando, que pareciera estar dirigida por sectores que todavía no han renunciado a la insurrección".

También afirmó que AD no emitirá juicio sobre las declaraciones del ex presidente Jaime Lusinchi. Sobre la Carta de Intención, dijo que se hará pública después que la firme el gobierno y el Fondo Monetario. D/2

La periodista Alba Sánchez en Miraflores por El Nacional

La periodista Alba Sánchez fue designada por la dirección de El Nacional para cubrir la fuente de la Presidencia de la República en el Palacio de Miraflores. Alba Sánchez ingresó a este diario en 1978 como pasante y dos años después, al egresar de la Escuela de Comunicación Social de la UCV, pasó a integrar nuestro equipo de redactores. Comenzó como reportera en Información General, seguidamente pasó a cubrir el Concejo Municipal de Caracas. Luego, durante nueve años, destacó como reportera en el Congreso Nacional. En 1984 fue galardonada con el premio Henrique Otero Vizcarrondo, que otorga la C.A. Editora El Nacional al periodista más destacado. Esta nueva asignación es otro ascenso en la carrera periodística de Alba Sánchez. (Foto/JOSE SARDA).

La CTV exige 50% adicional sobre ajuste salarial decretado

El secretariado de la CTV formuló ayer lo que califican como "una definitiva propuesta [illegible] la exigencia de un [illegible] general de sueldos para los trabajadores, inamovilidad laboral por seis meses y [illegible] de las cláusulas económicas de los contratos colectivos vigentes". La CTV solicita un aumento del 50 por ciento sobre las mismas escalas de 30, 10 y 5 por ciento que decretó el gobierno para los trabajadores del sector público sin contratos colectivos. También demanda un decreto de aumentos para los que gozan de contratos. Hoy presentará su petición al directorio de Fedecámaras y en la tarde al presidente Pérez. D/6

OMS traza estrategia de vacunación anti-Sida

En su sede en Ginebra, Suiza, la Organización Mundial de la Salud traza desde ayer la estrategia de vacunación contra el Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida. José Esparza, venezolano, jefe de la Unidad de Investigación Biomédica del Programa Global contra el Sida de la OMS, informó que en la actualidad se prueban en humanos cuatro vacunas contra la enfermedad por el hecho de no ser tóxicas, aunque aclaró que en animales no demostraron eficacia. C/7

Imagem 4: Capa do jornal *El Nacional*, edição de 28 de fevereiro de 1989.

Imagem 5: Revolta popular. Fonte: *Esquerda Diário*.

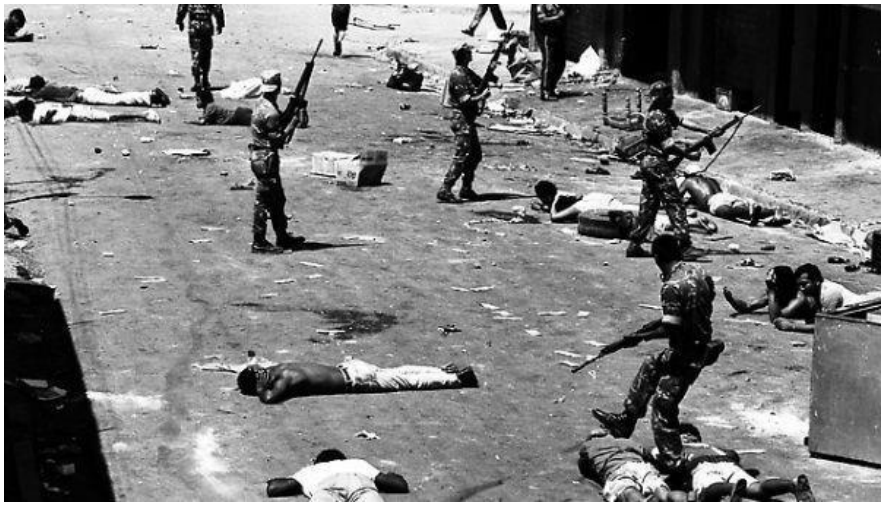

Imagem 6. Conflito entre civis e militares. Fonte: *Telesur*.

Imagem 7: Conflito entre civis e militares. Fonte: *Telesur*.

Para López Maya (2008, p. 61), o *Caracazo* se define como um acontecimento marcado pela "represión brutal que el Estado 'democrático' ejerció contra las masas populares con el respaldo de partidos, empresarios y organizaciones de la sociedad civil", destacando-se, ainda, como a primeira demonstração pública civil de desacordo com a norma estabelecida pelo governo e, sobretudo, a primeira manifestação violenta que revelava a rejeição dos atores políticos dominantes na Venezuela. Crise política, econômica e social, repressão por parte do Estado: eis aqui alguns fatores para compreender os "fracassos do sistema político venezuelano" a que fazia referência Tinker Salas (2013, p. 335) para os anos finais do século XX; um fracasso que, segundo esse autor, teria tido seu início em anos anteriores, mas que atingiria seu nível máximo com o enfrentamento entre as instituições governamentais e os cidadãos civis nas ruas naquele 27 de fevereiro de 1989.

É nesse sentido que Seabra (2014, p. 75-76) considera que o *Caracazo* "representa o ponto de declive irreversível do sistema *puntofijista* que hegemonizava a sociedade venezuelana desde 1958", uma vez que o acontecimento apontava para a "enorme insatisfação e a crise do sistema político" iniciado naquele ano com a assinatura do pacto. Para o autor (ibid.), as ações violentas marcadas pelo conflito entre os civis e a força militar demonstram, mais do que a crise econômica, a perturbação do sistema político e das atividades sociais[47] que se instalava no país naquele período. A Venezuela parecia viver uma fase de transtornos que Méndez (2004, p. 126-127) considera como sendo um momento de "crise orgânica" ou, então, uma "crise de representatividade" ou de "autoridade", enfim, uma "crise de Estado", isto é, nas palavras da autora, um momento de ruptura na relação entre determinados grupos sociais e os atores políticos que os representavam havia três décadas. Neste momento, devemos esclarecer que nos parece pertinente a reflexão da própria Méndez (ibid, p. 127) que considera que compreender o processo político venezuelano do século XX é um gesto útil "para explicar no solo lo que pasó en Venezuela entre 1958 y 1998", mas também para tratar do "proceso que desembocó en el triunfo electoral de Hugo Chávez"[48]

Dando, portanto, continuidade às considerações a respeito das condições históricas que culminam na eleição de Chávez como presidente da República, diremos que foi precisamente

---

[47] Além da questão relacionada à diminuição do poder aquisitivo, a crise social iniciada na Venezuela no período também se refere ao aumento do índice de violência do país. Numa espécie de *efeito dominó*, podemos considerar que a crise econômica levou a um crescimento dos níveis de pobreza a partir do fim da década 1980, o que pode se relacionar à elevação significativa dos indicadores de violência. Nesse sentido, conforme López Maya (2008), A Venezuela deixa de estar entre os países com baixos para figurar, a partir de 1989, entre os países com altos índices de violência, aproximando-se de outros países da região, como o México e o Brasil.

[48] Para a autora, tratar do período em questão significa tratar de um referente teórico do princípio do século XX em sua relação com uma realidade política do final do mesmo século (MÉNDEZ, 2004).

naquele contexto de plena crise e consequente perda do poder aquisitivo e de um padrão de vida que se intensificou o descontentamento popular diante das medidas adotadas pelo *puntofijismo* e a deslegitimação dos principais partidos que o compunham (AD e Copei), algo que teria permitido o surgimento de novos agentes no cenário político venezuelano. Nesse sentido, devemos destacar que toda essa conjuntura apontava para a reconfiguração da relação entre os venezuelanos e o Estado. Aquele era, segundo Mendes (2012), um momento de o indivíduo repensar a si mesmo como cidadão e, também, repensar a sua forma de conceber o Estado. Estava, pois, instalado o conflito entre representantes e representados.

A transição de século

Com base na série de considerações apresentadas no subitem anterior, interpretamos que, nos anos finais do século XX, o processo de deslegitimação do governo oficial se relaciona diretamente com o fortalecimento de grupos políticos que se opunham ao modelo político representado pelo *puntofijismo*. Esse é, por exemplo, o caso do *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200), agrupamento que contava com Hugo Chávez como um de seus membros e que, alguns anos mais tarde, colocaria em prática as suas tentativas de golpe de 4F e 27N, acontecimentos sobre os quais já nos referimos na primeira parte deste capítulo.

Cabe destacar, pois, que, conforme observa Scheidt (2013), o MBR-200 era um agrupamento político surgido como um movimento clandestino no interior do exército venezuelano entre os anos de 1982 e 1983, em pleno contexto que marca o início da crise sobre a qual viemos nos concentrando até este ponto. Com uma postura crítica a respeito dos governos *puntofijistas* e com a certeza de que podia agir para transformar a situação crítica pela qual o país passava, o grupo de jovens militares se formou, determinando a si mesmo como *movimento bolivariano*, já que, conforme Chávez (1993 *apud* Mendes, 2012)[49], acreditavam serem os herdeiros do *Ejército Libertador* de Simón Bolívar. O número 200 que acompanha a sigla do movimento, por sua vez, faz referência ao bicentenário do nascimento de Bolívar (1783-1983), algo que tende a reforçar a filiação. Conforme Mendes (ibid., p. 127), antes do *Caracazo*, o grupo se autorreconhecia como *Ejército Revolucionario Bolivariano 200*, contudo, após aquele acontecimento, com a intenção de buscar maior proximidade com a sociedade civil e, assim, "se desfazer da imagem de um movimento estritamente militar", o

[49] CHÁVEZ, Hugo. *El comandante Chávez a la Nación: Mensaje Bolivariano*. Caracas: Ediciones MBR-200, 1993.

grupo substituíra o termo “ejército” por “movimiento”, o que, segundo nos parece, o levou a assumir mais propriamente o seu caráter político com aspirações partidárias.

Mendes (ibid.) acrescenta, ainda, que a referência a Simón Bolívar que aparece no nome do movimento não se dá por acaso e não diz respeito apenas ao bicentenário de nascimento do libertador da Venezuela. Nomear-se como *bolivarianos* era um gesto simbólico através do qual se podia resgatar uma memória histórica presente na própria formação do indivíduo como cidadão venezuelano, considerando a importância atribuída àquela figura política na história da formação da República. No caso do MBR-200, o culto a Bolívar teria sido estendido a outros próceres com o objetivo fr recuperar alguns ideais dos programas políticos dessas personagens, bem como apoiar-se na representação que essas figuras cobram na história nacional[50]. Cabe destacar, entretanto, que apoiar-se na imagem de Bolívar e presentificar sua importância política implicava, no contexto do MBR-200, um trabalho de ressignificação dessa figura histórica. Isso, porque uma das metas do movimento era conferir àquela personagem de independências latino-americanas a imagem de um líder popular, associando-o à posição de um alguém cuja luta só tinha fundamento quando pensada em prol do bem comum, uma luta em nome da felicidade geral da nação venezuelana, tudo isso em detrimento da imagem de um herói nacional que sempre foi associado à oligarquia local no período colonial ou, já no século XX, de um herói elitizado, tema apenas das classes mais privilegiadas da sociedade[51]. Era preciso, conforme Scheidt (2013, p. 174), popularizar o culto a Bolívar, associá-lo aos setores sociais mais necessitados, para que, com isso, pudesse ser construído um “ideário nacionalista e popular”.

Podemos considerar, em linhas gerais, que o movimento nascido na década de 1980, associava-se às insatisfações populares que culminaram na rebelião popular de 1989 – o *Caracazo* –, opondo-se a tudo aquilo que Mendes (2012, p. 111) denomina de “conjunto das regras, atores e instituições da *IV República*”. O sintagma que destacamos em itálico, segundo o mesmo autor (ibid.), surge com o movimento bolivariano para se referir ao sistema político surgido na Venezuela a partir de 1830, ano em que Bolívar é morto[52.] Naquela circunstância,

---

[50] Conforme o próprio Mendes (2012, p. 131), o apelo a Bolívar apresenta basicamente associado a dois aspectos: (i) a instituição do exército “passava a estar mais forte e irreversivelmente colada ao projeto de construção da moderna nação venezuelana”; e (ii) “a convicção de que o exército – como herdeiro da glória dos pais da pátria – tem a capacidade e o dever de refundar a república quando as forças civis não são mais capazes de sustentá-la.”

[51] A reflexão que aqui fazemos parte de leituras e pre-análises feitas a diferentes discursos proferidos pelo próprio Hugo Chávez. Voltaremos a tratar desse assunto no capítulo 3 desta dissertação.

[52] Segundo Marx (2008 [1858], p. 33-57), Simón Bolívar teria falecido na região de Santa Marta, na Colômbia, em 17 de dezembro de 1830, após uma intensa disputa com o general José Antonio Páez pelos domínios políticos de Bogotá, que via crescer a oposição à ideia da unificação da *Gran Colombia*.

segundo Mendes (ibid., p. 134), a etapa independentista do país teria sido paralisada devido ao surgimento de um regime de "governo oligárquico e excludente"[53] que teria atingido seu ápice durante o período democrático de *Punto Fijo* (1958 – 1998). De modo que se torna pertinente considerar que uma das razões que moviam o MBR-200 estava, de fato, relacionada a uma certa "refundação da república venezuelana", opondo-se aos projetos políticos que teriam estado em vigor no país num período superior a cento e cinquenta anos; razão pela qual era necessário recuperar o projeto inacabado no século XIX, romper com a concepção de nação até então instalado e, assim, caminhar rumo à "verdadeira independência nacional" (ibid.).

A fim de concretizar tal ideal, era preciso romper com a concepção de democracia defendida e executada pelo *puntofijismo*, a qual era pautada pela representatividade, já que, de acordo com Mendes (ibid., p. 144), "durante a IV República essa ideia contribuiu para criar um afastamento do povo em relação à política". O MBR-200 propunha, pois, a reconfiguração do modelo democrático a partir da refundação da República por meio de um discurso que se pautava, segundo Izarra (2004, p. 20) em "fundamentos nacionalistas e no princípio de autodeterminação dos povos". Nesse sentido, Mendes (2012) acrescenta que o MBR-200, em detrimento de uma política representativa, defendia a instauração de uma democracia através da qual se destacasse o *protagonismo popular*, que só aconteceria a partir da construção de uma identidade coletiva com raízes na história nacional; isso significa que a valorização do aspecto popular para a democracia era construída a partir de sua referência à história do país, e é desse princípio que surge, para o MBR-200, a concepção de "povo", visto como um grupo coletivo conformado por indivíduos que compartilham saberes, o que lhe confere, segundo Mendes (ibid.) um princípio constitutivo essencialmente histórico.

Izarra (2004) chama a atenção, contudo, para o fato de o MBR-200 ser associado, por parte dos governos e suas instituições, a uma imagem negativa. Para o autor, os políticos governistas realizavam uma campanha nacional contra o movimento, caracterizando-o como uma organização conspirativa e violenta cujo único objetivo era fomentar entre os venezuelanos o comunismo, implementando, assim, um sistema de governo ditatorial por meio do qual surgiria a supremacia de militares não democráticos. Izarra (ibid., p. 6) agrega que "ese concepto lo manejaban los medios de comunicación, impresos y televisivos, los sectores económicos, los personajes afines al puntofijismo y los grupos políticos adversos", posição esta que certamente contribuía com a formação de uma imagem pejorativa sobre o

[53] No terceiro capítulo deste trabalho, abordaremos novamente esse aspecto ao tratarmos do imaginário em torno da figura de Bolívar.

grupo perante a sociedade, influenciando o comportamento das pessoas através da desmoralização do movimento. O ideal de tomar o governo e refundar a República, entretanto, falava mais forte e, assim, a partir de 1992, o MBR-200 deixaria de ser visto como um movimento anárquico, conspirador e politicamente ilegal para passar a ocupar um lugar de significância na política venezuelana e, contra qualquer campanha negativa, após as duas tentativas de golpe (4F e 27N), Hugo Chávez despontava, conforme observa Scheidt (2013, p. 175) como uma figura "amplamente conhecida" na Venezuela. Em meio à crise política, econômica e social que, como observa esse autor (ibid.), pode ser considerado como um momento de pleno desgaste do projeto político iniciado em 1958, era chegado o momento de dar atenção a novas vozes políticas.

Podemos, então, entender o *Caracazo* (1989) como um acontecimento crucial que se relaciona com a desmoralização dos partidos políticos que governaram a Venezuela desde a assinatura do *Pacto de Punto Fijo*. Conforme Soto Rojas (2014, p. 15), pouco tempo depois, em meio ao que o próprio autor chama de "um profundo mal-estar social, econômico", ocorrem as rebeliões de 4 de fevereiro e de 27 de novembro de 1992, por meio das quais teria se intensificado o processo de declínio do *puntofijismo*. Devemos assinalar, ainda, com base nas observações de Scheidt (2013), que o descontentamento com a política gerado no contexto de crise político-institucional foi um dos elementos essenciais para que aqueles eventos de golpe de Estado liderados pelo MBR-200 – 4F e 27N – pudessem ocorrer com um maior apoio de diferentes parcelas da população.

Assim, parece-nos pertinente considerar que, naquele período, a maior vitória de Chávez não esteve na efetivação dos golpes que, de fato, nem sequer aconteceu, mas sim na possibilidade que os acontecimentos revoltosos lhe conferiram: uma maior aproximação com setores da população venezuelana que já não simpatizavam com o governo devido aos prejuízos gerados pelas medidas tomadas para contornar a crise pela qual o país passava. E, de alguma forma, essa nossa observação retoma o movimento que mostramos que acontecia discursivamente na primeira parte deste capítulo ao redor da posição de *porta-voz* ocupada pelo sujeito do discurso.

A partir de 1993, após sair da prisão de Yare, onde esteve preso por liderar o movimento insurgente de 4F, observa Scheidt (ibid) que Chávez teria começado a estabelecer um maior diálogo com diferentes grupos da sociedade civil e, dadas as duas frustrações ocorridas nas tentativas de golpe em 1992, iniciavam-se as discussões em torno de novas formas de se alcançar o governo nacional e, com isso, colocar em marcha o plano de

reconfiguração do país. Começou-se, pois, a pensar na possiblidade de efetivar o projeto bolivariano por meio de vias eleitorais. Com base nisso, Giussepe Ávalo (2014, p. 34) faz a seguinte consideração sobre a figura de Hugo Chávez e sua relação com a política do país no período seguinte ao *Caracazo* e, também, com as insurreições militares por ele lideradas:

> Luego de dos años de prisión, el presidente Rafael Caldera le concede un indulto que deja a Chávez en libertad. A partir de allí, emprendió un nuevo camino. Se introdujo en el mundo político venezolano, fundando el *Movimiento V República*, partido que lo llevó a ser candidato y electo democráticamente como presidente constitucional el 6 de diciembre de 1998, con el 58% de los votos. (grifos nossos).

Como percebemos, entre 1993 e 1998, o *Movimiento Bolivarino Revolucionario*, o MBR-200, iniciou um processo de transição que, aos poucos, lhe possibilitava a sua conversão em *Movimiento V República*, mais conhecido por sua sigla MVR[54]. Ao elencarmos algumas razões que levaram à mudança do nome do movimento, podemos considerar, com bases nas reflexões de Mendes (2012), que a primeira estaria relacionada ao fato de o MBR-200 poder ser associado apenas aos golpes malsucedidos de 1992. Como observa o autor (ibid.), a vinculação do movimento com o conflito e com as armas não contribuiria absolutamente com a sua expansão como partido político ou, então, como um movimento defensor da ordem democrática, algo que se intensificaria de maneira negativa caso a nova proposta de democracia fosse comparada à da democracia de *Punto Fijo*, uma vez que a memória da repressão provocada pelo governo democrático *puntofijista* durante o *Caracazo* era ainda muito recente. A segunda razão poderia estar vinculada diretamente ao que Lander e López Maya (1999) apresentam como uma lei da justiça eleitoral venezuelana que proibia que os partidos políticos nacionais fizessem referência a Simón Bolívar – entre outros elementos considerados símbolos nacionais – em seus nomes e/ou siglas.

Faz-se pertinente considerar que essa mudança relacionada ao próprio nome do movimento tende a refletir sua reconfiguração e, também, as transformações de suas táticas para assumir o governo da República, sendo, portanto, um gesto simbólico capaz de apontar,

---

[54] Devemos esclarecer que no período entre 1993 e 1998, a Venezuela vivia ainda os reflexos da crise político-institucional iniciada em meados da década de 1980. Alguns anos após o episódio do *Caracazo* (1989), em 1993, Carlos Andrés Pérez, então presidente, foi impedido de exercer seus cargos políticos, sendo o primeiro e único presidente venezuelano a ter sofrido um *impeachment*. Nas eleições presidenciais daquele ano, que deram a vitória a Rafael Caldera, a grande vitoriosa foi, na verdade, a abstenção, já que quase 40% da população não compareceu nas votações, o que, de certa forma, apontava para o descontentamento e/ou a descrença popular diante da política na Venezuela. Vale destacar, ainda, que foi naquele mesmo ano – 1993 – que Rafael Caldera concedeu a liberdade a Hugo Chávez, que havia sido preso pelas tentativas de golpe em 1992, ainda durante o governo de Pérez (cf. MENDES, 2012).

de alguma maneira, para a ressignificação de suas próprias formas de luta. Assim, convém esclarecer que, como propõe Izarra (2004, p. 43), "el nombre de Quinta República fue sugerido por el propio Hugo Chávez, con la explicación en detalle y la sustentación de su conveniencia". Entendemos que o nome em questão era conveniente, pois ao mesmo tempo em que sugeria uma oposição direta ao sistema de governo que o próprio movimento identificava como IV República – composta basicamente por certa "elite política" (MENDES, 2012, p. 173), conforme o que já expusemos –, a autodeterminação do movimento como "V República" sugeriria o princípio básico defendido por seus membros: a proposta de refundação da República e de reconfiguração do sistema democrático, agora, com protagonismo popular, deixando para trás a democracia proposta pelas alas mais privilegiadas da sociedade venezuelana e amplamente desenvolvida pela classe política dirigente até 1998.

A renovação do MBR-200 e sua reconfiguração como MVR apontava, portanto, para a maior possibilidade de uma "aliança cívico-militar" que era vista, conforme Mendes (2012, p. 176) como uma "condição para o sucesso". Ao passo que o MBR-200 ficava conhecido como o agrupamento militar que havia liderado as tentativas golpes de 1992, o MVR ia surgindo, conforme Izarra (2004, p. 45), como um movimento político de caráter eleitoral, cuja proposta central de "transformar las estructuras de poder en Venezuela gira alrededor de la convocatoria a una Asamblea Popular Constituyente que permitiera replantear las bases sobre las que se erigió la nación". Desse modo, através da convocação de tal assembleia, o movimento acreditava ser possível substituir a democracia representativa, amplamente difundida e defendida durante o *puntofijismo*, por uma democracia participativa, isto é, com participação direta do povo, apenas assim, para o MVR, seria possível alcançar o bem comum para todos os cidadãos do país, o coletivo nacional (ibid.)[55].

Conforme Mendes (2012), alguns fatores foram essenciais para que Chávez pudesse obter a maioria dos votos nas eleições presidenciais de 1998. Por um lado, devemos destacar a conjuntura de deslegitimação dos partidos tradicionais que governaram a Venezuela durante aproximadamente quarenta anos, aspecto que, por sua vez, se soma à proposta de ruptura com o sistema político *puntofijista* defendida pelo MBR-200. Lander e López Maya (1999, p. 5) chamam a atenção para o fato de que, devido à crise institucional no interior da política, fruto das crises econômicas e sociais surgidas a partir da década de 1970, o eleitorado venezuelano,

[55] A alteração do sistema democrático venezuelano ocorreria em 1999, com a oficialização da atual carta constitucional venezuelana que determina em seu artigo 6º que "El gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y de las entidades políticas que la componen es y será siempre democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocables" (VENEZUELA, 1999).

nas eleições que deram vitória ao partido de Chávez, se mostrava "más dispuesto que en el pasado a buscar en los comicios de 1998 un cambio profundo al orden político de la sociedad"; daí, a tendência em apoiar um partido que se posicionava de maneira contrária ao sistema político fundamentado no *Pacto de Punto Fijo*[56]. Por outro lado, com base nas reflexões de Mendes (2012), além dessa circunstância histórica pela qual passava a política do país, é preciso considerar, também, um segundo fator, isto é, o modo como Chávez se apresentava diante da população desde suas primeiras aparições públicas em 1992, que possibilitavam lhe atribuir imagens que o aproximavam a uma figura forte, destemida e determinada, capaz de se opor às elites e de combater os partidos hegemônicos, e que, ao mesmo tempo, era visto como uma "pessoa comum", devido à sua origem popular, ao seu modo de falar informal e à sua aproximação às políticas de rua.

Defendendo uma "revolução democrática"[57], o MVR ganharia as eleições de 1998 como o principal partido da coligação *Polo Patriótico* (PP) que, por sua vez, reunia diferentes partidos cujos atores políticos eram associados, segundo Lander e López Maya (1999, p. 11), a certa "vocação popular". Para esses autores, com apenas um ano de existência, já para as eleições de 1998, o MVR entendia aquela "revolução" como um intenso processo de transformações pacíficas sobre *status quo* venezuelano, respeitando, para a efetivação dessas transformações, as instituições do país. Para Scheidt (2013), as propostas do MVR defendiam o afastamento imediato do modo de fazer política *puntofijista*, superando o regime democrático instaurado em 1958 através de uma nova Constituição que conduzisse o Estado a sua própria refundação.

De acordo com Mendes (2012, p. 226), depois de aproximadamente seis anos das revoltas de 1992, a vitória de Chávez nas urnas esteve muito mais influenciada "pela desconstrução daquilo que se passou a chamar IV República do que pelo crescimento de um grande movimento de massas com uma nítida estratégia de transformação social", fator que nos leva a acreditar que parece ser difícil não reconhecer que a ascensão de Chávez no cenário político venezuelano tenha mantido alguma relação com certa necessidade de mudança

---

[56] De acordo com os autores, na década de 1990, mais precisamente em 1993, Rafael Caldera assume a presidência da Venezuela em meio a um contexto de profunda crise político-institucional. Após o *Caracazo* e as tentativas de golpe de Estado em 1992 e o impeachment de Pérez, o presidente Caldera se deparava com um país em estado de efervescência, o que ficava demonstrado nos comícios eleitorais e com pesquisas de satisfações que revelavam, segundo Lander e López Maya (1999, p. 8), "desapego y rechazo hacia la política, los partidos e instituciones como el Congreso Nacional".

[57] Conforme Scheidt (2013, p. 177), em diferentes situações "Chávez salientou, pois, a identificação de seu programa de transformações como uma 'revolução' (fazendo questão de grifar a expressão), que seria 'pacífica' e 'democrática'", abandonando, segundo o autor (ibid.), "o projeto de revolução armada, tentado através de um frustrado golpe de Estado".

emergente no país, não importando as razões que teriam motivado os mais de 56% dos eleitores a elegerem Hugo Chávez como presidente venezuelano naquele 06 de dezembro de 1998[58]. Em nossa perspectiva, os números oficiais nos parecem indicar que, naquelas eleições, a voz da maioria parecia clamar pela transformação, o que significa dizer que a escolha por um partido recém-formado como o MVR e a consequente rejeição aos partidos políticos tradicionais nas urnas eleitorais parece se associar a certo rompimento com o sistema político que havia se desenvolvido no país durante as quatro décadas anteriores.

Assim, podemos entender como o "fenômeno Chávez" (cf. MENDES, 2012) desponta no meio político venezuelano durante as duas tentativas de golpe em 1992, ganhando apreço e apoio popular e, por fim, chegando à presidência da República em fevereiro de 1999 para tomar posse oficialmente, diante da Assembleia Nacional, quando jurou promover as ações pertinentes para efetivar as "transformações necessárias" para o nascimento de uma "nova República". De maneira que, conforme o que apresentamos no início deste capítulo, anunciava-se ali o surgimento do "novo"; havia chegado, pois, o momento de "refundação da Venezuela", algo que aconteceria com o apoio da história nacional, com suas "glórias" e com seus "infortúnios", além do apelo ao apoio popular, algo que apenas se efetivaria com a formação de um coletivo social capaz de se simpatizar com o projeto político desenvolvido com o objetivo de construir a *República Bolivariana*.

[58] Os dados podem ser conferidos diretamente na página do *Consejo Nacional Electoral* (CNE) da Venezuela na Internet (http://www.cne.gov.ve).

CAPÍTULO 2

A RESSONÂNCIA DO DISCURSO POLÍTICO E A (RE)SIGNIFICAÇÃO DE SENTIDOS – POLÍTICA, PASSADO E MEMÓRIA

> *Tenemos que hacer lo que estamos haciendo: abonar con el mejor fertilizante del alma, de la mente, la memoria. Se prohíbe olvidar, sobre todo porque la batalla no ha terminado.*
>
> Hugo Rafael Chávez Frías, 2010.

Após considerarmos, a partir das reflexões realizadas fundamentalmente no campo das Ciências Sociais, alguns fatos que entendemos como relacionados à assunção de Chávez no cenário político da Venezuela, parece-nos pertinente, neste momento, apresentarmos certas reflexões a respeito de como esse ator político, já ocupando o lugar de presidente da República, dispunha de modos de se aproximar ainda mais dos cidadãos venezuelanos a fim de que, com isso, pudesse garantir uma maior visibilidade de seu projeto ligado à revolução e, ao mesmo tempo, apresentar suas diferenças em relação ao modelo político que, antes, havia "dominado" o país.

Entendemos que esse gesto de projeção funcionava de modo a possibilitar que o número de apoiadores da causa autodesignada como revolucionária aumentasse, conformando, assim, um coletivo capaz de defender a "revolução" e, também, as mudanças que se proporiam para aquilo que se apresentava como sendo a construção de um novo modelo de país. A fim de abordarmos esses aspectos vinculados a gestos políticos do governo de Chávez que se materializam no discurso de diferentes formas, propomos a divisão do presente capítulo em quatro partes.

Na primeira, realizaremos considerações a respeito do *discurso político*, apresentando alguns traços que nos permitam compreender seu funcionamento especialmente no que tem a ver com observar de que modo, através desse discurso, a relação entre aquele que fala e os destinatários é construída. Para tanto, recorremos a estudos realizados dentro do campo das Ciências Sociais, colocando-os em relação com formulações produzidas a partir da Análise do Discurso, disciplina que tem uma longa tradição de trabalho nesse sentido.

Depois, na segunda parte do capítulo, nos debruçaremos sobre as relações estabelecidas entre o discurso político e o fenômeno de midiatização que incide sobre as práticas políticas. Nesse momento, consideraremos, ainda, o grande alcance e popularidade da

televisão e o modo como isso afetou a política, sobretudo no que diz respeito ao se interpelar um público múltiplo e diverso e espalhado por diferentes regiões – fatores esses que vemos como fundamentais para a projeção da imagem do próprio ator político bem como a do projeto por ele desenvolvido.

Em seguida, na terceira parte, procuraremos nos aproximar da maneira como o discurso das emissões de *Aló, presidente* pôde funcionar de modo a convocar a participação política de diferentes setores sociais venezuelanos. Nesse momento, nos interessará apresentar alguns aspectos relacionados a esse fenômeno midiático do programa semanal, entendido uma prática discursiva inerente à própria prática política de Chávez, dado que pode ser entendido como um canal de aproximação entre aquele que falava e sua audiência. Nesse sentido, colocaremos *Aló, presidente* em relação com outra expressão de espetacularização da política no espaço latino-americano, especificamente, com o funcionamento dos *balcones* e da praça pública no cenário político argentino. Ambos os espaços simbólicos permitiam certa projeção daquele que falava como líder de um movimento e, sobretudo, fundava uma nova relação estabelecida entre aquele que ocupava o lugar do "poder" e as massas que o seguiam.

Por fim, escolhemos reservar a quarta e última parte do capítulo para apresentarmos algumas considerações a respeito do trabalho de "recuperação do passado" e sua incidência sobre a formação de um "coletivo de identificação" (ZOPPI-FONTANA, 2014). Para tanto, nesse momento, nos interessará recorrer a algumas questões relativas ao "tempo" e à "memória", dois conceitos chave.

1. O discurso político

Acreditamos que qualquer trabalho desenvolvido em torno da "enunciação política" traz à tona alguns questionamentos consideráveis a respeito da significação das práticas políticas em si e, consequentemente, dos possíveis sentidos relacionados a seu funcionamento em diferentes instâncias sociais. Dada a natureza de nosso trabalho, vinculado aos estudos da linguagem, e tomando como referência as considerações de Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 43), nos propomos a conceber aqui *o político* como o "espaço de relações que necessariamente se constituem enquanto relações de força, instituindo um domínio de poder em que há possibilidade de se pensar a mudança, a resistência do sujeito". Nesse sentido, Celada e Fanjul (no prelo), ao retomarem Orlandi (1988) para discutir o político na linguagem, consideram que, em seu sentido amplo, é entendido a partir das "relações históricas e sociais do poder" e observam que o poder a que faz referência a autora se associa não apenas ao

institucionalizado, vinculado unicamente ao Estado, mas é percebido a partir da própria concepção do político para a Análise do Discurso de linha materialista, segundo a qual todo ato de fala é propriamente um espaço de funcionamento do político[59].

Dada a própria natureza política de todo discurso, parece-nos produtivo recorrer a Orlandi (1983) quando trata de uma "tipologia de discurso", para observar que o próprio movimento analítico leva a uma distinção necessária entre um discurso e outro. Essa diferenciação proveniente da mesma natureza do objeto a ser analisado, permite, segundo a autora (ibid., p. 192), pensarmos os diferentes "tipos" de discurso como categorias que, a partir de um princípio organizador, nos permitem observar determinadas propriedades que tendem a ser predominantes em um dado discurso; possibilitando, assim, o estabelecimento de traços relevantes para a interpretação do funcionamento de um dado discurso a partir de suas condições de produção.

Nesse sentido, considerando que nos interessa observar de que modo o político, visto como o "espaço de relações de força" aparece funcionando em sua relação com o próprio discurso, faz-se pertinente nos debruçarmos sobre os traços estáveis que permitem falar de *discurso político.* Esse é definido por Orlandi (2012, p. 145) como aquele que "em sua estabilidade e movimento" e "afetado pelo poder, diz das relações de forças e de sentidos que relacionam sujeitos sociais na história em função de seu poder fazer nas condições de suas existências". Já de acordo com as reflexões de Dagatti (2012, p. 60), o discurso político pode ser visto, ainda, como uma matéria social que nos oferece pistas para compreender a relação – de identificação ou de antagonismo, diremos – estabelecida entre diferentes setores sociais e atores políticos, o que, conforme o autor, nos permite observar como os seus conflitos, suas estratégias e suas posições se disputam e se potencializam em diferentes espaços de representação do poder.

Como já antecipamos, o presente trabalho dialoga com a corrente francesa de Análise do Discurso (AD), mais precisamente com a linha de estudos discursivos que entende o discurso enquanto materialidade, isto é, como um modo significante que dá sustento ao sentido, procurando trabalhar, segundo Orlandi (2015, [1999], p. 13-14), o discurso como um "objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto"; o que leva o

[59] Celada e Fanjul (no prelo) observam que Lagazzi-Rodrigues (1998), ao considerar o político como um espaço de relações de poder, desvincula esse conceito de identificações que o projetam apenas como "exercício de poder" e o associa a "heterogeneidade" e a "funcionamento" que, segundo Fanjul e Celada, se vinculam ao conceito proposto por Orlandi (2012), segundo quem o "político reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos, já que nossa formação social é regida pela diferença, pela divisão, pela dispersão". E nesse espaço de relações, consideram os autores que o político se relacionaria a um sentido de "conflito" em distintas esferas sociais.

analista a querer compreender "a palavra em movimento", a língua em funcionamento em relação ao homem e a sua própria história; princípio que, segundo a própria autora (ibid.), nos permite enxergar o texto para além de seu aspecto verbal, considerando, assim, a relação entre a linguagem e a sua exterioridade. Entendemos que essa retomada seja necessária dado que o nosso objetivo, neste momento, é precisamente destacar que, conforme Courtine (2014 [1981]), desde seus inícios, as pesquisas em torno dessa linha teórica ocupavam um lugar de preponderância na AD e se dedicavam basicamente ao estudo do funcionamento do discurso político.

Uma vez que a AD surge como um dispositivo teórico-analítico fundado sobre um tripé conformado por questões concernentes à linguística, à ideologia e à psicanálise, não nos parece estranha a consideração de que o cerne dos trabalhos desenvolvidos a partir de 1969 fosse precisamente o discurso político, dado que esse era visto, segundo Dagatti (2012), como um lugar privilegiado da indissociabilidade entre *língua*, *história* e *sujeito*, elementos que compõem a tríade medular da AD. Pêcheux (2014 [1981], p. 22) considera que, de fato, desde sua origem, as análises tiveram uma "tendência irresistível" a escolher os discursos políticos como objeto de estudo com o fim de perscrutar, à luz do materialismo, suas especificidades, compreender suas alianças e visualizar suas demarcações; procurando, então, entender sua circulação e o seu modo de produzir sentidos. O autor (ibid.) complementa suas reflexões considerando que, sendo diretamente afetada pela história,

> a análise dos discursos (políticos) surgiu na forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição em um campo ideologicamente estruturado (demonstrando/criticando/justificando este ou aquele discurso, inscrito nesta ou naquela posição).

Ainda de acordo com a perspectiva pecheutiana, os discursos políticos constituem um "conjunto de indicadores para compreender concretamente como se chegou até o presente" e, concomitantemente, diz Pêcheux (ibid.), para se fazer uma reconstrução de uma memória histórica. A nosso ver, esses discursos, ainda de acordo com as ponderações de Pêcheux (1977, p. 2 *apud* HENRY, 2014)[60], também constituem uma prática que se vincula à compreensão das "formas materiais concretas sob as quais as 'ideias' entram em luta na história".

[60] PÊCHEUX, M.; WESSELIUS, L. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: três organizações estudantis em 1968. In ROBIN, R. *História e Linguística.* São Paulo: Cultrix, 1977. [original em francês publicado em Paris, 1968.].

Damos continuidade às nossas observações, portanto, tentando nos apropriar do que, para nós, parece ser uma importante reflexão desenvolvida por Verón (1987), através da qual pondera que a própria categorização de um discurso como *político* (doravante, DP) requer a consideração da existência de toda uma tipologia de diferentes discursos sociais. Esse princípio permite ao estudioso (ibid.) considerar, por exemplo, que o DP compartilha algumas propriedades com o discurso publicitário. A partir de nossa perspectiva discursiva, a reflexão é bastante procedente, dado que leva a nos afastarmos daquilo que Orlandi (1983, p. 191) observa como sendo uma atomização que tende a considerar um dado discurso a partir de uma visão empírica que o apresenta como não mantendo nenhuma relação com discursos de outras naturezas.

Ao tecer suas considerações a respeito do DP, Verón (1987) afirma que esse apresenta três diferentes "funções": a *persuasiva*, a de *reforço* e a *polêmica*. Neste trabalho, consideraremos as "funções" formuladas pelo autor como eixos que permitem encontrar regularidades no funcionamento discursivo. Abordaremos tais eixos enquanto "componentes" ou "dimensões" desse discurso, uma vez que não os entendemos como elementos já dados ou previamente construídos – tal como aconteceria se pensássemos nosso objeto a partir dessa mesma perspectiva empírica apontada por Orlandi (1983) –, mas como aspectos regulares que se constituem durante o próprio processo da produção discursiva.

García Negroni e Zoppi-Fontana (1992), com base nas formulações de Verón, observam que a propriedade compartilhada entre o DP e o discurso publicitário é sua dimensão *persuasiva.* Interessa-nos esclarecer que é por meio dessa mesma dimensão de persuasão que o texto pode ser considerado, de acordo com as autoras, como uma tentativa de "*apoderação* do destinatário por parte do enunciador" (ibid., p. 15)[61]. Isso ocorre porque é através desse componente persuasivo que o enunciador se projeta como alguém interessado em atrair a aceitação daquele que o escuta; tentativa essa perpassada por certo movimento para que aquele que ouve seja, de alguma maneira, incluído no mesmo grupo de identificação daquele que fala.

Em nosso modo de ver, uma das regularidades do DP é precisamente convencer o interlocutor a aderir àquilo que, por meio do discurso, se propõe, se diz ou se defende a partir de uma dada posição dentro de uma formação discursiva[62] específica; e isso se dá por meio da

[61] Grifos nossos.

[62] Recordamos que esse conceito é definido por Pêcheux (2014 [1975], p. 147) como aquilo que "a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito".

tentativa de fazer o outro se sentir parte integrante de um grupo maior: um grupo representado por aquele que fala.

Muito embora o discurso político compartilhe com o da publicidade o tal componente persuasivo, García Negroni e Zoppi Fontana (1992, p. 15) nos chamam a atenção para uma considerável diferença que gira em torno de seu destinatário. Conforme as próprias autoras (ibid.), o dispositivo de enunciação do DP se difere do da publicidade uma vez que aquele, ao contrário desse último, apresenta a noção de *multidestinatário*. As autoras observam, ainda, que essa "multidestinação" tornaria o discurso político suscetível de uma "dupla leitura", dado que existiriam ao menos duas recepções diferentes que compreendem às ideias necessariamente opostas de "partidário" e de "adversário".

A respeito disso, Verón (1987) afirma que a enunciação política é o espaço de construção de ao menos dois destinatários a quem o discurso se dirige de modo simultâneo, e, sendo assim, por um lado, temos um imaginário político que supõe a existência de uma parcela da sociedade que compartilha dos ideais do enunciador – sendo, portanto, entendida pelo autor como o "destinatário positivo" –; e, por outro, a existência de uma parcela social que pretere esses mesmos ideais – determinada, por isso, como o "destinatário negativo". À vista disso, interpretamos que um mesmo discurso proferido a partir de condições determinadas pode produzir diferentes efeitos de sentidos, podendo promover a aproximação ou o afastamento do destinatário; despertando, ao mesmo tempo, *adesão* ou *reprovação* em diferentes instâncias da esfera social. Isso nos leva a nos questionar sobre como, em determinados discursos, se daria o processo de persuasão e, além disso, sobre quais seriam os recursos mobilizados em relação a essa dimensão persuasiva quando consideramos que diante do discurso proferido existe a figura de um multidestinatário.

Indagamo-nos, portanto, sobre alguns gestos inerentes ao discurso político e que estão relacionados ao procedimento de adesão de diferentes setores da sociedade a um grupo específico no âmbito da representação do poder; o que seria o resultado do processo que faz do discurso o lugar de representação de um coletivo de identificação[63]. A respeito desse coletivo, apoiamo-nos nas considerações de Charland (1986 *apud* DAGATTI, 2017)[64] sobre a noção de *retórica constitutiva*, segundo a qual, uma "identidade coletiva com a audiência pode ser construída por meio da linguagem". Audiência que, de acordo com o próprio autor

[63] De alguma maneira, no capítulo 1, esse conceito já se fazia presente ao tratarmos do funcionamento do "nós inclusivo". Recordamos, neste momento, que, de acordo com Zoppi-Fontana (2014, p. 103), "um dos principais efeitos do discurso político" é justamente "trabalhar sobre mecanismos imaginários de constituição da(s) identidade(s) para produzir a representação de um coletivo de identificação".

[64] CHARLAND, M. "Constitutive Rhetoric". In *Quarterly Journal of Speech*, 73 (2), 1986. pp. 133-150.

(ibid.), existe apenas através do discurso, o que significa dizer que é o próprio processo discursivo que constrói o público destinatário e, consequentemente, as relações entre aquele que fala e aqueles que escutam. Devemos destacar que, conforme os esclarecimentos feitos por Dagatti (2017), a noção de identificação resultante da retórica constitutiva formulada por Charland (1986) possibilita repensar o efeito retórico ao mesmo tempo em que promove a rejeição da ideia de existência de um sujeito transcendental que existiria antes da sua "audiência" e que estaria aparte do discurso. Assim como o "coletivo de identificação" é constituído no próprio discurso, também o sujeito se constitui através dele, seguindo, pois, a concepção de Louis Althusser sobre a formação do sujeito no discurso, a qual defende a descentralização do sujeito, que deixa de ser visto como o ponto de partida dos sentidos e passa a ser entendido como o "sujeito da ideologia"; ideologia que, por sua vez, é considerada por Pêcheux (2014 [1975], p. 120) e por Henry (2014, p. 31-34) como uma força material que constitui o indivíduo em sujeito. Aliás, O próprio conceito de interpelação discursiva (e de formações imaginárias) elaborado por Pêcheux (ibid.) implica pressupor essa série de considerações.

Nesse sentido, considerando que o DP é capaz de constituir um multidestinatário, no que diz respeito ao componente persuasivo, Verón (1987) observa que tal dimensão recai sobre a figura de um "paradestinatário" que, por sua vez, faz referência a um "terceiro destinatário", não sendo este nem partidário nem opositor, mas, sim, relacionado ao que o autor (ibid.) classifica como um conjunto de indivíduos pertencentes a alguns setores da sociedade que se mantêm do lado de fora do jogo político. Os "paradestinatários" se definiriam, pois, como aqueles setores sociais conformados por indecisos e não afiliados. Assim, entendemos que a importância de se dirigir a esse destinatário está precisamente no movimento de interpelá-lo para produzir a identificação com o projeto tal como se apresenta no discurso, aumentando, com isso, o número de "simpatizantes" à proposta política.

De acordo com Verón (1987), o DP se caracteriza por apresentar, além desse componente persuasivo dirigido ao "paradestinatário" a que acabamos de nos referir, outras duas dimensões elementares: a de reforço e a da polêmica, que se destinam, cada uma, a um destinatário específico.

Concentrando-se na dimensão de reforço, Verón (ibid., p. 4) considera que essa gira em torno da figura de um "pró-destinatário", isto é, sobre uma audiência que já se identifica com aquilo que determinado projeto político defende ou desenvolve. Trata-se, diz o autor (ibid.), daquele "outro positivo", de um destinatário que "corresponde a un receptor que

participa de las mismas ideas, que adhiere a los mismos valores y persigue los mismos objetos que el enunciador", caracterizando-se, por conseguinte, como um destinatário partidário. Em nosso modo de ver, é através do funcionamento desse componente que se constrói a imagem de um "nós inclusivo", noção que, neste momento, nos interessa retomar para destacar o movimento que mediante a interpelação vai na direção de incluir o destinatário no grupo que se identifica com o dizer do sujeito do discurso.

Por fim, ainda com relação à figura de um multidestinatário, Verón (1987) considera a existência de uma dimensão polêmica que, em direção oposta àquela que denomina como de "reforço", faz referência a um "contradestinatário". Em outras palavras, o componente polêmico atribuída ao discurso político atua sobre aquele que, ao contrário do partidário, não comunga das mesmas ideias, valores e princípios do sujeito do discurso. A polemização, complementa o autor, funciona, então, sobre a construção da imagem de um "outro negativo" que, por sua vez, estará *excluído do coletivo de identificação* construído pelo próprio discurso. Para nós, esse é o lugar de formação de imagens projetadas sobre o adversário ou, conforme propõe Indursky (2013, p. 144-145), trata-se do espaço de representação do "contrário"; esse elemento que, tido como negativo, aparece, segundo a autora, associado a uma imagem de inimigo ou, então, a de um alguém "desprovido de traços positivos de caráter" (ibid.).

Segundo Verón (1987), todo ato de enunciação supõe a existência dessa figura oponente, visão essa García Negroni e Zoppi-Fontana (1992, p. 16) corroboram ao dizer que "en efecto, el discurso político no parece poder constituirse sin adversarios" e, nesse sentido, a construção desse "outro negativo" é essencial não apenas para deslegitimar a figura daquele que é apresentado como contrário ao que é dito pelo sujeito do discurso, mas também, segundo as autoras, para validar a sua palavra. O próprio Verón (1987, p. 4) afirma que é por meio dessa dimensão polêmica própria do discurso político que o enunciador faz hipóteses de uma "inversión de creencias", o que significa considerar que, por um lado, aquilo que é visto como "positivo" e "verdadeiro" para aquele que fala tende a soar como falso e negativo para o contra-destinatário, sendo o inverso também possível. Acreditamos que esse processo é também essencial para a constituição e demarcação de posições no discurso, já que está associado ao afastamento daquele que fala com relação a projetos políticos a que ele se opõe; e, ao fazê-lo, projeta esse distanciamento também aos seus destinatários, delimitando seus espaços e a sua área de atuação política. Trata-se, pois, de um elemento de diferenciação de propostas – de modelos de Estado, inclusive – e de visões e valores sobre a representação de poder.

Com base nas considerações apresentadas, interpretamos que todas as três dimensões formuladas por Verón (1987) – o componente persuasivo, o de reforço e o de polêmica – caminham em uma única direção: fortalecer e defender uma proposta, um ideal, buscando o apoio de diferentes setores sociais e, além disso, pleiteando, de certa forma, um debate com os oponentes, que costumam ser desqualificados e deslegitimados, ao mesmo tempo em que se defende o lugar de representação política daquele que fala e, portanto, de seu "coletivo de identificação".

Diremos, então, que tanto a adesão quanto o rechaço – ou seja, a identificação e a contra-identificação, conforme Pêcheux (2014, [1975]) – são produzidos no discurso através dos *imaginários* que aquele que fala projeta sobre si mesmo, sobre o grupo ao que pertence, sobre aquele que o escuta e, também, sobre aquele que é tido como seu oponente[65]. Conforme García Negroni e Zoppi-Fontana (1992, p. 33), todas as projeções associadas ao sujeito do discurso, ao destinatário ou, ainda, ao adversário – que são construídas no próprio processo discursivo – guardam relações necessárias entre si e são construídas através do próprio processo discursivo. E, levando, mais uma vez, em consideração as reflexões de Pêcheux (2014 [1969], p. 82), diremos que são exatamente essas projeções imaginárias as que funcionam no discurso, fazendo emergir diferentes sentidos para aquele que ouve aquilo que é dito[66].

As reflexões construídas até este momento nos levam a considerar que, associado à formação do coletivo de identificação, certamente está um constante e ativo processo em que diferentes imaginários – positivos e negativos – entram em confronto num intenso movimento que tende a despertar sentidos relacionados à admiração ou à oposição. Inclusive, poderíamos dizer que a projeção de imagens negativas sobre o contra-destinatário, isto é, sobre o adversário político, implica um movimento que contribui para a construção de uma imagem positiva daquele que fala, sendo, por um lado um importante elemento para agradar os seguidores, os pró-destinatários; e, por outro, para atrair os indecisos, os para-destinatários.

Assim, diremos que é através desses componentes discursivos e das projeções imaginárias funcionando no discurso que se coloca em cena um *jogo político* (cf. VERÓN, 1987) do qual somente se desponta como o "ganhador" aquele que, em confronto direto ou indireto com seu oponente, tiver maior poder de convencimento em relação aos seus

---

[65] Conforme Charaudeau (2015, p. 87), no domínio político, a construção dessas imagens "só tem razão de ser se voltada para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados".

[66] Devemos enfatizar que todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias que, conforme as palavras do próprio autor, "designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro." (PÊCHEUX, 2014 [1969], p.82).

adversários, atraindo, dessa maneira, um maior número de destinatários favoráveis àquilo que, por meio do discurso, é proposto como “verdade” no embate político.

O DP parece ser, portanto, o espaço mais indicado para se trabalhar com a observação e a análise da relação existente entre o sujeito, seu discurso e o poder. De modo que as considerações expostas até este momento nos possibilitam refletir sobre como esse jogo político a que nos referimos aparece, nos discursos, relacionado de modo intrínseco ao confronto entre diferentes sujeitos pela representação do poder. Ao imaginarmos esse conflito no campo político, recorremos a Rinesi (1993), segundo quem, nesse espaço de confrontação pela representação política, o que temos é um verdadeiro teatro de representações. De modo que, nesse espaço, o que estaria em jogo são as representações que se entrecruzam e se disputam (ibid.).

Nesse sentido, o autor (ibid., p. 22) propõe uma reflexão em torno de um permanente “estado de guerra” para se pensar o confronto existente no jogo político. Esse estado de guerra se explicaria através da própria ação dos homens que “intercambian representaciones sobre su situación recíproca, lo que los lleva a la institución de formas regladas, pactadas, artificiales, de vida en común”. Complementa Rinesi (ibid.) que é considerando esse cenário que se deve pensar a disputa política pela representação do poder; assim, haveria, conforme o autor, a necessidade de se conceber a política no território da “representación de la posición del otro en el ‘estado de guerra’ entendido como intercambio de imágenes especulares”.

Em nosso modo de ver, esse confronto atua diretamente sobre a formação de coletivos de identificação, processo que entendemos como fundamental para despertar a mobilização de grupos no interior da esfera social que, por um lado, apresentam demandas específicas e, por outro, apoiam uma dada visão ou representação política. Entendemos que abordar esse cenário de confronto requer considerações a respeito de mecanismos específicos que se relacionam ao processo de jogo pela representação do poder e de disputa em busca de apoio social.

Nesse sentido, acreditamos que observar o DP e seu funcionamento sobre diferentes setores da sociedade demanda considerar a presença de *fenômenos midiáticos* que atravessaram e continuam atravessando o político mediante uma capacidade de ampliação da ressonância desse discurso que, agora, pode “atrair” a atenção de diferentes grupos identificados com dada proposta. Estamos, portanto, diante de um cenário em que a mídia atua como o ponto de conexão entre uma dada figura de representação do poder, apresentado como líder, e a sociedade a quem aquele que fala se projeta como representando.

2. Midiatização e política

Conforme o que propõe Verón (2014, p. 173), nas últimas décadas do século XX, a questão estabelecida em torno das relações entre os meios de comunicação e as sociedades receberam um grande impulso nas pesquisas acadêmicas, o que, segundo o autor, levou a um considerável aumento do que se pode chamar de "estudos da midiatização". Para Verón (ibid.), o processo de *midiatização* aponta para uma problemática que envolve as relações surgidas entre a mídia e as diferentes comunidades sociais. O autor (ibid.) defende a ideia de que tal processo não é algo específico de uma única dessas comunidades, colocando que ele o interpreta como "resultado operacional de uma dimensão fundamental de nossa espécie biológica" e que teria se materializado em várias delas e de diferentes modos ao longo da história. A respeito de tal definição, cabe destacar que, para o autor, se trata de algo que seria possível exclusivamente graças à "capacidade semiótica" de qualquer sociedade humana (ibid., p.174); a partir da perspectiva discursiva, isso se trata da própria capacidade do homem de produzir sentidos e, à vista disso, os fenômenos midiáticos podem ser entendidos como o produto de processos discursivos fortemente vinculados a determinados materiais.

Assim, Verón (ibid.) insiste em afirmar que a "midiatização" se refere a uma diversificada sequência de fenômenos que acompanham o homem em sua evolução histórica. Desde sua aparição – da escrita até o surgimento do livro, ou, então, desde a invenção da imprensa até a criação da televisão –, defende o autor (ibid.) que todos os fenômenos midiáticos se instalam nas sociedades trazendo à tona o uso de determinados dispositivos técnicos por uma comunidade social específica, o que faz com que a midiatização, tida como um dispositivo de caráter comunicacional, seja percebida e desenvolvida de diferentes formas em diferentes lugares a partir de condições específicas. Nesse sentido, vale esclarecer que o autor considera que a midiatização não deve ser tratada como um processo linear, mas sim como um fenômeno que apresenta "efeitos radiais" que se expandem em diferentes direções, afetando, assim, o funcionamento da sociedade (ibid., p. 175).

Por sua vez, esses efeitos radiais próprios dos fenômenos midiáticos seriam, como diz Verón (ibid.), o resultado de certa "natureza sistêmica", já que, para que existam é necessário que haja uma "enorme rede de relações de retroalimentação", o que faz com que o efeito que determinado fenômeno provoca recaia sobre si mesmo, levando-o a uma *ampliação de seu alcance*. A fim de apresentar o alcance do efeito radial, destaca diferentes processos midiáticos e às transformações sobre a sociedade que são deles resultantes. Nesse sentido, em

primeiro lugar, o autor se refere à invenção da escrita como um fenômeno midiático que provocou um considerável efeito sobre a sociedade, uma vez que,

> modificó profundamente la representación social del tiempo y de la historia; reconfiguró la conversación y los intercambios interpersonales; hizo posible la operación de nuevos mecanismos políticos y económicos, lo que condujo a la emergencia de los grandes imperios e hizo posibles nuevos modos de construir la identidad personal. (ibid., p. 178).

Ainda de acordo com o autor, o fenômeno midiático caracterizado pela invenção da escrita está diretamente associado ao processo de burocratização do sistema social e, sobretudo, à criação de um instrumento capaz de produzir controle social. Em seguida, Verón (ibid.) se debruça sobre a aparição de outros fenômenos midiáticos, tais como, por exemplo, a invenção da imprensa no século XVI, que, segundo o mesmo autor, teria causado uma profunda transformação econômica, política, social e cultural na Europa; uma transformação, defende, superior a qualquer outra ocorrida nos séculos anteriores. Outro fenômeno midiático relevante, foi, o advento da Internet, que teria promovido – quando comparada com a criação de instituições acadêmicas desde o século XVII – uma transformação no modo de acesso ao conhecimento científico em poucos anos.

Essa série de formulações realizadas por Verón (ibid.) nos possibilita o afastamento de qualquer concepção contemporânea que considere a midiatização como algo recente na história da humanidade e, sobretudo, no funcionamento do DP. Entendemos, portanto, que os fenômenos midiáticos surgidos e desenvolvidos em determinadas condições de produção estão associados a transformações sociais de diferentes sentidos, como, por exemplo, no modo de relacionamento entre os sujeitos dessa sociedade. Além disso, o próprio autor (ibid.) acrescenta uma observação especialmente relevante, já que considera que esses fenômenos são capazes de produzir certo grau de autonomia dos emissores e receptores, gerando, inclusive, o que ele mesmo vai chamar de “persistencia de los discursos a través del tiempo” (ibid., p. 180).

A consideração do funcionamento dos fenômenos midiáticos na sociedade, nos leva a recorrer a algumas reflexões de Charaudeau (2015, p. 281), segundo quem, para que uma sociedade exista, é necessário que haja uma “mediação social” que viria a ser o espaço de circulação de um sistema de valores que desempenha um papel de “cimento identitário” e deve ser necessariamente compartilhado pelos indivíduos que compõem determinada

sociedade. Para esse autor (ibid.), várias instâncias sociais cumpriram esse papel ao longo da história humana e, no que diz respeito mais especificamente ao século XX, alguns meios de grande alcance – e aqui pensamos especialmente em rádio, televisão e a Internet – facilitaram a "divulgação de modelos de vida e de pensamento ao mesmo tempo diversos e dominantes".

Ainda conforme Charaudeau (ibid. p. 284), a mídia pode ser considerada "uma máquina de captar o público", estando associada à assimilação de um número cada vez maior de uma audiência heterogênea. Nesse sentido, o autor observa que as mídias tendem a recorrer a diferentes modos de colocar alguns acontecimentos em debate; assim, por meio delas, acrescenta, é possível reportar os fatos "de acordo com os cenários dramáticos de combate a fim de suscitar movimentos emocionais diversos", tais como a antipatia em relação aos "agressores", simpatia pelos "salvadores" e, ainda, compaixão pelas "vítimas". Assim pensada, a "cena midiática", tal como proposta por ele (ibid., p. 288), atravessa o discurso, promovendo um possível espaço de tensão em que, por um lado, estaria o discurso político e, por outro, o discurso das mídias. Em seu trabalho, o autor (ibid.) defende que esse espaço de confronto poderia se apresentar como um "problema" para os atores políticos, dado que "a projeção feita pelos meios de informação muda as condições de visibilidade" daquilo que é dito. De nossa perspectiva, interpretamos esse dizer como uma observação que se relaciona, por um lado, com o peso e a legitimidade do discurso da mídia e, por outro, com o jogo político no qual ela entra numa determinada formação social.

Contudo, parece-nos que, embora, em algumas instâncias, o funcionamento da midiatização na sociedade tenha sido visto como um "problema" para o político, em outras, esse fenômeno passou a ser entendido como um suporte necessário para atingir uma audiência cada vez maior, em diferentes espaços. De modo que a midiatização, mais do que um obstáculo para o DP, pode ser entendida como um suporte para sua própria construção e, inclusive, projeção. Em outras palavras, interessa-nos perceber de que modo o DP aparece atravessado pelo processo de midiatização e por seu funcionamento, fazendo-se valer de algumas "estratégias" para que, dessa maneira, se possa atingir um maior contingente de destinatários e, assim, um maior número de apoiadores a um determinado projeto; algo que, a nosso ver, se relaciona a um fortalecimento significativo do coletivo de identificação que apresentamos em outro momento, neste mesmo capítulo.

Para Verón (2014), tratar da história da midiatização nas sociedades é, na verdade, considerar uma incansável luta entre diferentes grupos sociais. Um confronto, diz o autor, que pode ser definido como uma busca interminável pela *estabilização de sentidos* e que, ao longo

do desenvolvimento humano, vai se tornando cada vez mais complexa. A nosso ver, o espaço midiático pode ser concebido, na verdade, como um espaço atravessado por disputas entre sujeitos que ocupam posições de poder e que, portanto, representam relações de força na luta pelos sentidos.

À luz das considerações apresentas até este momento, no caso específico do DP, podemos entender a importância da mídia para o seu próprio funcionamento. E, uma vez que nosso objeto de estudo são precisamente os discursos políticos de Hugo Chávez transmitidos pela televisão, parece-nos pertinente nos concentrarmos naquilo que Rinesi (1993, p. 99), ao refletir sobre "a decisiva centralidade desse meio de comunicação na cena do drama político", apresenta como o *fenômeno da videopolítica*, considerado por Sarlo (1997) como a forma atual da prática política nas sociedades ocidentais.

Para nós, abordar a *videopolítica* requer uma necessária reflexão sobre a mídia televisiva e sua relação com a prática política. À vista disso, Verón (1987; 2002) observa que a televisão se torna um espaço político em determinadas situações, e isso parece ser efeito da midiatização das sociedades democráticas atuais, nas quais o DP se conforma cada vez mais como um discurso televisivo[67]. Diz o estudioso (ibid.) que esse processo de midiatização, por sua vez, faz com que as estratégias discursivas se tornem mais complexas e defende, ainda, que a televisão leva o político a negociar sua construção não apenas com seus apoiadores, mas também com uma figura múltipla que se senta rotineiramente à frente da tela da TV.

Em outro trabalho, o próprio Verón (1998) continua se debruçando sobre o fenômeno *TV-política* e considera que essa relação tem seu estopim na década de 1980. Para o autor, após a Segunda Guerra Mundial, havia na Europa uma forte midiatização da sociedade e, com a ascendência desse fenômeno, seus diferentes âmbitos passavam a ser percebidos sob uma lógica de consumo na qual os destinatários eram vistos como "consumidores" e os objetos, como "mercadorias", produtos à disposição da audiência. Em meio a esse processo de mudança social desencadeado pelo impacto da mídia, a televisão passava a ser vista, aponta o estudioso (ibid.), a partir de seu lugar histórico de *agente civilizador por excelência* e o princípio de "anúncio e venda" passava a ser diretamente moldado pela lógica imediatista própria da comunicação comercial produzida pela mídia televisiva. Em compensação, como afirma o próprio Verón (ibid.), até a década de 1970 o político e o midiático eram duas esferas

[67] Cabe lembrar aqui da análise que Pêcheux (1990 [1988], p. 19) formula ao abordar o enunciado "On a gagné" ("Ganhamos") pronunciado no acontecimento da vitória de Miterrand como presidente na França dos anos 80. Damos destaque para o modo como o autor significa esse acontecimento "que aparece como o 'global' da grande máquina televisiva" ao dizer que é tratado como "resultado de uma super-copa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial".

bastante ímpares entre si: por um lado, a política se associava à ideia do "longo prazo" na busca de construção de coletivos identitários; por outro, a esfera midiática estava associada à ideia do "curto prazo" e da rapidez do processo de construção de "coletivos de cotidiano" que estavam ligados ao comportamento de consumo. Não obstante, esse distanciamento entre os dois polos começou a se desvanecer a partir da década seguinte, quando houve um aceleramento da midiatização sobre a prática política. O próprio autor (ibid.), ao tratar desse fenômeno na Europa, considera que à medida que a política se deslegitimava na França a partir da década de 1980, a televisão se consolidava como o principal suporte responsável pela midiatização e, portanto, pela comunicação social.

De acordo com esse mesmo estudioso (ibid., p. 229), a crise da legitimidade política estava diretamente relacionada a esse aumento da legitimidade das mídias; isso significa que, em meio a esse processo de midiatização, foi o campo do político o que teve que se subjugar ao domínio dos meios de comunicação a fim de recuperar algum grau de legitimidade. E, sesse ponto, o autor (ibid.) observa que a televisão se apresentava como um importante objeto que atuava ativamente sobre a construção de um coletivo identitário. Assim, conforme Sarlo (1997, p. 151-152), surgia na esfera política a necessidade de interpelação direta daqueles que eram projetados como "público", criando uma ilusão de comunicação imediata que, por sua vez, contribuiria para a formação daquilo que a autora denomina de "efecto de verdad" para a enunciação política. Sarlo (ibid.) observa, nesse sentido, que devido à pressão provocada pelo efeito de imediatismo próprio da mídia televisiva, houve uma considerável mudança da relação entre os cidadãos e os políticos que se manifestava, dentre outros aspectos, no fato de que esses últimos passavam a se apresentar como mulheres e homens comuns, aproximando-se do cotidiano de seus destinatários e pronunciando-se de modo mais informal. Tais procedimentos, segundo a autora, foram os responsáveis pela "desacralização do discurso político" (ibid.).

No que diz respeito mais especificamente à América Latina, Quevedo (1997) observa que a emergência da *videopolítica* nesse espaço se deu, também, a partir da década 1980[68]. Para o autor (ibid.), assim como em outras partes do mundo, aquela era uma década que marcava o surgimento de novas formas de propaganda política que, por sua vez, passava a ser influenciada pelas ideias próprias das estratégias de marketing. Os anos finais de 1980 marcaram, assim, o ingresso da América Latina no que Muraro (1991 *apud* QUEVEDO,

[68] Quevedo (1997) se debruça na presença dos meios de comunicação e do crescimento do fenômeno audiovisual no modo de pensa e fazer política na Argentina democrática a partir de 1983.

1997)[69] vai denominar de "irrupción de la publicidad em la política"; em outras palavras, esse período marca, segundo nos parece, uma era em que se havia encontrado na TV uma nova forma de se fazer política e, especificamente, de alavancar euforicamente – de "vender" – a imagem daquele que falava em nome de uma causa determinada.

Rinesi (1993, p. 99), por sua vez, observa que a TV se configurava como um elemento decisivo no campo de ação política, funcionando não apenas como mero suporte tecnológico, mas também como um "actor protagónico de las luchas sociales"[70]. De modo que é correto, segundo o autor, considerar que a própria prática política, vista como um espetáculo em si mesma, passou por consideráveis mudanças no momento em que se vira submetida à "televisionização". Rinesi (ibid, p. 100), apoiando-se nas formulações de Landi (1991)[71], considera que essas mudanças consistem no fato de que a televisão permitia que diferentes formas de encenação política fossem "levadas a outro plano". Nessa perspectiva, entendemos que o que a TV é capaz de fazer é promover de modo mais intenso e mais rápido aquilo que a práxis política sempre havia feito antes de passar por esse fenômeno mais específico de midiatização: organizar uma espécie de "espetáculo" através do qual os "espectadores" se vissem "atraídos", formando, assim, um público capaz de compartilhar dos projetos propostos – formando, pois, diríamos nós, um coletivo de identificação.

À vista disso, podemos considerar que a televisão pode ser entendida como um meio que foi possibilitando, de alguma maneira, uma maior irradiação da mensagem política. Nesse mesmo sentido, Escudero (2002) observa que a comunicação de atores políticos com sua audiência, embora houvesse mantido seus princípios básicos, precisou se adaptar à realidade midiática e ao que chamaríamos de funcionamentos audiovisuais, que incluem até mesmo o próprio tempo da emissão televisionada. Na era da comunicação de massas, observa a autora (ibid., p. 11) com base nas reflexões de Wolton (1995)[72], surgia a necessidade de promover uma "democracia de massas"; algo que ocorreria por meio da ativação da televisão como símbolo da construção de uma "nova arena social" através da qual se fazia possível a ampliação da dimensão teatral da comunicação política[73].

---

[69] MURARO, H. *Poder y comunicación, La irrupción del marketing y la publicidad en la política.* Buenos Aires: Letra Buena, 1991).

[70] Nós já nos pronunciamos em outros momentos deste item do capítulo a favor de defender a ideia de que a tecnologia da mídia funciona como um dispositivo que na sua materialidade atravessa consideravelmente o próprio processo discursivo.

[71] LANDI, Óscar. "Videopolítica y cultura". In *Dia.logos de la Comunicación*, n.º 29, Lima, 1991. pp. 24-35.

[72] WOLTON, D. "La communication politique. Avant propos". In *Hermès*, 1995, 17/18, pp. 9-13.

[73] A consideração da televisão como uma "nova arena social" para a construção do discurso político nos parece interessante, pois nos permite compreender o fenômeno político televisionado como um espaço de disputa pelos sentidos e pela construção daquilo que se apresenta aos telespectadores como "verdade".

As considerações até aqui apresentadas nos permitem afirmar que, há algumas décadas, a midiatização se comporta como um fenômeno comum e essencial para a própria concepção de prática política e seu funcionamento. De modo que entendemos que a relação entre o midiático e, mais precisamente, entre a televisão e o DP é, como foi exposto, um fenômeno bastante recorrente. Essa instância conclusiva que apresentamos ao considerar o processo da midiatização política via TV nos leva a destacar a relevância desse fenômeno ao tratarmos de parte do discurso político de Hugo Chávez que, como já antecipamos no primeiro capítulo, manteve uma importante relação com a mídia e, sobretudo, com a televisão desde o período que antecedia seus mandatos como presidente da República[74].

3. "Aló, presidente": o *balcón*[75] de Chávez

Após terem sido consideradas algumas observações a respeito da TV como um fenômeno midiático que atravessa o funcionamento do DP, neste momento, concentrando-nos mais especificamente sobre nosso objeto, parece-nos relevante anos aproximarmos de aspectos do programa televisivo do qual retiramos os recortes de discurso que, neste trabalho, abordaremos, reconhecendo, inclusive, o caráter midiático que atravessa o discurso de Hugo Chávez[76].

Antes, contudo, parece-nos relevante salientar que a assimilação das linguagens midiáticas pelo DP nos permite, segundo Rinesi (1993) tratar de uma intensificação da "espetacularização" da prática política que, embora aparentemente fortalecida nas últimas décadas do século XX, não teria surgido necessariamente devido à forte incidência da televisão no campo político, pois, segundo esse mesmo autor (ibid.), o próprio espetáculo político não era, absolutamente, um fenômeno recente e nem tinha uma relação de exclusividade com o processo de "televisionização".

---

[74] Cabe recordar que, como apresentamos no capítulo 1, para nós, a relação entre o ex-mandatário e os meios de comunicação parece ter sido despertada em 1992, logo após o intento de golpe de Estado contra o governo *puntofijista* de Carlos Andrés Pérez, acontecimento esse que seria reconhecido, como já bem tratamos no primeiro capítulo, como o 4F.

[75] A palavra *balcón* pode ser traduzida ao português como "sacada". Contudo, ao longo desta seção, escolhemos nos referir a esse espaço em espanhol por acreditar que, nessa língua, a palavra se associa com mais precisão à sua significação enquanto lugar de ação política em algumas regiões da América Latina.

[76] Ao considerarmos esse caráter midiático como atravessando o discurso de Chávez, lembramos daquele episódio diante das câmeras dos maiores canais de televisão do país, em 04 de fevereiro de 1992, e, também, do pronunciamento proferido via TV, em 27 de novembro do mesmo ano, já que ambos, como já apresentamos no primeiro capítulo, marcariam a saída de Hugo Chávez dos bastidores da política com o fim de reivindicar um papel de cada vez mais significância no cenário político da Venezuela e de todo o espaço latino-americano (cf. MÉNDEZ, 2004; MENDES, 2012).

Quevedo (1997, p. 60), por sua vez, parece endossar a afirmação de Rinesi ao considerar que o processo de espetacularização da política pode estar associado, inicialmente, a outro âmbito, menos abrangente, mas tão impactante quanto o fenômeno televisivo. Ao fazer essa afirmação, o autor se refere especialmente à *praça pública* e, consequentemente, a *concentração de massas* que nela acontecia. Nesse sentido, o autor (ibid.) ressalta que "la ecuación que sumaba participación activa, plaza pública y discursos doctrinatarios, daba como resultado la formación de identidades que caracterizó – segundo ele – a la acción política de buena parte de las sociedades latinoamericanas en el siglo XX". Inclusive considera (ibid.) que, no ambiente coletivo conformado pela praça pública, o ator político falava e atraía um contingente de pessoas; essa participação popular significava, por sua vez, não apenas uma demonstração de adesão a um determinado líder político, mas uma própria constituição de um movimento de identificação que, por si só, dava algum sentido à prática política e à vida em sociedade.

A partir dessa perspectiva, parece-nos pertinente observar de que modo a praça pública, tida como um espaço de espetacularização política, pode atuar significativamente sobre os processos discursivos organizados no campo político, e, para tanto, valemo-nos das observações de Zoppi-Fontana (2014), quem, em suas análises a respeito do discurso de Raúl Alfonsín, ex-presidente argentino entre 1983 e 1989, destaca a importância do espaço físico e público – justamente, a praça – para o processo de construção de imagens daquela figura política que deveria ser percebida pela sociedade argentina como o líder de uma nova fase para o país, considerando, nesse caso, o intenso processo de ditadura cívico-militar que antecedera o governo alfonsinista[77].

No espaço político argentino, Zoppi-Fontana (ibid., p. 72) nos chama a atenção para o papel da praça pública no processo de construção da memória. De acordo com a autora, o primeiro presidente eleito democraticamente após a última ditadura militar, ao assumir a presidência, era aguardado por uma multidão que se aglomerava na emblemática *Plaza de Mayo*, onde, no *balcón* do histórico prédio do *Cabildo*, apareceria o mandatário eleito para o "delírio" do público, num gesto que a autora considera como sendo uma "reprodução simbólica" da cena que marca a fundação da Argentina como um país em 1810[78]. Conforme

[77] De acordo com a autora, a posse de Alfonsín, "ocorrida em 10 de dezembro de 1983, marcou a volta à democracia após sete anos de ditadura militar, que significaram para a Argentina milhares de desaparecidos, uma guerra internacional, uma das mais altas dívidas externas da América Latina, o caos econômico e a desarticulação do sistema produtivo nacional" (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 52).

[78] A autora faz alusão a que foi nessa mesma praça que, no dia 25 de maio de 1810, se fundaria o país que mais tarde se reconheceria como a Argentina. A atitude de Alfonsín, segundo a mesma autora, recordaria a cena

as considerações de Zoppi-Fontana (ibid.), a praça em questão pode ser entendida como um *lugar de memória*, ou, então, como um espaço marcado por acontecimentos políticos associados à história do nascimento e do desenvolvimento da República Argentina. A praça pode ser definida, nos diz a autora, como o lugar da construção da "Memória da Pátria".

Como protagonista de movimentos históricos e políticos, a praça, a nosso ver, pode ser considerada como o espaço próprio de concentração de massas, pensando na América Latina e, especificamente, no caso da Argentina. Trata-se de um lugar propício em que se materializam movimentos favoráveis ou desfavoráveis a um líder político e/ou a projetos específicos, além de se significar como um lugar de excelência para se fazer petições, para demonstrar insatisfações e que, inclusive, permite a construção de um coletivo de identificação. Nesse mesmo sentido, há que se reconhecer que outro lugar parece atuar, também, sobre a constituição desses coletivos, representando o local a partir de onde o político historicamente profere seu discurso diante do povo: referimo-nos, mais especificamente, aos *balcones* de edifícios públicos e institucionais em sua forte relação com as praças públicas.

Rinesi (1994, p. 99), com base nas reflexões de De Ipola (1983)[79] e considerando o contexto político de Juan Domingo Perón, apresenta os *balcones* como uma "figura arquitetônica" que, no espaço argentino, aparece funcionando como a "representación físico-espacial privilegiado del lugar de poder". É a partir desse lugar que, segundo os autores, o líder político construía sua relação com as massas reunidas na praça pública; relação essa que interpretam como "asimétricamente dialógica" (ibid.), pois se estabelecia, simultaneamente, o lugar daquele que falava, o "gran enunciador" que projetava seu dizer a partir do *balcón* e, também, o lugar da "indiferanciada escucha", audiência que, reunida na praça, assistia à performance daquele que ia sendo projetado como "líder". Nesse sentido, os autores (ibid.) consideram que o *balcón* é tido como o lugar de onde o ator político, lá em cima, proferia seu discurso, mas também como o lugar que o povo, lá de baixo, na praça, atribuía ao seu líder.

Conforme Zoppi-Fontana (ibid., p. 77), desde o advento de Perón no cenário político argentino, o famoso *balcón* da sede do poder executivo nacional, a *Casa Rosada*, havia se transformado em "palco privilegiado a partir do qual o presidente-líder estabelecia contato com a multidão reunida na praça", algo que, segundo as reflexões de Rinesi (1994, p. 99),

---

fundadora da Argentina: "o povo na praça, os olhos fixos na sacada onde apareceria o primeiro governo pátrio" (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 72).

[79] DE IPOLA, Emilio. "Desde estos mismos balcones...". In: *Ideología y discurso populista*. Buenos Aires: Folios, 1983.

acontecia desde 17 outubro de 1945, quando aquele mesmo general saíra à sacada da casa de governo para falar aos trabalhadores reunidos na praça. Nesse sentido, diz o autor (ibid, p. 100-101) que, a partir daquele "palco", o *balcón*, Perón construía seu próprio lugar diante da multidão e inaugurava uma nova forma de se exercer o poder: aquela em que o líder, a partir de lugar privilegiado, se projeta como expectador capaz de observar o "drama das massas" reunidas na praça[80].

Hart (2015), por sua vez, considera que, após Perón, esse mesmo espaço foi protagonista de outros acontecimentos, entre os quais destacamos: o último pronunciamento emotivo de Eva Duarte de Perón em 1951, meses antes de seu falecimento; o pronunciamento de Fernando de la Rúa logo após assumir a presidência, em dezembro de 1999 e, segundo o autor, depois de um longo período de "não utilização" desse local, a presença de Mauricio Macri, em 2015, acompanhado por sua esposa e de membros de seu governo, instantes após ter jurado como presidente da República Argentina[81].

Não há como negar, portanto, que o *balcón*, seja ele do *Cabildo* ou, então, da *Casa Rosada* parece ser o lugar simbólico para que diferentes figuras políticas (sejam líderes ou então, presidentes eleitos), na Argentina, se dirijam ao povo reunido na praça. De modo que esse mesmo espaço, a nosso ver, também pode ser entendido como um lugar específico que atua sobre o processo discursivo desencadeado pelas práticas políticas. Pensamos esse lugar não apenas como um meio através do qual o representante político projeta sua voz em direção a sua audiência, mas sim como um objeto simbólico cujos sentidos estão associados ao que Zoppi-Fontana (2014, p. 65) denomina de "íntima relação de identificação/representação estabelecida entre o "povo" e o seu líder ao longo da história".

Isso exposto, neste momento, o leitor deste texto poderá se questionar sobre a relação entre as considerações que acabamos de realizar com o nosso objeto de análise: o discurso dpolítico de Chávez em *Aló presidente*, o programa televisivo semanal conduzido pelo então presidente da República e que ia ao ar todos os domingos – e ao vivo – através do canal estatal *Venezolana de Televisión* (VTV); emissora que, segundo Chávez,

---

[80] Conforme Rinesi (1994, p. 100), a partir dessa nova construção do ator político (projetado como líder) e as massas, "lo que ha cambiado es la dirección de la mirada no el sitito del Poder: lo que ha cambiado es la relación entre el poder y la visión; de otro modo: la forma de ejercerse el poder".

[81] O "longo período" a que se refere Hart (2015) diz respeito aos anos em que Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner governaram o país. De acordo com o autor, o kirchnerismo defendia que os *balcones de la Rosada* tinham "donos", fazendo alusão a Perón e a Evita. Com isso, notamos que a não utilização das sacadas da casa de governo representariam, por parte da ala kirchnerista, a defesa de uma memória construída ao redor da política peronista naquele país.

> cumplió y ha cumplido un papel valiosísimo. Hay que reconocerlo, reconocer el papel que ha jugado Venezolana de Televisión al frente de la batalla política. Así como la oposición tiene sus cañones, que han jugado su papel, tenemos nosotros nuestros cañones comunicacionales. El principal de ellos, ¿quién lo duda?, Venezolana de Televisión. (Hugo Chávez, *Aló, presidente*, n. 355).

Nesse fragmento, o sujeito do discurso significa esse meio comunicação como uma forma eficaz para atingir diferentes telespectadores espalhados por todo o território do país, sobretudo, quando se determina o canal como um "canhão comunicacional", isto é, como responsável por "disparar" o projeto revolucionário em diferentes espaços[82]. Essa imagem "belicista" nos parece significativa, pois revela o reconhecimento do campo do político como uma arena de disputa pelos sentidos e, também, o reconhecimento da eficácia do discurso político pronunciado através desse meio de comunicação. Nesse sentido, o "cañón" alude ao apontar e ao atingir, o alvo com mais eficácia[83].

Concentrando-nos, mais especificamente em *Aló, presidente*, devemos dizer que algumas de suas edições chegavam a ter de quatro a sete horas de duração e contavam com um auditório presente no local de gravação e com a participação de entrevistados, jornalistas, membros do governo, entre outros que poderiam ser possíveis partícipes de uma conversa e/ou discussão com o mandatário. Além disso, incluíam apresentações musicais, diversas manifestações culturais e, também, reportagens condizentes com os temas desenvolvidos em cada transmissão. Tal funcionamento fazia com que *Aló, presidente* apresentasse, de maneira expressiva aquilo que Arnoux (2008, p. 104) reconhece como uma regularidade no discurso de Chávez: um "tom conversacional dominante", caracterizando-se, portanto, por exibir um estilo que a mesma autora define como "dialogismo generalizado expuesto".

De acordo com a própria Arnoux (ibid.; 2015, p. 362), esse dialogismo se fundamenta em alguns aspectos próprios dos discursos de Chávez, que, além de possuírem um estilo de "bate-papo" informal e familiar, apresentam uma exposição das diversidades sociais na Venezuela, uma justaposição de diferentes citações que correspondem a distintas fontes de enunciação, uma acentuada dimensão polêmica em relação a seus oponentes e, por fim, um

---

[82] Com isso, entendemos que, embora a paisagem midiática relacionada ao discurso político tenha vivido nos últimos anos uma intensa transformação graças ao advento das redes sociais, no espaço político venezuelano, Chávez ainda reconhecia a TV como uma plataforma essencial para alcançar sua audiência e, com isso, interpelar um público capaz de se formar como apoiador de seu projeto político.

[83] O recorte apresentado nos permite observar que a referência a *Venezolana de Televisión* coloca em evidência o reconhecimento da potência e da ressonância do "canal", entendido tanto no sentido midiático como no jakobsoniano.

engenhoso mecanismo de reformulações de fatos já referidos em seu discurso. Tais procedimentos, nos diz a autora, permitem que, através do próprio processo discursivo, se constitua um *modelo* a ser seguido e, simultaneamente, a elaboração de um *antimodelo* a ser rechaçado.

Cabe assinalar, ainda, que *Aló, presidente* não possuía propriamente um estúdio fixo para sua gravação, dado que, a cada domingo, o programa abordava um tema específico que se ajustava ao projeto empreendido pelo governo; o que fazia com que as diferentes edições do programa fossem emitidas a partir de distintos espaços do país ou, até mesmo, de alguns dos salões do Palácio de Miraflores, sede do poder executivo – tudo dependia do tema a ser desenvolvido. Tal fato permitia que, a cada semana – ou a cada temática abordada –, os telespectadores "fossem levados" a conhecer as variadas regiões de seu país e a reconhecer nelas, além de suas necessidades específicas, as próprias ações realizadas pelo Estado em conjunto com governos locais, especialistas em diferentes áreas e líderes comunitários regionais.

Aló, presidente foi ao ar pela primeira vez no dia 23 de maio de 1999, a pouco mais de três meses após Hugo Chávez ter assumido constitucionalmente a presidência da República, o que havia ocorrido, conforme assinalamos no primeiro capítulo, no dia 02 de fevereiro daquele mesmo ano. Parece-nos interessante precisar, ainda, que a última edição do programa foi transmitida em 29 de janeiro de 2012. Essas datas nos permitem associar o tempo de exibição do programa semanal a praticamente o mesmo período em que Chávez desempenhou o cargo de máxima representação política na Venezuela – seus consecutivos mandatos ocorreram entre 1999 e 2013[84] –, fato que nos possibilita considerar que *Aló, presidente* parecia se constituir como um dos elementos fundamentais que compunham o projeto político defendido e desenvolvido pelo ex-presidente. Tal consideração tende a ser defendida também por Rosa Gualda (2012) e Bolívar (2013), segundo quem o programa podia ser definido como um espaço midiático essencial para a construção da Revolução Bolivariana e, por essa razão, entendido como uma prática que se significa como um exercício de poder em si mesmo.

Para nós, a própria concepção do programa televisivo se associa ao que López (2010, p. 32-33) vai considerar como a deslegitimação das instituições políticas venezuelanas nos anos finais da administração *puntofijista*[85] e o crescimento da confiança social adquirida pelos

[84] No início de 2013, Hugo Chávez estava afastado da presidência da República devido a problemas de saúde e, devido a sua morte, não assumiu seu último mandato presidencial (2013-2019).

[85] O autor destaca alguns eventos, tais como o *Caracazo*, em 1989, e as tentativas de golpe de Estado, em 1992. De acordo com ele (ibid., p. 32), esses acontecimentos atuaram de modo significativo na reconfiguração política dos imaginários coletivos na Venezuela, algo que já consideramos no capítulo 1.

meios de comunicação, que passaram a ser vistos, segundo o autor, como as instituições mais legítimas da Venezuela, dado que serviam como meios de denunciar o sistema político desgastado. A maior legitimação atribuída à mídia nas décadas de 1980 e 1990, comenta o autor, fez com que os meios de comunicação venezuelanos passassem a incidir diretamente sobre a agenda política do país na virada do século.

Ainda com base em López (ibid., p. 44), nesse cenário de legitimação dos meios de comunicação na Venezuela, Chávez teria utilizado os recursos audiovisuais como um palanque político que lhe permitia manter uma relação direta com o povo por ele representado. Segundo o autor, o ex-presidente era um mandatário de caráter midiático que realizava, diretamente da TV, políticas públicas ao vivo; atuando de modo a apresentar "una extrema personalización de la política en la que todo giraba en torno a la imagen del líder". Afirma, ainda, que o governo de Chávez se caracterizava por demonstrar uma considerável necessidade comunicacional, fato que o levou a criar mecanismos para se aproximar cada vez mais de seus simpatizantes, entre os quais se sobressaía o programa *Aló, presidente.* Para López (ibid.), esse programa televisivo conformava, em conjunto com as transmissões em "cadena nacional"[86], o lugar predileto daquele chefe de Estado para mostrar as ações políticas que diziam respeito a sua gestão como presidente da República[87].

Erlich (2005a) observa que o programa teria sido essencialmente criado a fim de defender o projeto político iniciado na Venezuela após a chegada de Chávez ao governo nacional, definindo-se, de acordo com a mesma autora, como "el espacio comunicativo más importante de encuentro entre el presidente y la población". Um programa através do qual o mandatário promovia, segundo a mesma autora (id., 2005b, p. 288), certo "efecto de cercanía con sus seguidores y de distancia con sus detractores". Nesses "encontros" semanais, o ex-presidente utilizava, acrescenta a estudiosa (ibid.), um conjunto de "estratégias comunicativas" que lhe permitiam diferenciar o seu grupo dos demais, efetuando, desta maneira, uma importante defesa do projeto revolucionário bolivariano em detrimento de outros[88]. Algo que, como apontamos no primeiro capítulo, parecia ser essencial para se frisar

---

[86] Transmissões obrigatórias de falas oficiais provenientes do governo nacional através de todas as redes de rádio e televisão do país.

[87] Devemos observar que, embora, como considera López (2010), tanto as conhecidas "cadenas nacionales" como o programa *Aló, presidente*, fossem dois lugares midiáticos de maior projeção para Hugo Chávez, esses espaços apresentam naturezas distintas, sobretudo quando são levados em consideração elementos como dia e horário de exibição, público e, inclusive o canal de televisão responsável pela emissão do programa.

[88] Isso será trabalhado discursivamente no capítulo 3 deste trabalho, em que um dos eixos abordados será justamente sobre essa oposição de que fala a autora e que se materializará no que nós definiremos como uma oposição "antes/ahora".

o distanciamento de Chávez da conduta política que havia vigorado na Venezuela, sobretudo durante o período de domínio do *Pacto de Punto Fijo* (1958-1998).

À vista disso, retomemos, por um momento, a importância conferida à praça pública e aos *balcones* no processo de espetacularização da política. Como observamos, esses dois espaços participam ativamente da formação de uma memória em torno dos acontecimentos políticos na Argentina, e, além disso, podem ser considerados lugares apropriados para a construção de identidades políticas ou, então, para a formação de coletivos de identificação capazes de apoiar um determinado projeto. Aproximemos, agora, essa concepção em torno da praça e dos *balcones* ao norte do continente sul-americano e, mais especificamente, no contexto político da Venezuela iniciado em 1999. Em nossa perspectiva, ao contrário do que se poderia imaginar por meio de uma simples analogia, no caso venezuelano e, de modo mais específico, no que diz respeito ao governo bolivariano, o *balcón*, de onde o ator político fala e se projeta como líder daqueles que o escutam, não vem a ser exatamente aquele que compõe a fachada da histórica *Casa Amarilla*[89,] não se tratando, pois, de uma simples "figura arquitetônica" (cf. RINESI, 1994). E, por sua vez, a praça pública não aparece representada efetivamente pela emblemática *Plaza Bolívar* no centro de Caracas[90.] Em nosso modo de ver, no caso venezuelano, o que estaria associado mais precisamente ao funcionamento da relação "*balcón* e praça pública" como cenário de espetacularização da política e/ou como espaço de construção, através do discurso, de uma nova relação entre o líder e as "massas" seria, no contexto da Revolução Bolivariana, o próprio *Aló, presidente.*

Nesse sentido, diremos que o programa televisivo conduzido por Chávez pode ser entendido como o próprio "balcón" a partir do qual aquele que falava se projetava como o porta-voz de um "povo", defendendo seu projeto político autodeterminado como revolucionário e instando a sua audiência a se somar à proposta da construção de uma "nova

---

[89] Localizada em pleno centro fundacional de Caracas, a *Casa Amarilla* é, conforme as informações extraídas da página do *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores* na Internet, um edifício histórico venezuelano. Nesse local, no dia 19 de abril de 1810, reuniu-se o *Cabildo* e deu-se início ao processo de independência da Venezuela contra o Império Espanhol. O edifício já foi, inclusive, sede do governo nacional e também residência oficial do presidente da República, o que o torna um local privilegiado partícipe da construção da memória histórica de fundação da Venezuela como um país soberano. Atualmente, o edifício comporta a sede do referido ministério. Recomendados conferir a fotografia desse prédio na seção "Anexos" (Anexo 2).

[90] A atual *Plaza Bolívar* de Caracas, localizada em pleno centro histórico da capital venezuelana, tem sua origem associada à própria fundação da cidade de Santiago de Léon de Caracas, em 1567, por Diego de Losada. A praça foi o centro político da capitania geral da Venezuela durante a época colonial e, posteriormente, da República, sendo considerada um ponto importante da história daquele país.

Venezuela”[91]. Tratava-se, pois, do lugar de onde essa figura política falava a fim de poder expor as tarefas necessárias para a efetivação de transformações sociais e econômicas naquele país. Assim, no caso de Chávez, ao passo em que os *balcones* davam lugar às câmeras e às telas da TV, a “praça pública” parece estar conformada pelos inúmeros telespectadores que, espalhados pela Venezuela, assistiam em suas casas ao programa semanal do presidente e enviavam seus comentários, dúvidas, reclamações e agradecimentos via telefonema, *e-mail* e, finalmente, pelas próprias redes sociais[92]. De modo que, por meio de diferentes canais de comunicação, a audiência se aproximava do ex-presidente e acompanhava seus discursos via TV. Assim, as diferentes residências espalhadas por todas as regiões do país, em rede, se transformaram em espaços simbolicamente compartilhados nos quais, em nosso modo de ver, se dava continuidade à configuração de um coletivo de identificação do projeto defendido por Chávez.

Em vista disso, o programa semanal cobra uma importância significativa na prática discursiva de Chávez, podendo ser definido como o espaço de relação entre o mandatário e os cidadãos, uma oportunidade inigualável para atingir destinatários de diferentes regiões do país, ou, então, como um trabalho incansável repleto de discurso que, baseando-nos no que propõe Arnoux (2015, p. 359), tende a gerar uma mudança ideológica, levando diferentes setores sociais a se posicionarem de outra maneira na sociedade venezuelana, seja essa posição, em nosso modo de ver, favorável ou não para o governo.

De nossa perspectiva, *Aló presidente* funciona como um expressivo arquivo de peças de discurso que, partindo dos conceitos formulados por Verón (1987), apresentam um funcionamento didático que contribui significativamente para reforçar uma determinada posição política, polemizar algumas situações frente a adversários políticos, ou, então, persuadir aqueles que poderiam se somar ao projeto revolucionário.

Segundo Verón (ibid.), por meio do componente didático – regular nos discursos políticos –, o enunciador pode anunciar os princípios gerais que norteiam sua agenda governamental, promovendo, assim, aquilo que o autor chama de “formulación de una verdad universal”. O didatismo como “gesto de construção do projeto político” de Chávez foi

---

[91] Aqui, queremos recordar que iniciamos o capítulo 1 considerando que a chegada de Chávez ao governo venezuelano era apresentada, já no juramento presidencial, em 02/02/1999, como o início de “novos tempos” para o país.

[92] Durante nossas pesquisas, pudemos conferir que, ao longo de diferentes edições de *Aló, presidente*, o presidente anunciava que os telespectadores podiam lhe escrever diretamente através de sua conta pessoal no Twitter: @chavezcandanga (https://twitter.com/chavezcandanga). Acreditamos que o uso de tal rede social apontava para a abertura de Chávez para a comunicação com sua audiência por meio dos recursos digitais e dos novos modelos midiáticos disponíveis na Internet.

considerado por Arnoux (2015), para quem, tal dimensão funciona nos discursos do ex-presidente através do empenho em explicitar ao venezuelano a oposição "Socialismo-Capitalismo", no intento de estabelecer quais são os ideais de uma e de outra via que estão em disputa no cenário político daquele país. O componente didático aparece, também, de acordo com a autora, nas situações em que o presidente define aos seus diferentes destinatários o "socialismo bolivariano do século XXI", apresentando o projeto revolucionário como o único caminho possível para a concretização da transformação para o país e para seus cidadãos.

Entendemos que o programa *Aló, presidente* funcionava, tomando emprestadas as palavras de Zoppi-Fontana (2014, p. 22), como um "lugar de legitimação de novos sentidos" em torno da relação dos setores sociais com as instituições públicas e, sobretudo, a respeito da própria concepção de país e de Estado[93]. Era o suporte através do qual o mandatário, ao se aproximar dos cidadãos, poderia de alguma maneira recuperar certo grau de legitimidade para a política nacional. Por meio das exibições semanais e devido à profusão da enunciação política, desenhava-se, através da TV, o modo de fazer política próprio do governo de Chávez; um governo que, autorrepresentando-se como fundacional– e deixando para trás o modelo neoliberal do final do *puntofijismo* –, se constituía, com base nas reflexões de Arnoux (2013), como um trampolim para o despertar de uma "nova fase" para a Venezuela. Um espaço efetivo para a ressignificação de um conjunto de saberes e de símbolos compartilhados que fazem parte da história e da formação do país, dando, assim, continuidade à configuração de um coletivo de identificação.

Devemos dizer, ainda, que era através desse espaço político midiatizado de *Aló, presidente* que se construía a imagem de um *representante do povo* tido como legítimo. Tratava-se, portanto, de um espaço por meio do qual a enunciação política era pronunciada a partir de um sujeito que, conforme Zoppi-Fontana (2014, p. 22), pertencendo a um grupo específico, "destacava-se como centro visível de um *nós* em formação, que o colocava em posição de negociador potencial com o poder constituído". Assim, por meio de *Aló, presidente*, consideramos que ao mesmo tempo em que se construía a imagem de alguém capaz de falar em nome de um "povo", também se associava essa figura ao seu cargo de represente máximo do poder executivo na Venezuela; algo que, por sua vez, permite relacionar Hugo Chávez à imagem de "liderança" do projeto político por ele representado.

[93] Apoiamo-nos em Garay e Garay (2006) e Méndez (2004), segundo quem, com a eleição de Chávez, promoveu-se, na Venezuela, um intenso trabalho político que visava a transformação da concepção de um *Estado democrático representativo* para a de um *Estado democrático participativo*, o que cobra forças a partir da promulgação da Constituição de 1999 que substituiu, conforme já vimos no primeiro capítulo, a constituição "moribunda" de 1961.

4. Recuperando o passado / (re)construindo sentidos

Na seção anterior, tratamos de destacar o impacto do programa *Aló, presidente* para a própria construção do projeto político defendido pelo governo de Hugo Chávez, o qual, em nosso modo de ver, se caracterizaria por aquilo que Dagatti (2015, p. 167) chama de "gesto refundacional", uma vez que, conforme as considerações do próprio movimento bolivariano, tinha como uma de suas metas a reconstrução política, econômica e social do país. Daí, a proposta justamente de "construção de um novo tempo" e da formação de uma "república nova", movimento que, ainda baseando-nos nas reflexões do autor (ibid., p. 165 e 168), tende a ser recorrente em diferentes projetos governamentais e que busca estabelecer uma "fronteira política" entre um *antes* e um *agora*, orientando-se a partir de um "afán de ruptura com el pasado y de apertura al futuro".

Como já observamos no primeiro capítulo, após quatro décadas da hegemonia política *puntofijista* (1958-1998) e depois do declínio econômico provocado pela queda do preço internacional de petróleo nas décadas finais do século XX, certas medidas tomadas pelo governo em exercício (Luis Herrera Campíns; Jaime Lusinchi e Carlos Andrés Pérez) desataram fortes confrontos entre a sociedade civil e diferentes alas desse governo – dentre eles, o que se conhece como *Caracazo*. Esse contexto fez com que a assunção de Chávez como presidente da Venezuela em 1999 passasse a se associar, de alguma forma, a uma oportunidade de recuperar a estabilidade política do país e, também, a uma ideia de renovação da relação existente entre o Estado e a sociedade. Seu governo, como parte do processo revolucionário, apresentava-se, então, como "rompendo" com o passado político imediato e, simultaneamente, como "resgatando" acontecimentos que marcaram o período de independência da Venezuela, relacionando-os às próprias práticas políticas que começaram a ser desenvolvidas pelo projeto "revolucionário bolivariano", tido como o agente capaz de promover as "mudanças necessárias" para o país.

Fortemente vinculada ao gesto de "refundação", a proposta do *novo*, projetada como indispensável para a construção de um futuro promissor, se materializa de diferentes modos no DP de Hugo Chávez. Em nosso caso, nos concentraremos em abordar apenas uma dessas modalidades, a qual chamaremos de *recuperação do passado* – formulação que irá encontrando sentido na análise desenvolvida no capítulo 3 e nas considerações que elaboraremos para encerrar nossa dissertação Nossas pré-análises nos permitem considerar que essa recuperação se expressa mediante "intervenções" sobre os imaginários relativo a

acontecimentos e a sujeitos da ordem da história que, em boa parte, já foram significados pela "história oficial" do país e, também, pelas diversas forças que se manifestam e se colocam na arena da vida pública. Nesse sentido, entendemos que a *recuperação do passado* funciona, no discurso de Chávez, como um intenso trabalho sobre o plano das representações fortemente regulares no funcionamento da memória discursiva (cf. ACHARD, 2007; PÊCHEUX, 2007), promovendo, em boa parte, a ressignificação de sentidos relacionados ao passado (tanto na ordem da interpretação de acontecimentos quanto de atores). Haveria, assim, como poderemos ver especialmente ao nos debruçar sobre a análise um trabalho de "(re)organização" de representações, de modos de significar objetos do passado.

Esse trabalho parte de uma reorganização imaginária e está destinado, de acordo com as reflexões de Zoppi-Fontana (2014, p. 22), a "configurar um lugar de legitimação para novos sentidos que definiriam o fazer político durante a transição" de um "velho" para um "novo" modelo político. Tal movimento provocaria, então, uma tensão permanente produzida pelas relações de força que entram em choque pela disputa de sentidos. E, a respeito disso, vale salientar que, segundo as reflexões de Orlandi (1993, p. 7), "não há controle 'pessoal' ou 'coletivo' dos processos e da história de que sujeitos participam", havendo apenas uma "aparência de controle e de certezas de sentidos", dado que as práticas sócio-históricas são regidas, segundo a autora, "pelo imaginário, que é político" e que, como poderíamos acrescentar considerando observações da própria autora, tem uma eficácia que chega a produzir cristalizações, mas que, por isso mesmo, pode produzir ressignificações.

Essa série de considerações nos traz a necessidade de tecer algumas reflexões a respeito do "tempo", uma vez que, apoiando-nos nas reflexões de Payer (2006, p. 151-152), podemos entender o trabalho de *recuperação do passado* como uma "(re)organização imaginária" passível de ser observada num "ordenamento discursivo" através do qual conseguimos compreender de que modo as referências a acontecimentos e a "figuras" do passado anterior ao "governo revolucionário" funcionam produtivamente no "domínio presente" da constituição do DP de Chávez, formulando discursivamente o passado sobre o qual se fala e produzindo diferentes sentidos que se relacionam com o próprio momento presente.

Ao pensarmos nos sentidos que essas referências a acontecimentos e a "figuras" do passado podem despertar no discurso, recorremos às observações de Guimarães, que nos permitirão introduzir algumas distinções produtivas. Para o autor (2002. p. 11-12), o acontecimento da enunciação "não está no presente de um antes ou de um depois no tempo",

pois seria ele mesmo o responsável por "instalar sua própria temporalidade". Segundo ele (ibid.), ao contrário do que propõe Benveniste (1999 [1974]), o tempo não seria construído em torno do "presente do sujeito" que, ao enunciar, organizaria um "antes" e um "depois" de seu ponto referencial, a própria enunciação[94]. De modo que, para Guimarães (2002, p. 12), o sujeito não deve ser percebido como a origem do tempo – como um ponto de divisão entre um passado e um futuro –, mas sim como aquele que é "tomado na temporalidade do acontecimento". Sob a perspectiva discursiva que aqui tomamos, isso significa considerar o sujeito e o tempo como constituindo as próprias condições de produção do discurso.

Ainda conforme Guimarães (ibid.), a temporalidade instalada pelo acontecimento se constitui por um *presente* que abre em si uma possibilidade de *futuro* – "sem a qual não há acontecimento de linguagem" – e, também por um *passado* que faz com que presente e futuro funcionem e signifiquem. O autor (ibid.) afirma que, sob essa compreensão, o passado não diz respeito à "lembrança ou recordação pessoal", devendo ser entendido como uma "rememoração de enunciações" e pensado em sua relação imprescindível, no acontecimento da enunciação, com a possibilidade de formar "novas temporalidades". Essas considerações, importantes quando trabalhamos com linguagem, já nos levam a observar que em nosso trabalho entendemos por "passado" um objeto de discurso que passa a ser significado pelo efeito de que "alguém" fala dele a partir de condições específicas, o que inclui além das circunstâncias sócio-históricas, a própria posição do sujeito no discurso, tomado nessa temporalidade de que fala Guimarães, constituído discursivamente pelo funcionamento de uma memória que se constitui – como afirma Pêcheux (2007, p. 50) – no entrecruzamento da mítica, da social inscrita nas diversas práticas, da construída pelo historiador, enfim, da memória discursiva,

Nesse mesmo sentido, Sarlo (2005, p. 16) considera que "del pasado se habla sin suspender el presente y, muchas veces, implicando también el futuro". Assim, por ser definida como uma dimensão do tempo indispensável, o passado funcionaria, segundo a autora, necessariamente em sua relação com as outras categorias de tempo, e, nesse sentido, sua convocação não estaria associada apenas a uma "recordação do antes", mas também relacionada a uma "captura do próprio momento presente", posto que é apenas a partir das condições presentes que acontecimentos passados podem ser recuperados. Achard (2007, p.

[94] Segundo a perspectiva de Benveniste (1999 [1974], p. 77), os acontecimentos são invocados como referências que não carregam em si mesmos o tempo, mas visões de tempo que aquele que fala projeta para um ponto do passado ou do futuro a partir de seu momento presente. Nessa perspectiva, o presente em que se encontra o "eu" que fala pode ser entendido como um "centro" que diria respeito à própria instância da palavra, tratando-se, pois, de uma linha divisória entre o passado e o futuro.

14), por sua vez, considera que essa recuperação do passado pelo discurso apenas se faz possível quando é considerada a existência de possíveis reformulações que permitem "reenquadrar o passado no discurso". De nossa parte, interpretamos que esse processo de "reenquadramento", quando associado à própria temporalidade "instalada" pelo discurso, nos permite entender que a referência a determinados acontecimentos e atores políticos do passado pode se significar de diferentes modos dependendo, como já antecipamos, da posição ocupada pelo sujeito e de como a memória que o atravessa constitutivamente convoca, pelo discurso, os acontecimentos aos que faz referência.

De modo que o passado referido pelo discurso é significado pela memória que constitui o próprio sujeito, o que faz com que os sentidos para determinadas referências sejam uns e não outros. De fato, com base nas reflexões de Payer (2006), entendemos que, assim como a própria categoria de passado, também a memória é um efeito do discurso e, portanto, dos processos sócio-históricos que constituem o sujeito. Ainda sob o viés discursivo, a memória pode ser pensada, também, baseando-nos em observações de Indursky (2003, p. 104), como um "tecido social". Para entendermos a que se refere a autora com essa metáfora, recorremos a Pêcheux (2007, p. 50), segundo quem a memória concebida como a própria estruturação da materialidade que se estende em uma "dialética da repetição e da regularização", não deve ser entendida em um "sentido psicologista e individual", mas sim com os sentidos que ele dá ao que chama de memória discursiva, tal como acabamos de dizer. Nessa direção, a repetição é entendida como necessária para que uma série de sentidos seja regularizada na memória; contudo, como observa Pêcheux (ibid., p. 52), toda regularização é passível de sofrer algum tipo de frustração sob o peso de um novo acontecimento que pode vir a "perturbar" a memória, interrompendo os sentidos nela inscritos e fazendo-os, segundo Indursky (2003), *deslizarem*, *derivarem*, *se transformarem*, sendo possível a produção de uma nova série de sentidos.

A partir de uma perspectiva filosófica, Huyssen (2000), propõe que a memória se constitui como uma preocupação central das sociedades ocidentais no que diz respeito a questões culturais e políticas. Para o autor (ibid., p. 15-16) o próprio "desejo de puxar o passado para o presente" nos permite pensar em um *uso político da memória* mediante gestos que intervêm "organizando" ou "reorganizando" a história. Esse uso político da memória, acrescenta o autor (ibid.), funcionaria a fim de mobilizar "passados míticos" em busca de apoio a uma determinada causa ou, ainda, para criar esferas públicas capazes de inscreverem determinados acontecimentos numa memória. É por essa razão que o estudioso (ibid.)

considera que os discursos de memória estão essencialmente ligados à história das "nações" e dos Estados modernos, pois esses assumem para si a tarefa de "assegurar a legitimidade e o futuro das políticas emergentes", e o fazem, segundo o estudioso (ibid.), procurando diferentes modos de celebrar o passado ou, então, de avaliar os seus erros.

Nesse espaço definido pelo "uso político da memória", Huyssen (ibid., p. 20) defende a existência de um intenso embate contra o esquecimento; algo que, de acordo com o autor (ibid.) só ocorre por meio do que ele chama de promoção de "estratégias de sobrevivência e rememoração pública". Movimento que, como ele mesmo observa (ibid.), requer minimamente uma consideração sobre a influência das mídias que se configuram como "veículos" para a "ativação e conformação de todas as formas de memória". A observação se torna especialmente relevante quando consideramos o nosso objeto de estudo: a análise de recortes discursivos retirados do programa *Aló, presidente*. De fato, nos permite pensar na "eficácia" que esse canal implicava em termos de funcionar como um espaço no qual um determinado ordenamento discursivo trazia (e insistia em colocar, como veremos oportunamente) uma (re)organização imaginária do passado ou dos sentidos sobre esse passado. Para tanto, mediante um firme gesto de disputa e confronto recuperava os acontecimentos e as figuras dos atores, revisitando-os por meio de uma série de representações que o sujeito do discurso projetava tanto para o para o "passado" – que correspondia aos governos e acontecimentos políticos que antecedem a chegada da Revolução ao governo da República – quanto para o "presente" – ao dizer respeito ao próprio governo "revolucionário".

De modo que a invocação do passado no DP de Chávez nos faz conceber esse discurso não apenas como um trabalho do imaginário sobre o imaginário, mas também, com base nas reflexões de Payer (2006, p. 150), como um *discurso sobre o passado*, isto é, como um texto que "funciona na prática da linguagem como texto de memória" por meio do qual "o passado vem se recolocar em cena enquanto discurso no e para o presente" de modo a produzir certo efeito de aproximação entre o momento apresentado como "presente" e o momento referido como "passado". E, nessa mesma perspectiva, entendemos que os diversos gestos em torno da recuperação do passado que propomos como recorrentes no DP de Chávez se dão fundamentalmente através do que a autora designa como "forma discursiva da rememoração" (ibid, p. 152)[95] que, em nosso modo de entender, permite com que

[95] Payer (ibid.), ao abordar aspectos relativos à memória discursiva de imigrantes, fala de rememoração retrospecção, lembrança e reminiscência como formas discursivas presentes nos "textos de memória". Optamos por falar, no caso do discurso de Hugo Chávez, em "rememoração", pois consideramos que essa forma

acontecimentos e sujeitos da ordem da história sejam presentificados e atualizados, o que pressupõe necessariamente um processo de ressignificação.

Sobre os efeitos do gesto de rememoração no discurso de Chávez, e os sentidos possíveis a ele relacionados, nos concentraremos no terceiro capítulo deste trabalho. Por enquanto, importa-nos destacar que esse mesmo gesto, que implica a atualização da própria representação do passado no discurso do ex-presidente venezuelano, estaria associado ao que Arfuch (2012, p. 401) considera como uma "relação intrínseca entre a memória e a imagem"; relação essa que, segundo a autora, funciona diretamente sobre o "estado das coisas", provocando, inclusive, sua transformação e fazendo com que a experiência pessoal nunca deixe de ser coletiva. Isso, segundo nos parece, significa dizer que a recuperação do passado, no discurso, aparece relacionada à própria figura de Chávez – a ele como indivíduo – a partir do modo como os fatos eram por ele interpretados, considerando suas vivências enquanto cidadão, militar ou político. É pensando essa relação funcionando sobre o gesto de rememoração presente no discurso de Chávez que devemos considerar a própria representação do passado no discurso e, também, a ressignificação de sentidos capazes de ressoarem no coletivo de identificação construído no mesmo processo discursivo.

Ao tratar do gesto de rememoração, Bermúdez (2011) considera que é por meio dela – também referia pelo autor como *anamnesis* – que se constrõem os "sentidos históricos" capazes de serem atualizados a cada nova referência aos acontecimentos passados. Entendemos, com isso, que esse seria o espaço da evocação do passado que, ao ser continuadamente recuperado – atualizado e presentificado – pelo discurso, aparece ressignificado diante de um destinatário múltiplo. Nesse sentido, parece-nos importante observar que a relação entre o gesto de recuperação do passado e o DP sobre o qual nos debruçamos neste trabalho nos parece, de fato, bastante produtiva, uma vez que, como já antecipamos no primeiro item deste capítulo, esse discurso, devido a sua dimensão persuasiva, tende a se configurar como o meio através do qual se consegue conceber um coletivo de identificação capaz de apoiar determinados projetos em detrimento de outros. Isso, em nosso modo de ver, corresponde essencialmente ao que Bermúdez (ibid.) considera como sendo a "rememoração" que funciona no discurso político e cujo movimento consiste justamente em recuperar zonas do passado para legitimar ou deslegitimar práticas políticas do "presente"; o que se dá em conjunção com o componente didático do discurso político através do qual,

---

discursiva nos permite pensar num gesto de "atualização" ou de "presentificação" de um acontecimento ou de uma figura da história política.

como já vimos no terceiro item deste capítulo, o ator político apresenta os princípios basilares de seu projeto político[96].

Nesse sentido, podemos dizer que estamos considerando a recuperação do passado no discurso de Chávez como um gesto que conformaria, de certo modo, aquilo que Nora (s/d.) ao ser retomado por Orlandi (*apud* 1993, p. 11)[97] aponta como sendo um "inventário dos lugares em que a memória nacional encarnou coletivamente"; um gesto que, a partir dos discursos proferidos, vai, com base nas reflexões de Orlandi (ibid., p. 12), "inventando um passado inequívoco, empurrando um futuro pela frente, e que dá a sensação de que se está dentro de uma história de um mundo conhecido". Assim, ao se resgatar cenas do passado que fazem parte de uma memória tida como compartilhada, alguns sentidos aparecem necessariamente transformados, realocados. Nesse caso, parece-nos pertinente considerar que a memória está em uma relação imprescindível com aquilo que Bermúdez (2011) chama de "imaginário coletivo" e que o gesto que aqui chamamos de "recuperação do passado" funcionaria, no discurso que abordaremos, de modo a promover uma atualização desse mesmo imaginário, produzindo uma série de imagens capazes de fortalecer determinados sentidos construídos socialmente, e, ainda, um conjunto de imagens capazes de romper com outros já estabelecidos ao mesmo tempo em que "novos" se delineiam através do próprio "discurso sobre o passado".

Assim, considerando esses aspectos do processo discursivo presente no DP que abordaremos, a reconfiguração das imagens altamente regularizadas na memória desponta como algo em que vale a pena apostar. Isso nos leva a observar que haveria aí um movimento de "tomada de posição do sujeito do discurso" (PÊCHEUX, 2014 [1975]) alicerçada na aposta da eficácia do imaginário capaz de intervir e interromper certas regularizações e, ao mesmo tempo, instalar outras. De nossa parte, entendemos que essa mesma tomada de posição do sujeito se relacionaria de modo bastante significativo ao "gesto refundacional" presente no discurso de Chávez. Em outras palavras, diremos que o processo de ressignificação de sentidos construídos ao redor de certos aspectos do passado da Venezuela, que se dá essencialmente por meio do gesto de recuperação do passado, pode ser associado à proposta de construir um "novo rumo" para o país.

Entendemos esse discurso como um espaço discursivo no qual o sujeito opera um "agenciamento" de sentidos que organizam, no campo das representações, esse passado numa clara direção política. Sobre esse possível "agenciamento" nos concentraremos no próximo

---

[96] Cf. VERÓN, 1987.

[97] NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux". In: G. LIPOVESTIKI. *L'ère du vide*. Paris: Flammarion, s/d.

capítulo ao tratarmos dos diferentes sentidos despertados pelas referências aos acontecimentos passados e, também, às figuras que são apresentadas como diferentes atores políticos na história venezuelana.

CAPÍTULO 3

OS SENTIDOS RELACIONADOS ÀS REFERÊNCIAS AO PASSADO EM *ALÓ, PRESIDENTE* (2006-2012)

> *Obligatoriamente, tenemos que hacer como el dios Jano: mirar hacia atrás y hacia delante al mismo tiempo; es decir, como el retorno de la historia. ¿Y cuál historia? Bueno, en primer lugar, nuestra historia, nuestra realidad. Y yo creo que lo más cercano a nuestra realidad hoy es la realidad de hace doscientos años. Creo que estamos en tiempos del retorno de la historia y de la ideología que se fue perdiendo.*
>
> Hugo Rafael Chávez Frías, 1998.

Tendo sido abordadas as questões que dizem respeito, em um primeiro momento, ao lugar político de Hugo Chávez na Venezuela e, depois, aos temas relativos à midiatização do discurso político, seguida de considerações sobre o trabalho de recuperação do passado na produção discursiva, nos interessa, neste momento, tratar mais especificamente do discurso de Hugo Chávez proferido através da TV. Para tanto, neste capítulo, propomos uma análise das diferentes maneiras como o sujeito desse dizer recorre ao passado a fim de construir seu discurso presente. Interessa-nos, portanto, entender de que modo alguns gestos que fazem parte desse trabalho de recuperação do passado que emerge em *Aló, presidente* produzem sentidos e, para tanto, propomos a análise de diferentes sequências discursivas recolhidas junto a distintas emissões do referido programa televisivo entre 2006 e 2012, período que corresponde ao último mandado presidencial de Chávez[98].

Para entendermos como o passado aparece representado no discurso proferido em *Aló, presidente* e os diferentes sentidos despertados em torno dessa representação, escolhemos analisar o que interpretamos como "duas dimensões de passado" observáveis nessa materialidade. A primeira delas corresponde ao que decidimos denominar de "dimensão heroica" do passado, que corresponde especificamente às referências a eventos relacionados à própria história de formação da Venezuela como um país independente e soberano, considerando a recuperação de eventos que dizem respeito ao século XIX e ao processo de independência do país. A segunda dimensão de passado sobre a qual nos concentraremos se

[98] Considerando *Aló, presidente* como um programa repleto de diferentes situações comunicativas (entrevistas, reportagens, apresentações cultuais, dentre outras), devemos dizer que nossos recortes foram feitos a partir dos momentos em que, nas variadas edições do programa, Chávez ocupava o lugar de presidente para falar com o povo, reunido no local de gravação ou espalhado pelos diferentes espaços do país.

refere ao que preferimos chamar de "passado mais recente da história venezuelana", tratando-se precisamente da transição do século XX para o XXI, período que engloba o *puntofijismo* e, também, o próprio governo de Chávez. Para essa segunda dimensão, nos interessarão as referências a acontecimentos que envolvem diferentes grupos que ocuparam um lugar de preponderância na política venezuelana no período pós-independência.

Considerando o princípio de que "o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias" (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82), algo que antecipamos em nossa Introdução ao apresentar o presente capítulo, nos ocuparemos precisamente dos imaginários que aparecem funcionando nos discursos proferidos em *Aló, presidente*. Imaginários esses que surgem do próprio trabalho de recuperação do passado (de acontecimentos e "figuras") que, como dissemos, tende a ser recorrente nos discursos de Chávez.

Com isso, queremos dizer que nos concentraremos, por um lado, na análise de imagens que aquele que fala projeta sobre o governo autodeclarado como "revolucionário bolivariano" e, por outro, na análise das imagens que se atribuem ao "outro": aos setores que são apresentados como opostos ao projeto político revolucionário e que, portanto, não pertencem ao mesmo coletivo de identificação convocado por aquele que fala. De modo que, em cada um dos recortes escolhidos para nossa análise, focalizaremos a mobilização de diferentes formas na língua que, a partir de uma perspectiva discursiva, nos permitirão abordar as diferentes imagens projetadas e, também, os possíveis sentidos a elas associadas

Com o objetivo de facilitar a leitura de nossas análises, devemos observar que cada um dos recortes a serem analisados foram organizados como sequências discursivas[99] (SD) que apresentamos sob ordem numérica (SD1 a SD38). Esclarecemos que, todas as sequências abordadas são seguidas de uma especificação criada com o intuito de registrar a referência e facilitar o acesso a cada recorte de nosso *corpus*. Por exemplo, a especificação *HC 378 1A – 29/01/2012* registra a sigla que indica o nome do presidente Hugo Chávez (HC), o número da edição do programa *Aló, presidente* da qual a sequência discursiva foi recortada (378), a ordem em que aparece essa sequência com relação à edição do programa (1) e a "classificação" da SD segundo se refira à "dimensão heroica" ou "passado imediato"[100] (A); e, por fim, a data de exibição do programa. Devemos esclarecer, ainda, que nosso *corpus* foi construído a partir da transcrição oficial dos discursos proferidos por Chávez em cada edição de *Aló, presidente*, disponibilizados pelo *Ministerio del Poder Popular para la Comunicación*

[99] COURTINE (2014 [1981]).
[100] Ficou aqui o registro de um procedimento de pré-análise que realizamos para selecionar as SD.

y la Información[101] na Internet, as quais foram cotejadas por nós com as próprias transmissões do programa que estão disponíveis, também, na Internet, na referida página[102].

No que diz respeito à estruturação do capítulo, apresentamos a sua divisão em três partes. Na primeira, cujo título é "Abajo, cadenas", exploraremos os discursos de Hugo Chávez focalizando as referências encontradas ao "passado histórico" que dizem respeito ao processo independentista da Venezuela no século XIX. Nesse momento, nos interessará entender como essas referências podem se relacionar a um sentido de "continuidade" vinculado à projeção da imagem de "continuador de um passado heroico" que se faz sobre o próprio projeto político revolucionário.

Na segunda parte, intitulada "El despotismo levanta la voz", trataremos especificamente das referências a Simón Bolívar e do modo como elas podem se apresentar como uma ruptura com um passado a ser negado. Nesse sentido, observaremos uma disputa pelo estabelecimento de sentidos ao redor de uma das principais personagens da história venezuelana. Um confronto que aparece atravessado pelo movimento de ressignificação dessa importante figura histórica vinculada ao processo independentista e que se dá através de diferentes imagens que são sobre ela projetadas: por um lado, veremos como, nos discursos analisados, se interpreta o modo como Bolívar era significado antes da chegada da Revolução Bolivariana; por outro, observaremos como o discurso analisado, produzido já em contexto de governo revolucionário, se mostra como aquele que transforma os sentidos relacionados a essa importante personagem da história venezuelana, atribuindo a ela outras imagens.

Em "Seguid el ejemplo que Caracas dio", a terceira parte deste capítulo, analisaremos as referências feitas ao passado que corresponde à dimensão do passado mais imediato e que diz respeito ao período político que antecede a Revolução Bolivariana, colocando-as em relação com referências feitas a instâncias do tempo que dizem respeito ao próprio governo de Chávez. Acreditamos que essas referências são construídas em torno de uma oposição que se dá através de um embate entre um "antes" e um "agora" que permite diferenciar a perspectiva política de grupos que estiveram à frente do governo venezuelano a partir da segunda metade do século XX e no início do XXI.

Passamos, neste ponto, à primeira dessas partes.

---

[101] O referido Ministério disponibiliza materiais referentes ao programa *Aló, presidente* em <http://www.alopresidente.gob.ve/> e em <http://todochavez.gob.ve/> O acesso aos documentos foi feito em distintas oportunidades entre 2016, 2017 e 2018.

[102] As edições do programa podem ser facilmente encontradas, também, no *Youtube*.

1. *Abajo, cadenas*[103]

Considerando a epígrafe que dá início a este capítulo, podemos perceber certo movimento que busca estabelecer alguma relação entre passado e presente retomando acontecimentos significados em outro momento, sobretudo quando se considera a ênfase dada a certo *retorno de la historia.* Logo em seguida, observamos que esse referente "historia" é prontamente determinado quando se afirma que a realidade "atual" – *nuestra realidad hoy* – se aproxima de uma realidade de antes – *la realidad de hace doscientos años.* Observamos, com isso, que o sujeito do discurso coloca numa relação de equivalência aquilo que projeta como o "presente" e o que ele significa como "passado do século XIX". Tal relação entre um e outro momento nos permite pensar a referência ao tempo passado como um gesto de recuperação de alguns ideais próprios daquelas guerras independentistas para que, com isso, as ações do governo bolivariano encontrassem fundamento presente; sendo, então, colocadas em relação as lutas históricas de 200 anos atrás e o que se entendia pelas "lutas" do próprio governo de Hugo Chávez e da Revolução Bolivariana.

Observamos essa relação entre o "passado" e o "presente", por exemplo, neste fragmento da nossa epígrafe:

> Creo que estamos en tiempos del retorno de la historia y de la ideología que se fue perdiendo.

Esse recorte nos permite pensar em um confronto entre uma *continuidad*e e uma ruptura atravessando o projeto liderado por Chávez. De acordo com Arnoux (2008, p. 17) a continuidade que o discurso de Chávez estabelece entre a etapa da independência y aquela que teria se iniciado na última década do século XX é algo considerado em diferentes trabalhos científicos[104]. Nessa perspectiva, por um lado, podemos considerar que a referência ao passado se associa a uma relação *continuidade* justamente pela antecipação da necessidade de se retomar a história passada aproximando-a à "nuestra realidad", ou seja, a realidade do

---

[103] Verso da primeira estrofe de *Gloria al bravo pueblo*, hino oficial da República Bolivariana da Venezuela. Todos os itens presentes neste capítulo serão intitulados com versos que compõem a textualidade desse hino, composto em 1810. Recomendamos a sua leitura integral na seção "Anexos" deste trabalho (Anexo 3). Esclarecemos, ainda, que os motivos que nos levaram a essa escolha serão apresentados em nossas Considerações Finais.

[104] De acordo com a própria autora (ibid.) "la explicación de esta continuidad ha atendido a las características del proceso venezolano de la segunda mitad del siglo XX, al agotamiento de los partidos políticos y, sobre todo, a la persistencia de una simbología patriótica en el discurso de la clase política", algo sobre o que já nos concentramos no primeiro capítulo deste trabalho.

venezuelano do século XX; por outro, essa mesma continuidade aparece como necessária – "obligatoria" –, devido ao próprio processo de ruptura que sobre ela recai, uma vez que se considera que toda a "história" e "ideologia" relacionadas àquele projeto tido como heroico e independentista foi-se perdendo ao longo do tempo. Essa breve abordagem do texto que escolhemos como epígrafe nos permite antecipar que, nos discursos de Chávez, a relação de *continuidade* parece ser despertada pela projeção da imagem do governo bolivariano como aquele que dá seguimento ao projeto independentista iniciado em 1810; algo que, para nós, faz-se possível através da própria significação do "presente" que ocorre através da recuperação dos sentidos atribuídos a esse passado de lutas pela libertação venezuelana do domínio espanhol[105]. Assim, acreditando na eficácia do imaginário, o sujeito do discurso vai construindo uma relação de continuidade entre "passado" e "presente", retomando os ideais desse processo apresentado como não finalizado.

Podemos observar essa relação de continuidade funcionando, por exemplo, em alguns fragmentos do discurso pronunciado em *Aló, presidente* em que há referência aos acontecimentos e a algumas figuras da história da Venezuela. Esse é o caso, por exemplo, das referências que encontramos a Ezequiel Zamora, que, de acordo com o historiador venezuelano Brito Figueroa (2004 [1975]) é reconhecido como uma das primeiras "lideranças populares" da Venezuela pré-independente e como uma figura central da guerra federal venezuelana do século XIX. Conforme o autor, essa figura se associa à ideia de liderança popular a partir do momento em que se considera que, como membro do Partido Liberal e em oposição ao Partido Conservador – composto pela oligarquia herdeira da colonização –, se aproximava da concepção de que era preciso abrir os caminhos para uma revolução rural capaz de transformar a estrutura de propriedade de terra herdada da colônia.

Vejamos, agora, como as referências encontradas a essa e a outras figuras históricas nos permitem associá-las ao sentido de continuidade que podem se relacionar aos discursos que analisamos neste trabalho:

> **SD1 –** Un pueblo que es lo más valioso de todo, el pueblo. El pueblo más organizado, el pueblo capacitado, aquí se está juntado a la Misión

[105] Ao propormos que, por meio dos recortes que escolhemos analisar neste trabalho, é possível se pensar num sentido de "continuidade" relacionado às referências ao passado heroico e independentista, não estamos usando essa palavra do mesmo modo que Foucault (2008 [1969]) a usa ao refletir sobre a necessidade de se pensar os acontecimentos históricos a partir de suas múltiplas relações de ruptura e de transformações. Com isso, queremos dizer que ao tratarmos do sentido de "continuidade" presente nos discursos de Chávez, referimo-nos à imagem que se projeta sobre o processo revolucionário bolivariano como continuador legítimo do processo independentista liderado por Simón Bolívar.

> Zamora, en honor a mi general Ezequiel Zamora: "Tierras y hombres libres", *seguimos gritando junto a Zamora* (HC 243 2A – 08/01/06). (grifos nossos)
>
> **SD2 –** *La sangre libertaria, campesina y revolucionaria del líder Ezequiel Zamora, nos convoca hoy*. Creamos el Instituto Nacional de Tierras y eliminamos ese viejo, podrido aparato burocrático inservible de lo que fue el Instituto Agrario Nacional. La guerra contra el latifundio es esencia de la lucha bolivariana (HC 243 4A – 08/01/06). (grifos nossos)[106]

Esses fragmentos foram extraídos da edição 243 de *Aló, presidente,* transmitida de um *Núcleo de Desarrollo Endógeno,* responsável por desenvolver o bem-estar econômico e social de uma determinada comunidade a partir de seu potencial interno[107]. No recorte que apresentamos como SD1, podemos observar que a referência a Zamora está diretamente relacionada à referência feita à *Misión Zamora* que, criada em 2001, compunha um conjunto de projetos sociais do governo de Hugo Chávez e tinha como objetivo a transformação de terras improdutivas e ociosas em "unidades econômicas produtivas" como parte de um processo de desenvolvimento de políticas agroalimentares (cf. VENEZUELA, s/d)[108]. Num primeiro momento, a relação de continuidade entre o "passado" e o "presente" pode ser percebida a partir da própria nomeação do projeto social desenvolvido pelo governo de Chávez cuja referência a Zamora nos permite pensar num movimento de "recuperação" dos sentidos construídos ao redor dessa figura histórica – líder popular em defesa das terras produtivas – para a própria significação da prática política "revolucionária" representada pela *Misión* que visava o desenvolvimento de produção agroalimentar no país.

Em seguida, percebemos, ainda, essa mesma relação entre o "presente" e o "passado" no momento em que, após se mobilizar um enunciado que, segundo Brito Figueroa (2004 [1975], p. 16), é atribuído a Zamora – *Tierras y hombres libres* – como o motor de sua luta federal contra os interesses da oligarquia tradicional (conservadora), afirma-se: *seguimos gritando junto a Zamora.* O gesto de recuperação de sentidos atribuídos ao passado heróico aparece a partir da mobilização de 'tierras y hombres libres", enunciado que, apoiando-nos no

---

[106] Optamos por introduzir um procedimento absolutamente auxiliar ao apresentar, em alguns recortes de discurso a serem analisados, a possível interpretação em português de alguns termos do espanhol, reconhecendo que a complexidade do discurso abordado não se reduz a esse aspecto.

[107] Em alguns casos, ao longo das análises faremos referência ao lugar a partir do qual determinadas edições do programa foram transmitidas por acreditarmos que essa informação é um aspecto relevante para as condições de produção do discurso.

[108] VENEZUELA. *Misión Zamora*. Disponível em: <http://peru.embajada.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=116%3Amision-zamora&catid=10%3Amisiones-sociales&Itemid=100&lang=es> . Acesso em 20 de dezembro de 2018.

que diz Orlandi (1993, p. 12), parece reverberar “efeitos da história de um país no dia a dia das pessoas, nos seus laços sociais em sua identidade histórica”. Sua relação com o momento presente, por sua vez, pode ser estabelecida através da própria locução verbal gerundiva que, ao ser mobilizada, nos permite entender que o brado de Zamora permanece presente. Essa permanência, por sua vez, pode ser entendida como fruto da ação de um “nós” que continua alçando sua voz “junto a Zamora”, isto é, em união àquela figura histórica, lutando pelos “mesmos ideais” defendidos desde o século XIX: terra livre.

Interessante notar que, assim como no recorte sobre o qual acabamos de nos concentrar, em SD2 também ocorre a mobilização de um “nós” que, agora, aparece como interpelado a ocupar uma oposição: um coletivo de identificação sendo “convocado” a lutar contra o latifúndio na Venezuela, tal qual fazia aquela liderança havia duzentos anos. A relação de continuidade entre “passado” e “presente” parece se construir, nesse segundo caso, ao redor do dêitico “hoy” que reúne a referência a um elemento do “passado” que, no “no presente” é apresentado como o responsável pela interpelação – *la sangre libertaria, campesina y revolucionaria del líder Zamor*a –, e outra referência diretamente relacionada ao momento da enunciação: o pronome “nos”, que, em posição oblíqua, diria respeito àqueles que são, no “presente”, interpelados pelo “sangue libertador de Zamora”. Esse movimento nos possibilita pensar que o sujeito da enunciação e todos os seus seguidores são significados como os responsáveis por “dar continuidade” à luta que teria sido empreendia pelo general Zamora no passado.

A nosso ver, o *nós* que “continua gritando com Zamora” referido nos dois recortes apresentados constitui o que Indursky (2013, p. 83) define como um “nós” que se refere ao “espaço público institucional, no qual o sujeito associa-se a diferentes segmentos sociais de quem se faz porta-voz legítimo”. Esse espaço institucional seria precisamente o Estado sendo vinculado fortemente ao processo autodeterminado Revolução Bolivariana que, a nosso ver, não incluía apenas os membros do governo, mas também instâncias sociais e populares que se filiavam ao projeto defendido por Chávez. Tais observações nos sugerem que o gesto de recuperação de Zamora e dos sentidos a ele atribuídos reverte em significar o próprio governo de Chávez como continuador do processo independentista venezuelano que é reiteradamente apresentado como inacabado.

Em outra edição do programa, transmitida diretamente da cidade de Cumaná[109], faz-se referência a Antonio José de Sucre, importante figura das lutas pela independência da Venezuela. Vejamos, agora, como essa referência funciona de modo a contribuir com a formação da imagem de continuador de um passado heróico atribuído ao governo de Chávez sobre a qual a acabamos de nos referir.

> **SD3** – Y es que el mariscal Sucre, Antonio "Toñito" Sucre como le decían aquí, en las calles de Cumaná; *Antonio José de Sucre está renaciendo*, es verdad, la muerte no existe, muérase el que quiera morirse, pero la muerte verdadera no existe. […] *Antonio José de Sucre vive, vive,* como *hoy está viviendo, reviviendo, su* lucha, *su* huella, *su* batalla, *nuestra* batalla (HC 246 1A – 05/02/06). (grifos nossos)

Nesse recorte, podemos observar, por um lado, que a referência a Sucre, iniciada com a apresentação do lugar de *mariscal* ocupado por ele, é imediatamente retomada com o apelido dado ao prócer na região em que havia nascido – *Toñito* –, o que nos sugere um maior grau de aproximação entre aquele que fala e o seu referente, num movimento que, a nosso ver, tende a incitar a audiência a ocupar uma relação de familiaridade com respeito a esse "herói". Por outro, entendemos que a relação de continuidade de que vimos falando se materializa, neste caso, através da mobilização de um *aquí* cuja dêixis espacial nos permite pensar numa referência ao presente, possibilitando a atualização do espaço do "passado" no espaço do "presente". Essa relação de continuidade, no recorte apresentado em SD3, fica reiterada por uma locução verbal gerundiva no presente – Antonio José de Sucre *está renaciendo* –, além do próprio verbo usado para se construir essa locução, uma vez que "renacer" se associaria a um novo despertar para aquele que estava, de algum modo, em estado de repouso.

O movimento contínuo associado à estrutura verbal mobilizada parece ganhar forças no momento em que se afirma que a morte é uma questão de "escolha": *la muerte no existe, muérase el que quiera morirse, pero la muerte verdadera no existe*. Essa "escolha" estaria associada ao binômio "lembrança/esquecimento", dado que apenas morreriam aqueles que, por não serem recordados, renascidos, estariam condenados à morte. Esse, contudo, não era o caso de Sucre que, segundo o que podemos observar em SD3, é reivindicado como "vivo": *Antonio José de Sucre vive, vive.* Tal afirmação, a nosso ver, introduz outra construção

[109] Atualmente, a cidade natal de Antonio José de Sucre, localizada na costa oeste da Venezuela, é a atual capital do Estado de Sucre, cujo nome homenageia o prócer da independência.

locutiva que é paralela àquela que faz referência ao "renascimento de Sucre": *hoy está viviendo, reviviendo, su lucha, su huella*[110]*, su batalla, nuestra batalla.*

Ora, aqui podemos perceber que o imaginário de continuidade entre aquele "passado do século XIX" e o "presente" emerge não apenas do uso dos verbos no gerúndio ou do próprio verbo "vivir" conjugado no presente, mas também através da alteração que no último termo da enunciação sublinhada passa do possessivo "su" a "nuestra": ***su** batalla, **nuestra** batalla.* Tal passagem do possesivo de terceira pessoa para o de primeira do plural nos sugere que os sentidos em torno daquilo que se apresenta como sendo a "batalha" de Sucre são reivindicados para significar aquilo que é apresentado como a própria "batalha" do governo de Chávez e do processo autodeterminado "revolucionário", de maneira que a luta do "presente" empreendia pelo "nós" – o sujeito da enunciação e seus partidários – estaria fundamentalmente relacionada à luta do "passado" pela independência.

No mesmo programa do qual o recorte apresentado em SD3 foi retirado, também encontramos outro fragmento que nos permite tratar do imaginário de continuidade relativo a um passado tido como "heroico" atravessando os discursos de Hugo Chávez, mas, agora, relacionado a Simón Bolívar e a sua luta:

> **SD4 –** cuentan que iba Bolívar por un camino con la poca gente que lo acompañaba y en una choza[111] muy vieja había una mujer muy vieja a la orilla del camino y el hombre, su marido, un anciano, casi ciegos los dos, a lo mejor por las cataratas, las enfermedades, el hambre y la miseria. Y cuentan que venía adelante la vanguardia a caballo, por supuesto, y Bolívar venía en una mula, tosiendo mucho, chiquitico y encorvado, lleno de fiebre y temblaba y le dicen que hay una casa en el camino y que hay unos viejos […]. Ella jamás había visto a Bolívar y no le querían decir que iba Bolívar ahí, "no, no, por aquí no viene". Bolívar se consuela, se conduele, más bien, le duele. Y Bolívar se acerca en la mula y se baja y le dice: "yo soy Bolívar", y la abraza, Bolívar, Bolívar. La vieja se arrodilla y se pone a llorar, Bolívar la levanta y le dice: "sí, yo soy Bolívar, Simón Bolívar". Le dijo a Bolívar: "siete hijos parí, los siete se fueron detrás de Bolívar, de ti. Ninguno volvió, Bolívar. Si tuviera fuerzas, pariría otro porque algo debes tener tú para que mis siete hijos se fueran detrás de ti y más nunca volvieran." *Eso está vivo, esa tradición está viva y eso es lo que nos tienen aquí nosotros, ese amor está vivo, ese dolor está vivo, sintámoslo,* el que no lo sienta es mentira, el que no lo siente es como si fuera el mango ese, o la piedra aquella, o el apamate[112]. *Vamos a llenarnos de amor, y el amor sale sólo de la conciencia y de ahí el*

[110] O termo pode ser interpretado em português como "pegada" ou "marca".
[111] "Cabana", em português.
[112] Árvore nativa da flora venezuelana pertencente ao gênero do ipê.

> *compromiso de "patria o muerte"*, lo que hay es un paso, de ahí al compromiso este, de hacer realidad esto que Sucre dijo y dejó aquí para nosotros: "Cuando la América ha derramado su sangre por afianzar la libertad, entendió también que lo hacía por la justicia compañera inseparable, sin el goce absoluto de ambas, habría sido inútil su emancipación". *Hagamos que no sea inútil todo el sacrificio de aquellos años y de estos años, recientes de tantos mártires que quedaron regados por estas montañas, por estos caminos y por estos mares y por estos rumbos* (HC 246 2A – 05/02/06). (grifos nossos)

O fragmento acima nos permite observar que a produção do imaginário de continuidade ocorre através de dois movimentos distintos que, ao mesmo tempo, se complementam. Nesse sentido, diremos que o primeiro se manifesta a partir do relato que dá início ao fragmento apresentado em SD4 (*cuentan que iba Bolívar por un camino…*). Relato esse que parece se comportar como uma narrativa de tradição oral e que, ao ser lido por um leitor brasileiro, é rapidamente relacionado a um "causo"[113]. A narrativa sobre a idosa de origem humilde e quase cega que, embora nunca tenho conhecido Bolívar, demonstra sua entrega e sacrifício diante do "libertador" ao lhe oferecer todos seus filhos para atuarem junto ao que parece ser o exército de Bolívar (*siete hijos parí, los siete se fueron detrás de Bolívar, de ti...*), se mostra como um gesto essencial para a projeção da "atualidade" da luta independentista. Essa afirmação é possível graças ao movimento que segue o relato contado: *Eso está vivo, esa tradición está viva y eso es lo que nos tienen aquí nosotros, ese amor está vivo, ese dolor está vivo, sintámoslo.* O demonstrativo "eso" aparece, então, como retomando a entrega personagem idosa que aparece no "causo"; atitude que é imediatamente determinada como um "sacrifício" e como uma "tradición viva".

A doação daquela senhora é percebida, portanto, como algo que, no passado, se apresentava como necessário para que o processo independentista venezuelano fosse concretizado. Ao retomar essa doação como "amor" e "dor", como sensações "vivas", faz-se uma exortação sob a forma de uma interpelação ao "nós": *sintámoslo*; algo que, a nosso ver, corresponde à convocação, no presente, da necessidade de *entrega total* à revolução bolivariana iniciada no século XX por parte de todos os seus membros. Esse gesto de interpelação, por sua vez, pode ser entendido como uma necessidade de se conquistar aquilo

[113] Parece-nos pertinente esclarecer que o gênero textual conhecido como "causo" é definido por Oliveira (2006) como uma maneira particular de se contar uma história regularmente conhecida, ou seja, uma forma específica de "re-criar o mundo em históricas" e de se falar sobre um "já dito". Ao retomar Candido (1971), o autor apresenta que o gênero "causo" faz parte da cultura de zonas rurais, manifestando-se na vida das pessoas de diferentes maneiras, especialmente na educação de crianças, como forma pedagógica na criação das pessoas.

que os próceres, no século XIX, tanto almejavam: *patria o muerte*[114]. Enunciado esse que, em sua disjunção exclusiva, aponta para um compromisso que também indica uma entrega total à causa revolucionária – entendida como continuação da causa independentista.

Ainda com relação a SD4, notamos outro movimento que, assim como esse que acabamos de analisar, acarreta outra interpelação, contudo, à diferença do primeiro caso, para a construção dessa, recorre-se não mais a um "causo", mas sim ao "relato histórico"[115], de modo mais específico, diremos que a referência ao discurso de Sucre permite a passagem de um relato do cotidiano, do anedótico e concreto a um relato sobre o processo "heroico" que se estende no tempo e cuja protagonista não é mais uma "senhora idosa", mas a "América" (*Cuando la América ha derramado su sangre por afianzar la libertad, entendió también que lo hacía por la justicia compañera inseparable…*). Esse relato mais vinculado ao abstrato permite a seguinte exortação: *Hagamos que no sea inútil todo el sacrificio de aquellos años y de estos años, recientes de tantos mártires que quedaron regados por estas montañas, por estos caminos y por estos mares y por estos rumbos.* Essa interpelação acentuada, uma vez mais, pela presença do imperativo – *Hagamos* – conjugado como um "nós inclusivo" permite a associação, no próprio discurso, entre o "passado" e o "presente" através da relação que se constrói por meio da mobilização dos dêiticos demonstrativos "aquellos" e "estos". Esses, ao determinarem a forma "años", fazem referência, por um lado, às guerras pela independência no século XIX e, por outro, às "lutas" que teriam sido empreendidas na transição do século XX para o XXI[116].

Parece-nos importante assinalar que essa mesma "presentificação" de um tempo passado e heroico, além de se construir ao redor de referências propriamente temporais, pode se mostrar através das referências aos espaços que, de acordo com Nora (2008 [1984]), interpretamos como *lugares de memória* no espaço venezuelano. Vejamos de que modo isso aparece funcionando no discurso, tomando em consideração os seguintes recortes que dizem respeito à edição 351 de *Aló, presidente*, transmitida em fevereiro de 2010, ano em que a Venezuela celebraria o bicentenário do início de seu processo de independência. Na ocasião, o

---

[114] Não pudemos confirmar se esse enunciado fazia parte do movimento liderado por Bolívar no século XIX, no entanto, nos parece relevante registrar que tal enunciado responde mais ao funcionamento que Orlandi (1993, p. 12) atribui a "enunciados que ecoam e reverberam efeitos da história em nosso dia a dia". Em alguns casos, esse mesmo enunciado, "patria o muerte", aparece expandido: "patria socialista o muerte".

[115] Com isso, não queremos dizer que um "causo" não pode se inscrever no relato da história. Fazemos essa oposição unicamente para diferenciar e analisar os movimentos que ocorrem no recorte de discurso apresentado em SD4.

[116] A referência aos sacrifícios de "estos años" e aos "mártires recientes" pode funcionar como umgesto de recuperação de acontecimentos políticos que apresentamos no primeiro capitulo, como a repressão que o Estado venezuelano democrático teria exercido sobre os cidadãos em 1989 durante o *Caracazo*.

programa foi transmitido diretamente do centro histórico da cidade de Caracas e, mais especificamente, da Praça Bolívar. Como antecipamos no capítulo 2, essa praça foi, desde o período colonial, o centro político-administrativo da Venezuela e o cenário associado à fundação do país, visto que ali, na antiga *Plaza Mayor*, ocorrera, em 19 de abril de 1810 a reunião do *Cabildo*, cujos membros haviam se decidido pelo fim do domínio espanhol sobre terras venezuelanas, não reconhecendo, pois, o poder real de Madri.

> **SD5 –** Yo me acuerdo, a mí me gustaba mucho venir con Rosita, con Mariíta, estaban chiquiticas, y Huguito, por aquí íbamos a la Casa Natal de Bolívar, caminábamos la antigua Plaza Mayor. [...] *Aquí estamos de nuevo, aquí estamos*. Vamos de nuevo Simón, y hemos llegado, y hemos venido, y él sigue al frente comandando esta batalla, Simón Bolívar, Simón (HC 351 2A – 07/02/10).

> **SD6** – Tú sabes que *aquí, en este lugar*, llevaron al cadalso a muchos patriotas, a unos les cortaban la cabeza, otros los ahorcaron, uno de los más grandes, un joven, era José María España. *Aquí* lo ahorcaron, y hay una anécdota de cuando él sube al cadalso, está el verdugo y entonces le ponen la soga al cuello, José María España, el compañero de Pedro Gual, Gual y España, la rebelión aquella de 1797. Entonces él lanza un grito que retumbó por todo esto: "No pasará mucho tiempo, dijo, sin que mis cenizas sean honradas." Y cuentan que en *aquella esquina*, eran calles de piedras, había un grupo de muchachos a caballo, uno de ellos tenía como 13 años, Simón Bolívar, otro tenía como 15, José Félix Ribas, que era más radical que Bolívar en esos años, ya eran rebeldes pues. […] Había otros allí, porque eran jóvenes ricos, tenían caballo, tenían haciendas, pero ya eran patriotas. [...] Entonces cuando cae ahorcado José María España *aquí*, dice que alguien oyó, que alguien dijo *allá en esa esquina*: ¡Viva la Patria! Y picaron espuela y se fueron José Félix Ribas, Simón Bolívar que eran unos carajitos de 15 años, como que Josefa Camejo andaba ahí también que tenía como la edad tuya, que era otra rebelde, Josefa Camejo. Ya estaban preparando la Revolución. ¿Y tú sabes una cosa? Once años después de aquel acontecimiento, de aquel ahorcamiento, *aquí mismo donde estamos nosotros parados*, y *esto* rodeado de pueblo, 1811, 11, 12 años después unos adolescentes vinieron por *ahí* con una bandera, amarillo, azul y rojo, que había sido decretada ya Bandera Nacional por el Congreso de 1811, se había aprobado la Constitución, y había un acto *aquí* muy grande, mucha gente estaba ahí. ¿Y quién estaba parado *aquí*? Francisco de Miranda con su pelo blanco y sus 60 años a cuesta, y él le entregó, así fue la cosa, Miranda que diseñó la bandera, que fue aprobada por el Congreso, les entregó a los hijos de José María España la bandera de sus propias manos, y ellos izaron la bandera, se cumplió la profecía, no pasará mucho tiempo sin que mis cenizas sean honradas. Tú te das cuenta de dónde

> venimos nosotros, qué cenizas tenemos nosotros aquí, qué cosa es esta carne, este barro de nosotros ¿ves? Por eso es que estamos aquí diciendo hoy más que nunca: *¡Patria socialista o muerte! ¡Venceremos!* (HC 351 5A – 07/02/10) (grifos nossos).

O fato de a já referida edição de *Aló, presidente* ter sido transmitida diretamente dessa praça, faz com que as referências ao processo independentista ganhem bastante destaque ao longo de todo o programa. Razão pela qual podemos observar, a partir dos fragmentos apresentados em SD5 e SD6, que a própria praça pública é apresentada como um dos protagonistas dos acontecimentos históricos do país.

No primeiro dos recortes, em SD5, observamos que a "lembrança pessoal" em torno da Praça Bolívar, a qual diz respeito às recorrentes vistas que Chávez e seus filhos faziam ao centro histórico, abre passo a uma afirmação: *aquí estamos de nuevo*. O dêitico espacial *aquí* não retoma, neste caso, apenas a praça como espaço referido na lembrança, mas como "lugar de memória" ligado ao movimento independentista do século XIX. Em nosso modo de ver, o "nós" mobilizado corresponde, então, aos indivíduos interpelados como aqueles que, "de nuevo", estão junto a Bolívar na luta pela independência. De modo que as pessoas presentes na praça naquele 07/02/10 – o coletivo de identificação do projeto autoproclamado "revolucionário" – são relacionadas com aquelas pessoas que, em 1810, naquele "mesmo lugar" simbólico e de memória defendiam a independência da Venezuela.

A relação de continuidade, neste caso, se dá mediante a significação da cena do presente a partir de como se projeta o sentido histórico da cena do passado; assim, a praça histórica pode ser entendida, sob uma perspectiva discursiva, como um "cenário" que coloca ambas as cenas em uma posição de equivalência, dirimindo as distâncias entre uma e outra referência temporal, o que possibilita a projeção da cena presente como uma "continuação" da cena passada.

Percebemos esse mesmo movimento no fragmento apresentado como em SD6, sobretudo quando, uma vez mais, nos concentramos na presença de advérbios e locuções adverbiais de lugar que tendem a enfatizar a presentificação das cenas de um passado histórico. Isso é o que observamos em "Tú sabes que *aquí, en este lugar*, llevaron al cadalso a muchos patriotas, a unos les cortaban la cabeza, otros los ahorcaron". Ou, então, em "*aquí mismo donde estamos nosotros parados*, y *esto* rodeado de pueblo" e em "12 años después unos adolescentes vinieron por *ahí* con una bandera, amarillo, azul y rojo". Para nós, vinculados ao próprio movimento do relato que encontramos em SD6, as formas lexicais destacadas, ao fazerem referência direta à praça e aos espaços a ela adjacentes permitem

pensar no processo que preferimos chamar de "conjunção cênica" que, por sua vez, possibilita a recriação daquelas cenas narradas, aproximando-as aqueles ao momento presente referido pelo discurso Assim, a projeção da imagem de continuador de um passado heroico sobre o governo de Chávez não ocorre apenas através das referências a acontecimentos ou figuras históricas, mas também por meio das referências ao próprio espaço físico.

Interessante notar, ainda, que o fragmento apresentado em SD6 nos permite observar que essa convocação do passado atrelada à formação de um imaginário de continuidade é também associada, no discurso, a um sentido de "origem" do projeto bolivariano. Nessa perspectiva, o passado, visto como original, pode ser percebido por meio de um movimento que recupera a cena bíblica do Gênesis[117] e que parece apresentar os venezuelanos e as venezuelanas presentes na praça como formados das próprias cinzas daquele passado heroico nacional, como o que podemos perceber em "Tú te das cuenta *de dónde venimos nosotros, qué cenizas tenemos nosotros aquí*, qué cosa es esta carne, *este barro de nosotros"*. Entendemos que esse sentido de origem aparece relacionado ao de continuidade interpelando, de alguma forma, que, aos herdeiros de um passado – nascidos das mesmas *cenizas*, do mesmo *barro* do passado glorioso – a assumirem uma posição e, com isso, *seguir os passos daqueles próceres e defensores da liberdade*; daí, a exortação presente no enunciado "Patria socialista o muerte", indicando o objetivo final do projeto bolivariano do século XXI: a "conquista definitiva da soberania venezuelana"[118].

A essa altura, já podemos considerar que a responsabilidade de conquista da "verdadeira independência" para a Venezuela recai basicamente sobre um "nós" que, partindo das reflexões de Zoppi-Fontana (2014, p. 103) – tal como fazemos no primeiro capítulo –, pode ser caracterizado como um "nós político", definido como um "nós dialógico maximamente inclusivo" que refere a um coletivo de identificação.

Devemos reiterar que esse imaginário que nos permite pensar em um sentido de continuidade aparece estreitamente vinculado à concepção que projeta o processo político liderado por Chávez como o responsável por dar continuação ao processo histórico iniciado no século XIX. Vejamos como algumas referências ao passado heroico reiteram essa relação

---

[117] "Do pó viestes, ao pó voltarás" (Gênesis 3,19).

[118] Uma das bases medulares do projeto político defendido por Hugo Chávez consistia na busca da "independência definitiva". Conforme o próprio ex-mandatário considerava, essa era a principal "causa" da luta bolivariana. Tal conquista da independência definitiva era entendida como um dos meios de se construir uma nova pátria em que os venezuelanos e as venezuelanas pertencentes a diferentes esferas sociais pudessem "vivir bien, con justicia y digninidad". E, para que esse processo de transformação fosse efetivado, acreditava-se que era necessária uma "transición al socialismo" e o exercício da democracia participativa que restituísse o poder ao seu "verdadeiro" dono, o povo (CHÁVEZ, 2012).

de continuidade nos próximos recortes retirados de quatro diferentes edições de *Aló, presidente* transmitidas em três também diferentes anos:

> **SD7 –** *Hoy, casi 200 años después, tenemos a Bolívar detrás de nosotros, y el compromiso no ha hecho sino crecer, crecer y crecer.* Habrá que recordar esa frase que hoy cabalga por estas tierras, de esa semilla que quedó sembrada aquí, aquí en este campo, aquí en esta Patria, essa frase que recorre hoy las latitudes anchas e inmensas de la América Latina: "¡Alerta! ¡Alerta! ¡Alerta, que camina la espada de Bolívar por América Latina!" (HC 252 2A – 09/04/06) (grifos nossos).
>
> **SD8 –** Nosotros no vamos a hacer... ni vamos a agredir a nadie, ¡no! Pero tenemos que prepararnos para la defensa, palmo a palmo, milímetro a milímetro, sobre nuestro territorio, de esta Revolución: la defensa del pueblo. No podemos darnos el lujo de que ocurra otro fracaso histórico de nuestra Revolución; ya basta de tantos fracasos. *Nosotros llegamos para triunfar y para coronar la gran Revolución histórica, que comenzó hace 200 años* (HC 351 5C – 07/02/10) (grifos nossos).
>
> **SD9 –** es larga la lista de mártires y es larga la lágrima de dolor y es larga la gota de sangre. Pero aquí estamos hoy nosotros, y tenemos esa gota de sangre aquí dentro y esas lágrimas aquí dentro. Y esa conciencia debemos tenerla cada día más agigantada: de que nosotros estamos aquí y *hemos llegado aquí y ahora para recoger en un lapso de 200 años todo aquello, y ahora levantar la victoria, la victoria de la Revolución de Independencia.* (HC 355 1A – 11/04/10). (grifos nossos)
>
> **SD10 –** Bolívar lo dijo ahí en el último Congreso en Bogotá, 1830: "Me ruborizo al decirlo – dijo – la independencia es el único bien que hemos logrado a costa de todos los demás, después de 20 años de guerra revolucionaria" Pero fíjense ustedes, dijo: "Pero esa independencia, el único bien que tenemos, es la puerta abierta que nos permitirá irlos conquistando todos los demás": el desarrollo social, el desarrollo económico. *Luego nosotros, después de 200 años, hemos recuperado de nuevo la independencia que se había perdido.* Es lo primero que tenemos que cuidar, la independencia nacional. Pero la independencia es como el piso, sobre el cual vamos a construir la Patria nueva, el Proyecto Nacional Simón Bolívar, desarrollo social, desarrollo económico, desarrollo moral, ético. No se les olvide eso (HC 378 1 A – 29/01/12) (grifos nossos).

A relação de continuidade entre o passado independentista e o presente vai ganhando corpo pela eficácia discursiva que insiste em lhe atribuir o peso da "realidade", numa aposta

pela também eficácia do imaginário. Nessa direção, em SD7 percebemos que tal relação "necessária" de continuidade é apresentada como um "compromisso" que ao longo dos anos foi crescendo (*Hoy, casi 200 años después, tenemos a Bolívar detrás de nosotros, y el compromiso no ha hecho sino crecer, crecer y crecer*) e que, uma vez mais, recai sobre esse "nós político" que tem a missão de conquistar, de fato, a independência nacional, tal como podemos perceber neste enunciado: *Nosotros llegamos para triunfar y para coronar la gran Revolución histórica, que comenzó hace 200 años* (SD8), que aponta para a responsabilidade por parte do governo bolivariano e de seus partidários de concluir processo independentista iniciado em 1810, construindo, assim, a "pátria nova".

Também em SD9 observamos que está presente essa relação de responsabilidade por parte dos membros da Revolução Bolivariana no momento em que se afirma que a razão para que esse processo revolucionário se desenvolva *aquí y ahora* – isto é, na Venezuela do século XXI – é exatamente para conquistar a vitória do processo independentista que, ao contrário do que se pode pensar, é tido como um acontecimento não concluído no passado[119]. A mobilização dos dêiticos *aquí* e *ahora*, associada à referência às guerras de independência, nos leva a considerar as reflexões de Arnoux (2008, p. 61) a respeito da existência de um "cronotopo bolivariano"[120] que compreende à articulação tempo/espaço nos discursos de Hugo Chávez. A autora define esse conceito como o "tiempo de la revolución y la independencia, abierto hace dos siglos, en un espacio continental a reconstruir, una tarea todavía inconclusa". De modo que a responsabilidade do governo de Chávez de construir a "pátria nova" aparece diretamente associada à ideia de que era preciso "concluir" o processo independentista venezuelano, o que somente ocorreria a partir do desenvolvimento do projeto revolucionário.

Já em SD10, podemos observar que essa imagem de "continuador da luta pela independência" que se atribui à Revolução Bolivariana aparece fortemente vinculada ao pensamento libertário de Simón Bolívar. Entendemos a referência ao pronunciamento do "libertador" em 1830 a respeito da independência como um disparo essencial para, uma vez mais, justificar o processo revolucionário no século XXI, projetado como aquele que é responsável por "recuperar de nuevo la independencia", isto é, por dar continuidade ao projeto que visa ao desenvolvimento venezuelano nos níveis "social, econômico, moral e ético". Isso

---

[119] Os motivos apresentados pelo sujeito do discurso para essa "interrupção" do processo heroico do século XIX serão apresentados nos dois próximos itens.

[120] Ao expor suas reflexões, Arnoux (2008,) se baseia no conceito de cronótopo, definido por Bakhtin como a articulação entre as categorias de tempo e de espaço num romance.

entre em relação com as reflexões de Arnoux (ibid., p. 73) em torno da "permanencia" do projeto político de Chávez, que permitiria, segundo a autora, "que presente y pasado se interpenetren, convivan en una cercanía que hace ingresar los próceres en nuestra cotidianidad a la vez que nos asigna como sujetos políticos inscriptos en el tiempo largo de la misión que debe ser cumplida". Missão que, segundo a autora (ibid., p. 84) aparece sustentada na concepção de que a Revolução Bolivariana encerraria de maneira definitiva aquilo que havia sido iniciado no século XIX.

A nosso ver, a recuperação do passado através das referências que aparecem nos recortes apresentados, sobretudo ao passado que diz respeito ao processo independentista venezuelano, se dá mediante um constante (re)significar o processo na sua continuidade e, também, em sua descontinuidade. Esse jogo está presente, por exemplo, no seguinte fragmento de SD10: "nosotros, después de 200 años, *hemos recuperado de nuevo* la independencia que *se había perdido*". Essa recuperação de uma luta que estava interrompida, nos leva a pensar em que – de acordo com um forte gesto de interpretação que leva o sujeito do discurso a realizar uma organização (quase um agenciamento) da memória sobre os acontecimentos do passado – houve um momento de ruptura entre o processo histórico de independência venezuelana e o processo autodeterminado como Revolução Bolivariana; isto é, uma "descontinuidade" que, por sua vez, pode ser entendida como um elemento necessário para a própria concepção do projeto político liderado por Chávez na transição do século XX para o XXI. Sobre isso, nos concentraremos nas duas seções que apresentamos a seguir, nas quais procuraremos observar a que sentidos os sujeitos responsabilizados por essa ruptura aparecem relacionados.

2. *El despotismo levanta la voz*[121]

Como vimos na seção anterior, a própria organização imaginária construída no discurso permite a consideração de uma ruptura com o "passado heroico" que necessariamente está vinculada com a antecipação do "projeto revolucionário bolivariano" como uma continuidade do processo independentista da Venezuela. Esse confronto entre ruptura e continuidade associado às lutas pela independência do país nos

[121] Verso da terceira estrofe de *Gloria al bravo pueblo*, hino nacional da República Bolivariana da Venezuela.

permite refletir sobre os lugares que, no discurso, são atribuídos ao símbolo de maior significância relacionado a essas lutas: a figura de Simón Bolívar.

Segundo Chamuceiro (2006 *apud* ARNOUX, 2008)[122], a imagem do "libertador" tende a produzir, no discurso, um "consenso ideológico" entre os atores políticos e os seus destinatários, já que é entendida como um "valor social compartilhado" pela maioria dos venezuelanos[123]. Contudo, longe de serem entendidas unicamente nesse sentido, as referências a Bolívar e a seu legado podem contribuir também, conforme as considerações de Arnoux (2008, p. 76), com a construção de imagens "do outro", de um inimigo "sobre el cual se poyectan todos los aspectos negativos"; algo que seria convocado, segundo a autora, através das referências a Bolívar como uma figura traída e levada à morte. São justamente tais referências as que podem nos apresentar elementos para perceber o funcionamento de uma ruptura com o momento passado que é apresentado como heroico. Vejamos, pois, como em nossos recortes as imagens projetadas sobre Bolívar aparecem relacionadas ao sentido de traição e como esse movimento nos permite, aos poucos, identificar os agentes que são apresentados como os responsáveis por não darem continuidade ao processo independentista do século XIX.

> **SD11 –** *a Bolívar lo expulsaron* y Sucre quiso entrar y no lo dejaron, mandaron un Ejército a San Cristóbal a bloquear la llegada de Sucre que venía con una tropa, pues. Tuvo que regresarse, y él se regresó de San Cristóbal porque dijo lo mismo, no quiero una guerra entre hermanos. Llegó a Bogotá, era 1830, a buscar a Bolívar, a rendirle novedades. Bolívar se había ido, había renunciado también. ¿Por qué renunció Bolívar al gobierno? Por lo mismo que renunció Sucre, *no* los *dejaban* gobernar, ¿quiénes? La *oligarquía* de Bogotá, *la oligarquía* de Caracas, l*a oligarquía* de La Paz, *los ricos* pues que no querían libertar a los esclavos. ¿Cómo los iban a querer libertar, si eran la mano de obra barata en las plantaciones que se adueñaron, de los bienes que dejaron los españoles que se fueron, *la casta de los poderosos*? (HC 246 1A – 05/10/06) (grifos nossos).

Essa sequência nos permite observar a referência a um Bolívar apresentado – num claro paralelismo com o caso de Sucre – como objeto das consequências da ação de um

---

[122] CHAMUCEIRO, Irma. "Bolívar en el discurso de toma de posesión de tres presidentes venezolanos". In SEDANO, M.; BOLÍVAR, A.; SHIRO, M. *Haciendo lingüística. Homenaje a Paola Bentivoglio.* Caracas: Comisión de Estudio de Posgrado, Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela, 2006.

[123] Por isso, em diferentes momentos, nos referiremos a Bolívar como "libertador".

agente que, contrário às propostas do líder independentista, acabou expulsando-o da Venezuela já independente.

Notamos que a expulsão e as ações referidas a impossibilitar o governo por parte de Bolívar são marcadas por verbos conjugados na terceira pessoa do plural – *expulsaron* e *dejaban* –, produzindo o que Indursky (2013, p. 152) chama, no plano discursivo, de efeito de indeterminação de referência do agente. Essa forma, por sua fez, cria o que a autora reconhece como uma "representação elíptica do contrário" que "consiste em apresentar a posição-sujeito não preenchida" (ibid., p. 154). Com base nessas considerações, vemos que nesse fragmento a agentividade daqueles que impediram Bolívar de governar e o expulsaram – os inimigos –, aparece inicialmente indeterminada, sendo, logo em seguida, determinada a partir de um movimento de retomada que preenche o lugar agentivo: o que se dá através da mobilização do sintagma *la oligarquia de Caracas*. Mais adiante, essa referência aparece reformulada é como *los ricos, **pues*** (com esse marcador negritado, que enfatiza o próprio processo de procurar o melhor termo no dizer para construir a referência) e, em seguida, como *la casta de los poderosos*, em clara referência aos membros da sociedade venezuelana que teriam se beneficiado com a saída dos espanhóis daquele território após a independência, "adueñándose de sus bienes" e também do poder político local.

Acreditamos que a referência a essa "oligarquia do século XIX", apresentada como poderosa, contrária aos ideais de Bolívar e, portanto, como inimiga do "libertador" diz respeito, de modo mais específico, ao acontecimento histórico que desemboca na dissolução da unidade colombiana organizada pelo próprio Bolívar e no consequente surgimento do Estado Venezuelano. Para associar essa "traição" a tal acontecimento, escolhemos recorrer a um artigo que Karl Marx, a partir de seu lugar de jornalista, escreveu sobre Simón Bolívar; artigo esse que foi publicado originalmente em *The New American Cyclopedia*[124]. Assim, de acordo com Marx (2008 [1858]), após a unificação das províncias de Nueva Granada[125] e da Venezuela como Grã-Colômbia (1819), e depois do próprio auge político de Bolívar como presidente desse país, surgiu entre os grupos políticos locais um sério antagonismo entre os centralistas, apoiadores da manutenção grã-colombiana com capital em Bogotá, e os federalistas, que não comungavam das

[124] Devemos esclarecer que recuperamos o texto de Karl Marx (2008 [1858]) – já mobilizado no capítulo 1 – devido a sua proximidade histórica com os acontecimentos ocorridos da Venezuela no século XIX e, também, por acreditar que o artigo apresenta elementos de caráter biográfico e histórico que nos satisfazem para a fundamentação de nossas reflexões.
[125] Atual Colômbia.

ideias unitárias propostas por Bolívar e propunham a separação da Venezuela e a elevação de Caracas como sua capital.

Naquele período, diferentes conflitos relacionavam a figura de Bolívar à de um líder que defendia um poder ditatorial e centralizador, o que teria propiciado, de acordo com o próprio Marx (ibid., p. 55), a formação de "uma assembleia de notáveis que reprovou publicamente as ambições de Bolívar", expondo as deficiências de seu governo e declarando a separação entre Venezuela e Colômbia. Assim, o território venezuelano passava a ser governado pelos federalistas. Em clara oposição ao unitarismo de Bolívar, essa elite política local liderada por José Antonio Páez passou, então, a comandar o novo Estado da Venezuela, promulgando sua constituição, criando suas próprias instituições políticas e impedindo que o "libertador" voltasse à sua terra natal em vida.

Embora o processo apresentado se inscreva na história da Venezuela, não há como negar o impacto da figura de Bolívar sobre diferentes camadas da sociedade venezuelana, não importando sua orientação política. Nesse sentido, o recorte discursivo que aqui tomamos nos permite observar a relação entre o "libertador" e essa elite política local, a "oligarquia", destacando o modo como se acreditava que esse grupo tido como "traidor", já ocupando o governo do país, teria passado a significar aquela importante figura da história venezuelana após a sua morte, em 1830.

> **SD12** – Yo me acuerdo, a mí me gustaba mucho venir con Rosita, con Mariíta, estaban chiquiticas, y Huguito, por aquí íbamos a la Casa Natal de Bolívar, caminábamos la antigua Plaza Mayor. Y el año en que trajeron los restos de Bolívar, comenzaron a llamarla Plaza Bolívar, 1842, *la oligarquía trajo los restos de Bolívar, después que lo expulsaron en vida.* Claro, la familia presiona mucho, había mucha presión popular ¿ves? Entonces trajeron los restos de Bolívar y ahí estuvo descansando varios años en la Catedral, y después vino Guzmán Blanco, el general Guzmán Blanco, y mandó a hacer esta estatua, ahí está el año, mira, 1874, ¿verdad? […] Pero entonces *ellos deciden utilizar a Bolívar, y lo usan durante muchos años, ellos que lo traicionaron, lo expulsaron de aquí, entonces empezaron a usar a Bolívar, el mito a Bolívar, lo convirtieron casi en un santo pues, pero para ellos, para explotar al pueblo usando al propio Bolívar* (HC 351 1A – 07/02/10) (grifos nossos).

Devemos recordar que, como já antecipamos, essa edição de *Aló, presidente* foi transmitida diretamente da *Plaza Bolívar*. A fotografia que apresentamos a seguir foi tirada exatamente no dia em que foi ao ar a edição do programa do qual o recorte acima foi retirado

e, para nós, representa bem as referências que encontramos no fragmento de discurso apresentado em SD12.

Imagem 8: *Aló, presidente*, nº. 351, Plaza Bolívar, Caracas: 07/02/10.
Fonte: www.alopresidente.gob.ve

No recorte de discurso que apresentamos em SD12, podemos observar que a referência realizada ao espaço histórico da praça pública e à mudança de seu nome aparece vinculada à crítica que se faz àqueles que são acusados de "inimigos" de Bolívar no século XIX. Essa relação é possível a partir do momento que consideramos o fragmento: *Y el año en que trajeron los restos de Bolívar, comenzaron a llamarla Plaza Bolívar, 1842, la oligarquía trajo los restos de Bolívar, después que lo expulsaron en vida.*

Através desse recorte, notamos que a renomea ção da Plaza Mayor para Plaza Bolívar corresponde à ação daqueles que são determinados como "oligarquia", responsáveis pela "expulsão" de Bolívar da Venezuela. A "renomeação" da praça aparece, então, associada a uma estratégia desse mesmo grupo "traidor" q ue, doze anos após a morte do "libertador", teria começado a utilizar a imagem de Bolívar a seu próprio favor, conforme o que entendemos a partir da leitura do seguinte fragmento que retomamos para facilitar sua leitura:

> *ellos* deciden utilizar a Bolívar, y lo usan durante muchos años, *ellos* que *lo traicionaron*, *lo expulsaron* de aquí, entonces *empezaron a usar a Bolívar*, el mito a Bolívar, lo convirtieron casi en un santo pues, pero para *ellos*, para explotar al pueblo usando al propio Bolívar (SD12).

Observemos, inicialmente, que a designação “oligarquía” é retomada com a mobilização do pronome de terceira pessoa “ellos”, não explicitado antes quando mobilizados os verbos “lo expulsaron” e “trajeron”, que já indicam uma terceira pessoa. Conforme as reflexões de Zoppi-Fontana (1989, p. 80), entendemos que esse emprego pronominal, no trecho de discurso precedente, corresponderia ao que a autora chama de uso “interno à interação” que cumpriria o papel de “objeto de que se fala”. Nesse sentido, compreendemos que ocorre um movimento que tende a focalizar esse referente, projetando sobre ele algumas imagens negativas e associando-o a algo que deve ser rechaçado. De maneira que, em 1842, após a “traição”, “expulsão” e morte de Bolívar, levar de volta a Caracas o corpo do “libertador” e dar à principal praça pública do país seu próprio nome são gestos significados não como homenagens, mas como modos de usar a “popularidade” daquele herói independentista entre os cidadãos para benefício próprio. Daí, a afirmação de que esse mesmo grupo “traidor” tenha mitificado a figura histórica de Bolívar ao transformá-la em um “santo” capaz de fazer com que os milagres acontecessem apenas para essa elite política – algo que, em nosso modo de ver, significa dizer que essa tal elite apoiava-se numa “falsa imagem de Bolívar” para beneficiar apenas um pequeno grupo de pessoas: a própria elite, a oligarquia que havia tomado conta da política venezuelana.

Percebemos que essa mitificação em torno da imagem de Bolívar nos permite pensar o “libertador” como uma figura “usada”, manipulada, devido aos interesses da “elite”. No fragmento que apresentamos a seguir, observamos um paralelismo entre Bolívar e o “povo” que aparece orientada nesse mesmo sentido quando se faz referência à própria exploração que o grupo que havia tomado o poder (a elite) exercia sobre os cidadãos venezuelanos naquele período.

> **SD13 –** *A Bolívar lo expulsaron de Venezuela, lo expulsaron de aquí.* ¡A Bolívar! Mucha gente no sabía eso y, todavía, no lo sabe. Yo me vine a enterar de eso siendo ya oficial, muy joven, estudiando, buscando información. […] Y a nosotros nunca nos dijeron eso. Nos ocultaron la historia. ¡Lo expulsaron, compadre! Está un decreto de expulsión. […] A Bolívar lo expulsaron de aquí, ¡de aquí!, ¿y dónde estaba el pueblo? Porque ésa es la otra cara de la moneda. Al Padre de la Patria lo expulsaron. ¿Y dónde estaba el pueblo que no se alzó, que no salió a defender a su padre, al gran Padre de la Patria? (…) *Al pueblo lo adormecieron, lo adormecieron; lo manejaron, lo manipularon.* Ustedes no ven. Lo voy a repetir también. En la Última Proclama, Bolívar escribe a los

> pueblos y dice: “Mis enemigos abusaron de vuestra credulidad...”. Vean con qué respeto él trata, ya muriéndose, a su pueblo. No le echa la culpa al pueblo, sino a los enemigos. “Mis enemigos abusaron de vuestra credulidad...”; de vuestra buena fe, pues. “Y hollaron lo que me es más sagrado: mi reputación y mi amor por la libertad.” Es decir, *el pueblo fue manipulado, adormecido, confundido, mareado, pudiéramos decir hoy, y no hubo quién saliera a defender a Bolívar.* Y hasta grandes amigos y compañeros le dan la espalda. Y después que muere Bolívar vienen y se abrazan con Páez, con la oligarquía, casi todos, casi todos los generales, los jefes, pues. El pueblo comenzó a despertar, poco a poco, cuando se dio cuenta lo que se le vino encima. Los esclavos siguieron siendo esclavos, los pobres peor que antes, y empezaron a levantarse (HC 351 13A – 07/02/10 (grifos nossos).

O fragmento começa com a retomada e a reiteração de *A Bolívar lo expulsaron*, alcançando a formulação: *¡Lo expulsaron, compadre!*, que enfatiza a dimensão emocional no modo de interpelar o destinatário. Tal funcionamento parece responder, no plano das representações, a um gesto de “intervenção”, tal como apresentamos no capítulo 2, que vai na direção de “recuperar a verdade”, uma dimensão regular no discurso que abordamos e que parece culminar no sintagma: *Nos ocultaron la historia.* E imediatamente, podemos ver que a relação entre “aqueles que expulsaram Bolívar da Venezuela” e “povo” é apresentada em torno daquele mesmo eixo agente-paciente que tínhamos apontado pra o caso de “Bolívar”; isso ocorre devido a que enquanto o elemento negativo é referido como uma terceira pessoa (*ellos*) em posição agentiva, isto é, aquele que realiza as ações com as quais o sujeito do discurso parece não concordar, o elemento “povo” aparece, quase sempre, ocupando a posição passiva *Al pueblo lo adormecieron, el pueblo fue manipulado* . Nesse caso, a atribuição de particípios como *manipulado*, adormecido, *confundido*, *mareado* confluem para explicar a inação: *no hubo quién saliera a defender a Bolívar* . Essa atribuição aparece mitigada, no caso, pela interpretação do que se apresenta como o aquilo que o prócer t eria dito, em discurso direto, ao povo: *Mis enemigos abusaron de vuestra credulidad*,

Interpretamos que a ênfase dada à posição passiva do “povo” contribui a produzir a associação com a figura de Bolívar – também apresentada como sendo “objeto de”: *lo expulsaron* – e, também, a oposição a respeito da elite política venezuelana do século XIX. Esse jogo de representações faz, por sua vez, com que a aproximação entre o “povo” e “Bolívar” apareça, no discurso, significada euforicamente, ao passo que o “inimigo comum”, é sempre representado de modo disfórico. Desse modo, as delimitações traçadas vão ganhando, cada vez, mais nitidez.

Tratando, de maneira mais específica, desse último modo de representação, consideremos o seguinte recorte, no qual é retomada a "mitificação" da figura de Bolívar:

> **SD14 –** estaban inaugurando la plaza, y aquí *la burguesía de paltó y de levita*[126], la que apuñaleó a Simón y lo echó, y después lo utilizó, como ya comentábamos, contra el pueblo, *convirtieron a Bolívar en lo que él no fue, como algunos católicos han convertido a Cristo en lo que él no fue*, Cristo fue un gran rebelde, y por eso murió crucificado, era un anti-imperialista, nació y murió entre los pobres y por los pobres, y con los pobres. Pero hay algunos sectores, la Iglesia Católica conservadora, que convirtieron a Cristo en otro, no el verdadero, el que existió de carne y hueso. *Así pasó con Bolívar, la burguesía lo transformó* (HC 351 3A – 07/02/10) (grifos nossos).

O fragmento precedente nos permite, mais uma vez, observar a concepção de que a mesma burguesia (antes antecipada como oligarquia) que havia traído Bolívar, depois de algum tempo, passou a se apoiar na imagem dessa figura movida por seus próprios interesses. O processo de mitificação aí implícito, nesse caso, é apresentado mediante o estabelecimento de um paralelismo entre o que foi feito com a imagem de Bolívar por parte da *oligarquía* – recuperada, em alguns momentos, como *burguesia*[127] – e a figura de Jesus Cristo tal como foi sendo significada por *la Iglesia católica conservadora*. A exposição desse paralelismo leva a compreender que a elite política teria afastado a figura histórica de Bolívar de sua imagem de *anti-imperialista* – atribuição que mobilizada com relação a Cristo produz certo efeito de anacronismo – e de *rebelde* que lutava com e para os pobres; sentidos que o aproximariam do povo, justo no movimento contrário àquele produzido pela elite que, num processo de mitificação específico, teria "transformado" a figura de Bolívar, conferindo-lhe um lugar de destaque dentro da "aristocracia venezuelana". Em nosso modo de entender, com isso, enfatiza-se que a elite política teria começado a tratar Bolívar como uma figura transcendental, afastando-o de seu caráter humano e elevando-o ao mesmo patamar da elite que dele falava.

Em oposição a essa imagem mitificada – e, de acordo com o movimento que acabamos de observar, "elitizada" – em muitos momentos desse discurso (em alguns dos quais já reparamos oportunamente) detectamos a recorrência de gestos que visam a "humanizar" a figura do "libertador". Esses gestos, de acordo com o que vimos

---

[126] *Paltó y levita* indicam formas de roupa social.
[127] Entendemos que "oligarquia" funciona nesse discurso como uma especificação de "burguesia".

interpretando, vão na direção de projetar sobre essa importante personagem histórica imagens que a aproximem do "povo" e, inclusive, do próprio projeto revolucionário desenvolvido na Venezuela. Vejamos, a seguir, o modo como isso acontece na seguinte sequência:

> **SD15 –** cuentan que iba Bolívar por un camino con la poca gente que lo acompañaba y en una choza muy vieja había una mujer muy vieja a la orilla del camino y el hombre, su mar ido, un anciano, casi ciego los dos, a lo mejor por las cataratas, las enfermedades, el hambre y la miseria y cuentan que venía, venía adelante la vanguardia a caballo por supuesto y *Bolívar venía en una mula, tosiendo mucho, chiquitico y encorvado, lleno de fiebre y temblaba* y le dicen que hay una casa en el camino y que hay unos viejos y entonces cuentan que Bolívar estaba cerca cubierto por una manta y oía que la vieja se paró y le dijo, casi no veía, le dijo al oficial que iba a la vanguardia, "miren es verdad que viene por ahí Bolívar", no se atrevían a decirle. "Yo estoy esperando aquí a Bolívar, quién es Bolívar?" Ella jamás había visto a Bolívar y no le querían decir que iba Bolívar ahí, no, no, por aquí no viene, *Bolívar se consuela, se conduele más bien, le duele y Bolívar se acerca en la mula y se baja y le dice "yo soy Bolívar", y la abraza Bolívar* (HC 246 2A – 05/02/06) (grifos nossos).

O recorte que retomamos em SD15[128] nos permite observar dois movimentos relacionados à referência a Bolívar: num primeiro momento, o gesto de aproximar o "libertador" à imagem de um ser humano comum é percebida a através da mobilização de um conjunto de atribuições que o associam à debilidade humana: *tosiendo mucho, chiquitico, encorvado, lleno de fiebre* e *temblaba.* Logo em seguida, o caráter humano de Bolívar é reiterado através de um gesto que pode ser interpretado como de "generosidade" ao se aproximar da senhora idosa e humilde que gostaria de conhecê-lo. Nesse contexto, no qual a modalidade do "causo" retomaria uma história como "posta" (por circular na memória oral do "povo": *cuentan que*), fato que outorga a ela certa "verossimilhança", o gesto atribuído a Bolívar pode ser entendido como uma atitude sublime oriunda não de um ser mítico, mas sim de um ser humano como qualquer outro; um homem que, mesmo doente, se preocupava com as necessidades dos mais humildes.

[128] Dizemos "retomamos" porque, em outro momento, na seção "Abajo, cadenas", consideramos esse recorte (SD4) para nos concentrarmos sobre outros aspectos de nossa análise.

Nesse sentido, consideramos produtivo apresentar esta outra sequência, que começa com a referência a um texto literário, mostrando, assim, um "Chávez leitor", algo recorrente em seu discurso, segundo as observações de Arnoux (2008):

> **SD16** – fíjate, *Los desdentados*, Andrés Eloy, el gran poeta; estaban inaugurando la plaza; aquí, la burguesía de paltó, el presidente con la banda, y la banda de músicos aquí y toda la burguesía de corbata y de esmoquín, de frac, y detrás de unas matas de éstas, por allá sería, estaban agachados unos viejitos desdentados, por eso se llama "Los desdentados", unos viejitos arrugaditos, flaquitos, viejitos, eran como tres, no sé cuántos, y se reían, y se tapaban porque no tenían diente: ¡Ji, ji, ji, ji, ji! Y se reían ahí calladitos: ¡Ji, ji, ji, ji, ji! Y ¡Ji, ji, ji, ji! ¿Y de qué se reían? Se pregunta el poeta. Se reían del acto pues, del teatro que estaban viendo, porque eran viejitos como de 80 años para 90, y ellos estuvieron con Bolívar el verdadero, fueron soldados de Bolívar, habían sido soldados de Bolívar, y entonces: ¡Ji ji, ji, ji! Y entonces le dice uno al otro, mira, le dice, mira como hablan, la voz de Bolívar cómo la transformaron: "Colombianos, mis últimos votos son..." ¡Ji, ji, ji, ji! *Si él hablaba era chillón*: ¡Gi, gi, gi! *La voz de Bolívar era chillona, punzante, penetrante, como una espada la voz*, no era: ¡Ohhh! No sé qué más. Entonces dicen: *mira, mira la estatua, lo pusieron gigante, y era chiquitiiico así, era chiquitico* ¿verdad? Y no sé qué más. Entonces ellos comparando al que ellos conocieron, y al falso Bolívar que aquí estaba (HC 351 4A – 07/02/10) (grifos nossos).

A referência ao poema *Los desdentados*, de Andrés Eloy Blanco[129], contribui para a construção da imagem de um Bolívar que entra em contraposição com a "pomposidade" com a qual se considera que a elite política venezuelana começara a tratar o "libertador" após levar de volta seus restos a Caracas no século XIX. Mais uma vez, enfatiza-se o caráter "não elitizado" de Bolívar: em primeiro lugar, destaca-se a sua voz, caracterizada como "chillona", isto é, aguda e um pouco desagradável e, em seguida, fala-se sobre a sua baixa estatura, acentuando que o "pai da pátria" era *chiquitico*. A atribuição de tais traços contrariava, segundo o que se diz no próprio recorte de discurso, a representação da imagem de Bolívar (*ao falso Bolívar que aqui estava*) no monumento que a "oligarquia" levantara em sua homenagem na praça histórica do centro de Caracas, em cuja imagem é possível reconhecer um Bolívar suntuoso e de grande porte:

[129] Não foi possível encontrar alguma referencia a esse texto para poder fazer o correspondente registro nesta dissertação.

Imagem 9: Fotografia do monumento a Bolívar. Praça Bolívar, Caracas, Distrito Capital.
Registro de nossa autoria, realizado em julho de 2015.

Em contraposição, inclusive, ao imponente cavalo que compõe o monumento erguido na praça, em SD15, como vimos, Bolívar é apresentado montado em uma mula. A série de gestos que desassociam esse líder independentista de um lugar de imponência (e de superioridade, inclusive), a nosso ver, além de contribuir com construção da imagem de um Bolívar "humano", faz parte de um movimento que busca a "deselitização" de sua imagem e, consequentemente, a aproximação dessa figura histórica ao "povo" que, como já antecipamos, também é apresentado como vítima da mesma oligarquia política.

Retomamos agora a representação de Bolívar sobre a mula que associamos à construção de uma imagem de humanidade, pois parece dar continuidade ao paralelismo estabelecido com a imagem de um "Cristo humano", sobretudo quando colocamos os recortes apresentados em SD15 e SD16 em relação com o seguinte fragmento de discurso, recortado de um programa transmitido a partir do parque histórico de Campo de Carabobo[130], em pleno "domingo de ramos":

[130] O Campo de Carabobo é um parque de caráter histórico e fica localizado na região em que se desenvolveu a "Batalla de Carabobo" (1821), acontecimento que é considerado como a própria concretização da independência venezuelana.

> **SD17 –** En su borriquito, Cristo en su borriquito entró a Jerusalén. Domingo de Ramos, recibámoslo con júbilo en nuestra alma; abramos las puertas, abramos nuestra casa a la palabra y al ejemplo de Cristo, el Redentor de los pueblos; Cristo, el revolucionario; Cristo, el humanista; Cristo, el justiciero; Cristo, el Padre; Cristo, el Hijo y el Espíritu Santo. Bueno, estamos en el Campo de Carabobo porque quisimos venir aquí hoy especialmente a promulgar la Ley de los Consejos Comunales, y es muy simbólico y significativo el sitio y la fecha: coincidencias, felices coincidencias, cristianas coincidencias. He aquí el campo de la Patria. Decía Bolívar, el 24 de junio de 1821, allá en el Cerro Buenavista, desde allá dirigió las operaciones el Padre de la Patria, el Libertador y guía de nuestro pueblo y guía de nuestra revolución. (…). En este Domingo de Ramos, pues, unamos nuestros corazones llenos de amor patrio, de amor por lo que hemos sido, de amor por lo que somos, y de amor por lo que seremos, de amor por nuestro pueblo, por el prójimo; amor cristiano, repito, y verdadero, en este campo, heroico campo sagrado, rindamos tributo a los que aquí dejaron su sangre, y abonaron con su sangre este campo fértil donde nació la Patria, donde nació Venezuela. ¡Campo de Carabobo! ¡Campo de Carabobo! (HC 252 1A – 09/04/06).

Se no recorte apresentado em SD15, Bolívar aparecia montando uma mula, em SD17, vemos que Jesus é quem se senta sobre um animal de baixo porte: um burro. Assim, a representação de Bolívar sentado em uma mula parece se associar à cena bíblica da chegada de Jesus a Jerusalém, dado que, em ambas as cenas apresentadas nos recortes em questão, se focaliza a recepção de um povo, seguidores e admiradores que queriam ver e tocar seu líder. Ainda relacionando os recortes precedentes, entendemos que as características atribuídas a Cristo como redentor, revolucionário, humanista e justiceiro podem ser associadas também a Bolívar, “el padre de la patria”, “el libertador” “el guía de nuestro pueblo y de nuestra revolución”, dado que Bolívar, assim como Cristo, era entendido como aquele que queria o “bem comum”, a justiça e a liberdade. De modo que Cristo e Bolívar não são apresentados como “santos”, mas sim relacionados à rebeldia, pois são considerados, cada um, revolucionários em seu próprio tempo.

Conforme as reflexões Arnoux (2015, p. 361), o reconhecimento da figura de Cristo seguida das referências aos mais humildes como os privilegiados pelo processo revolucionário empreendido na Venezuela são elementos fundamentais na “lucha contra el pragmatismo neoliberal”. Para a autora (ibid.), esse movimento faz com que o “discurso patriótico” e o “discurso religioso” sejam recontextualizados e colocados “al servicio de la discursividad política”, tratando-se de um modo didático de opor os valores do capitalismo ao que no projeto do Chávez se apresenta como “socialismo”. Daí, serem

recorrentes as referências a um Cristo, não exatamente mitificado, mas sim anti-imperialista, revolucionário, rebelde e justiceiro. Arnoux (ibid., p. 395) destaca, ainda, que esses atributos, que excedem os campos religioso e político, além de vincularem a imagem de Cristo à dos próceres independentistas venezuelanos, permitem que se trace uma "continuidad entre el 'auténtico' cristianismo, el bolivarianismo y la revolución bolivariana"[131].

Os recortes de discurso a seguir possibilitam ver de que modo a relação entre os ideais de Cristo e os de Bolívar aparece significada no discurso em *Aló, presidente.* Vejamos a sequência que trazemos, lembrando que o cenário é, ainda, o do "domingo de ramos":

> **SD18 –** Aprovechemos el día de hoy y démosle la bienvenida con las palmas benditas y los cantos, y la alegría, y también con el llanto combinándolo, combinándolo por las cosas que vivimos, carguemos esa cruz, asumamos nuestra cruz, y *vayamos con Cristo, con Bolívar,* que aquí se llenó de gloria hace 185 años, para darle vida al *proyecto cristiano, al proyecto bolivariano,* al proyecto, agregamos, del socialismo del Siglo XXI. Vamos por ese camino, vamos por ese camino, yo les invito a que sigamos redoblando el paso en este proyecto (HC 252 4A – 09/04/06) (grifos nossos).

Passemos, agora, à outra sequência:

> **SD19 –** Hemos entrado al galope, pues, a nuestro febrero rebelde. Y con ello, iniciamos los eventos preparatorios rumbo al memorable día que será el próximo 19 de Abril, vamos preparándonos, fecha que marca el inicio del Ciclo Bicentenario, yo quiero insistir en esto, el Ciclo Bicentenario, esos veinte años que se extenderán desde este 2010 hasta el 2030. Será el ciclo definitivo, el tiempo de nuestra redención suprema, *la era en la cual haremos posible, ahora sí, un mundo nuevo: El socialismo, el Reino de la Justicia, decía Bolívar, el Reino del hombre, decía Cristo. Hacia allá vamos***.** Juntemos todas nuestras banderas, todos nuestros cantos, todas nuestras emociones, pues la batalla será tan larga como hermosa (HC 351 15A – 07/02/10) (grifos nossos).

---

[131] Por "autêntico cristianismo", acreditamos que a autora se refere ao modo como Jesus Cristo e a própria religião cristã é tratada nos discursos de Chávez, uma vez que alguns preceitos cristãos são reiterados como gestos de justiça social. "Bolivarianismo", por sua vez, diria respeito aos ideais independentistas e ao processo político liderado pelo próprio Simón Bolívar, no século XIX. Já a menção à "revolução bolivariana" se refere ao projeto político liderado por Hugo Chávez na transição do século XX para o XXI.

Em ambas as sequencias, vemos materializada a forte associação que vimos abordando entre Bolívar e seu projeto independentista e a figura de Cristo, isso, porque Jesus, assim como "libertador", é entendido como um revolucionário que lutava pela justiça social. De modo que seguir os passos da revolução bolivariana significava, também, seguir os passos de Bolívar e os de Cristo. Trata-se, pois, da reiteração do caminho a ser tomado rumo à construção de um "mundo novo" em que a liberdade reinaria sobre a Venezuela.

Ainda de acordo com Arnoux (2015), a relação entre as figuras de Cristo e de Bolívar se dá não apenas por meio do sentido da justiça, mas também por meio de outros aspectos, tais como a própria "crucificação". Nesse sentido, diremos que embora em alguns momentos do discurso pronunciado por Chávez haja um movimento para "desmitificar" a figura de Bolívar, essa "desmitificação" é feita apenas com relação às imagens que o sujeito do discurso considera que o grupo caracterizado como "oligarquia", "burguesia" ou "elite" teria atribuído ao "libertador" em meados do século XIX – essa "desmitificação" corresponderia, portanto, ao próprio gesto de "deselitização". Assim, a desmitificação da figura heroica se constitui, a nosso ver, como uma ressignificação que mais do que distanciá-la de um lugar mítico, visa afastá-la dos sentidos que, por meio de diferentes gestos da elite política, tida como traidora e cobiçosa, teriam se constituído em torno da imagem de Bolívar.

Observamos, nos discursos de Chávez aqui analisados, a intersecção entre o sacro e o popular à medida que, mesmo relacionando Bolívar à figura de um homem comum e justiceiro, tal qual Cristo o fora, associa-se a imagem do líder independentista à figura de alguém que, em nome de seu ideal, havia se imolado, em uma perceptível referência ao sacrifício cristão. Vejamos como isso aparece no fragmento de discurso que apresentamos a seguir.

> **SD20 –** Carlos Marx tiene razón: "Toda la historia de la humanidad está signada por la lucha de clases...". Cristo murió en la cruz como producto de la lucha de clases. *Bolívar que nació en la clase rica, se pasó para los pobres, y murió también crucificado*, pero murió en su ley, murió en su ley, leal a sus principios. (HC 351 12A – 07/02/10) (grifos nossos).

Esse recorte nos permite notar que a morte de Cristo aparece significada como produto de uma luta de classes sociais; uma luta que também teria sido a razão da morte de Bolívar, que, como já antecipamos, teria sido vítima da traição da elite política venezuelana. Assim, por um lado, teríamos a classe rica, da qual Bolívar é filho e pela qual ele havia sido traído –

classe essa que, no discurso, é sempre significada disforicamente; por outro, a classe dos pobres – colocada numa clara relação de equivalência com "o povo" – defendida pelo "libertador" e, portanto, projetada com sentidos eufóricos. Nesse sentido, no fragmento que abordamos, o paralelismo culmina na afirmação segundo a qual *murió también crucificado.* A partir da apresentação do "libertador" como alguém que lutava pelos interesses não dos ricos dominantes, mas dos pobres necessitados, Bolívar foi condenado à "crucificação"; condenação essa que interpretamos como sendo a expulsão de seu próprio país e a morte no exílio.

Na mitologia cristã, o processo de crucificação – em que a *cruz*, como objeto simbólico, pode representar, de certa forma, a vitória daqueles que condenaram Jesus à morte – aparece sucedido pela etapa da *redenção*, que ocorre com a ressurreição de Cristo passados três dias após o seu padecimento. Esse mesmo processo redentor aparece associado à imagem de Bolívar no recorte a seguir, que dá continuidade a SD20:

> **SD21** – habría que decir hoy, *el verdadero Bolívar ha vuelto, ha retornado, se bajó de esa estatua y anda por ahí, por las calles, entre ustedes,* entre el pueblo, como Cristo. Tú que cargas la cruz: Cristo resucitó y anda por ahí con las banderas de la rebelión de los pobres (HC 351 4A – 07/02/10) (grifos nossos).

Observamos que na linha do paralelismo construído no discurso, assim como a Cristo, atribui-se a Bolívar uma "ressurreição", que, por sua vez, é percebida no momento em que se considera que "o verdadeiro Bolívar", aquele que não se associa às imagens construídas pela oligarquia, *se bajó de esa estatua y anda por ahí, por las calles, entre ustedes*. A referência ao monumento a Bolívar (*se bajó de esa estatua*) presente na principal praça de Caracas mais uma vez é tida como um movimento que permite observar a caracterização negativa da elite política venezuelana. Nesse sentido, observe-se que, no recorte precedente, a estátua aparece associada à cruz de Cristo, o que possibilita notar que o monumento pode ser significado como o símbolo da imolação de Bolívar e da conquista da hegemonia dos políticos locais no século XIX. A "ressurreição" do "libertador", nessa perspectiva, corresponde ao fim desse poder elitista e burguês e à retomada do projeto independentista liderado por Bolívar, o que teria ocorrido apenas com o advento da revolução encabeçada por Chávez, já na transição do século XX para o XXI.

A referência ao "descer" de Bolívar da estátua, portanto, materializa claramente o gesto de "deselitização" da figura heroica que, no presente referido pelo discurso, caminharia pelas ruas entre as pessoas e estaria em todas partes, tal como se afirma na seguinte sequência:

> **SD22 –** Capaya[132], ahí es que dicen que nació Bolívar, dicen que ahí nació Simón Bolívar. Todo el pueblo de Capayá lo dice. Desde los niñitos hasta los viejitos, aquí en Capaya, y ellos tienen su argumentación, Capayá. Bueno, *Bolívar nació en todas partes y vive en todas partes.* (HC 377 1A – 22/01/12) (grifos nossos).

A "onipresença" de Bolívar, em nosso modo de entender, aparece significada como o resultado das ações do próprio governo bolivariano. Ao se afirmar que *nació en todas partes y vive en todas partes*, acreditamos que se acentua a concepção de que a "ressurreição" do "libertador" foi promovida graças à chegada a Revolução ao governo da República que, por sua vez, seria a responsável por levar os ideais de Bolívar, "o verdadeiro", a todos os cantos da Venezuela. Isso significa dizer que o processo de "ressignificação" da figura dessa importante figura histórica promovido durante o governo Chávez visou distanciar essa figura histórica das imagens que a elite política que governara a Venezuela teria projetado sobre o "libertador" após a sua morte, e, nesse sentido, tal distanciamento permitia a popularização – ou a democratização – da imagem de Bolívar e, com isso, a intensificação do imaginário de "recuperação" do projeto independentista que visava a liberdade definitiva para o país.

Retomando o traçado das delimitações de que falamos no capítulo 1, entendemos que era necessário, na transição do século XX para o XXI, estabelecer as fronteiras entre o chamado "governo de elite" e o governo revolucionário; algo que se apresenta como um dos modos encontrados para se colocar em funcionamento todo o imaginário de acordo com o qual o projeto independentista – que, como se acreditava, havia sido calado pelo fato de a oligarquia venezuelana ter levantado sua voz e, assim, governado o país durante várias décadas – seria "continuado" pela Revolução Bolivariana. Sobre essa oposição entre as imagens que se projetam sobre um e outro modelo de país, nos concentraremos na próxima seção deste capítulo, momento em que trataremos da disputa que se trava, no nível discursivo, entre um "antes" e um "agora" em algumas edições de *Aló, presidente.*

---

[132] Povoado localizado no estado de Miranda, na região centro-norte da Venezuela.

3. *Seguid el ejemplo que Caracas dio*[133]

Como antecipamos no início da seção anterior, parece haver, no discurso, a antecipação de um processo de "ruptura" com o movimento heroico (as lutas independentistas do século XIX) que conduzia à independência da Venezuela; essa ruptura, no plano das representações, pode ser associada, em primeiro lugar, ao que se entende como gesto de traição a Bolívar; e, em segundo, ao uso "inadequado" da imagem dessa mesma figura histórica. Ambos os processos, como vimos em diferentes recortes de discurso, aparecem diretamente associados a um referente projetado negativamente: a oligarquia, a elite que "havia tomado" o poder da Venezuela logo após a sua independência e que, ao fazê-lo, não teria dado seguimento aos ideais de Bolívar para a construção de uma pátria livre. Fazemos a retomada de algo que acabamos de ver no item 2 deste capítulo unicamente para introduzir o recorte que apresentamos a seguir, a partir do qual podemos visualizar com mais precisão a caracterização desse grupo político da oposição:

> **SD23 –** Ahí está la Casa Amarilla, sede del gobierno colonial; allá, en aquel balcón, fue que se paró Emparán[134], hace 200 años, se cumplirán 200 años el 19 de abril, y el pueblo aquí, impulsado por líderes, la juventud y algunos otros líderes que tenían ya conciencia nacional. […] Pues de ahí venimos, de ahí viene todo este camino, de ahí viene toda esta historia, pues, toda esta historia viene de ahí. Así pasó, el siglo XIX fue una gran jornada que recorrió todo este continente, pero cuando Bolívar regresa, para hablar de nuestra óptica, a Caracas en 1828, ya estaba liquidado, ya el Gobierno que se había forjado aquí estaba contra él: no quería Revolución, no quería libertar a los esclavos, lo que querían era cambio de dueño, más nada. Y echan a Bolívar y lo mandan a matar, y matan a Sucre, y *forman la República oligárquica, la Cuarta República, para nosotros, y después vinieron nadie sabe cuántas guerras, todo el siglo XIX. Y así llegamos al XX*. (HC 351 10A – 07/02/10) (grifos nossos).

A recuperação da cena fundadora da Venezuela que dá início ao recorte precedente funciona, de certo modo, como um preâmbulo daquilo que, em seguida, é referido como o movimento de traição a Bolívar e a seus ideais: um projeto independentista apresentado como tão bem engendrado que foi indevidamente interrompido pelos interesses da "elite burguesa". Interessa-nos, neste momento, destacar a referência feita à formação de

---

[133] Verso da terceira estrofe de *Gloria al bravo pueblo*, hino oficial da República Bolivariana da Venezuela.

[134] Vicente Emparán foi o último capitão geral da província da Venezuela, havendo renunciado ao cargo em19 de abril de 1810, dia em que se proclama a abertura do *Cabildo* em Caracas e se faz o anúncio da declaração de independência venezuelana.

governos caracterizados como formando uma “república oligárquica”. A esta altura, já entendemos que a referência a esses governos diz respeito à própria elite que, após a expulsão de Bolívar da Venezuela, passou a governar esse país.

Parece-nos pertinente destacar, ainda, que essa república “oligárquica” é, no recorte apresentado, imediatamente retomada como *Cuarta República*, sintagma que designaria os governos de elite por parte de uma oposição, que aparece referida mediante a forma “nós” – em: *para nosotros* –, a qual, no discurso que abordamos, entendemos como fazendo referência ao conjunto de apoiadores do projeto revolucionário liderado por Chávez. Esse movimento, em nosso modo de ver, indica a cisão no cenário político representada pela divisão de dois grupos: por um lado, aqueles que já governaram o país e que são caracterizados como elite; e, por outro, os membros da revolução bolivariana que, compondo o governo do “presente” formulado no discurso, são apresentados na forma de um “nós” – e de acordo com as observações de Zoppi-Fontana (2014) e as de Verón (1987) –, conformariam um “coletivo de identificação” do qual aquele primeiro grupo, construído como um “outro negativo”, não faria parte.

De acordo com Mendes (2012, p. 111), o sintagma “IV República” havia se tornado popular “graças ao movimento bolivariano” e era utilizado para marcar o início de um “regime oligárquico e excludente, cujo epílogo é representado pela democracia de *Punto Fijo* [1958-1998]”. Nesse sentido, essa “Quarta República” teria se estendido do século XIX para o XX, o que significa dizer que todos os governos venezuelanos compreendidos entre 1830, ano de exílio e morte de Simón Bolívar, e 1998, ano em que a Revolução Bolivariana chega à presidência da Venezuela, são p rojetados, no discurso por nós abordado, como “governos oligárquicos”. Entendemos, com isso, que a representação negativa do “outro” diz respeito não apenas aos “traidores” de Bolívar, mas também aos governos *puntofijistas* do século XXe a seus membros.

Não por acaso, como tratamos no primeiro capítulo deste trabalho, o partido político que levou Chávez à vitória nas eleições presidenciais de 1998 se chamava MVR, cujas siglas fazem referência ao *Movimiento V República*, numa perceptível alusão ao rompimento que se proporia com o modo de se fazer política iniciado no século XIX e, também, em referência à reforma que se apresentaria para se fundar uma “Patria nueva”, através da qual a Venezuela retomaria os caminhos que a conduziriam à sua “real independência”, distanciando-se, assim, das medidas políticas, econômicas e sociais de governantes que eram caracterizados como elite.

Assim, face à específica delimitação dessa oposição, a chegada do governo de Chávez, autoproclamado como revolucionário, afiançava a ideia de construção de um *novo rumo* para a Venezuela, rejeitando o modelo dos governos tidos como oligárquicos e todas suas medidas políticas; e apoiando-se, além disso, nos ideais de Bolívar, que seriam "recuperados" pela revolução, fato que fazia prever um futuro próspero para o país.

É nesse sentido que, com base nas reflexões de Zoppi-Fontana (1993, p. 131), pensamos alguns discursos construídos ao redor da oposição entre um passado e um presente – e proferidos a partir de *Aló, presidente* – como discursos que "se dizem fundacionais", pois se constroem como o "lugar do novo positivo, que fecharia definitivamente um passado trágico e que permitiria, então, ver um futuro promissor". E, assim, ainda apoiados nas ponderações da autora (ibid.), diremos que esses mesmos discursos se apresentam como um anúncio de mudança, concebendo o projeto revolucionário bolivariano e sua própria manutenção como condições necessárias para que as transformações com respeito ao passado negativo acontecessem na Venezuela.

Neste momento, nos interessa, portanto, observar alguns sentidos construídos ao redor das referências à dimensão do passado mais imediato que diga respeito, sobretudo, à relação de oposição construída entre o governo bolivariano e aqueles governos que o antecederam durante a chamada *IV República*. Nesse sentido, parece-nos pertinente dizer que, ao longo de diferentes edições de *Aló, presidente* que selecionamos para nossa análise, é recorrente a oposição que se estabelece entre um *antes* e um *ahora* que, respectivamente, se referem a um passado "sombrio" e negativo e a um presente "transformador" e positivo, conforme o que pode ser percebido pelo seguinte recorte:

> **SD24 –** *Anteriormente, [al] pueblo lo mareaban rapidito, lo mareaban, la ignorancia,* como dijo una vez un productor de café, no recuerdo dónde, por allá en unas montañas de Lara [135]: "nos llegó la luz", dijo, "ahora entiendo, ahora entiendo". Él no entendió durante 40 años qué era la vida. Así me dijo, "ahora, sí, entiendo, me llegó la luz pues después de tantos años" (HC 377 2B – 22/01/12) (grifos nossos).

Notamos que a referência ao passado que emerge a partir da mobilização da forma "anteriormente" aponta para uma caracterização negativa de um ponto temporal anterior ao momento de produção do discurso quando se considera que o "povo" era tratado, antes, como "tonto" – *al pueblo lo mareaban rapidito* –; o que nos permite pensar que o

[135] O Estado de Lara é uma das vinte e quatro unidades administrativas da Venezuela e fica localizado na porção ocidental do país, próximo ao lago de Maracaibo.

passado referido é representado como uma fase em que os cidadãos venezuelanos eram, de certa forma, enganados. Esse passado se choca com a referência ao presente, mobilizada, por sua vez, pelo uso do advérbio *ahora*. Entendemos que o que permite essa confrontação é exatamente a narrativa apresentada no discurso, através da qual se retoma a fala – quase toda em estilo direto, o que confere um efeito de verdade ao que se diz e coloca aquele que fala numa posição de "testemunha do passado" – de "um produtor de café", não determinado, que *no entendió durante 40 años qué era la vida*, mas a quem *ahora le llegó la luz*.

Podemos observar que a menção aos "quarenta anos" de ignorância que recai sobre a personagem do relato se apresenta como uma paráfrase da forma "anteriormente", mostrando-se, também, como uma oposição à referência ao "ahora": e, assim, podemos entender as quatro décadas referidas como dizendo respeito ao mesmo período de duração dos governos *puntofijistas* (1958-1998). Nesse sentido, esses "quarenta anos" representariam o *antes*, os anos que, marcados pela enganação e pela ignorância (pela *oscuridad*, como veremos mais adiante), são necessariamente opostos ao *agora*, à chegada da "luz" e do entendimento que, a nosso ver, corresponderia ao próprio momento presente, tal como é apresentado nesse discurso.

Esse presente, apresentado de modo positivo, já que é caracterizado como o responsável por "iluminar" a Venezuela, diria respeito, portanto, ao próprio advento da Revolução Bolivariana no governo da República; revolução essa que se significava como opositora ao projeto político antecessor. Os recortes que apresentamos a seguir nos permitem observar como essa oposição entre um novo e um antigo modelo de país aparece no discurso de *Aló, presidente*, tal como podemos ver na seguinte sequência, retirada da edição de 5 de fevereiro de 2006, na qual se lembrava o aniversário dos acontecimentos de 4 de fevereiro de 1992, que abordamos no capítulo 1 desta dissertação.

> **SD25 –** El 4 de febrero en verdad fue un frenazo [136] al plan neoliberal, a pesar de que nosotros, los jóvenes soldados y los jóvenes civiles, esa juventud que salimos a rebelión un día como ayer [04/02], hace catorce años, no logramos derrocar el gobierno, era imposible que lo lográramos, aquello fue una quijotada, desde el punto de vista racional […] Ya no había marcha atrás, es decir, desde el punto de vista racional, lógico, técnico, militar y político era impensable que nosotros aquél día tumbáramos al gobierno y formáramos un nuevo gobierno ¿de dónde? ¿con quiénes? ¿con quiénes? […] *Bueno, pero en fin, por qué hicimos todo aquello, por qué hicimos todo aquello, repito lo que dije hace un*

[136] Uma forma de brecar, frear.

> *rato, bueno, para romper, romper la oscuridad y buscar un camino nuevo. Dios quiso que se abriera el camino y que un pueblo consciente, noble y valiente como ustedes nos trajera aquí* yo soy aquí producto de todo eso, de la sabiduría de un pueblo que ha asumido esta batalla, esta batalla que este año recrudece, que este año recrudece (HC 246 4C – 05/02/06) (grifos nossos).

Aqui, vemos como a referência ao episódio de 4F permite a construção da oposição entre um *antes/velho* e um *agora/novo* na Venezuela. No modo de apresentar esse acontecimento, chama a atenção que, embora seja tratado como uma "quijotada" ou uma loucura, também é caracterizado como algo crucial para o desenvolvimento da revolução, uma vez que teria sido o elemento que permitira a própria chegada do projeto revolucionário ao governo, algo que é significado como a abertura de um "camino nuevo" que se opõe, de novo, necessariamente ao caminho da "oscuridad".

A compreensão de que a referência desse último modo de dizer recai sobre o *puntofijismo* fica mais perceptível no seguinte recorte:

> **SD26 –** L*o primero que nosotros hicimos fue recuperar la estabilidad, que se había perdido aquí desde los años ochenta.* Por estos días, hoy es 22 de enero pues, por estos días hace veinte años andába mos nosotros haciendo los últimos preparativos para la rebelión del *4 de Febrero, que fue producto del gran, de la gran inestabilidad en la que el país había caído, era una vorágine.* […] La independencia, la estabilidad, sólo gracias a la independencia nosotros hemos recuperado la estabilidad, bueno porque la independencia nos permite tomar medidas políticas, económicas, sociales, dirigidas, inyectadas a... como decíamos antes de llegar aquí, aquí a Miraflores[137], antes cuando andábamos por ahí hablando, yo recuerdo que hablábamos de una bomba, *Venezuela era una bomba, ya había explotado una, pero había otra más grande que estaba a punto de explotar, vinimos a desactivarla y está desactivada, está desactivada* (HC 377 3C – 22/01/12) (grifos nossos).

Nessa textualidade se trata o período político cuja referencia interpretamos que seria o *puntofijismo* – ou, ao menos, a última fase dele – como sendo de *gran inestabilidad* e como uma espécie de *vorágine*, isto é, um turbilhão, uma espécie de frenesi e de desnorteio; caracterização essa que se defronta com a missão da Revolução Bolivariana, que projetava a si mesma como responsável pela "recuperação da estabilidade perdida". Nesse sentido, podemos dizer que se coloca o passado "instável" em choque com a "calmaria" de um presente apresentado como consistente e equilibrado.

[137] Sede da presidência da República localizada na cidade de Caracas, Distrito Capital.

A instabilidade atribuída a esse passado venezuelano é, ainda, percebida por meio da caracterização que se faz da Venezuela como uma "bomba prestes a explodir"; e, em contraposição aos sentidos disfóricos disparados por essa metáfora, aparece novamente a Revolução Bolivariana, determinada como o agente responsável pela desativação da "bomba" e reafirmada como o caminho da "estabilidade".

Assim, ao colocarmos os recortes precedentes em relação, percebemos a reiteração de uma referência a um passado – o antes – pessimista, conturbado e desesperançoso e, ao mesmo tempo, a referência a um presente – o agora – em que se projeta a revolução como o agente estabilizador, promotor do "novo" e o anunciador de esperança para o país. E tomando essas imagens em consideração, devemos observar, ainda, que o contraste que se estabelece entre um "antes" e um "agora" aparece, também, associado à referência que se faz a outros importantes aspectos constitutivos da história venezuelana; tal é o caso, por exemplo, do "rentismo petroleiro" de que já tratamos em nosso primeiro capítulo. No caso do recorte que mobilizamos a seguir, após fazer referência à necessidade de se plantar milho e tomate nos lugares correspondentes – onde convém – o sujeito do discurso passa a afirmar:

> **SD27** – *En fin, estamos empeñados en levantar la producción agropecuaria, porque el modelo petrolero del siglo XX acabó con los campos, los gobiernos que tuvo la Cuarta República abandonaron los campos,* yo hago un llamado a los campesinos, a los productores a que sigan motivándose, sigamos motivándonos para levantar la producción, Venezuela tiene todo: un pueblo trabajador, inteligente, productivo, tiene tierras como éstas, maravillosas, agua por todos lados, recursos, el clima, la ubicación geográfica, las ganas, todo lo tenemos para ser una potencia en este continente, *y algún día nosotros seremos exportadores de alimentos, tú lo vas a ver, Dios mediante* (HC 303 1B – 10/02/08) (grifos nossos).

Conforme o que também antecipamos no mesmo capítulo 1 deste trabalho, desde meados do século XX, a economia da Venezuela se pautou na exploração e na exportação de petróleo, pois a abundância desse hidrocarboneto no país teria levado os diferentes governos a não investirem em outras áreas produtivas. No recorte apresentado acima, podemos observar a referência a esse processo histórico no momento em que se afirma que *el modelo petrolero del siglo XX acabó con los campos, los gobiernos que tuvo la Cuarta República abandonaron los campos*.

Nesse sentido, na sequencia que trazemos a seguir opera uma expansão da compreensão desse processo:

> **SD28 –** Esto hay que decirlo para que lo entendamos mejor cada día, para que todo el pueblo lo entienda: *el Estado estaba secuestrado por las élites, se adueñaron de todo: del petróleo, de los pozos petroleros, de las tierras, de las plantas, para el beneficio de una minoría, esa es una de las causas de la miseria y el atraso de Venezuela*; *la Revolución precisamente lo que hace es revertir eso, rescatar lo que es del pueblo y ponerlo a la orden del pueblo.* […] Ustedes saben una cosa, que yo le he pedido ayuda a la gran patria argentina, granero del mundo, para levantar nuestra producción, porque se requiere un gran esfuerzo y solos no podemos, [...] fíjate la tierra, un arroz maravilloso. […] En la parcela de arroz, aquí se perdió algo, se perdió no totalmente, pero se perdió buena parte, de la cultura del agro, la palabra lo dice agri-cultura, *nos hizo mucho daño entre otras cosas la cultura petrolera*, "el sultanato" como decía Varsavsky, nuestro maestro, nuestro maestro común, el viejo Varsavsky. *A Venezuela la convirtieron en sultanato petrolero, es decir, el imperio mundial nos dio una tarea: "Venezuela produce petróleo más nada y lo demás todo se lo vendemos, pues"; hace poco, hace apenas 10 años el último Ministro de Agricultura de la IV República llegó a decir que la mejor agricultura para Venezuela era la de puertos.* (HC 303 2B – 10/02/08).

A partir da relação estabelecida entre os governos caracterizados como pertencentes à *IV República* e o "modelo petroleiro do século XX", compreendemos que se apresenta a política anterior à dos governos de Chávez, como se curvando diante das exigências do tal "modelo petroleiro" e, por essa razão, a eles é associado o declínio da produção agropecuária, sendo, então, projetados como os responsáveis pelo "abandono do campo" venezuelano e, por conseguinte, pela condenação da economia à dependência da renda petroleira. A esse "antes" que teria condenado a Venezuela também à "miséria", contrapõe-se um "agora" que permite com que, através de um "nós" que representa o "sistema, o Estado, a revolução" (cf. INDURSKY, 2013, p. 85), se projete o governo bolivariano como o responsável por diversificar as fontes econômicas venezuelanas: em primeiro lugar, dando vida novamente àquilo que teria sido rechaçado pelos governos "oligárquicos"; algo que podemos observar no fragmento *estamos empeñados en levantar la producción agropecuária* (SD27) e, depois, no anúncio de um porvir esperançoso para todo o país, conforme o que pode ser visto em *y algún día nosotros seremos exportadores de alimentos, tú lo vas a ver, Dios mediante* (SD27).

Para nós, a série de oposições estabelecidas entre o *antes* e o *ahora* atuam de modo a apresentar um modelo de país concebido pelo projeto bolivariano que se distancia das medidas políticas adotadas pelos governos da *IV República*. De maneira que o eixo *antes-ahora* se constituiria, na verdade, como um elemento necessário para dar sustento à disputa de sentidos que se trava, no campo das representações, entre dois diferentes modelos de país, tal como delimitados nesse discurso: um *velho*, desfavorável e nocivo, e outro *novo*, conveniente e promissor. Percebemos essa contraposição quando, em SD28, primeiro, se reforça a referência negativa ao Estado venezuelano de "antes": *el Estado estaba secuestrado por las élites, se adueñaron de todo: del petróleo, de los pozos petroleros, de las tierras, de las plantas, para el beneficio de una minoría, esa es una de las causas de la miseria y el atraso de Venezuela*. Esse recorte nos permite observar, novamente, o modo como são significados os governos anteriores ao governo revolucionário, caracterizados como egoístas e responsáveis pelos prejuízos vividos pelo país e por seus cidadãos.

Em contraposição, a Revolução Bolivariana aparece caracterizada como o agente capaz de "reverter" esses infortúnios e, acima de tudo, como capaz de restituir o poder ao seu "verdadeiro" dono: o "povo". Se, como já vimos, os governos "oligarcas" eram os responsáveis por não avançarem com a diversificação produtiva da Venezuela, agora, esses mesmos agentes políticos são caracterizados como marionetes do "imperio mundial", pois teriam sido os responsáveis por condenarem o país à monoprodução petroleira, respondendo aos interesses externos. Reforça-se, ainda, que essa condenação é de responsabilidade das elites governistas e o seu "abandono do campo" quando se faz referência à fala de um ex-ministro *puntofijista*, a quem se atribui a ideia de que *la mejor agricultura para Venezuela era la de puertos*, reiterando, assim, o modelo econômico que teria sido implementado pela *IV República*: exportação de petróleo e importação de diferentes produtos básicos.

Numa sequencia que relacionamos ainda às últimas duas, observamos um movimento de exortação à necessidade de mudança:

> **SD29** – *Tenemos que cambiar el modelo rentístico petrolero que nos impusieron aquí: "que Venezuela sólo exporta petróleo, ¡y petróleo y petróleo!, y todo lo demás ¡importado, importado!"* ¡No!, una economía diversificada, productiva, social, socialista tenemos que ir creando. Ésa es la propiedad social (HC 351 3B – 07/02/10) (grifos nossos).

Novamente, a responsabilidade da mudança recai sobre um “nós” – remetendo a um coletivo de identificação, significado como os atores da revolução – que deve apresentar para o país um “novo modelo”, criando a diversificação da produção. Ora, se os governos *velhos*, de antes, são caracterizados como um elemento negativo por atenderem aos interesses do mercado petroleiro mundial – que neste trabalho chamaremos de *agente externo* – condenando a Venezuela à “miséria”, o governo “novo”, de agora, é caracterizado, no campo positivo, como aquele que atende às necessidades do “povo” – *agente interno* –, razão pela qual se faz referência à diversificação da produção e de atividades econômicas através da “propriedade social”, que beneficiaria não apenas uma minoria da população, mas uma parcela considerável, já que por propriedade “social” podemos pensar num bem coletivo.

A concepção de que os governos tidos como “de elite” e que antecederam o governo revolucionário não respondia às necessidades coletivas dos venezuelanos, mas sim ao chamado dos “agentes externos” pode ser percebida, também, neste fra gmento de discurso:

> **SD30 –** Venezuela llegó a tener, por allá en el año 1860 más de 10 millones de cabezas ganado, aquí se exportaba ganado, y sobre todo se exportaba el cuerpo de la vaca, de la res, pues, pero también ganado en pie se exportaba hacia Europa. Esos ríos, el Apure, el Orinoco, eran surcados por barcos; barcos iban y venían, llevando ganado, café, cacao, cuero de res, pluma de garza, hacia Europa, durante siglos. Después *llegó el petróleo y nos impusieron —el imperio yanqui— el modelo monoproductor petrolero, y se acabó casi totalmente la producción del campo, se abandonó la capacitación y la tecnología* ; bueno, el latifundio hizo mucho daño, porque el latifundio impide el desarrollo de los campos (HC 378 1B – 29/01/12) (grifos nossos).

Cabe destacar que a situação de uma economia rentista e dependente já aparecia caracterizada em SD29 como uma “imposição” e aqui é retomada mediante a reiteração da forma *nos impusieron* que nos permite visualizar o confronto (marcado pela desigualdade própria de uma relação de forças) entre duas diferentes instâncias: uma agentiva e outra paciente. Essa última aparece marcada pelo pronome oblíquo *nos*, que diria respeito a um “nós inclusivo” (cf. ZOPPI -FONTANA, 2014, p. 103), já que seu valor referencial seria equivalente a um conjunto do qual aquele que fala também se projeta como parte e que nesse sintagma –*nos impusieron* – nos permite pensar numa referência a “todos os venezuelanos”, conjunto que, reunindo aquele que fala, a partir de

seu lugar de presidente, e aquele que escuta, determinado como "povo", é caracterizado como "vítima" da imposição da indústria petroleira no país.

Já do outro lado do confronto a referência a um agente tido como "dominante", responsável por determinar uma regra aos seus subordinados: o "conjunto de venezuelanos". Notamos, em seguida, que a posição ativa, que é, num primeiro momento, apresentada de maneira elíptica (cf. INDURSKY, 2014) por meio da conjugação do verbo "imponer" em terceira pessoa do plural, logo é preenchida lexicalmente por meio do sintagma *el imperio yanqui*, que aparece entre pausas, entrando nesse dizer como um pré-construído (PÊCHEUX, 2014 [1975]) apresentado como algo já sabido, como uma evidência construída antes, num outro lugar. Assim, a responsabilidade pela "imposição" recai sobre um *agente externo*, isto é, sobre uma figura que, ao exercer seu domínio, não aparece associada em nenhum aspecto ao conjunto de pessoas a ele submetido: os venezuelanos; o que nos permite perceber esse *agente* sendo representado como o "outro" ou como o "inimigo" dos interesses do povo por ele submetido.

Ora, a relação entre esse inimigo externo e os governos "de elite" da *IV República* é recorrentemente enfatizada em diferentes discursos proferidos em *Aló, presidente*, sobretudo quando se faz referência ao "entreguismo" das riquezas venezuelanas promovido pelas administrações políticas de "antes". Observemos de que modo isso aparece significado no seguinte recorte:

> **SD31 –** Unas viviendas que estamos haciendo allá en Haití, aun cuando *la burguesía llena de odio en Venezuela* me diga: "Don Regalón". ¡A mí qué me importa! ¡Díganme como ustedes quieran! "No, que Chávez está regalando el país...". Porque estamos apoyando allá, ¿no? ¿No ves que ellos *son* egoístas?; *ellos le regalaron nuestro país a los yanquis y, si llegaran a gobernar otra vez, para desgracia de este pueblo, volverían a regalarle el país a los yanquis*. ¡Pero qué...! ¡Más nunca volverán! (HC 351 4B – 07/02/10) (grifos nossos).

Notamos nos fragmentos em destaque que a referência ao passado aparece diretamente atravessada pelo presente aí projetado ao se fazer menção ao grupo caracterizado como *burguesía llena de odio en Venezuela*. Com isso, queremos dizer que a referência ao grupo tido como "burguês" que pode ser percebida por meio do presente verbal mobilizado em "¿No ves que ellos *son* egoístas?", logo é retomada com o uso do verbo "regalar"[138] conjugado no pretérito simples "*ellos* le *regalaron* nuestro país a los yanquis".

[138] Em português: "dar de presente"; "presentear".

Entendemos que esse movimento de alternância temporal funciona como um modo de se aproximar a "burguesia" contemporânea ao governo bolivariano àquela elite política que havia governado a Venezuela durante o período que corresponde à *IV República*, que, vale recordar, teria sido iniciada com a traição a Bolívar, conforme o que já apresentamos neste capítulo.

Essa aproximação aparece entafizada em *si llegaran a gobernar otra vez, para desgracia de este pueblo, volverían a regalarle el país a los yanquis*, em que o movimento prognóstico desalentador despertado pelo uso da condicional associado à mobilização da locução *otra vez* nos permite pensar num sentido de "probabilidade de repetição". Em nosso modo de ver, essa associação estabelecida entre o passado e o presente responde a duas necessidades na construção do discurso: primeiro, para enfatizar o aspecto negativo atribuído a um grupo político que, tido como "inimigo", é caracterizado como o promotor da *desgracia de este pueblo*; depois, para estabelecer, uma vez mais, a oposição entre o projeto revolucionário bolivariano e a "elite política".

Por sua vez, no recorte que apresentaremos a seguir, que corresponde à antepenúltima edição de *Aló, presidente*[139], voltamos a presenciar a referência ao que chamamos de "entreguismo ao agente externo" e, novamente, por meio da mobilização do verbo "regalar" que, como acabamos de observar, foi também usado em 2010 (SD31), para fazer referência à ação dos governos tidos como oligárquicos diante das exigências internacionais, sobretudo no que concerne à extração de petróleo. Vejamos o próximo recorte, retirado de um programa transmitido diretamente do estado de Anzoátegui, na região da *Faja Petrolífera del Orinoco*, mais precisamente numa companhia petrolífera nacionalizada, Petromonagas, que antes da nacionalização estava sob a posse de uma empresa estadunidense:

> **SD32 –** Siguen diciendo que yo estoy regalando los recursos de los venezolanos, tratando de sembrar intriga, manipulando y mintiendo descaradamente. Bueno, ayer estaban diciéndolo también, porque nos visitó el presidente Ollanta, y de una vez empiezan: "ahí está Chávez, va a seguir regalando el petróleo, ahora al Perú". *Ellos le regalaban el petróleo a los yanquis, y a estas transnacionales que ahora nos tienen demandados por aquí, demandados por allá.* Por cierto, que se han llevado una sorpresa, ¿no?, *la Exxon Mobil que era la operadora de esta área, bueno, más que operadora eran dueños*: yo venía de Maturín a Ciudad Bolívar y cruzaba esta sabana una vez al mes a presentar exámenes, y, entonces, el General

[139] As três últimas edições do programa foram ao ar em janeiro de 2012, correspondendo aos números 376, 377 e 378 de *Aló, presidente.*

> Comandante de los Cazadores me encomendó buscar terrenos para una maniobra, y me dijo: "Chávez tú que vienes de los paracaidistas y tal, coordíname aquí para que hagamos una maniobra, y queríamos hacer una maniobra por aquí". Al final, la hicimos, ¿no? Pero yo me topé[140] entonces con que no podíamos entrar en un espacio y después me di cuenta porque: la Faja del Orinoco en manos de la *Exxon Mobil, la Conoco Phillips, la Chevron, la BIP, la Total*... ¿cuál era la otra? Bueno, todas las grandes transnacionales del mundo. *Después me contaban hasta los trabajadores más antiguos que les obligaban a hablar inglés* (HC 376 1B – 08/01/12) (grifos nossos).

Observemos que o "beneficiado" pela atividade dos governos de *antes*, aparece novamente referido mediante o registro da forma *yanquis* que, inclusive, parece ser retomado numa operação de correferência mediante a forma *estas transnacionales*. Nesse sentido, a referência à ação que se atribui à burguesia – dar o petróleo de presente aos "yanquis" ou às multinacionais estrangeiras – corresponderia à submissão dos *velhos* governos diante da dominação do agente externo, determinado como sendo os próprios Estados Unidos e a indústria petroleira de capital não venezuelano. Como já antecipamos, esses tais agentes seriam significados como alheios aos interesses dos cidadãos venezuelanos, sendo apresentados como aqueles que atuavam unicamente em seu próprio benefício com o apoio da "burguesia traidora" que esteve à frente do governo venezuelano durante a *IV República* e o *puntofijismo*. Essa retomada que fazemos nos permite compreender alguns sentidos relacionados às seguintes referências: (i) *la Exxon Mobil, que era la operadora de esta área, bueno, más que operadora, eran dueños* (sic.); e (ii) *Después me contaban hasta los trabajadores más antiguos que les obligaban a hablar inglés*. Ambos os fragmentos nos chamam especialmente a atenção porque, associados à concepção de "entreguismo" sobre a qual já nos debruçamos, parecem sugerir que o domínio exercido pelo agente externo – representado pelas petroleiras transnacionais – aparece vinculado a um sentido de "colonização".

Essa nossa leitura é despertada pela mobilização de *eran dueños* e de *obligaban a hablar inglês*, formas que aparecem associadas ao agente externo: aqui representado na figura da multinacional estadunidense Exxon Mobil. Isso, porque, por um lado, ao tratar esse agente não como "operador", mas sim como "dono" da zona produtora de petróleo, projeta-se sobre esse referente a imagem de proprietário, aquele que detém a posse de uma determinada área. Parece-nos importante relacionar o próprio sentido de "propriedade" à concepção de um agente externo caracterizado como *dueño*, já que tal

[140] A expressão pode ser interpretada em português como "me deparei".

associação nos permite pensar na referência a um "proprietário" estrangeiro. Nesse sentido, vale notar que esse mesmo agente externo, ao se vincular à extração de petróleo em território venezuelano, pode ser caracterizado como um explorador de recursos naturais que, em teoria, não lhe pertence.

Mobilizaremos ainda mais uma sequência, que nos permitirá concluir as considerações que vimos tecendo:

> **SD33 –** Recordemos que la faja petrolífera del Orinoco recuperada por la revolución y ahora produciendo ya hoy un poco más de un millón de barriles diarios de crudo, *eso estaba entregado por la IV República a las transnacionales, no pagaban ni impuesto ni casi nada*. (HC 377 3B – 22/01/12).

Essa exploração, ao ser referida novamente em SD33 mediante a forma em destaque: *eso estaba entregado por la IV República a las transnacionales*, *no pagaban ni impuesto ni casi nada,* aparece como sendo benéfica apenas para o explorador-proprietário, o agente externo, e não para o explorado, o próprio país, pois se considera que, com o aval da "elite local venezuelana", nem mesmo o imposto sobre a exploração era pago ao Estado. Essa reflexão nos leva a considerar o que Arnoux (2008, p. 48) considera como uma articulação, que aparece funcionando nos discursos de Chávez, entre um "enemigo externo", que aqui é por nós referido como *agente externo*, e um "enemigo interno", representada pela "oligarquia venezuelana" que agia segundo as ordens provenientes do exterior.

Some-se a isso o fato de, ao retomarmos o recorte apresentado em SD32, faz-se referência ao suposto gesto impositivo da operadora multinacional estadunidense de "obrigar" os seus trabalhadores a falarem inglês. Ora, esse movimento que associa a imposição linguística por parte de um elemento externo dominador e a sua exploração de um recurso natural em um território alheio nos permite pensar que, nesse recorte, ocorre uma **"R**ecuperação" de sentidos regularizados em torno da "colonização da América" para significar o passado vinculado aos governos venezuelanos do século XX. Esse sentido de "colonização"**,** em nosso modo de entender, entraria diretamente em choque com um dos princípios fundamentais da Revolução Bolivariana que, como já antecipamos no primeiro item deste capítulo, tinha como uma de suas bandeiras a "conquista definitiva da independência" para a Venezuela. Nesse sentido, percebemos que oposição *antes-ahora* aparece construída ao redor de um governo que, tido como

revolucionário, projeta sobre os seus antecessores, entendidos como governos "oligárquicos", a imagem daqueles que mantinham a Venezuela em um estado econômico de dependência externa; e, ao se apresentar necessariamente como opositor a esse modelo político, a Revolução se projeta, uma vez mais, como o propulsor da "verdadeira" soberania ao país, não aceitando o "domínio" de agentes externos em território venezuelano.

Essa não aceitação da subjugação ao agente externo, por sua vez, se vincula ao que Arnoux (2008, p. 47) apresenta como um "imaginário independentista" associado à ameaça militar externa, à guerra econômica e à desestabilização política. Entendemos, com isso, que a própria referência ao agente externo vinculado ao sentido que nós preferimos chamar de "colonização" se apresenta, ainda baseando-nos nas reflexões da autora (ibid., p. 79), como uma "fuerza política de la denuncia", que consistiria em apresentar as forças do "imperialismo" sobre a Venezuela no passado e, ao mesmo tempo, interpelar a favor da "nueva independencia".

Podemos perceber, no entanto, que a associação do governo revolucionário com a capacidade de conquistar a "nova liberdade" à Venezuela aparece como um fenômeno aberto, não concluído, e tangenciado pelo fantasma de um possível regresso da velha elite "que sempre cedera às demandas externas" à administração do país:

> **SD34** – *Nosotros no podemos permitir que la derecha venezolana, llámese como se llame, organícese como se organice, vuelva a tomar el poder en Venezuela.* Porque la derecha venezolana, desde la más radical fascista hasta la más, vamos a llamarla políticamente educada, que tiene modales políticos y que se disfraza de democracia cuando le conviene, toda esa derecha tiene un plan, pero ese plan no tiene nada que ver con Venezuela, con el desarrollo de Venezuela; ese plan es el plan imperial que desarrolla el imperio de los Estados Unidos. *Se trata de volver a convertir a Venezuela en una colonia norteamericana*, ese es el plan de la derecha […] (HC 303 4B – 10/02/08) (grifos nossos).

Esse recorte nos permite visualizar a confrontação que se estabelece entre dois diferentes grupos, sendo um deles representado pela forma *nosotros* e, o outro, pela forma *derecha venezolana*. Nesse sentido, a representação de um "nós inclusivo" que corresponderia a todos aqueles que se identificam com o projeto revolucionário, entre cidadãos e membros do governo, diz respeito ao conjunto político que teria a missão de impedir o "retorno" do outro, isto é, da "direita" ao governo. Ao fazer referencia especificamente a esse retorno que desponta a partir de *no podemos permitir que la*

derecha venezolana <u>*vuelva*</u> *a tomar el poder en Venezuela*, se está tratando da mesma "elite política" já caracterizada como "traidora" e "entreguista" que conformava os governos da *IV República* e da ameaça que esse grupo político representa para o país. Sua volta aparece, então, significada como um retrocesso no desenvolvimento da Venezuela e, também, como uma ameaça de retorno das formas de dependência externa, tal como pode ser percebido em *se trata de volver a convertir a Venezuela en una colonia norteamericana*.

Parece-nos interessante observar que ao se referir ao grupo político antes determinado como *oligarquia* ou *elite* caracterizando-o, agora, como *derecha venezolana*, estabelece-se uma relação entre aqueles governos "velhos" e aqueles que coformam o que podemos chamar de oposição política contemporânea ao projeto revolucionário encabeçado por Chávez. Nesse sentido, devemos recordar que, no início deste capítulo, observamos que o discurso de Chávez em *Aló, presidente* podem apresentar referências ao passado que aparecem relacionados a um sentido de "continuidade" e, também, ao de "ruptura"; isso, porque percebemos a projeção do processo revolucionário como aquele que daria seguimento à batalha pela independência protagonizada por Bolívar no século XIX, que teria sido interrompida pela elite política venezuelana, caracterizada como "traidora".

A retomada que fazemos nos permite pensar que, em alguns momentos, a referência ao passado marcado pelo domínio político das elites – que conformavam a *IV República* e o pacto de *Punto Fijo* – funciona como uma maneira de se projetar sobre a oposição política de Chávez a imagem disfórica que vimos abordando, caracterizando-a, como inimiga, como o "outro" que, assim como os políticos do passado, não estaria interessado em atender às necessidades do país e de seus cidadãos. De modo que essa oposição é pensada a partir de outra *continuidade*, pois seriam os responsáveis por dar seguimento ao projeto político "oligárquico" iniciado no século XIX e consolidado pelo *puntofijismo*.

Essa representação da oposição política à Revolução pode ser observada em:

> **SD35 –** <u>*La oligarquía venezolana, en vez de defender la Patria, no, aplauden al enemigo porque ellos son parte del enemigo*</u>. Se dan cuenta. Si alguien tiene dudas vea. El que tenga ojos que vea y el que tenga oídos que oiga: en el enfrentamiento con la oligarquía colombiana ¿de parte de quien se ha puesto la burguesía venezolana? De parte de la oligarquía colombiana contra Venezuela, porque es que *ellos siempre han actuado contra Venezuela*: <u>*Acción Democrática, Copei y todos los*</u>

> *partidos que nacieron de aquel matrimonio histórico horrendo de AD y Copei; y todos estos grupos neofascistas de unos jóvenes que ya son viejos,* […] *Pero toda esa oposición – repito – tiene un plan: convertir a Venezuela en colonia nuevamente de los Estados Unidos ¿Para qué? Bueno para esto, destrozar nuestra economía, frenar el desarrollo nacional, frenar el crecimiento económico nacional*. Entregar de nuevo el petróleo a la Exxon Mobil por eso aplauden a la Exxon Mobil se ponen automáticamente al lado de la Exxon Mobil y no al lado de Venezuela ¿Para qué? Bueno para convertirnos en una colonia y para que nosotros sigamos siendo lo que decía Varsavsky, recordando al maestro argentino-venezolano Oscar Varsavskym un gran pensador socialista "A Venezuela la convirtieron en un sultanato" (HC 303 6B – 10/02/08) (grifos nossos).

Nessa sequência, notamos a caracterização da *oligarquía venezolana* como o próprio "inimigo" no momento em que se afirma que *La oligarquía venezolana, en vez de defender la Patria, no, aplauden al enemigo porque ellos son parte del enemigo*, com esse deslizamento de *la oligarquía* imediatamente retomada por *aplauden* e por um *ellos* correferencial de sujeito na explicativa que segue. Esse grupo é apresentado como incapaz de defender a pátria e sempre se associa àqueles que caminham na contramão do projeto bolivariano desenvolvido no país, nesse caso, representados por dois agentes externos: a oligarquia colombiana e, novamente, a indústria petroleira multinacional.

Mais adiante, percebemos a reiteração da posição disfórica ocupada por essa "oligarquia" em: *porque es que ellos siempre han actuado contra Venezuela*. Nesse enunciado, o caráter negativo atribuído a essa terceira pessoa que configura o espaço do "outro", tende a acentuar a imagem de *inimigo interno* projetada em direção àquele sobre quem se fala: a oposição. O uso do advérbio *siempre* seguido do verbo "actuar" conjugado no *pretérito perfecto compuesto* (PPC), nos permite pensar que a ação que se atribui a *ellos*, ao grupo opositor, se estende ao longo do tempo. Essa interpretação é possível dado que, conforme as considerações de Cartagena (1999, p. 2941) no campo dos Estudos da Linguagem, o próprio uso da forma composta do pretérito perfeito na língua espanhola pode indicar uma ação que, iniciada num ponto do passado, mantém uma relação de "simultaneidad de dicho punto con el momento del habla"; tratando-se, pois, de uma ação passada não totalmente concluída e com "relevância no presente" (cf. GARCÍA NEGRONI, 1999; JARA, 2009). Nesse sentido, podemos dizer que a ação referida pelo PPC no enunciado que destacamos na SD35 nos permite pensar que o comportamento da "oligarquia venezuelana" de atuar contra o seu próprio país é

significado, no discurso, como uma prática que se mantém ativa desde o período da *IV República*.

Os sentidos produzidos pela mobilização desse tempo verbal e do advérbio de tempo devem ser repensados na explicativa encabeçada por *porque* e por uma forma *es que* a qual, na língua espanhola, enfatiza os sentidos de que aquilo se apresenta imediatamente depois aparece como uma evidência incontestável para o próprio sujeito do discurso. Nesse sentido, o fragmento como um todo parece enfatizar a relação de *continuidade* do "velho programa político oligárquico" que se associa à possibilidade do retorno da "direita venezuelana" ao poder. Isso parece se acentuar no momento em que se introduz a especificação que sublinhamos no recorte, considerando que *Acción Democrátic*a e *Copei* – os dois partidos hegemônicos entre 1958 e 1998, período que corresponde ao *puntofijismo* – seriam os "progenitores" de todos os grupos po líticos de oposição à Revolução Bolivariana. Esse mesmo conceito de "origem da oposição" também é percebido em SD36**,** quando se considera que *ellos, Acción Democrática y Copei, y los derivados que allí están, son los mismos con otros rostros* , momento em que se sugere que o antigo projeto desenvolvido na Venezuela continua vivo por meio de "novas caras", novos membros que representariam os interesses da velha elite política venezuelana. Vejamos o recorte:

> **SD36 –** ¿qué opino de la presentación en sociedad de *la oposición* allá en la Asamblea Nacional? Sin ánimo de ser irrespetuoso, todo lo contrario, quiero respetarle pero bueno, digo lo que creo ¿verdad? y lo que todos estamos viendo. *Ellos* se han comportado a su altura, a la altura de su naturaleza, qué más se les puede pedir, si son su propia nulidad, y puse un ejemplo, llegan ahí ahora con un discurso populista, demagógico, ¿eh?, *ellos* que apoyaron todo sin excepción: la eliminación de las prestaciones sociales y la privatización del Seguro Social y le eliminaron las prestaciones a los trabajadores, con la CTV que allí está representada por ellos, Fedecámaras que allí está representada por *ellos, Acción Democrática y Copei, y los derivados que allí están, son los mismos con otros rostros, quedan algunos rostros del pasado*, ¿eh? Ahora *ellos* dicen, ahora, que hay que incrementar el salario, cosa que hemos hecho nosotros todos los años y hoy el salario mínimo en Venezuela es uno de los más altos de América Latina (HC 370 1B – 13/02/11) (grifos nossos).

O recorte precedente nos permite observar que os *nuevos rostros*, os membros da oposição, aparecem, no presente, como os seguidores dos velhos *rostros del pasado* que permanecem como uma ameaça ao desenvolvimento do projeto revolucionário e, como consequência, à própria liberdade da república venezuelana, já que, conforme aquilo que

aparece dito em SD35, esse grupo teria como plano *destrozar nuestra economía, frenar el desarrollo nacional, frenar el crecimiento económico nacional*. *Entregar de nuevo el petróleo a la Exxon Mobil.*

Se, como consideramos no início deste capítulo, a Revolução Bolivariana era significada como o elemento responsável por recuperar o passado heroico referente ao período independentista e, com isso, traçar um "novo futuro" para a Venezuela, projetando-se como "continuadora de uma luta independentista iniciada num passado glorioso" agora, percebemos que a mesma revolução é apresentada como o elemento que impede o retorno de outro passado, marcado pela instabilidade, pela submissão e pela miséria; um passado negativo que poderia voltar caso a oposição ao governo de Chávez voltasse a tomar o poder:

> **SD37 –** *La burguesía, la contrarrevolución*... la Revolución, la Revolución y el Gobierno Bolivariano es garantía de marcha de un país, de progreso y desarrollo de un país (HC 355 4C – 11/04/10) (grifos nossos).

Nesse recorte, vemos como sobre o governo revolucionário é projetada a "garantia do desenvolvimento venezuelano". Tal projeção é, antes, introduzida por uma referência disfórica que recai sobre o outro modelo político – aqui referido, como outras vezes, como *la burguesía* – mediante um sintagma coordenado que coloca em relação de equivalência ambos termos: *La burquesía, la contrarevolución*. . Por fim, numa estrutura coordenada quase paralela, aparece a relação: *la Revolución, la Revolución y el Gobierno Bolivariano.*

Para concluir a análise desenvolvida neste item, trazemos um último recorte, retirado da edição de *Aló, presidente* que foi ao ar em janeiro de 2012, ano de eleições presidenciais na Venezuela (as últimas disputadas por Chávez):

> **SD38 –** *Nosotros y nuestra victoria del 7 de octubre*[141]*, es la más grande garantía para continuar con la estabilidad del país, la estabilidad política, la estabilidad social.* Esa estabilidad es una variable. […] Nosotros venimos de menos a más. O sea cada día tendremos más estabilidad política, cada día tendremos más estabilidad social, cada día tendremos más estabilidad económica, tanto monetaria, financiera, productiva. Estabilidad pues, estabilidad en todos los sentidos. Y sobre la estabilidad es que tú puedes construir, ¿cómo tú construyes en un terreno inestable? ¡Nada! Ni una choza, una churuata, una cosa de esas; ¡no!, se te hunde, se te va (HC 377 1B – 22/01/12) (grifos nossos).

[141] Referência feita à data das eleições presidenciais que aconteceriam no dia 7 de outubro de 2012.

Podemos observar que, a possibilidade da volta de um governo burguês, oposto ao projeto revolucionário, aparece por meio de uma interpelação feita à audiência: a de de que para que algo fosse "construído" no país era preciso garantir a continuação da estabilidade; estabilidade essa que, como já observamos, recai sobre a figura de um "nós" que representa o próprio governo revolucionário e todos aqueles que a ele se filiam. Além disso, esse processo que prevê a estabilidade econômica, financeira, monetária e produtiva para o país aparece também garantida pela vitória da proposta revolucionária nas eleições que ocorreriam no dia 07 de outubro daquele mesmo ano.

Era preciso, portanto, atuar de modo a criar um imaginário negativo sobre esse passado representado pelos governos "de elite" capaz de atuar sobre a ação dos destinatários de *Aló, presidente* e, com isso, impedir o que se entende como sendo o retorno dos governos burgueses. Nesse sentido, considerando as reflexões que realizamos ao longo deste capítulo e as possíveis relações que esses últimos recortes discursivos podem manter com as demais sequências escolhidas para nossas análises, diremos: ao se propor que o eleitor venezuelano escolhesse o "caminho da garantia da estabilidade e do desenvolvimento", propunha-se, também, que esse mesmo eleitor rejeitasse não apenas os governantes da oposição, mas todo o passado apresentado de modo disfórico que, no discurso analisado, aparece representado pela burguesia, pela elite, pelos ricos, pela direita ou pela contrarrevolução; um passado significado como sombrio e instável em que o poder é visto como concentrado nas mãos da elite traidora dos princípios bolivarianos de justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, parece-nos importante retomar algumas reflexões desenvolvidas ao longo desta dissertação, destacando, sobretudo, aspectos que consideramos fundamentais para observar como o trabalho de *recuperação do passado* é produtivo quando pensado em relação às referências feitas, no discurso de Chávez, a acontecimentos e atores do passado venezuelano.

Os capítulos 1 e 2 trataram das condições de produção (CP) que nos permitiram realizar a série de análises desenvolvidas, pois, possibilitaram a interpretação de acontecimentos da ordem da história importantes para compreender o lugar político de Hugo Chávez e de seu governo, projetado como uma instância do processo revolucionário bolivariano e, também, para compreender aspectos da exterioridade inscrita no discurso que abordamos. Assim, no primeiro capítulo, nos debruçamos sobre alguns pontos que, em nossa perspectiva, marcaram, no plano da história, a "turbulência" política vivida pela Venezuela no século XX; acontecimentos que apareceram diretamente relacionados à própria concepção do referido movimento bolivariano, orientando suas práticas e, inclusive, tendo um impacto nas eleições presidenciais de 1998, por meio das quais dito movimento conseguiu chegar ao governo da República via voto popular.

Devemos reconhecer, também, que a escrita desses mesmos dois primeiros capítulos e especialmente do segundo, nos possibilitou mobilizar o dispositivo teórico para a fundamentação da análise a que procedemos no terceiro e último capítulo. Nesse sentido, tratamos de apresentar o programa *Aló, presidente* – do qual recortamos nosso *corpus* – como um canal de aproximação entre o ator político e uma audiência, pensada como "massa" capaz de se constituir, pela interpelação discursiva, como um coletivo de identificação. Um canal que, essencialmente atravessado pelos efeitos da midiatização, permitia uma maior ressonância do discurso do presidente do país e, portanto, do processo de interpelação desse coletivo capaz de apoiar a Revolução Bolivariana.

Concentrando-nos, agora, no capítulo 3, parece-nos relevante esclarecer que a escolha dos versos do hino nacional da Venezuela – composto em 1810 – que dão título às três seções que o compõem parte de um gesto de autoria que de algum modo sintetiza a interpretação que fizemos das sequências discursivas abordadas. Com isso, queremos dizer que, cada um desses títulos foi especialmente pensado, tomando em consideração modos de dizer presentes num objeto simbólico fortemente vinculado à concepção de "pátria", tal como projetada no século

XIX, que colocamos em relação de sentidos com os específicos modos de recuperação do passado que aparecem em cada um dos itens[142].

Inicialmente, “Abajo cadenas” nos permite pensar em uma exortação contra a opressão, contra a condição colonial, isto é, um “grito” em nome da liberdade para o país, o que, a nosso ver, aparece estreitamente vinculado à forma como o sujeito do discurso que analisamos representa o projeto revolucionário bolivariano. Isso, porque, ao ser projetado como “continuador do processo independentista” iniciado no século XIX, esse projeto, do qual o governo é parte fundamental, é apresentado como aquele que se aproxima da dimensão do passado heroico, dando continuidade ao pujante brado pelo fim da dominação e em nome de uma “liberdade definitiva” para o país. De maneira que o verso simbólico e o projeto revolucionário podem ser associados a partir da consideração de que a luta pela independência da Venezuela é apresentada, no discurso, como uma tarefa ainda não concluída nos séculos XX e XXI.

Na sequência, em “El despotismo levanta la voz”, associamos esse verso do hino com a concepção de que a continuidade daquela dimensão heroica projetada sobre a “revolução” dos séculos XX/XXI só é pertinente se considerada em relação a outra representação: a de uma “ruptura” com esse mesmo passado glorioso que teria feito com que o processo independentista ficasse interrompido. Essa interrupção, portanto, é marcada pelo domínio da elite venezuelana que, após “trair Bolívar” e o condenar à morte, teria tomado o poder e, com isso, construindo uma “falsa” imagem da figura do “libertador”. Era preciso, então que a “voz inimiga” fosse confrontada com a “voz da justiça” capaz de apresentar o “pai da Pátria” sob outra perspectiva, sob a perspectiva “revolucionária”, tida como “verdadeira”.

Por fim, tendo o “inimigo” alçado sua voz e dominado a Venezuela, era preciso, ainda, apresenta-lo como negativo e prejudicial para o desenvolvimento do país, uma vez que agia segundo seus próprios interesses e não a favor das necessidades do povo. É nesse sentido que concebemos a última seção do capítulo três, “Seguid el ejemplo que Caracas dio”, em que, a partir de uma oposição estabelecida entre os governos antigos, os inimigos, e o governo revolucionário bolivariano, reforça-se o compromisso desse último em conquistar um melhor futuro para o país. Reitera-se, então que, seguindo o exemplo dos líderes independentistas, o objetivo final do governo revolucionário era abrir os caminhos necessários para que a Venezuela encerrasse definitivamente sua condição de país dependente a que estava

[142] Recomendamos, novamente, a leitura da letra do hino nacional da República Bolivariana da Venezuela (1810) reproduzida no anexo 3.

condenada devido ao modelo de Estado que os opositores, “a elite”, os “governos burgueses” teriam implantando ao longo do século XX.

Os três fragmentos do hino, então, anunciam de modo expressivo as direções do dizer prevalecentes no discurso de Chávez, mantendo inclusive os modos de dizer referidos a um momento histórico fortemente reivindicado por esse discurso.

Expostas as considerações que estruturaram esse último capítulo, neste momento, passamos a tratar de pontos que julgamos importantes de nossa análise e que apontam para algumas conclusões. Reconhecemos, por um lado, que tratar da representação que o sujeito do discurso constrói em torno do governo de Chávez – e, portanto, do próprio projeto revolucionário bolivariano – como continuador do processo independentista iniciado há mais de 200 anos e como o responsável por consolidar a independência venezuelana, nos permitiu reafirmar aquilo que já foi considerado por outros estudiosos. Esse mesmo movimento, por outro lado, nos possibilitou observar que esse processo de “continuidade” aparece se confrontando com outro de ruptura que, no plano das representações, é apresentado como pré-construído e, portanto, como dado e inegável. Percebemos que esse confronto é projetado num jogo de relações de força que, de algum modo, apresenta e intensifica uma oposição entre um *nosotros* e um *ellos* que, no discurso abordado, é construída por meio de diferentes gestos que apontam para a cisão do cenário político venezuelano – conformado, de um lado, por aqueles capazes de garantir um futuro próspero para o país (a revolução e todos os seus apoiadores); e, de outro, por aqueles que são recorrentemente apresentados como o “outro”, o inimigo/opositor (a elite, os governos burgueses, a oposição política) a quem é atribuída uma série de fatores tidos como nocivos para o país.

Compreendemos, nesse sentido, que as referências a acontecimentos e “figuras” do passado venezuelano fazem da recuperação um trabalho bastante produtivo para a delimitação dos lugares atribuídos a um e a outro modelo político, por meio de gestos que tendem a reorganizar sentidos da ordem da história com o objetivo de detratar o adversário, apresentando-o como uma ameaça à prosperidade do país, e ao mesmo tempo, legitimar o lugar do projeto revolucionário no governo da República.

Assim, entre os diferentes gestos – que conformam o trabalho de recuperação do passado, aqui interpretado como um procedimento regular no discurso de Chávez – que acreditamos que contribuam para o estabelecimento de delimitações entre diferentes modelos de Estado e concepção de país, queremos nos referir ao que chamamos de *rememoração* (que

poderíamos reescrever como *re-memoração*) da figura de Bolívar. Recuperar, pelo discurso, a imagem do "libertador" é, a nosso ver, ativar as representações predominantes no funcionamento discursivo da memória sobre a própria história de formação do país para submetê-las à discussão na direção de que outros sentidos venham a instalar-se e prevalecer. Nessa perspectiva, entendemos que a rememoração da figura de Bolívar, que apresentamos, sobretudo, no item dois do terceiro capítulo, aponta para uma atualização dessa figura histórica – fato que possibilita, inclusive, a ressignificação de alguns sentidos.

Tal ressignificação, como vimos, parte de uma necessidade de "desmitificar" essa importante personagem da história venezuelana, afastando-a do lugar que, segundo o sujeito do discurso, lhe teria sido atribuído pela elite. Nesse sentido, como já afirmamos, essa desmitificação funciona no sentido de uma deselitização. Era preciso recuperar "Bolívar" aproximando-o do povo, isto é, "democratizar" sua imagem de modo a que todos aqueles que conformassem o coletivo de identificação relacionassem os princípios revolucionários e de justiça social à figura do "libertador, construindo um imaginário de que as causas de sua luta eram as mesmas da "revolução". Cabe, nesse aspecto, dizer que o que há nesse discurso também pode ser chamado de mitificação, porém ressignificada, mediante uma apropriação da figura bolivariana que retoma, numa combinatória peculiar, sentidos filiados a outra memória[143] que são entrelaçados a saberes consolidados em torno do cristianismo, de forte circulação num país católico – fato que contribuiria a acelerar e garantir essa ressignificação. Nessa direção, parece funcionar de modo eficaz o processo pelo qual sentidos cristãos – que funcionam como (con)sabidos – são recolhidos pelo sujeito do discurso ao aproximar a figura de Bolívar à de Cristo. O gesto permite a antecipação do herói nacional como uma figura humilde e, sobretudo, defensora dos mais necessitados e, também, do "bem comum". Desse modo, o paralelismo construído ao redor de Bolívar e, portanto, do povo (ambos, vítimas de um inimigo comum), quando associado à mitologia cristã, visa à necessidade de sacrifícios sem os quais a conquista da redenção, do "reino da paz e da liberdade", seria impossível. Tudo isso nos leva a compreender que a rememoração da figura de Bolívar responde a um movimento que, ao recuperar e atualizar o grande prócer da pátria venezuelana, busca significar (e validar) a própria causa revolucionária empreendida a partir do século XX.

A *presentificação* pode ser vista como outro gesto[144] de recuperação do passado bastante produtivo para a delimitação traçada no discurso entre um "*nós* – governo

---

[143] Que o associa à luta pelas independência, liberação e unidade latino-americana, dentre outros.

[144] Quando damos nomes aos "gestos", não queremos classificá-los, pois reconhecemos que não há claras delimitações entre eles.

revolucionário/povo" e o "*eles* – opositores/inimigos", aqui já abordada. Essa presentificação a que nos referimos corresponde a um movimento de delimitação de uma *alteridade temporal*[145] que se manifesta mediante a oposição estabelecida entre um "antes" e um "agora". Destacamos, então, o modo como o sujeito do discurso representa um passado que deve ser rejeitado em contraposição com um "presente". Observamos que os sentidos disfóricos atribuídos ao "antes", aos governos passados, é bastante recorrente no discurso que abordamos, o que, a nosso ver, corresponde a um movimento de repetição que, no plano das representações, procura instalar uma regularidade na memória. Ao representar os governos do século XX, o sujeito do discurso presentifica constantemente alguns acontecimentos do passado que relaciona com a debilidade socioeconômica da Venezuela (o abandono da produção agropecuária, as privatizações, uma série de decisões vinculadas ao rentismo petroleiro e à consequente entrega da riqueza nacional a agentes externos), sempre reiterando o lugar de submissão ao qual os governos de "antes" condenaram o país.

Devemos voltar a assinalar que esse passado negativo é apresentado, no discurso, como uma ameaça ainda presente, materializada na figura da oposição política contemporânea, tida como herdeira dos governos de elite que dominaram a Venezuela durante o século XX. Ora, diante dessa constante ameaça, a presentificação do passado negativo funciona, então, como um gesto capaz de interpelar a sociedade venezuelana (sobretudo aqueles setores que conformam o coletivo de identificação) a não permitir o retorno de um modelo político "nocivo", o que se daria apenas com a manutenção da revolução bolivariana no governo, opção vista como a única garantia de "estabilidade" e de construção de um futuro promissor. Compreendemos, com isso, que as fronteiras imaginárias (PAYER, 2006) estabelecidas entre um "antes" e um "agora" (o presente, tal como construído no discurso), correspondem à necessidade de legitimar o lugar da Revolução, que, estando no governo, responderia ao princípio fundamental formulado por Bolívar, segundo o qual *el sistema de gobierno más perfecto es aquel que produce mayor suma de felicidad posible, mayor suma de seguridad social y mayor suma de estabilidad política* (BOLÍVAR, 2003 [1819])[146].

Por fim, acreditamos ser importante finalizar esta dissertação considerando que o trabalho de organização imaginária que funciona no discurso abordado a partir da mobilização

---

[145] Authier-Revuz, (1998) retomada por Payer (2006).

[146] Apresentamos aqui um fragmento do "Discurso de Angostura", pronunciado por Simón Bolívar no dia 15 de fevereiro de 1819 na ocasião de um congresso realizado na cidade desse nome, atual Ciudad Bolívar (estado de Bolívar). De acordo com Uslar Pietri (2015 [1981]), essa foi a segunda reunião constituinte ocorrida na Venezuela e, nela, decidiram sobre "la reunión de Nueva Granada y de Venezuela en un grande Estado" (ibid., p. 45), legitimando Simón Bolívar como seu presidente.

de diferentes gestos de recuperação do passado nos permitiu observar a *tomada de posição* por parte do sujeito do discurso – como fruto de uma reduplicação de sua identificação com a causa que defende, tal como diria Pêcheux (2014 [1975]) – que, como antecipamos no item 4 do capítulo 2, produz uma "intervenção" sobre sentidos regularizados na memória discursiva que dizem respeito a acontecimentos e, também, a atores do passado. Com isso, não podemos e, sobretudo, não queremos afirmar que essa intervenção que propusemos como acontecendo no plano das representações atinge o real funcionamento da memória discursiva. De modo que não é nosso objetivo considerar o fato de se esse processo conduziu a um deslocamento capaz de regularizar uma nova série de sentidos; o que sim podemos ressaltar é o gesto político que expressivamente atravessa o discurso abordado.

Reconhecemos, neste ponto de nosso trabalho, que outros caminhos poderiam ter sido seguidos, caso tivéssemos – por exemplo – colocado nossas SDs em relação com outras, extraídas de edições do programa *Aló, presidente* transmitidas entre 1999 e 2006. No entanto, o fato de ter-nos concentrado nessa fase mais tardia dos mandatos de Chávez como presidente da Venezuela (2006-2012), nos quais o trabalho de recuperação do passado poderia não estar tão presente porque poderia se pensar que ele já se consideraria "feito" ou não adequado para esse momento, vem reforçar nossa interpretação sobre a importância desse aspecto no discurso abordado. Nesse sentido, acreditamos que esta pesquisa nos permitiu confirmar que o discurso de Chávez se articula sobre uma construção discursiva do tempo a partir da qual o presente é constantemente atravessado pelo passado que indica, simultaneamente, o que deve ser feito (na linha dos sentidos traçados pela dimensão heroica) e o que não deve ser feito (na linha delimitada pela dimensão do passado mais recente) para a conquista de um futuro diferente.

Nessa perspectiva, confirmamos uma proposição inicial, registrada em nossa Introdução, segundo a qual a reflexão sobre os gestos políticos de Chávez se esbarra necessariamente numa reflexão sobre o "uso da palavra" por parte desse ator político. Através desse "uso", conseguimos aludir a um dado "saber" por parte daquele que fala sobre o trabalho que precisava realizar, através do discurso, para interpelar os venezuelanos e, com isso, traçar o caminho que os conduziria à construção de uma "nova realidade" para o país. Isso significa dizer que, embora não possamos confirmar uma mudança no real do sentido, a proposta de mudança – que sempre pautou o projeto político liderado por Chávez – aparece regularmente presente na formulação de seu discurso como um eixo condutor sempre orientado na direção de "impulsar as transformações necessárias" para a construção de "novos

tempos” para a Venezuela. De fato, um reconhecimento final é necessário neste encerramento: Chávez “sabia” que era importante *(re)fazer memória* para produzir mudança.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. “Memória e produção discursiva do sentido”. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes, 2ª ed. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-22.

ARFUCH, Leonor. “Memoria e imagen”. In: *Educação e Realidade*, v. 37, n. 2. Porto Alegre, maio-agosto, 2012. p. 399-408.

ARISTÓTELES. *Póetica*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. *El discurso latinoamericanista de Hugo Chávez*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. “Las fronteras políticas: “Socialismo del siglo XXI” y capitalismo en la profundización del proceso venezolano (Hugo Chávez, 2004-2008)”. In *La Rivada*, v. 1, n. 1, dezembro de 2013. Universidad Nacional de Misiones. p. 1-31.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. “La dimensión didáctica en la construcción del Socialismo del siglo XXI: Los discursos de Hugo Chávez”. In: ARNOUX, E. N.; ZACCARI, V. *Discurso y política en Sudamérica*. Buenos Aires: Biblos, 2015. p. 359-402.

BAIZ QUEVEDO, Frank. “Hugo Chávez: la elocuencia del silencio”. In: *Revista De Signis*, n.2, Barcelona, abril de 2002, p. 345-356.

BENVESNITE, Émile. *Problemas de lingüística general*. Vol. II. 15ª ed. México: Siglo XXI, 1999 [1974].

BERMÚDEZ, Nicolás. “La palabra política en el Bicentenario: rememorar y decir”. In *Anclajes*, n. 15, julho de 2011. p. 1-14.

BOLÍVAR, Adriana. “La construcción discursiva de la Revolución Bolivariana. Polarización y manipulación en la campaña electoral de 2012”. In: *Temas de conyunturas*, n. 67, janeiro de 2013. p. 131-163.

BOLÍVAR, Simón. *Discurso de Angostura*. Biblioteca Virtual Universal, 2003. Publicado originalmente em 1819, no jornal Correo del Orinoco. Disponível em: < http://www.biblioteca.org.ar/libros/1230.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRITO FIGUEROA, Federico. “Meditaciones en torno a los documentos para una biografía de Ezequiel Zamora”. In: CORDERO NEGRÍN, D. (comp.). *Ezequiel Zamora: General del pueblo soberano*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2004. p. 13-35.

CARRIZALEZ NAVA, Pablo José. *O gás natural como indutor de desenvolvimento na Venezuela: uma leitura à luz de Bambirra, Dos Santos e Marini*. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Energia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CARTAGENA, Nelson. "Los tiempos compuestos". In: BOSQUE MUÑOZ, I; DEMONTE BARRETO, V. *Gramática Descriptiva de la lengua española*. Vol.II. Madri: Espasa Calpe, 1999, p. 2937-2975.

CELADA, Maria Teresa; FANJUL, Adrián Pablo. *Língua(s) e política. Conceitos e casos no espaço da América do Sul*. São Paulo: Edusp, no prelo.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2015.

CHÁVEZ, Hugo. *Propuesta del candidato de la patria Comandante Hugo Chávez para la gestión socialista 2013-2019*. Comando de Campaña Carabobo, 2012.

CONEIN, Bernard. "Descrever um acontecimento político". In: CONEIN, B. et al. *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 87-102.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard (supervisão). São Carlos: Editora da UFSCar, 2014 [1981].

DAGATTI, Mariano. "Aportes para el estudio del discurso político en las sociedades contemporáneas. El caso del kirchnerismo". In: *De Signos y sentidos*, n. 13, Santa Fe, Argentina, Ediciones UNL, 2012. p. 52-82.

DAGATTI, Mariano. "Refundar la Patria. Los legados del primer kichnerismo". In: ARNOUX, E. N.; ZACCARI, V. *Discurso y política en Sudamérica*. Buenos Aires: Biblos, 2015. p. 165-200.

DAGATTI, Mariano. "Volver al futuro. Los refundaciones discursivas en la Argentina contemporánea (2001-2015)". In: *Pensamiento al margen*. Revista digital, n. 6, 2017. Disponível em: <http://www.pensamientoalmargen.com>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

ERLICH, Francis. "Características y efectos del discurso autocentrado en Aló, presidente". In: *Boletín de Lingüística*, v.17, n.24. Caracas, 2005a.

ERLICH, Francis. "La relación interpersonal con la audiencia: El caso del discurso del presidente venezolano Hugo Chávez". In: *Revista Signos*, v.38, n.59. Valparaíso, 2005b.

ESCUDERO, Lucrecia. "La comunicación política. Transformaciones del espacio público". In: *Revista De Signis*, n.2, Barcelona, abril de 2002. p. 9-14.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

GARAY, Juan; GARAY, Miren. *La Constitución Bolivariana*. Caracas: Corporación AGR, S.C., 2006.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. “El enigma de los dos Chávez”. Publicado originalmente em Cambio Colombia, 1999. Revista Anfibia, Universidad Nacional de San Martín. Disponível em: <http://revistaanfibia.com/cronica/el-sol-de-tu-bravura/>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

GARCÍA NEGRONI, María Marta. “La distinción Pretérito Perfecto Simple y Pretérito Perfecto Compuesto. Un enfoque discursivo”. In: *Revista Iberoamericana de discurso y sociedad*, v. 1, n. 2, Barcelona, junho de 1999, p. 45-60.

GARCÍA NEGRONI, María Marta; ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Análisis lingüístico y discurso político. El poder de enunciar*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1992.

GIUSSEPE ÁVALO, Andrés Ramón. *Visión petrolera de Hugo Chávez. Teoría socialista sobre la política petrolera venezolana*. Caracas: Editorial Metrópolis, 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

HART, Tomás. “Del discurso de Perón al baile en el balcón”. In: *Derrocando a Roca*, 14 de dezembro de 2015. Disponível em <http://derrocandoaroca.com/2015/12/14/del-discurso-de-peron-al-baile-en-el-balcon/>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

HENRY, Paul. “Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux (1969)”. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 11-38.

HUYSSEN, Andreas. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. In: *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.

INDURSKY, Freda. “Lula Lá: estrutura e acontecimento”. In: *Organon*, n. 35, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. p. 101-121.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

IZARRA, William E. *Del MBR200 al MVR*. Plataforma Unitaria, Centro de Estudios e Investigación de la Democracia Directa 2004. Disponível em: <https://revolucionbolivariana.org.mx/PDFs/MBR200.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2018.

JARA, Margarita. “El pretérito perfecto simple y el pretérito perfecto compuesto en las variedades del español peninsular y americano”. In: *Signo y Seña*. Buenos Aires, n. 20, 2009, p. 257-277.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. 1998. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 1998.

LANDER, Luis Edgardo. “Las continuidades y rupturas en la historia del petroestado rentista venezolano”. In CORONIL ÍMBER, Fernando. *El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Editorial Alfa, 2013. p. 9-23.

LANDER, L. E.; LÓPEZ MAYA, M. “Venezuela. La victoria de Chávez. El Polo Patriótico en las elecciones de 1998”. In: *Nueva Sociedad*, 160. 1999, p. 4-19.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. “Análise sintática e paráfrase discursiva” (1982). Trad. Cláudia Pffeifer. In PÊCHEUX, Michel. *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Seleção de Eni P. Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 163-173.

LÓPEZ, Gerson. “Chávez versus medios: ¿Una batalla simbólica?”. In: *Revista Venezolana de Ciencia Política*, n.38, julho/dezembro, 2010, p. 31-52.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del Viernes Negro al referéndum revocatorio*. 2ª ed. Caracas: Alfa Grupo Editorial, 2006.

LÓPEZ MAYA, Margarita. “Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo”. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v.14, n.13, setembro/dezembro, 2008, p.55-82. Caracas, Universidad Central de Venezuela.

MARX, Karl. “Bolívar y Ponte”. In: *Simón Bolívar por Karl Marx*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2008. [1858].

MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto – O movimento bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda, 2012.

MÉNDEZ, Ana Irene. *Democracia y discurso político*. Caldera, Pérez y Chávez. Caracas: Monte Ávila, 2004.

NORA, Pierre. *Lex lieus de mémoire*. Trad. Laura Masello. Montevidéu: Ediciones Trilce, 2008 [1984].

OLIVEIRA, Inácio Rodrigues de. *O gênero causo: narratividade e tipologia*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Prefácio”. In: *Discurso Fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 7-9.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Sobre tipologia de discurso”. In: *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso. São Paulo*: Brasiliense, 1983. p. 191-213.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Vão surgindo sentidos”. In: *Discurso Fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Pontes: Campinas, 1993. p. 11-30.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. 12ª ed. Campinas: Pontes, 2015. [1999].

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Recursos do futuro”. In: *Discurso em análise – Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2012. p. 143-150.

PAYER, Maria Onice. “Memória discursiva dos imigrantes: da constituição à representação”. In: *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso (AAD-69)”. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma Análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani (et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1969]. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, Michel. “O estranho espelho da análise do discurso”. Prefácio. In: COURTINE, J. J. *Análise dos discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014 [1981]. p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Pontes: Campinas, 1990 [1988].

PÊCHEUX, Michel. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 19, Campinas, p. 7-24, julho/dezembro, 1990.

PÊCHEUX, Michel. “Papel da memória”. In ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes, 2ª ed. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-22.

QUEVEDO, Luis Alberto. “Videopolítica y cultura enn la Argentina de los noventa”. In: WINOCUR, Rosalía (coord.*). Culturas políticas a fin de siglo*. Cidade do México: Juan Pablo Editor, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1997. p. 53-76.

RINESI, Eduardo. *Seducidos y abandonados. Carisma y traición en la “transición democrática” argentina*. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 1993.

RINESI, Eduardo. *Ciudades, teatros y balcones*. Buenos Aires: Paradiso, 1994.

ROMERO, Juan Eduardo. “El discurso político de Hugo Chávez (1996-1999)”. In: *Espacio abierto, Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 10, n. 2, 2001, Maracaibo, p. 229-245.

ROMERO JIMÉNEZ, Juan Eduardo. “Algunas claves para comprender el discurso político de Hugo Chávez (1998-2004)”. In: *RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, v. 5, n. 1, 2006, Santiago de Compostela, p. 199-214.

ROSA GUALDA, R. J. The discourse of Hugo Chávez in “Aló, presidente”: Establishing the Bolivarian Revolution through television performance. 2012. Tese (Doutorado) – The University of Texas at Austin, 2012.

SANÍN (Alfredo TARRE MURZI). *Venezuela Saudita*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 1978.

SAER, Juan José. *El entenado*. 3ª ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2002.

SARLO, Beatriz. “Siete hipótesis sobre la videopolítica”. In: *Instantáneas. Medios, ciudad y costumbres en el fin de siglo*. 2ª ed. Buenos Aires: Ariel, 1997. p. 149-160.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.

SEABRA, Raphael Lana. *A via venezuelana para o socialismo*. Curitiba: Editora CRV, 2014.

SILVA, Carlos. “Un día en la vida discursiva de Hugo Chávez”. In: BOLÍVAR, Adriana; KOHN, Carlos (org.). *El discurso político venezolano. Un estudio multidisciplinario*. Caracas: Comisión de Estudios de Posgrado, FHE/UCV, Fondo Editorial Tropikos, 1999. p. 199-210.

SOTO ROJAS, Fernando. “Prólogo”. In: GIUSSEPE ÁVALO, A.R. *Visión petrolera de Hugo Chávez. Teoría socialista sobre la política petrolera venezolana*. Caracas: Editorial Metrópolis, 2014. p. 9-19.

SCHEIDT, Eduardo. “Revolução Bolivariana nos discursos de Hugo Chávez”. In: *Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina*, São Paulo, n. 11, p. 155-193, jul./dez. 2013.

TINKER SALAS, Miguel. *Una herencia que perdura: Petróleo, Cultura y Sociedad en Venezuela*. Caracas: Editorial Galac, 2013.

USLAR PIETRI, Arturo. “El mensaje de Angostura”. In: *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, n. 51, p. 35-46, outubro de 2015. Disponível em: <https://revistas.upb.edu.co/index.php/derecho/article/view/5385>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019. [Original publicado em 1981].

VERÓN, Eliseo. “La palabra adversativa. Observaciones sobre la enunciación política”. In: VERÓN, E. et al. *El discurso político: lenguajes y acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette, 1987.

VERÓN, Eliseo. “Mediatización de lo político: Estrategias, actores y construcción de los colectivos”. In: *Hermès* 17-18. Communication et politique. Trad. Alberto Luis Bixio. Barcelona: 1998. p. 220-235.

VERÓN, Eliseo. “Mediatización de la política: Discursos em conflicto, cruces y distinciones”. Entrevista feita por M. E. Qués e C. Sagol. In: *De Signis*, n. 2, Barcelona, abril de 2002.

VERÓN, Eliseo. “Teoría de la mediatización: Una perspectiva semio-antropológica”. In: *Mediatization of communication*, 2014, vol. 21, p. 163.

VILLA, Rafael A. D. “Venezuela: O projeto de refundação da república”. In: *Lua Nova: Revista de cultura política*, n. 49. p. 135-159.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. “El terceiro excluído: de los exilios de la lengua”. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 16, p. 75-96, janeiro-junho, 1989.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. “Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações”. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso Fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Pontes: Campinas, 1993. p. 127-149.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. *Cidadãos modernos: Discurso e representação política*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Constituições da República

VENEZUELA. “Constitución de la República de Venezuela”, de 23 de janeiro de 1961. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/legislatina/normasyreglamentos/constituciones/Venezuela1961.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

VENEZUELA. “Constitución de la República Bolivariana de Venezuela”. In: *Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela*, n. 36.860, 30 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/registrocivil/uploads/repoDocs/62f851f23b128c8c39d4bf117e0009ae16c267b2_1293028542.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

Juramento de posse (presidentes da Venezuela)

Toma de posesión presidencial de Rómulo Gallegos, 17 de fevereiro de 1948. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u8krnoKCgc0> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

Toma de posesión presidencial de Carlos Andrés Pérez, 02 de fevereiro de 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=teGaXqsZY6I> . Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

Toma de posesión presidencial de Octavio Lepage, 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tSgIcud0RN8> . Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

Documentos de *Aló, Presidente* e poema “Rendición”

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Servicio Bolivariano de Comunicación e Información. Aló, presidente. Disponível em: < http://www.alopresidente.gob.ve/n>. Acesso em: 2016- 2018.

VENEZUELA. Instituto de altos estudios del pensamiento del comandante supremo Hugo Rafael Chávez Frías. “Todo Chávez”. Disponível em: <http://todochavez.gob.ve>. Acesso em: 2016-2018.

Imagens fotográficas e capas de jornais

Imagens 1, 2 e 3. Disponível em: < https://www.noticias24.com/venezuela/noticia/149258/>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

Imagem 4. Disponível em: < https://actualidad.rt.com/actualidad/264151-venezuela-esta-lista-estallido-social>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

Imagem 5. Disponível em: < http://www.esquerdadiario.com.br/Caracazo-a-revolta-popular-que-abriu-uma-nova-etapa-na-luta-de-classes-na-Venezuela>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

Imagem 6 e 7. Disponível em: < https://www.telesurtv.net/news/El-Caracazo-presente-en-la-memoria-del-venezolano-25-anos-despues-20140227-0052.html>. Acesso em 17 de maio de 2018.

ANEXOS

Anexo 1:
Letra da canção "Techos de Cartón" (Alí Primera, 1972)

Disponível em: Disponível em: < https://www.cancioneros.com/nc/16404/0/techos-de-carton-ali-primera > Acesso em 29 de janeiro de 2019.

Qué triste, se oye la lluvia
en los techos de cartón
qué triste vive mi gente
en las casas de cartón

Viene bajando el obrero
casi arrastrando los pasos
por el peso del sufrir
¡mira que es mucho el sufrir!
¡mira que pesa el sufrir!

Arriba, deja la mujer preñada
abajo está la ciudad
y se pierde en su maraña
hoy es lo mismo que ayer
es su vida sin mañana

"Ahí cae la lluvia,
viene, viene el sufrimiento
pero si la lluvia pasa,
¿cuándo pasa el sufrimiento?
¿cuándo viene la esperanza?"

Niños color de mi tierra
con sus mismas cicatrices
millonarios de lombrices
Y, por eso:

Qué tristes viven los niños
en las casas de cartón
qué alegres viven los perros
casa del explotador

Usted no lo va a creer
pero hay escuelas de perros
y les dan educación
pa' que no muerdan los diarios
pero el patrón,
hace años, muchos años
que está mordiendo al obrero

Qué triste se oye la lluvia
en las casas de cartón
qué lejos pasa la esperanza
en los techos de cartón

Anexo 2:
Fotografia da Casa Amarilla de Caracas

Disponível em:
<http://www.caracas.gob.ve/alcaldiaDeCCS/submit-an-article/sitios-turisticos/casas/casa-amarilla>.
Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

Anexo 3:
Letra do Hino Nacional da República Bolivariana da Venezuela (1810)

Disponível em: <http://peru.embajada.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=362%3Ahimno-nacional-venezolano-cumple-131-anos&Itemid=19&lang=es>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

Coro

Gloria al bravo pueblo
que el yugo lanzó,
la ley respetando,
la virtud y honor.

(I)

¡Abajo cadenas!
gritaba el señor,
y el pobre en su choza
libertad pidió.
A este santo nombre
tembló de pavor
el vil egoísmo que
otra vez triunfó.

(II) Gritemos con

brío:
¡Muera la opresión!
Compatriotas fieles,
la fuerza es la unión;
Y desde el Empíreo
el Supremo Autor
un sublime aliento
al pueblo infundió.

(III)

Unida con lazos
que el cielo formó,
la América toda
existe en Nación;
y si el despotismo
levanta la voz,
seguid el ejemplo
que Caracas dio.

Anexo 4:
Mapa político da Venezuela

Disponível em:
<https://espanol.mapsofworld.com/continentes/sur-america/venezuela/venezuela-mapa.html>.
Acesso em: 29 de janeiro de 2018.